

3.º CICLO  
SOCIOLOGIA

**A precariedade e a classe trabalhadora**  
**Retratos sociológicos de jovens adultos com percursos**  
**precarizados no Brasil e em Portugal**

Tainara F Machado

**D**

2022



Tainara Fernandes Machado

# **A precariedade e a classe trabalhadora Retratos sociológicos de jovens adultos com percursos precarizados no Brasil e em Portugal**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Professor  
Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2022





Tainara Fernandes Machado

# **A precariedade e a classe trabalhadora Retratos sociológicos de jovens adultos com percursos precarizados no Brasil e em Portugal**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Sociologia, orientada pelo Professor  
Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes.

## **Membros do Júri**

Presidente:

Professor Doutor Carlos Manuel da Silva Gonçalves

Vogais:

Professor Doutor João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes

*À todas as pessoas que atravessaram e atravessarão a minha  
trajetória e contribuíram para construção contínua da minha para  
sempre inacabada ação de “ser” no espaço social.*



# Sumário

|                                                                   |           |
|-------------------------------------------------------------------|-----------|
| Declaração de honra                                               | 6         |
| Agradecimentos                                                    | 7         |
| Resumo                                                            | 8         |
| Abstract                                                          | 9         |
| Índice de Figuras                                                 | 10        |
| Índice de Tabelas                                                 | 11        |
| Índice de Gráficos                                                | 12        |
| Lista de abreviaturas e siglas                                    | 13        |
| <b>APRESENTAÇÃO</b>                                               | <b>15</b> |
| <b>PONTO DE PARTIDA</b>                                           | <b>24</b> |
| A TRAMA REFLEXIVA, TEÓRICA E EMPÍRICA QUE CONSTRÓI O OBJETIVO1229 |           |
| <b>1. A ORDEM E A DESORDEM</b>                                    | <b>33</b> |
| 1.1. A VIRAGEM                                                    | 34        |
| 1.2. EFEMERIDADE, O INDIVIDUALISMO E A IMAGEM                     | 36        |
| 1.3. OS PREFIXOS “NEOS” E OS SEUS IMPACTOS                        | 42        |
| 1.4. NEOLIBERALISMO                                               | 43        |
| 1.5. FLEXIBILIDADE                                                | 45        |
| 1.6. FLEXIBILIDADE LABORAL                                        | 49        |
| 1.6. FLEXIBILIDADE LABORAL                                        | 51        |
| <b>2. CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIAIS — BRASIL E PORTUGAL</b>         | <b>52</b> |
| 2.1. LINHA HISTÓRICA DO BRASIL E DE PORTUGAL                      | 53        |
| 2.1.1 Momentos Históricos Brasil E Portugal Por Datas             | 56        |
| 2.2 BRASIL — UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL                     | 57        |
| 2.2.1. Algumas Reflexões do Brasil                                | 70        |
| 2.3. PORTUGAL — APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL                      | 78        |
| 2.3.1 Algumas reflexões de Portugal                               | 90        |
| <b>3. O MUNDO DO TRABALHO</b>                                     | <b>97</b> |
| 3.1 O TRABALHO E A PESSOA QUE TRABALHA                            | 98        |
| 3.1.1 Divisão sociossexual do trabalho                            | 104       |
| 3.2. AS MUTAÇÕES                                                  | 107       |

|                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.3. BRASIL, PORTUGAL E O MUNDO DO TRABALHO                          | 112 |
| 3.4. ALGUNS INDICADORES DO BRASIL E DE PORTUGAL                      | 115 |
| 3.4.1 Força de Trabalho                                              | 116 |
| 3.4.2. Participação na força de trabalho por idade entre 2008 e 2021 | 117 |
| 3.4.3. GINI — a desigualdade de renda                                | 119 |
| 3.4.4. Taxas de desemprego por nível de educação                     | 121 |
| 3.4.5. Taxa de emprego por nível de educação                         | 124 |
| 3.4.6. Trabalho autônomo                                             | 127 |
| 3.4.7. Síntese                                                       | 129 |
| <b>4. TRAMA CONCEITUAL</b>                                           | 133 |
| 4.1. APROXIMAÇÃO INTRODUTÓRIA ACERCA DA CLASSE E DO TRABALHO         | 135 |
| 4.2. O TRABALHO                                                      | 141 |
| 4.2.1. Ramificações do conceito Trabalho                             | 145 |
| 4.2.2. Trabalho Decente                                              | 145 |
| 4.2.3. Trabalho Justo — Fairwork                                     | 147 |
| 4.3. CLASSE E TRABALHO PRECARIZADO                                   | 150 |
| 4.3.1. Trabalho precarizado                                          | 150 |
| 4.3.2. Classe                                                        | 154 |
| 4.3.3. A classe para Marx e Engels                                   | 154 |
| 4.3.4. A classe para Weber                                           | 155 |
| 4.4. O PRECARIADO, UM SEGMENTO DA CLASSE TRABALHADORA                | 157 |
| 4.5 ESPAÇO SOCIAL E DIMENSÕES                                        | 161 |
| 4.6. O ENTRELAÇAMENTO                                                | 166 |
| 4.7. O ARREIMATE                                                     | 169 |
| <b>5. O PERCURSO METODOLÓGICO</b>                                    | 173 |
| 5.1. ATORES SOCIAIS                                                  | 174 |
| 5.2. A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO                                     | 180 |
| 5.3. FONTES SECUNDÁRIAS                                              | 181 |
| 5.4. DA INTERPRETAÇÃO                                                | 182 |
| <b>6. RETRATOS SOCIOLÓGICOS</b>                                      | 185 |
| 6.1. CARACTERIZANDO OS PERFIS-TIPO                                   | 187 |

|                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 6.2. RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE JOVENS ADULTOS COM TRAJETÓRIAS LABORAIS PRECARIZADAS        | 195 |
| 6.1.1. Precariedade de percurso retalhado                                                 | 196 |
| 6.1.2. Precariedade de percurso remendado                                                 | 220 |
| 6.1.3. Precariedade de percurso reparado                                                  | 237 |
| 6.1.4. Precariedade de percurso arranjado                                                 | 268 |
| 6.1.5. Precariedade de percurso rearranjado, “plataformizado”                             | 276 |
| 6.3. PRÓXIMOS CAMINHOS                                                                    | 292 |
| <b>7. DISCUSSÃO REFLEXIVA</b>                                                             | 294 |
| <b>8. NOTAS INCONCLUSIVAS</b>                                                             | 307 |
| 8.1. A CONDIÇÃO PRECÁRIA BRASILEIRA E PORTUGUESA                                          | 308 |
| 8.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PERCURSOS PRECARIZADOS DOS JOVENS ADULTOS DO BRASIL E DE PORTUGAL | 311 |
| 8.3. OS ATORES SOCIAIS                                                                    | 312 |
| Referências Bibliográficas                                                                | 318 |

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente trabalho/tese/dissertação/relatório/... é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Sintra, 30 de setembro de 2022.

Tainara F Machado

## Agradecimentos

Este estudo é a síntese (quase completa) das aprendizagens que realizei ao longo da minha trajetória de vida e acadêmica. Sou grata pelas relações de sociabilidade, familiares ou não, que colaboraram para que eu não desistisse. O fazer acadêmico é intrínseco ao ser gente. E ser gente é ter falhanços, medos, inseguranças... E eu só consegui finalizar porque houve muita “gente” ao meu lado apoiando, refletindo, lutando e “sendo” gente.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor João Teixeira Lopes, que confiou nas minhas proposições e “invenções”, me motivando, mesmo que involuntariamente muitas vezes, a confiar no meu próprio processo de aprendizagem e reflexões;

Agradeço ao Professor Doutor António Domingos, pela oportunidade em colaborar como bolsista de pesquisa, se não fosse por isso, talvez eu não estivesse escrevendo estas palavras hoje;

Agradeço aos professores do 3º Ciclo em Sociologia pelas aprendizagens, nesta nova área científica que, agora, também pertença;

Agradeço ao meu companheiro, de vida e de luta, por todas as aprendizagens e caminhos que vamos trilhando juntos;

Agradeço ao meu pai e a sua companheira, que possibilitaram eu estar onde estou hoje com todo o suporte, crédito e amor que me dão;

Agradeço a minha mãe e ao meu irmão, que acreditam em mim e me dão força para construir a minha vida, “do outro lado do oceano”, com tanto amor (e saudade);

Agradeço à minha família, a do Brasil, e a que construí em Portugal, por me acolheram com afeto e comida boa quando nos encontramos;

Agradeço à militância e ativismo em Portugal que permitiu-me mergulhar no movimento social e conquistar grandes amizades;

Agradeço as pessoas amigas, as que hoje podem estar distantes e as que são próximas, eu “sou” porque “fomos” ou “somos”, é na coletividade que nos construímos e construímos a luta.

## Resumo

A precariedade (Wright, 2015; Braga, 2017; Antunes, 2018) e a sua influência na classe trabalhadora (Mattos, 2019) no Brasil e em Portugal é evidente. O capitalismo tardio sustenta-se, com permanentes transformações para novas formas de reprodução e acumulação de capital, carrega concomitantemente um sistema de precarização da força de trabalho. Desde a sua criação, o capitalismo baseia-se em mutações das ferramentas de exploração, entretanto com diferenças, principalmente com o avanço do neoliberalismo; “porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma” (Sennet, 2009). Propomos, neste estudo, analisar o entrelaçamento de dimensões sociais (macro, meso e micro) na compreensão da precariedade laboral na trajetória de vida de jovens adultos no Brasil e em Portugal. Portanto, ao pensarmos em uma classe trabalhadora (Therborn, 2012; Wright, 2015) levada a galope nas mutações do atual sistema de acumulação do capitalismo avançado (Harvey, 1989) evidencia um processo contínuo e cíclico de precarização da condição do trabalho. A partir da metodologia dos retratos sociológicos (Lahire, 2004; Lopes, 2012) elaboramos retratos de jovens adultos com percursos precarizados no Brasil e em Portugal, na tentativa de compreender o impacto da precariedade e do sentimento de pertença (ou não) desses atores sociais à classe trabalhadora. Pretendeu-se tanto explicitar as pluralidades sobre a condição precária de trabalho, quanto traçar relações de proximidade neste processo de transformações no mundo do trabalho e nas sociedades brasileira e portuguesa. As consequências cíclicas de mutações do neoliberalismo culminam na manutenção da precarização das pessoas que trabalham, interferindo numa identidade de classe precarizada, em alguns casos, e numa ação de combate à precariedade em outros; relação que definimos pelo neologismo da “estagação”.

**Palavras-chave:** precariedade, classe trabalhadora, Brasil e Portugal.

## **Abstract**

Precarity (Wright, 2015; Braga, 2017; Antunes, 2018) and its influence on the working class (Mattos, 2019) in Brazil and Portugal is evident. Late capitalism sustains itself, with permanent transformations to new forms of reproduction and capital accumulation, carries concomitantly a system of labor force precarization. Since its creation, capitalism is based on mutations of the tools of exploitation, however with differences, especially with the advance of neoliberalism; "because the system itself is less crudely sketched, less legible in form" (Sennet, 2009). In this study, we propose to analyze the interweaving of societal dimensions (macro, meso and micro) in understanding the precariousness of work in the life trajectory of young adults in Brazil and Portugal. Therefore, thinking about a working class (Therborn, 2012; Wright, 2015) taken at a gallop in the mutations of the current system of accumulation of advanced capitalism (Harvey, 1989) evidences a continuous and cyclical process of precarization of the condition of work. Using the methodology of sociological portraits (Lahire, 2004; Lopes, 2012) we draw up portraits of young adults with precarious careers in Brazil and Portugal in an attempt to understand the impact of precariousness and the sense of belonging (or not) of these social actors to the working class. We intended both to make explicit the pluralities about the precarious condition of work, and to trace close relationships in this process of transformations in the world of work and in the Brazilian and Portuguese societies. The cyclical consequences of the mutations of neoliberalism culminate in the maintenance of the precariousness of working people, interfering in a precarious class identity, in some cases, and in an action to combat precariousness in others; a relationship that we define by the neologism of "estagação".

**Key-words:** precariousness, working class, Brazil and Portugal.

## Índice de Figuras

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1 – DIMENSÕES SOCIAIS                                           | 26  |
| TABELA 2 – VARIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASIL E PORTUGAL (2008-2021) | 114 |
| TABELA 3 – SISTEMA DE PONTUAÇÃO <i>FAIRWORK</i>                        | 144 |
| TABELA 4 – VÍNCULOS LABORAIS PRECARIZADOS                              | 168 |
| TABELA 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA                                         | 171 |
| TABELA 6 – VÍNCULOS LABORAIS DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS          | 183 |
| TABELA 7 – CARACTERIZAÇÃO DOS RETRATOS SOCIOLÓGICOS                    | 183 |
| TABELA 8 –DISPOSIÇÕES X CAPITAL X IDENTIFICAÇÃO                        | 296 |
|                                                                        | 163 |

## Índice de Tabelas

|                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1 – DIMENSÕES SOCIAIS                                           | 26  |
| TABELA 2 – VARIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO BRASIL E PORTUGAL (2008-2021) | 114 |
| TABELA 3 – SISTEMA DE PONTUAÇÃO <i>FAIRWORK</i>                        | 144 |
| TABELA 4 – VÍNCULOS LABORAIS PRECARIZADOS                              | 168 |
| TABELA 5 – GUIÃO DE ENTREVISTA                                         | 171 |
| TABELA 6 – VÍNCULOS LABORAIS DOS ATORES SOCIAIS ENTREVISTADOS          | 183 |
| TABELA 7 – CARACTERIZAÇÃO DOS RETRATOS SOCIOLÓGICOS                    | 183 |
| TABELA 8 –DISPOSIÇÕES X CAPITAL X IDENTIFICAÇÃO                        | 296 |

## Índice de Gráficos

|                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| GRÁFICO 1 - PERCENTUAL DA FORÇA DE TRABALHO POR IDADE BRASIL E PORTUGAL (2008-2021)                                                               | 115 |
| GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE GINI BRASIL E PORTUGAL (2008-2021)                                                                                          | 116 |
| GRÁFICO 3 - PERCENTUAL DE DESEMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO ABAIXO OU IGUAL AO SECUNDÁRIO (2008–2020)                                     | 118 |
| GRÁFICO 4 - PERCENTUAL DE DESEMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO ACIMA DO SECUNDÁRIO E ABAIXO DO ENSINO SUPERIOR, ENSINO TERCIÁRIO (2008–2020) | 119 |
| GRÁFICO 5 - PERCENTUAL DE DESEMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR, ENSINO TERCIÁRIO (2008–2020)                                        | 120 |
| GRÁFICO 6 - PERCENTUAL DE EMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO ABAIXO OU IGUAL AO SECUNDÁRIO (2008–2020)                                        | 121 |
| GRÁFICO 7 - PERCENTUAL DE EMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO ACIMA DO SECUNDÁRIO E ABAIXO DO ENSINO SUPERIOR, ENSINO TERCIÁRIO (2008–2020)    | 122 |
| GRÁFICO 8 - PERCENTUAL DE EMPREGO DE PESSOAS COM NÍVEL DE ENSINO SUPERIOR, ENSINO TERCIÁRIO (2008–2020)                                           | 123 |
| GRÁFICO 9 - PERCENTUAL DE PESSOAS TRABALHADORAS POR CONTA PRÓPRIA (2008–2020)                                                                     | 125 |
| GRÁFICO 10 - NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ATORES SOCIAIS                                                                                             | 185 |

## Lista de abreviaturas e siglas

|                                                 |                                           |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| FACED                                           | FACULDADE DE EDUCAÇÃO                     |
| UFRGS                                           | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL |
| PPSC                                            | PROGRAMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À       |
| COMUNIDADE                                      |                                           |
| PIPA                                            | PROGRAMA INTERDEPARTAMENTAL DE PRÁTICAS   |
| COM ADOLESCENTES E JOVENS EM CONFLITO COM A LEI |                                           |
| RS                                              | RIO GRANDE DO SUL                         |
| EJA                                             | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS              |
| CAPES                                           | COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL |
| DE NÍVEL SUPERIOR                               |                                           |
| PEC                                             | PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTÍNUA             |
| PPGEDU                                          | PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO     |
| PRONATEC                                        | PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO     |
| TÉCNICO E EMPREGO                               |                                           |
| ECOSOL                                          | ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA              |
| ENEM                                            | EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO            |
| EUA                                             | ESTADOS UNIDOS                            |
| FHC                                             | FERNANDO HENRIQUE CARDOSO                 |
| JK                                              | JUSCELINO KUBITSCHKE                      |
| STF                                             | SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL                  |
| CLT                                             | CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS        |
| FMI                                             | FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL             |
| RT                                              | REFORMA TRABALHISTA                       |
| EC                                              | EMENDA CONSTITUCIONAL                     |
| CTPS                                            | CARTEIRA DE TRABALHO E PROVIDÊNCIA SOCIAL |
| PRP                                             | PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS             |
| MFA                                             | MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS              |
| PREC                                            | PROCESSO REVOLUCIONÁRIO EM CURSO          |

|                                                                             |                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| PSD                                                                         | PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA                        |
| PS                                                                          | PARTIDO SOCIALISTA                              |
| PM                                                                          | PRIMEIRO-MINISTRO                               |
| PCP                                                                         | PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS                     |
| BE                                                                          | BLOCO DE ESQUERDA                               |
| AR                                                                          | ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA                         |
| IBGE                                                                        | INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA |
| OCDE                                                                        | ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E                 |
| DESENVOLVIMENTO                                                             |                                                 |
| OIT                                                                         | ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO                 |
| IF                                                                          | INSTITUTO FEDERAL                               |
| INSS                                                                        | INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL             |
| JOC                                                                         | JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA                     |
| PRP                                                                         | PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO          |
| CE                                                                          | CENTRO DE EMPREGOS                              |
| ATL                                                                         | ATIVIDADES EM TEMPO LIVRE                       |
| ONG's                                                                       | ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS                |
| IPSS's                                                                      | INSTITUIÇÕES PARTICULARES E DE SOLIDARIEDADE    |
| SOCIAL                                                                      |                                                 |
| IEFP                                                                        | INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL    |
| LGBTQIAP+                                                                   | LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, QUEER,   |
| INTERSEXUAIS, ASSEXUAIS, PANSEXUAIS E +                                     |                                                 |
| COMGRAD                                                                     | COMISSÃO DE GRADUAÇÃO                           |
| PRAE                                                                        | PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS             |
| TVDE                                                                        | TRANSPORTE INDIVIDUAL E REMUNERADO DE           |
| PASSAGEIROS EM VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS A PARTIR DE PLATAFORMA ELETRÓNICA |                                                 |
| CREAS                                                                       | CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL      |
| FCT                                                                         | FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA          |
| FEE                                                                         | FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA              |
| AE                                                                          | ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES                        |

## Apresentação

*Finta a guerra, muda a história  
Acredita, acredita  
Faz frente, larga a sorte  
Arrebita, arrebita  
Corre mundo, explora fundo  
Conhece, conhece  
Faz brotar Primaveras  
Semeia, semeia  
Já não há pão para ser  
Finta a guerra, muda a história  
Faz-te forte, larga a sorte  
Corre mundo, explora fundo  
Faz brotar Primaveras  
já não há pão para ser  
já não há pão para ser alguém  
já não há paz para ter  
Seca fina flor  
Derrama livre o amor  
Sacode a dor  
Serena  
Amanhece que a vida logo se faz plena  
Corre Mundo — Retimbrar*

A aproximação da pesquisadora com o campo de estudos é um dos fatores que situa este estudo na sociologia compreensiva, atenta aos sentidos que os atores conferem às suas práticas. Por isso, compreendemos ser importante ressaltar a minha trajetória profissional e acadêmica para evidenciar de que lugar falo e compreendo as relações aqui estudadas. Como ressalta Mills (2009: 26), «[...] como e por que eu decidi fazer esse estudo pode sugerir uma maneira pela qual nossas experiências de vida alimentam nosso trabalho intelectual». Reconheceremos, ao final desta elaboração científica, que muito mais que explicitar os objetivos e a trajetória metodológica que trilhamos constrói-se um limiar tênue de uma pesquisa (auto)biográfica entre uma jovem adulta precarizada e uma pesquisadora, em simultâneo. Por isso, neste trecho, utilizaremos a primeira pessoa para a escrita. Longe de ser uma “autointrospecção” egocentrada, alheia à tarefa de pesquisadora, compreendemos que as barreiras entre ser ator social e ser pesquisadora não devem ser altas demais ao ponto de alienar a

compreensão sociológica. Em contrapartida, o olhar só do vivido já não era suficiente, por isso, por compreender a metodologia científica como uma trajetória, convidamos-lhes a compreender como esse caminho de pesquisadora em Sociologia aconteceu.

## **O meu percurso**

No início de 2019, mudei-me para Portugal, circunstâncias alheias à minha vontade (mas com o meu consentimento e planeamento) trouxeram-me a este novo país que virou morada. Para além de um novo país-morada, agora havia-me tornado imigrante (ou emigrante dependendo da perspetiva). Vivi, e ainda vivo, novas experiências culturais, económicas e académicas. Assim como a vida é movimento, entendo que o processo criativo académico — o artesanato do saber (Mills, 2009) — também o deve ser. Entusiasta das sínteses e transformações a partir de conflitos, arrisco dizer que, desde cedo, assim vivi a minha vida; e o meu percurso académico/laboral não poderia ser diferente.

A minha trajetória de vida académica foi sempre desenvolvida nos campos à margem das áreas científicas e campos teóricos que me inserira. Na licenciatura em Pedagogia, fui bolsista de pesquisa e de extensão de um projeto de educação não formal e informal<sup>1</sup>, este situa-se na Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre — Brasil. Realizava o acolhimento de adolescentes, no espaço da Universidade, que haviam cometido ato infracional e, após a audiência, ficava o compromisso da realização da prestação de serviços à comunidade e/ou a liberdade assistida como medida socioeducativa. Essa inserção numa pedagogia não formal, informal, por vezes, fazia-me ser a discente que ponderava outros

---

<sup>1</sup> O Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC), desenvolve há 25 anos a integração de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa pela ação de um ato infracional para cumprimento da sua medida com a comunidade académica e propõe ações pedagógicas a partir de oficinas, acompanhamento escolar e outros projetos culturais-educativos. O programa conta com uma parceria entre as faculdades de educação, direito e psicologia, tal que culminou na criação do Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei (PIPA), tem conexão com equipamentos da política pública de Assistência Social da cidade de Porto Alegre — RS — Brasil. Garantem apoio e atividades (como oficinas, por exemplo) a estes jovens, ressignificando a medida socioeducativa, os seus direitos e o uso e permanência em alguns espaços diferentes. Mais informações: <https://www.ufrgs.br/ciess/ppsc/>. Acesso em: 5 agosto de 2022.

significados educativos e pontos de reflexões em relação à educação nas aulas, nas quais apenas o espaço formal era colocado em análise; reivindicava este outro lado da educação, ou seja, o pedagógico fora dos muros da escola. Enquanto bolseira, a ação prática, aprendia que todos os espaços podem ser pedagógicos, assim como as relações entre atores sociais. No meio do curso, por um período, dei aulas de reforço de alfabetização. O meu trabalho de conclusão de curso tratou sobre a docência compartilhada na Educação de Jovens e Adultos<sup>2</sup> (EJA). A solidariedade e o compartilhamento dessa experiência de estágio docente entre as discentes finalistas do curso (éramos, e ainda somos, a maioria de mulheres), foi mais uma vez à margem, dentro de uma discussão tão eloquente e necessária na educação formal.

Ao finalizar o curso de Pedagogia, não havia uma oferta de emprego na área que me especializei, a EJA. Esta é uma área da educação majoritariamente ofertada pelo serviço público de educação, dependente de concursos para uma atuação profissional na maioria das vezes. Inclusive, essa é uma das áreas que mais sofre com a falta de investimentos governamentais no Brasil. Começo, então, a trajetória profissional “formal” e não acadêmica, em múltiplos empregos em simultâneo (tanto formais, quanto acadêmicos, informais e temporários) — a multifacetada vida de jovem adulta licenciada.

Trabalhei no administrativo-financeiro de uma corretora de seguros, auxiliar de cozinha, revisão de normas de trabalhos científicos, administrativo de uma loja de roupas, etc.. Enquanto eu trabalhava na loja, também era bolseira técnica de pesquisa AT-NS — nível A1 — pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que auxiliava a Professora Doutora Maria Clara Bueno Fischer; que faz desde então parte da minha vida e por quem aprendi a apurar o meu senso crítico e a interessar-me pela metodologia científica.

Quando bolseira técnica do projeto "Formação de adultos para e no trabalho associado: atividade de trabalho, profissão e biografias" — Linha de Pesquisa Trabalho, Educação e Movimentos Sociais — coordenado pela professora Dra. Maria Clara Bueno Fischer, e, enquanto discente de muitas disciplinas oferecidas no Programa de Educação

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77302>. Acesso em: 9 de junho de 2022.

Contínua (PEC) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS, comecei o processo reflexivo para além do campo da educação. Inseri-me nas reflexões teórico-sociológicas e, também, no campo do Trabalho-Educação na perspectiva da Economia Popular Solidária, estudando e produzindo sobre experiências de atores sociais em atividades contra-hegemônicas de Economia Solidária e os processos formativos e educativos que acontecem nesses espaços.

Nesse tempo, surgiu a oportunidade de ser professora num curso de formação profissional no Presídio Feminino Madre Pelletier em Porto Alegre. Seria minha estreia enquanto docente após finalizar a licenciatura. Realizei o processo seletivo, pelo Instituto Federal de Alvorada, cidade metropolitana de Porto Alegre, que fazia parte do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)<sup>3</sup>. Era um curso de maquiagem, em que lecionei a disciplina de “Orientação Profissional e Cidadania”. Apesar do acúmulo de empregos, foi um dos melhores períodos de experiência profissional que já tive. Eu já dominava as ferramentas para lidar com as mulheres que estavam no presídio, devido à bolsa de extensão e pesquisa que havia realizado durante quase toda a minha licenciatura, mas isso não fez com que as aulas não fossem desafiantes.

A informalidade laboral é uma questão estrutural no Brasil, e, desde o fim do período da escravidão (Fernandes, 2018), é a principal atividade como fonte de renda das classes populares brasileiras. Associações de produtores artesanais (sejam rendeiras, costureiras, pescadores, artesanatos, etc.) acabaram tornando-se uma alternativa segura, dado que se criam grupos de trabalhadores/as (associações, cooperativas, empreendimentos) crescendo o poder reivindicativo e ganhando mais força coletivamente em todos os aspetos. Além disso, a constituição desses grupos coletivos pode ser uma espécie de laboratório de formas contra-hegemônicas de gestão

---

<sup>3</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), foi criado em 2011 pelo governo federal brasileiro com o objetivo fomentar e ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica a partir de projetos e ações de assistência técnica e financeira. O público-alvo, para além dos discentes, era composto por formadores e docentes das áreas específicas dos cursos oferecidos, fomentando uma formação ampliada tanto de quem o cursa quanto de quem o promove. Estes que eram subsidiados, principalmente, pelos Institutos Federais. Mais informações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 28 de setembro de 2022.

e relação laboral entre os associados, principalmente quando inseridos nos princípios da Economia Popular e Solidária (Ecosol). Isto porque as experiências fomentadas pelas universidades públicas brasileiras através de projetos de extensão, para além das experiências espontâneas de trabalhadores informais, proporcionaram a criação de Empreendimentos Econômicos Solidários criados com o apoio universitário. Estes garantiam, além de um espaço de geração de renda, um local de experimentação tanto para os trabalhadores quanto para a reflexão acadêmica; a real união da teoria e da prática.

Ir a campo, conhecer essas pessoas trabalhadoras e enxergar possibilidades de outras formas de organização de espaços laborais são atividades potenciadoras de novas relações de poder, economia, segurança laboral e aprendizagens. Este foi o motor para a minha inserção no mestrado e para meus questionamentos acerca da centralidade do trabalho na vida dos atores sociais, inclusive na minha. Os sentidos do trabalho e a sua centralidade na vida, assim como o seu princípio educativo, permearam e permeiam as minhas reflexões; além de fomentar a minha ânsia de permanecer aprofundando os meus estudos académicos aliados à minha atividade no meio social enquanto ativista (ou militante, se falarmos no sentido<sup>4</sup> utilizado no Brasil).

Ao elaborar, no mestrado<sup>5</sup>, uma contribuição ao estado da arte sobre educação e formação na economia solidária, a partir de análises de teses e dissertações defendidas no Brasil, pude perceber o quanto é presente o caráter educativo e pedagógico do trabalho na Economia Popular Solidária. Assim como a importância e a necessidade dessas atividades formativas condizerem com os princípios da própria Economia Solidária e da autogestão. Felizmente, pude elaborar esse estudo através de uma bolsa acadêmica fornecida pela CAPES o que me deu tempo para dedicar-me à imersão da vida académica na sua totalidade.

---

<sup>4</sup> No Brasil, a ação militante não se restringe, pelo menos não no “senso comum”, a uma atividade individual ou partidária-política. Ser militante é se organizar coletivamente para reivindicar algo. Em Portugal, quando começo a inserir-me na luta feminista, deparo-me com o termo ativista, que seria uma ação individual para reivindicar algo. Confesso preferir o termo militante, porque acredito que toda a luta pode ser iniciada individualmente, mas só é conquistada coletivamente.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/170315#>>. Acesso em: 8 de junho de 2022.

Logo após a finalização da dissertação, insiro-me na profissão de educadora social, na política de assistência social de Porto Alegre, um cargo terceirizado (*outsourcing*), de uma função que deveria ser um cargo público. Esse foi o período mais duro da minha vida, não foi fácil ser confrontada diariamente com a realidade da marginalização e do descaso com as classes populares. É a população atendida pelo equipamento público de garantia de direitos que é, em simultâneo, marginalizado pelos governos e pela própria sociedade. As contradições sociais e econômicas estruturais da nossa sociedade foram vistas *in loco* por mim, e por mim também sofridas. Esse foi um momento chave na minha vida, o de perceber as estruturas do capitalismo e as suas entranhas refletidas nos atores sociais — sem filtros, assim como compreender os meus privilégios e querer agir para transformar. «Só no entendimento dialético de como [...] se dão consciência e mundo é possível compreender o fenômeno da introjeção o opressor, a aderência deste àquele, a dificuldade que tem o oprimido de localizar o opressor fora de si, oprimido” (Freire, 2000: 106).

Paralelamente ao meu trabalho como educadora social, realizava correções de normas de publicação de trabalhos científicos (informalmente) e também fui selecionada para fazer um trabalho de militância<sup>6</sup> na Educação Popular. O Território Popular, cursinho popular<sup>7</sup> sediado e caracterizado como um curso de ação de extensão no Instituto Federal de Porto Alegre, auxilia jovens das classes populares nos estudos de preparação para a prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Este que hoje é a principal porta de entrada para as universidades públicas brasileiras. Eu fazia a parte da coordenação pedagógica dos discentes e dos docentes, e foi o ápice da minha experiência enquanto pedagoga. Tudo que envolve o acompanhamento pedagógico no âmbito da educação eu vivia intensamente, assim como organizava o núcleo pedagógico que envolvia estudantes de psicologia, serviço social e pedagogia. Era um espaço

---

<sup>6</sup> Desde o início, fui informada que a atuação do cursinho Território Popular não era de ação voluntária, mas sim de ação militante. Nosso fazer-saber era no sentido da educação popular, uma educação dialógica e dialética, com dois caminhos (o do discente e o do docente) que se cruzam e se entrelaçam no ensino-aprendizagem. Uma via de mão dupla com algumas rotatórias.

<sup>7</sup> Além de um campo de ação da Educação Popular, o curso tinha como público alvo jovens que não tinham condições de pagar um curso particular. O objetivo era promover o acesso das camadas populares da sociedade à Universidade pública.

horizontal e, por isso, demandava muita responsabilidade participativa de todas as pessoas envolvidas, cada uma através do seu vínculo com o Território Popular. É uma das atividades que mais sinto falta atualmente. Foi ali que aprendi sobre a organização coletiva e horizontal, já não como pesquisadora em campo, mas sim enquanto prática-ação e militância; e, também, descobri-me pedagoga.

Ao mesmo tempo, mais uma vez, estava numa situação laboral de precariedade, ainda não conhecia esta palavra enquanto conceito do campo da sociologia do trabalho, mas a vivia diariamente. De novo, todas essas vivências descritas iam fomentar o meu interesse em compreender o conceito trabalho no âmbito das ciências sociais, a sua centralidade na sociedade e a sua relação com a categoria classe trabalhadora.

No início, com os estudos da área do Trabalho-Educação, tinha muito interesse em entender qual a percepção da centralidade do trabalho na vida de atores sociais? Essa centralidade é evidente, como o é para mim? Em que ponto o princípio educativo do trabalho é percebido e/ou vivenciado pelos atores sociais? As leituras, marxianas e marxistas, e as suas compreensões de como o sistema se engendra e o seu impacto no espaço social suscitam a minha primeira compreensão<sup>8</sup> acerca da dimensão macrossocial. Além disso, os estudos que fazia, à época, sobre o trabalho como princípio educativo e a ergologia, contribuíram para e fomentavam o meu interesse sobre a centralidade e o conceito trabalho. Enquanto bolseira técnica, enfrentava o conflito de realizar pesquisa em experiências contra-hegemônicas e outras formas de relação laboral. Esta experiência foi muito importante para aprofundar o meu pensamento crítico. Como educadora social e pedagoga no cursinho popular, confrontava a realidade das classes populares e a discrepância de acessos, oportunidades e recursos entre os estratos sociais. Foram com essas questões em mente que saí do Brasil já com a certeza

---

<sup>8</sup> Escrevo primeira porque sinto que ao longo da minha trajetória consegui complexificar essas compreensões, portanto, há mais de uma que se sobrepõe. Ainda há a peculiaridade de compreender o sistema económico a partir da área da educação, e agora, no doutorado, o compreender baseada nas ciências sociais. Parece ingênuo, mas entendo haver ferramentas teórico-metodológicas diferentes dependendo do campo científico em que estamos inseridos e como acontece a aproximação a determinados fenómenos e conceitos. A “caixa de ferramentas” muda, para fazer alusão às aulas do Professor Dr. Carlos Manuel Gonçalves no doutoramento em sociologia.

de experimentar uma nova área científica, a sociologia, e determinada em embarcar no doutoramento nesse novo país-morada.

A “cultura popular da imigração” afirma, em conversas e ambientes informais, que o tempo de assentar e firmar (acostumar-se) a sua estada num país é, normalmente, de 2 anos. Comigo não foi diferente, os meus dois primeiros anos em Portugal foram de muito poucas oportunidades profissionais para além da aprovação no doutoramento. Trabalhei como copeira/auxiliar de cozinha a falsos recibos verdes num restaurante da baixa do Porto por quase 1 ano, realidade comum de jovens adultos em Portugal, sendo estes imigrantes ou não. A procura e envio de currículos para vagas que eram tangentes à minha formação foram incansáveis, contudo, mais uma vez o que prevalece é a indicação para um emprego que não é o ideal, mas necessário para pagar contas, propinas e lazer. Vivi na pele a precariedade laboral portuguesa, suas contradições e suas perversidades.

A pandemia veio e com ela a realidade de ser uma “falsa” trabalhadora autónoma. Os auxílios da segurança social foram importantes, mas insuficientes para a subsistência da “vida real”. Estar nessa condição foi o motor para a elaboração dos objetivos e ações para a construção desta pesquisa. As transformações das relações laborais são uma constante no capitalismo, a informalidade, a precariedade (principalmente nos últimos 20 anos) e a uberização, plataformização (nos últimos 10 anos) aprofundaram uma nova categoria de ordem laboral no sistema neoliberal. Ser parte dos atores que vivem essa “nova” fase conduz este trabalho para uma pesquisa sociológica.

A vinda para Portugal aprofundou a minha experiência enquanto ativista-militante, iniciada de modo mais espontâneo no Brasil. A militância possibilitou-me uma imersão tanto política quanto social de convívio com pessoas portuguesas. Isso, quando se é imigrante, é muito difícil. Apesar de não ser o desejo, muitas vezes acaba-se por só conseguir interação e aprofundamento de laços com a comunidade também oriunda do mesmo país de origem. Felizmente, isso ocorreu, e, por conta disso, consegui inserir-me em mais espaços de sociabilidade e luta e construí amizades sólidas e profícuas.

Dada a (auto)biografia posta, é certo que, ao me propor fazer este estudo com jovens adultos, houve muitas identificações de perspectivas, frustrações, inseguranças, otimismo, pessimismo, ideias, ideais e análises do futuro dos atores sociais em foco. O desafio posto foi como realizar a pesquisa pensando e agindo de maneira sociológica e ética, visto que “[...] a metodologia é muito mais que técnicas. Ela inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (Minayo, 2016:15). Este foi o exercício posto. Tanto a ética quanto o pensamento e a criatividade sociológica (Mills, 2009) enredaram essa trama que aqui nos propusemos.

Esta pesquisa reivindica-se um manifesto. Um manifesto de aprendizagens e reflexões individuais e coletivas, assim como a complexidade de ser ator social na sociedade. É uma tentativa de elaboração desse caminho dialógico e dialético, tortuoso e desafiador que me funde enquanto mulher, pedagoga, pesquisadora, ativista e militante e a relação com o empírico, sendo eu também, de certa forma, parte do meu próprio escopo de pesquisa.

## PONTO DE PARTIDA

*Pela vaga de fundo se sumiu o futuro histórico  
da minha classe, no fundo deste mar, encontrareis  
tesouros recuperados, de mim que estou a chegar do  
lado de lá para ir convosco. Tesouros infindáveis que vos  
trago de longe e que são vossos, o meu canto e a palavra,  
o meu sonho é a luz que vem do fim do mundo, dos  
vossos antepassados que ainda não nasceram.*

FMI — José Mário Branco

Este trabalho é a síntese de um estudo acadêmico e, também, de um pequeno recorte de trajetórias precarizadas de trabalho. Poderá ser notada a simbiose linguística na escrita de uma estudante (i)migrante com língua materna do português do Brasil, imersa no mundo acadêmico do português de Portugal. Por vezes, expressões daqui, por outras expressões de lá, diálogo de palavras que tem por objetivo uma tentativa de comunicar. Tivemos o cuidado em, sempre que possível, utilizar uma escrita generalista, na tentativa de ser a mais representativa possível. Sabemos do apagamento histórico do gênero feminino na linguagem acadêmica, informal e no trabalho intelectual, em que plurais beneficiam pronomes masculinos (e escritos que foram, por vezes, surrupiados por nomes masculinos). Por mais que sejam tempos de viragem, ainda colhemos os frutos desse apagamento e deslegitimação. Aqui vamos adiante e tentamos, sempre que possível, falar em pessoas no geral. Somos pessoas, independente de outras características que nos identificamos. Vivemos no espaço social e temos, uma grande maioria, algo em comum que é vender nossa força de trabalho para poder viver.

A música, além de uma das expressões culturais mais fascinantes e aliada fiel à escrita deste estudo, nos acompanhará no percurso das reflexões. São, por vezes, introduções às reflexões, por outras, quase compõem argumentos, formando um hipertexto da tese. Para nós, a música está ligada à potência cultural de expressão e de ação de um movimento coletivo. A música embala, arrepi, provoca lágrimas, protestos, empatia e paixão. E, aos embalos desses sentimentos, esta tese foi escrita<sup>9</sup>. Pois, como

---

<sup>9</sup> Para acessar a “banda-sonora” da tese, buscar “Banda-sonora da Tese - Tainara F Machado” em: [https://open.spotify.com/playlist/5ct3Js4sAICOq\\$MDZtMqG9?si=1820f3573d444d86](https://open.spotify.com/playlist/5ct3Js4sAICOq$MDZtMqG9?si=1820f3573d444d86) ou <https://youtube.com/>

já dizia Clara Nunes: «E pro povo não desesperar, não nos deixaremos de cantar, pois esse é o único alento do trabalhador».

Vivemos num sistema econômico que se sustenta por meio de crises, havendo uma transformação/metamorfose em curso no mundo do trabalho, representada pelo fenômeno da precariedade, que não sabemos até quando e em que moldes se finalizará. Não é a pretensão desta pesquisa dar conta desta questão, seria demasiado ambicioso da nossa parte. Apresentamos a seguir os “Objetivos” da pesquisa, o qual aspira refletir 3 dimensões (macro, meso e micro) com o intuito de colaborar com estudos no âmbito da precariedade laboral e da complexificação da flexibilidade e da superficialidade nas relações sociais e laborais, e, conseqüentemente, na trajetória de vida dos atores sociais.

No capítulo “A ordem e a desordem”, iniciamos a nossa trajetória reflexiva acerca da (des)ordem que vivenciamos atualmente, com um tempo-espço flexível combinado com a efemeridade e fugacidade de ser e estar no espaço social. A transição da forma de acumulação do capital constitui-se como a mais importante transformação no sistema econômico atual. A flexibilização das relações e dos acordos sociais, laborais, a efemeridade relacionada ao individualismo e as produções de imagens de si (*self*) no metaverso, redes sociais, são as principais características que impactam diretamente os atores sociais. Com a consolidação de uma pertença a um território e a apologia ao conservadorismo, é dada margem para o crescimento do neoconservadorismo, aliado ao fenômeno do neoliberalismo atual. A flexibilização e o neoconservadorismo compõem as grandes forças mutantes do sistema que rege a nossa sociedade. Portanto, refletimos sobre a contradição na dimensão macrosocial pelo seu funcionamento volátil, líquido em relação às dimensões meso e microsocial, que correspondem às instituições e aos indivíduos que se espera que transmitam uma imagem sólida para que esse sistema funcione; e esta relação contraditória é entendida como condutora do ser e estar na sociedade.

No capítulo “Contextos Históricos-Sociais — Brasil e Portugal”, fizemos um apanhado histórico-social dos dois países, visando evidenciar os aspectos históricos e a

constituição social dos dois países com seus impasses e processos estatais. Entendemos que esta retomada histórica-social colabora com as reflexões acerca das transformações no mundo do trabalho nestes dois países. A cada ano, novas lutas são travadas entre sociedade civil e Estado, no âmbito de perdas de direitos e retrocessos de políticas públicas que são uma constante para a classe trabalhadora (Soeiro, 2015). Por identificar que a construção social de classe dos dois países decorre com particularidades (Antunes, 2009, 2018; Louçã et al, 2014; Lopes *et al.*, 2017; Mattos, 2019), realizamos reflexões separadas de cada processo histórico-social.

Acerca do “Mundo do Trabalho”, pretendeu-se entrelaçar a perspectiva macrossocial, o contexto histórico-social do Brasil e de Portugal e as transformações no âmbito do mundo do trabalho. Marx e Engels (1978) definem que o ser social resulta do trabalho (e da sociabilidade), sendo este um processo de movimentos fundados na contradição. Retomamos o processo da divisão do trabalho concreto e abstrato e, para além da constante transformação da produção, a manutenção do “exército industrial de reserva”. Therborn (2012) retoma historicamente a organização das lutas das pessoas trabalhadoras e as composições de organizações representativas. Nesse processo de mutação das relações produtivas e da divisão do trabalho, a divisão sociossexual do trabalho tem um importante papel na manutenção do contingente de pessoas que trabalham, assim como observamos o grande contingente de trabalho não pago realizado, principalmente, pelas mulheres. Trabalho este que, além de fazer a manutenção do contingente trabalhador, faz a manutenção do próprio sistema econômico e social. O ano 2000 é um marco importante, pois verificamos algumas mutações complexas e importantes de manutenção do sistema, como a duplicação da força de trabalho (em relação à 1980), e, na leitura do FMI, os avanços de grandes reformas estruturais, dando início ao processo mais objetivo de flexibilização das relações laborais.

Os indicadores e dados estatísticos demonstram o impacto de crises e mutações no mundo laboral na sociedade. Utilizamos como referência o ano de 2008 ao ano de 2020 em alguns casos, e 2021 em outros, conforme a disponibilidade de acesso nas plataformas pesquisadas. Percebemos alterações dicotômicas em alguns casos, como

no índice do Trabalho autônomo, por exemplo. Os impactos das crises de 2008 e de 2020, este último com a pandemia, influenciam diretamente na oscilação dos índices apresentados.

A leitura em sequência destes capítulos permite-nos a compreensão e a reflexão que partem de uma visão macro, do todo, do sistema económico, societal e hegemónico. Tanto na especificidade histórico-social do Brasil e de Portugal, quanto acerca do mundo do trabalho num contexto geral e especificamente nestes dois países. Fazemos, portanto, o movimento de um telescópio quando analisamos o céu. Por vezes, observamos o todo, outras vezes grupos de estrelas e planetas, e algumas outras focamos nos planetas ou nas estrelas.

Na “Trama conceitual”, pensamos acerca dos conceitos-chave desta pesquisa que são a classe e o trabalho, atravessados pela precariedade. Partimos da ideia de que os conceitos combinam-se a outros e/ou a palavras comuns. Sendo este «abstração elaborada a partir da generalização de observações particulares», figura-se como «uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com essa mesma realidade. Assim, os conceitos não existem como fenômenos reais, mesmo que tentem representar os fenômenos reais» (idem, 2016:51). A escolha dos “conceitos-base” para a pesquisa aqui exposta aconteceu devido ao entrosamento destes. Ao pensarmos na precariedade do trabalho nas trajetórias de vida, conseqüentemente se fará o caminho de reflexão sobre o que é trabalho e o que é classe.

A “Metodologia” dos retratos sociológicos, por meio das entrevistas de profundidade, é diversa e condizente com os objetivos da pesquisa. A recolha dos dados biográficos e da trajetória profissional e social dos atores sociais entrevistados permite reconstituir «processos de interiorização» (Lopes, 2012) e reflexividade (Caetano, 2012, 2016; Nico e Caetano, 2017) de disposições acerca de classe, meio social e precariedade laboral.

Elaboramos a caracterização dos perfis-tipo entrevistados no capítulo dos Retratos Sociológicos e, também, um recorte do vivido e refletido pelos atores sociais. Criamos e aplicamos o coeficiente dialógico de singularidade e disparidade, com o qual

identificamos os perfis-tipo das biografias. Os percursos foram separados em cinco perfis-tipo, baseados em tipos de costura numa colcha de retalhos: precariedade de percurso retalhado; precariedade de percurso remendado; precariedade de percurso reparado; precariedade de percurso arranjado; e, precariedade de percurso rearranjado, “plataformizada”. E a construção dos retratos sociológicos se deu pela metáfora da ação de costurar na colcha, um tear biográfico, separados pela: a) urdidura: a qual é de onde saem fios que darão a continuidade biográfica dessa trajetória na construção do retrato; b) a trama: caracteriza-se pelo fio que se lança por cima e por baixo da urdidura, nesta etapa compomos o percurso familiar e as sociabilidades; após, tratamos da c) contextura: sendo o modo onde a trama e a urdidura são entrelaçadas e é onde destacamos o percurso formativo; d) o enfesto: é a preparação do tecido para o corte, possuindo várias camadas juntas, dobradas e ordenadas, constituindo o percurso laboral; e, e) a rede e o arremate: que compõe a reflexão acerca da precariedade e dos seus impactos e do pertencimento à classe trabalhadora.

No capítulo de “Discussões Reflexivas”, propusemos destacar alguns aspectos, para além da conscientização acerca da precariedade e da classe trabalhadora, como a percepção da fluidez do tempo, da temporariedade laboral, assim como da influência das disposições nas trajetórias com alto capital económico sob o sentimento de não pertença à uma classe trabalhadora. Evidenciamos o neologismo da “estagação” evidente nestes percursos analisados, o qual representa a não ação coletiva ou a falta de ação coletiva pelos atores sociais apresentados.

Nas “Notas Inconclusivas”, realizamos a aglutinação do nosso percurso teórico e empírico, finalizando então essa trajetória que traçamos em conjunto. Destacamos três aspectos-chave reflexivos, que englobam as mutações laborais na dimensão macrosocial, a caracterização dos percursos laborais precarizados e, a dimensão microsocial por meio da reflexividade dos atores sociais sobre a própria precariedade e a pertença à classe trabalhadora.

## **A TRAMA REFLEXIVA, TEÓRICA E EMPÍRICA QUE CONSTRÓI O OBJETIVO**

*O conhecimento é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento do seu ofício.*

Wright Mills

O objetivo desta pesquisa surge da própria experiência da pesquisadora como uma trabalhadora em condições precarizadas tanto no Brasil quanto em Portugal, conforme exposto na apresentação.

Baseamo-nos no método do tipo-ideal, de Max Weber (1974), para nos aprofundarmos sobre o conceito e o fenômeno da precariedade laboral e a consciência, ou não, dos atores sociais entrevistados, sobre o pertencimento a uma classe trabalhadora. Entendemos o tipo-ideal como uma abstração genérica de um conceito e não como uma classificação descritiva (Giddens, 2005). Portanto, é uma elaboração intelectual que serve para a mediação e caracterização sistemática de relações individuais (significativas pela sua singularidade) e a realização da “abstração e da acentuação” de determinadas propriedades que são conceitualmente essenciais (Weber, 1974: 91 e 92), ou seja, a “[...] demonstração clara do ideal-tipo ou do desenvolvimento do ideal-tipo, [...] deve ser ilustrada mediante um material sugestivo à realidade empírico-histórica” (idem, p.95). Desse modo, há um caminho dialógico (o vai e vem reflexivo) entre a abstração do conceito (conceitualização e teoria) e as múltiplas expressões sociais (empíria) que o caracterizam, mediadas pelas mutações do próprio sistema econômico.

Considerando essas reflexões, o objetivo principal desta pesquisa é analisar o *entrelaçamento de dimensões societais (macro, meso e micro) na compreensão da precariedade laboral na trajetória de vida de jovens adultos no Brasil e em Portugal.*

Neste estudo, consideramos a precariedade laboral enquanto fenômeno e conceito, tipo-ideal, que corresponde a certas relações laborais características do sistema econômico capitalista. Partimos do princípio de que ela ocorre e aprofunda-se por meio das mutações e crises do próprio sistema e, também, pelo avanço

tecnológico e um desconhecimento do impacto do uso dessas tecnologias em todas as dimensões da sociedade.

Para alcançarmos nosso objetivo, distribuímos este estudo em 3 dimensões:

**Tabela 1 - Dimensões sociais**

| Dimensão | Característica                                                                               | Ação                                              |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| Macro    | Posição no espaço social.<br>A sociedade e o sistema.                                        | O espaço social e o fenômeno da precariedade.     |
| Meso     | Mediações relacionais.<br>Instituições e representações da precariedade — Brasil e Portugal. | Adesão a movimentos e resistência à precariedade. |
| Micro    | Retratos sociológicos.                                                                       | Tipologias.                                       |

Fonte: Elaboração própria.

Essas dimensões desdobram-se nas seguintes questões reflexivas:

**a) Macro:** compreender a posição no espaço social, quanto espaço relacional desigual de acumulação de recursos ou capitais. Como se dá a precariedade laboral no espaço social? Quais os mecanismos sistêmicos que viabilizam a existência da precariedade laboral nas duas sociedades pesquisadas? Qual o processo histórico-social que possibilita e faz a manutenção das relações de precariedade e as viabiliza no sistema económico capitalista?

**b) Meso:** as relações institucionais e de representatividade desse setor. Há aderência dos atores sociais pesquisados? Qual o envolvimento? O que reivindicam?

**c) Micro:** elaboração dos retratos sociológicos com atores sociais, de modo a resgatar a sua subjetividade socialmente construída.

Portanto, baseado nas três dimensões escritas e nos questionamentos-chave para o desenvolvimento deste estudo, são os objetivos específicos:

**1)** Identificar a construção histórico-social, discrepâncias, transformações e mutações da condição precária brasileira e portuguesa, a partir de uma retomada histórica e da elaboração crítica acerca desse fenômeno.

**2)** Elaborar, através da tipologia dos retratos sociológicos, a caracterização da condição precária entre jovens adultos trabalhadores/as da sociedade brasileira e da sociedade portuguesa, com o intuito de aprofundar a reflexão acerca deste fenômeno e do seu impacto no contexto micro.

**3)** Compreender como os atores sociais percebem-se no meio social em que estão inseridos como sujeitos políticos ativos ou não, e se consideram-se pertencentes a classe trabalhadora.

A constância do questionamento sociológico (Lahire, 2016) é uma certeza do processo de pesquisa reflexiva que nos propomos, por isso algumas questões acompanharam-nos no desenvolvimento deste estudo, tais como: as pessoas trabalhadoras em condição precária caracterizam-se como uma ramificação da classe trabalhadora ou veem-se numa nova classe laboral? A condição precária muda as práticas culturais das pessoas que trabalham? Os sujeitos preferem estar numa condição precária a uma condição de desemprego? Qual o limite de escolha entre relações mais estáveis e relações mais frágeis de trabalho? Qual o limite entre ser pesquisadora e ser uma jovem adulta precarizada? Em que medida os Estados brasileiro e português lidam com a precariedade laboral e quais as consequências disto num futuro de crises profundas (pandemia, guerra no leste europeu, alterações climáticas no sul global) que vivemos?

Espera-se alcançar, ou pelo menos possibilitar, a percepção da construção simbólica e social de jovens adultos acerca da precariedade laboral nas suas trajetórias de vida, em duas diferentes realidades societais, que se diferem nos processos de construção histórica-social, cultural e econômica. Esta escolha empírica e histórico-social do Brasil e de Portugal dá-se pela certeza de contribuir para a análise, compreensão e aprofundamento teórico-científico deste fenômeno em relação às trajetórias de vida. Pretende-se, como que em um processo de utilização de um microscópio, realizar um caminho de análise da totalidade (sociedade e mundo do

trabalho), para uma imagem meso (instituições e representatividade — resistências), e, finalmente, para o “zoom” micro das trajetórias de vida. É facto que o capitalismo tardio transforma-se para a permanência do seu próprio processo de exploração da força de trabalho e produção de mais-valia, mas como isso tem se expressado na trajetória de vida dos atores sociais é o ponto primordial desta análise.

Concordamos com Lahire (2016:68) quando o autor diz que a sociologia “[...] permite recobrar el poder sobre una realidad que se impone como una evidencia difícil de cuestionar. La realidad, tal como se presenta ante nosotros, suele esconder las elecciones - entre otras posibles — que subyacen a ella; impide pensar en las múltiples realidades alternativas - posibles o virtuales - que se descartan constantemente<sup>10</sup>”.

*Cá dentro inquietação, inquietação  
É só inquietação, inquietação  
Porquê, não sei*

---

<sup>10</sup> Tradução livre: “[...] permite recuperar o poder sobre uma realidade imposta como uma evidência difícil de questionar. A realidade, como ela se apresenta para nós, geralmente esconde as escolhas — entre outras possíveis — que a sustentam; impede pensar nas múltiplas realidades alternativas — possíveis ou virtuais — sendo constantemente descartadas.

*Porquê, não sei*  
*Porquê, não sei ainda*  
*Há sempre qualquer coisa que está pra acontecer*  
*Qualquer coisa que eu devia perceber*  
*Porquê, não sei*  
*Porquê, não sei*  
*Porquê, não sei ainda*  
*José Mário Branco — Inquietação*

## 1. A ORDEM E A DESORDEM

A nossa trajetória reflexiva dá-se de um mesmo ponto, sendo este a (des)ordem atual. O tempo-espaço flexível e a efemeridade e fugacidade em como o vivenciamos, acaba por ser uma consideração importante no debate que aqui pretendemos. Vivemos sob muitos tempo-espacos em concomitância: o seu, o meu, o dos atores sociais desta pesquisa... Há também o tempo-espaço da(s) sociedade(s). Parece-nos que, principalmente depois da pandemia<sup>11</sup>, o tempo-espaço tem se mostrado mais desorganizado, há uma desordem social, na economia, na saúde, etc. Entretanto, apesar de parecer algo “novo”, algo que emerge da pandemia, conforme Milton Santos (2001), é uma característica deste período que vivemos. Por isso, é importante, quando nos propusemos a pensar criticamente a atualidade que perpassa por constantes crises e mutações e as suas influências nas relações da nossa sociedade, pontuarmos uma perspectiva macro, aquela que nos atravessa.

Santos (2001: 39) afirma que essa desordem foi construída para durar todo o tempo deste período. As suas características, segundo o autor, são a ordem e a desordem. A ordem compreende-se por elementos que formam o período e beneficiam uma parte de atores sociais durante determinado tempo; já a desordem é inerente a esse modelo, devido às constantes crises instauradas aos demais setores a todo tempo.

---

<sup>11</sup> Este estudo, como tantos outros, sofreu reflexos da pandemia e da crise iniciada em março de 2020 por conta do Corona Vírus, também conhecido por COVID-19. Em 2022, mesmo sob medidas menos restritivas e uma certa estabilidade social, “a volta a normalidade”, a certeza é de que só agora poderemos avaliar o impacto da pandemia nas nossas vidas e na sociedade e que, certamente, estes impactos diferem no Norte e no Sul Global. Neste estudo, será mencionado este momento histórico, visando contextualizar os seus reflexos na nossa pesquisa, tanto na parte empírica quanto na parte teórico-reflexiva. Contudo, não será realizado um aprofundamento reflexivo específico sobre a pandemia, ela será abordada tangencialmente, transversal e paralela.

Compreendemos ser importante pontuar essas características antes de iniciarmos o contexto geral numa perspectiva macro, pois poderá auxiliar, quem nos lê, a compreender os nossos anseios e pontos de partida para as reflexões aqui elaboradas e propostas. O compromisso com uma base teórica e histórico-social reuniu nossos esforços em resumir grandes acontecimentos deste período no seu sentido macro e dos países aqui em aprofundamento, na tentativa de concretizar reflexões e apontamentos que fazem jus às mutações, às lutas e aos atores sociais estudados.

### **1.1.A VIRAGEM**

Uma das transições mais importantes do último século foi a transformação na forma de acumulação do capital. Esta gerou mudanças nas formas de consumo, nas relações pessoais, nas relações econômicas, na política e no meio social, tendo como resultado novas formas de organização do trabalho, da vida, da cultura. Até hoje, sentimos e vivemos o aprofundamento e agudização dessas mutações. Estamos de fato no meio de uma viragem, de uma transformação (mais uma), do sistema capitalista.

David Harvey (2014), no seu livro *A Condição Pós-moderna*, relata os impactos que essa nova forma de obter mais-valia produziu e quais as transformações que a sociedade contemporânea sofre desde a crise na década de 70, sobretudo a partir de 1973. Este será nosso principal aporte teórico para a contextualização do período que vivemos na sua dimensão macro. Essas mudanças significam que esse novo regime de acumulação surge para conter e amenizar as contradições existentes no capitalismo, ou ainda como reparos temporários de um momento transitório, alterando antigos aspetos do sistema para um novo modo de acumulação, o qual chama flexível. Harvey afirma que «[...] houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma» (*idem*: 177). A aparência se renova, ou seja, sofre mutação, contudo a forma de acumulação e a tendência das crises permanecem.

A acumulação flexível seria considerada, então, uma transição do fordismo para o pós-fordismo/pós-modernismo, a qual se caracteriza por uma mudança na forma de se realizarem transações financeiras e econômicas num sentido global e das formas de

capitalizar a mais-valia. Ainda produziria profundos impactos nas relações de trabalho, dentre outras relações de sentido simbólico e cultural. O fordismo, sendo a base dessa nova etapa, já ensaiava transformações nas relações de trabalho e produção, contudo, agora com uma característica mais superficial e efêmera. Desta forma, podemos considerar que essa alteração se apoia num processo de flexibilização dos processos existentes na sociedade, influenciando-a em todos os seus âmbitos (social, cultura, trabalho, economia e consumo).

A flexibilização caracteriza-se pelo surgimento de setores da produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento nos empregos do chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões, até então, subdesenvolvidas (Harvey, 2014: 140). A transformação e a expansão de novas formas de organização do trabalho e de acumulação de capital são estendidas a nível global, assim como das comunicações e dos transportes.

A transição ocorreu de forma rápida e por meio da efetivação de novas tecnologias para a produção e de novos modos de organização. É importante ressaltar que ela foi motivada por uma busca por superioridade militar e, também, por uma busca de superação do modo rígido do fordismo, visando conter a crise estabelecida em 1973 no mundo ocidental, com o fordismo-keynesianismo, culminando na *aceleração* do tempo da produção e do consumo. Em relação à produção, a mudança foi alcançada por meio da desintegração vertical (as subcontratações, transferências de sedes, etc), gerando um curso mais indireto apesar da centralização financeira. Além disso, no modelo organizativo, houve mudanças significativas no tempo da entrega — o *"just-in-time"* —, reduzindo os estoques, o tempo de giro e o controle tecnológico da produção e aumentando a implementação de novas tecnologias. No que concerne aos trabalhadores/as, houve uma intensificação dos processos de trabalho. Consequente a isso, houve uma aceleração de desqualificação de postos de trabalho existentes e de

requalificações necessárias para atender os novos postos de trabalho (Harvey, 1989: 257).

A acumulação flexível atinge os territórios de forma diferenciada, pois não carrega as mesmas formas de implementação. Assim, os impactos estabelecidos por essas características e as suas implementações em diferentes territórios são diversos. A globalização e a transformação da estrutura do mercado de trabalho e, paralelamente, a transformação na organização industrial são exemplos disso. O Sul e o Norte global vivem diferentes formas da acumulação flexível e dos seus impactos. Consequentemente, há o surgimento de outras formas de economia e de organizações informais de trabalhadores que exemplificam a complexidade que esse novo sistema de acumulação provoca na classe trabalhadora a nível global.

## 1.2.EFEMERIDADE, O INDIVIDUALISMO E A IMAGEM

*Perdi a Memória  
Tuvou-se-me o pensamento  
Não posso contar a minha história  
Perdi a razão do tempo  
Quebrou-se o espelho  
Não sei como sou  
Não sei se sou novo ou velho  
Não sei onde estou  
No meu quadro eu só tenho  
Esta visão  
Tantos olhos apontados  
À minha mão  
Não tem sinal nem posição  
Do bem ou mal não tem cartão  
Não trago marcas de solidão  
Nem gargalhadas de emoção  
Perdi a lembrança  
Da mente risquei  
A história que não me interessa  
A história que eu não serei  
Limpei a cabeça  
De tudo o que ela não quer  
E ao corpo fiz a promessa  
Só serve pró que eu quiser  
Será vossa imagem  
Que me convém  
Ao sair da desfocagem  
Não vi ninguém  
Não quero ver o que enganei  
Nem quero ter o que já dei*

*Não quero ver o que enganei  
Nem quero ter o que já dei  
Limpei a cabeça  
De tudo o que ela não quer  
E ao corpo fiz a promessa  
Só serve pró que eu quiser...*  
Antônio Variações — Perdi a Memória

A sociedade da aceleração, definida por Hartmut Rosa (2019: 135, grifos do autor) como uma sociedade que *«contém em si (através de inúmeros pressupostos estruturais e culturais) uma junção de ambas as formas de aceleração — a aceleração técnica e a intensificação do ritmo de vida através da redução de recursos temporais — e da tendência à aceleração e ao crescimento»*. E, conseqüentemente, novas formas de pensar, agir e sentir; acentuando a volatilidade e a efemeridade *«[...] de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que "tudo o que é sólido se desmancha no ar" raramente foi mais pervasiva [...]»* (Harvey, 2014: 258). Ou seja, há uma constância de alastramento e infiltração.

Essa fluidez que envolve a produção e o consumo de produtos gera a necessidade de manipulação do gosto de imagens, de produtos e as suas necessidades no dia a dia; além da manipulação da opinião dos atores sociais em relação à imagem do mercado produtivo e das demandas, que agora são comparados à livre escolha e liberdade de decisão de gastos. Além da importância que os media, ganharam no espectro cultural, informacional e de consumo dos atores sociais (que antes era muito mais no âmbito informativo e descritivo), com a sua produção instantânea e em massa, transformaram a forma de venda e necessidades de consumo de produtos e de produção de imagens, tornando-se um dos maiores mecanismos e/ou ferramentas do sistema de acumulação flexível atual. Tornam-se, portanto, a peça de garantia de reprodução da flexibilização em todas as dimensões da sociedade. *«A efemeridade e a comunicabilidade instantânea no espaço tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins»* (*ibidem*: 260).

A agudização da efemeridade, da superficialidade é evidenciada desde o início desse período. Os últimos anos, porém, podem ser indícios da passagem por um

processo de mutação, também, desse aspeto. Os avatares<sup>12</sup> pessoais para uso em redes sociais<sup>13</sup>, os jogos interativos em realidade virtual (chamado metaverso) e as relações pessoais virtuais tornaram-se aliados às relações que construímos, sejam novas ou já estabelecidas. Produto das chamadas 3ª e 4ª Revolução Industrial, esse fenómeno se espalha pelos setores laborais, sociais, culturais e económicos (a dita criptomoeda). Arrisco-me a dizer que, com os avanços tecnológicos e o seu acesso pelo 1% da população<sup>14</sup>, ou seja, os ricos (bilionários!), talvez já estejamos a entrar numa nova revolução tecnológica, da qual ainda não conseguimos perceber de fato os seus efeitos e reflexos. A única certeza é que será em todos os âmbitos da vida social, cultural e económica.

Essa tendência à virtualidade une-se à efemeridade que já vivíamos anteriormente, aprofundando a superficialidade, a abstração, a fugacidade de relações e de vivência dos atores sociais. As relações começam a basear-se na virtualidade agudizada e não em relações pessoalizadas e reais, com contacto físico. A *performance* de si e dos outros se dá por trás de um ecrã, de uma câmara, ao invés de um contacto pessoal, físico, real. Somado ao individualismo, que também é característico do início desse período, causa um afastamento entre os atores sociais de forma ainda mais profunda, sendo que o que impera é a imagem do *self*, construída para as relações virtuais e que também esconde defeitos ou falhas que não se queira mostrar.

Santos (2008: 47) afirma que “são individualismos arrebatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa”, portanto as relações alteram-se e, conseqüentemente, o olhar para o outro e para si também. A efemeridade afeta também a imagem pessoal, esta virou mercadoria e pode ser monetizada por qualquer

---

<sup>12</sup> Estaríamos nos encaminhando para a realidade do filme “Substitutos” (*Surrogates*, no original), de 2009, em que pessoas usam robôs com suas aparências jovens para sair de casa, enquanto seus corpos, velhos, nunca saem. Superficialidade das relações, do estar, do ser, do viver.

<sup>13</sup> O debate sobre o impacto do virtual no real pelo uso de avatares pode ser aprofundado no artigo “O verdadeiro problema: avatares, metafísica e interação social online”, de David Gunkel. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/607>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

<sup>14</sup> Como, por exemplo, as recentes viagens ao espaço de duas pessoas que são umas das mais ricas do mundo. Mais informações: [https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-21/o-dilema-da-carreira-espacial-de-jeff-bezos-e-richard-branson-desenvolvimento-tecnologico-ou-brincadeira-para-bilionarios.html#?prm=copy\\_link](https://brasil.elpais.com/ciencia/2021-07-21/o-dilema-da-carreira-espacial-de-jeff-bezos-e-richard-branson-desenvolvimento-tecnologico-ou-brincadeira-para-bilionarios.html#?prm=copy_link). Acesso em: 28 de setembro de 2022.

pessoa. As redes sociais (YouTube, Twitter, Instagram, TikTok, etc.) viraram grandes produtoras de imagem-mercadorias, elas estão repletas de pessoas que vendem a sua imagem, ou pelo menos a imagem que criaram de si, o “self”, muitas vezes sustentando-se por meio dessa relação mercadológica de si. O self, nas redes sociais, muitas vezes sustentando-se por meio dessa relação mercadológica de si. Essa banalização das imagens de si, obviamente, não é novidade, porém a estratégia e o funcionamento dessa nova mutação é baseada, também, na efemeridade da própria imagem. Uma pessoa de sucesso hoje (“youtuber”, “instagramer”, etc.) amanhã pode estar a mercê de “haters”, odiosos de alguma opinião ou conduta que expressou, que podem torná-la anônima novamente, dependendo do número de seguidores e fãs que esta tiver.

O próprio Harvey já nos advertia isso em 1989 (260):

*Acresce que as imagens se tornaram, em certo sentido, mercadorias. [...] A transição que ele indica é importante, se bem que não haja dificuldades sérias para estender a teoria da produção da mercadoria de Marx ao seu tratamento. Na realidade, os sistemas de produção e comercialização de imagens (tal como os mercados da terra, dos bens públicos ou da força de trabalho) de fato exibem algumas características especiais que precisam ser consideradas. O tempo de giro do consumo de certas imagens com certeza pode bem curto (perto do ideal do “piscar de olhos” que Marx viu como ótimo da perspectiva da circulação do capital). Do mesmo modo, muitas imagens podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. Dadas as pressões de aceleração do tempo de giro (e de superação das barreiras espaciais), a mercadificação de imagens do tipo mais efêmero seria uma dádiva divina do ponto de vista da acumulação do capital, em particular quando outras vias de alívio da superacumulação parecem bloqueadas. A efemeridade e a comunicabilidade instantânea no espaço tornam-se virtudes a ser exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins.*

Ou seja, até mesmo a imagem (seja essa de uma pessoa, de um governo, de uma pessoa do ramo da política, de uma organização/associação, etc.) virou moeda de troca, tanto de monetização quanto de credibilidade para determinados tópicos, ideias, princípios e até mesmo ideologias. O crédito não está mais só no currículo<sup>15</sup>, mas também no que mostramos, opinamos e como vivemos no virtual. Contudo,

---

<sup>15</sup> O LinkedIn, por exemplo, a qual é uma interface online de currículos e uma rede social profissional.

diferentemente do caráter superficial e efêmero deste período, a imagem deve passar estabilidade, segurança e credibilidade.

*A produção e venda dessas imagens de permanência e de poder requerem uma sofisticação considerável, porque é preciso conservar a continuidade e a estabilidade da imagem enquanto se acentuam a adaptabilidade, a flexibilidade e o dinamismo do objeto, material ou humano, da imagem. Além disso, a imagem se torna importantíssima na concorrência, não somente em torno do reconhecimento da marca, como em termos de diversas associações com esta - "respeitabilidade", "qualidade", "prestígio", "confiabilidade" e "inovação" (Harvey, 1989: 260).*

Para além da individualização, já conhecida como característica da acumulação flexível, a cultura empreendedora da imagem cria um aprofundamento da individualização na lógica da competição. Já estimulada pelo “*self-made*”, pelo mercado financeiro, e pelas relações laborais e intelectuais, agora, agudiza-se na venda de imagens de si, *self-images* (fotos de si - *selfies*). A intermediação de relações por plataformas digitais (redes sociais, aplicações de vendas de produtos, de reuniões, de construção de textos, de exposição de fotos, etc.) e a *gamificação* da vida e do trabalho (plataformas digitais de trabalho, como estafetas, por exemplo) são cada vez mais presentes nas nossas vidas. A pandemia contribuiu para o aprofundamento e “espraçamento” desse processo, com aulas *online*, teletrabalho, reuniões *online*<sup>16</sup>, encontros virtuais. O acesso a essas tecnologias tem ficado cada vez mais acessível e mais elaborado, “qualificando” as experiências para serem mais próximas da realidade<sup>17</sup>.

A criação de uma realidade virtual não é novidade. Desde 2003, há jogos que usam o metaverso<sup>18</sup> como plataforma para seus utilizadores. Recentemente o Facebook, atualmente Meta, informou sobre o interesse em utilizar o metaverso nas

---

<sup>16</sup> Em Portugal, agora é lei que as pessoas que trabalham não podem ser contactadas fora do horário laboral, uma importante conquista perante as transformações nas relações laborais que se aprofundaram durante a pandemia

<sup>17</sup> Óculos específicos de realidade virtual.

<sup>18</sup> O jogo “Second Life” ilustra como acontece essa virtualização da vida por meio dos jogos, tens avatares que pode construir à sua semelhança e viver virtualmente em interação com outras pessoas nas suas casas, usando o mesmo jogo.

suas plataformas digitais. Há grandes preocupações em relação a essa tecnologia e o seu impacto na vida social e, também, no funcionamento da própria sociedade. Sendo um campo desconhecido também são difíceis as previsões sobre que impactos poderá impor à sociedade. O capitalismo de vigilância, cunhado por Shoshana Zuboff (2021), é definido como a reivindicação unilateral da «experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais» (*idem*:22). Conforme a autora, os «capitalistas de vigilância descobriram que os dados comportamentais mais preditivos provêm da intervenção no jogo de modo a incentivar, persuadir, sintonizar e arrebanhar competitiva em busca de resultados lucrativos». Assim, além da exploração da força de trabalho, explora-se o *self* para a exponenciação do consumo e lucro.

De facto, a criação de um simulacro (Baudrillard, 1991 [1981]: 38), uma forma «hiper-real», seja na imprevisibilidade que pode gerar, seja na dificuldade de diferenciar uma cópia do original (real ou virtual), é uma técnica fácil. Exatamente por isso, ela é englobada pelo capital para usufruto em colaboração com as suas mutações. «Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva» (Harvey, 1989: 262). Com o crescente desenvolvimento de tecnologias e do mercado de trabalho desse setor<sup>19</sup>, hoje o mesmo é também grande influenciador das modas, manias e tendências. Portanto, cria e produz a própria efemeridade fundamental para a modernidade. É, por isso, «[...] um meio social de produção do sentido de horizontes temporais em colapso de que ela mesma, por sua vez, se alimenta tão avidamente» (*idem*: 262).

Desta forma, a contradição na dimensão macro é que o seu funcionamento deve ser conduzido de forma flexível, volátil e líquida. Já os indivíduos, as instituições, nas dimensões meso e micro, devem transmitir uma imagem sólida para que essa

---

<sup>19</sup> O setor da Tecnologia é o que mais tem gerado financiamento e apostas, sendo também um dos setores que mais faltam pessoas para trabalhar devido à expansão tecnológica que temos vividos, principalmente, na última década. Mais informações: <https://expresso.pt/economia/2022-02-22-portugal-gastou-1099-mil-milhoes-de-euros-em-tecnologia-em-2021.-em-2022-deverao-ser-116-mil-milhoes>. Acesso em: 22 de março de 2022.

engrenagem funcione, mesmo que inseridas dentro dessa estrutura líquida. A relação contraditória entre a dimensão macro com as dimensões meso e micro são condutoras do ser e estar em sociedade.

### **1.3.OS PREFIXOS “NEOS” E OS SEUS IMPACTOS**

Exatamente pela consolidação da identidade e do pertencimento a um lugar, um território, e pela apologia ao conservadorismo (família, religião), a ideia do neoconservadorismo é beneficiada. A dificuldade, mesmo nas entranhas da globalização, de pensarmos na totalidade, no amplo, no coletivo é também fonte de força para as ideias neoconservadoras.

Devido à agressiva ascensão do neoconservadorismo no mundo ocidental, as vitórias de Margaret Thatcher (1979) e Ronald Reagan (1980) são compreendidas por Harvey como a consolidação do que já acontecia desde os anos 70. A crise de 1973 – 1975, já mencionada, trouxe o campo fértil para esse acontecimento. As novas organizações do trabalho, do consumo e da produção, e a redução dos gastos laborais, assim como supressão de direitos trabalhistas que começam também a ganhar força; movimento característico dos momentos de crise.

O avanço neoconservador significa o interesse e a procura de hábitos mais “seguros”. Evidencia-se o retorno dos interesses, de uma parcela da sociedade, por instituições básicas — família, religião — (Harvey, 1989), a busca por raízes históricas e uma diminuição do poder do Estado. Ironicamente (*idem*: 273)

*(...) é que a tradição é agora preservada com frequência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche (comunidades de imitação construídas para evocar imagens de algum passado agradável, o tecido de comunidades operárias tradicionais apropriado por uma pequena nobreza urbana).*

A contradição liberal na economia e o conservadorismo nos costumes cabe à reflexão que propomos aqui. Há demanda por uma “segurança” em instituições de dimensão privada (família, religião) e há a liberalização da economia. A volatilidade e a

efemeridade corroboram com esse fluxo que se estende e se aprofunda na dimensão laboral.

#### 1.4.NEOLIBERALISMO

É difícil datar a história do neoliberalismo<sup>20</sup> por marcos temporais, o que é possível é a identificação de alguns momentos em que podemos identificar a sua consolidação, apesar de não explicarem o seu desenvolvimento.

Os anos 70 foi o período de uma crise generalizada que foi sentida por diferentes países com diferentes processos de desenvolvimento. Além das transformações sistêmicas, foi um momento de estagnação económica, após 3 anos de expansão das economias industriais do Norte Global. Esse crescimento provocou um grande aumento da demanda de produtos exportados e o seu encarecimento para quem os importava, que eram países em desenvolvimento. Richard Nixon determina o fim da era do padrão-ouro (Tortelli, 2021), eliminando as restrições das taxas de câmbio, visando estimular a economia. As crises do petróleo (1973–1974 e 1979–1980) também são significativas nesse momento. Caracterizado pela *estagflação*, esse período é caracterizado pela acumulação flexível, da qual já discorremos anteriormente, que decorre da crise do sistema fordista-keynesiano, sendo considerada o início da ascensão neoliberal.

No caso da América Latina, especificamente do Brasil, Tortelli (2021: 28) traz fatos importantes sobre o impacto dessa crise.

*Os processos históricos dos diferentes países da América Latina apresentam suas particularidades, contudo, é possível destacar a semelhança na forma de influência dos EUA na região. Tratando do caso chileno, Patrício Silva (2008) destaca a existência de forte influência política-ideológica exercida por um modelo tecnocrata que foi progressivamente importante ao país, sobretudo da Escola de Chicago. Compreende que essa influência não se limitou ao âmbito econômico, tendo sido determinante para determinar políticas públicas de educação, cultura e saúde (...). Silva alega que no Uruguai e no Brasil a influência teria estado limitada à economia, o que pode ser questionada quando analisada as atuações do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação*

---

<sup>20</sup> Para uma análise comprometida histórico-teórica sobre o neoliberalismo, ver Tortelli (2021).

*Democrática) neste país. René Dreifuss, em seu clássico 1964: A Conquista do Estado (1981), explicita a articulação promovida por essas organizações da sociedade civil para a realização do golpe civil-militar de 1964 e a definição das principais orientações do regime militar. O IPES e o IBAD atuaram durante anos na preparação da tomada de poder, recebendo fundamental apoio financeiro e ideológico de organizações estadunidenses. Organizações similares operaram na Argentina, que testemunhou um processo brutal de imposição pelo terror das políticas da Escola de Chicago (Klein, 2008: 19). Esses indícios nos permitem identificar a tendência de tecnocratização e de militarização dos espaços de poder após os golpes militares que se abateram sobre o Cone Sul da América Latina. Compreendemos que o pensamento neoliberal, sobretudo pela via de Chicago, foi significativo para a gestão, durante anos, das condições para a desestabilização de governos e para a consolidação dos regimes militares na região.*

A crise de 2008 é considerada a maior do sistema capitalista após a crise de 1929. Originou-se pelo mercado de especulação imobiliária e o excessivo recurso às hipotecas nos Estados Unidos da América (EUA). Apesar de ser uma crise neste território, a sua dimensão cresce e atinge outros territórios com intensidade e formas distintas, porque o mercado financeiro já havia se consolidado globalmente. O colapso sistêmico da acumulação e a falta de soluções imediatas foram as principais razões da crise supracitada.

Houve, por parte de intelectuais (alguns destes economistas), a afirmação que este momento poderia ser o fim do neoliberalismo. Contudo, Tortelli (2021) afirma ser errônea essa interpretação. As principais origens “dentre as quais têm destaque a contração salarial e o incremento do endividamento” não tiveram resolução, dessa forma não é possível afirmar que houve um enfraquecimento dessa ideologia. Ao citar Dardot e Laval (2016), Tortelli (2021: 44) ressalva o pressuposto de que o

*(...) neoliberalismo é mais do que um conjunto de medidas próprias da política econômica, envolvendo, também, uma racionalidade política que impõe a lógica do capital na economia, sociedade e Estado. Dessa forma, o neoliberalismo utiliza uma forma de governação que influencia as formas de subjetividade e as normas de existência dos indivíduos. O processo de consolidação dessa racionalidade política está sendo marcado pela utilização das crises, a partir dos anos 70, e pelo bloqueio do surgimento de alternativas (idem: 10).*

## 1.5.FLEXIBILIDADE

*É p'ra amanhã  
Bem podias fazer hoje  
Porque amanhã sei que voltas a adiar  
E tu bem sabes como o tempo foge  
Mas nada fazes para o agarrar  
Foi mais um dia e tu nada fizeste  
Um dia a mais tu pensas que não faz mal  
Vem outro dia e tudo se repete  
E vais deixando ficar tudo igual  
É p'ra amanhã  
Bem podias viver hoje  
Porque amanhã quem sabe se vais cá estar  
Ai tu bem sabes como a vida foge  
Mesmo de quem diz que está p'ra durar  
Foi mais um dia e tu nada viveste  
Deixas passar os dias sempre iguais  
Quando pensares no tempo que perdeste  
Então tu queres mas é tarde demais  
É p'ra amanhã  
Deixa lá não faças hoje  
Porque amanhã tudo se há de arranjar  
Ai tu bem sabes que o trabalho foge  
Mesmo de quem diz que quer trabalhar  
Eu sei que tu andas a procurar  
Esse lugar que acerte bem contigo  
Do que aparece tu não consegues gostar  
E do que gostas já está preenchido  
É p'ra amanhã  
Bem podias fazer hoje  
Porque amanhã sei que voltas a adiar  
Ai tu bem sabes como o tempo foge  
Mas nada fazes para o agarrar  
É p'ra amanhã  
Bem podias viver hoje  
Porque amanhã quem sabe se vais cá estar  
Ai tu bem sabes como a vida foge  
Mesmo que penses que esta p'ra durar  
É p'ra amanhã  
Deixa lá não faças hoje  
Porque amanhã tudo se há de arranjar  
Ai tu bem sabes que o trabalho foge  
Mesmo de quem diz que quer trabalhar  
António Variações — É p'ra amanhã*

As permanentes transformações (crises) para novas formas de exploração e acumulação de capital são a expressão da flexibilidade, principal característica que sustenta o capitalismo tardio. Esta é mantida porque carrega, concomitantemente, um

sistema de precarização da força de trabalho. Esta característica de manutenção do capital sempre esteve presente nesse modelo, entretanto, o que mudou na passagem para a acumulação flexível foi a sua forma; passa-se de uma indiferença ligada à classe materialmente, para uma indiferença mais pessoal «porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma» (Sennet, 1999).

A flexibilidade (Harvey, 1989: 181)

*(...) conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos.*

A redução do tempo de giro, resgatada no pós-modernismo, é a principal fonte da flexibilidade, ou seja, o resgate de uma diminuição do tempo de produção e a inovação tecnológica como aliados a complexificação da efemeridade produtiva atual. A redução do tempo de giro de consumo, com a redução do tempo de produção, é a chave para o sucesso desse período. O que acontece, após as revoluções industriais (3a e 4a), é que se aprofunda, mais uma vez, a flexibilização das relações de trabalho e, também, da comercialização da imagem. Foi acompanhada «por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais» (Harvey, 1989: 148). Vivemos num mundo que aspira elementos pós-modernos quando convém ao capital.

As transformações das estruturas sociais devido às mutações desse sistema podem ser consideradas tão importantes quanto as transformações provocadas pela passagem da sociedade agrária para a sociedade industrial (Lopes; Louçã; Ferro, 2017). E a precarização do trabalho é uma das consequências dessa mutação, portanto, a elasticidade, a flexibilidade transcende a indiferença de classe para a indiferença pessoal

e para a flexibilização e precarização laboral. Mas isto não quer dizer que a interpretação dos atores sociais seja uma leitura negativa.

Os novos arranjos flexíveis e, por vezes, efêmeros, podem criar uma relação mútua de benefícios. Esta é mais uma das relações contraditórias deste período. As pessoas que trabalham podem ver a flexibilidade como uma oportunidade de “liberdade”, a ideia do “*self-made*” foi tão bem construída e imbricada no imaginário coletivo que as novas táticas de flexibilização são vistas como um fator de libertação de obrigações laborais, ou de maior “controle” do seu tempo e consequentemente da sua liberdade. Contudo, o efeito é inverso. «A atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores "centrais" e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins» (Harvey, 1989: 144). O autor, já em 1989, sinalizava essas alterações, construídas no modelo ainda fordista no Japão. Hoje, o nosso maior exemplo é o que aconteceu durante a pandemia. Por um lado, houve as demissões em massa, ou ainda o tão recorrido *layoff*, mas mais preocupante foi a condição dos trabalhadores informais, autônomos e falsos recibos verdes ou pessoa jurídica no Brasil. Essas situações abriram a ferida, que já sangrava, do descaso e dos retrocessos das leis laborais a nível mundial.

A pandemia foi uma das grandes responsáveis por várias tomadas de consciência coletiva, por mais efêmeras (ironia do próprio sistema?) e líquidas<sup>21</sup> que tenham sido, sobre setores que realmente são importantes para o funcionamento da nossa sociedade. Além disso, destampou o curativo sobre as diferenças de quem mais despende de tempo para multitarefas, que na sua grande maioria são realizadas pelas mulheres, no âmbito do trabalho reprodutivo e dos cuidados.

Neste estudo, não iremos nos deter a uma análise aprofundada em relação ao gênero e às diferenças acerca desta temática em relação ao nosso objeto empírico. Contudo, é importante ressaltar que as mulheres têm uma relação diferenciada na história das transformações do capitalismo e isso não diferiria nos dois países que aqui analisamos, visto que o patriarcado e a sua influência neste sistema se dá

---

<sup>21</sup> Metáfora — assim como fluidez — que Bauman (2014:10) utiliza como a captura da «natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade».

estruturalmente. As mulheres, durante a transição para a acumulação flexível, conquistam mais espaço no mercado de trabalho, apesar de, em sua maioria, na esfera do trabalho reprodutivo e dos cuidados, e também mais direitos de autodeterminação dos seus corpos, no entanto, ainda permanecem vigorando tabus e retrocessos. Embora sejamos uma grande parte da classe trabalhadora, também somos as mais precarizadas, por isso ainda há muito o que ser conquistado no que diz respeito à igualdade e equidade. Portanto, apesar de o recorte de gênero não ser um dos focos desta pesquisa, enquanto mulher e ativista, essa linha reflexiva sempre será presente nas discussões aqui apresentadas.

A organização do capitalismo, *através* “da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (Harvey, 1989: 150 e 151) intensifica a permanência e as mutações. A desordem é quem ordena.

*A organização mais coesa e a centralização implosiva foram alcançadas, na verdade, por dois desenvolvimentos paralelos da maior importância. Em primeiro lugar, as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o fordismo (idem).*

Outra contradição característica desse período é o reforço do lugar, do território, da identidade. O lugar é importante porque a imagem também o é, como já vimos. Portanto, lugar não é só aquele bom para a operacionalização capitalista, mas também aquele seguro para viver e para consumir (na lógica sistêmica do capital). O lugar é espaço, território e imagem em simultâneo. À medida que se transfere uma importante parte da indústria e da produção para o Sul global, vende-se a imagem segura e consolidada do Norte global, reforçando a lógica hegemônica já estabelecida. Por isso, a imagem do lugar (e consequentemente de identidade) torna-se importante nessas

imagens espaciais e territoriais que se sobrepõem e “*implodem em nós*”. Nós, indivíduos, ocupamos espaços (corpo, quarto, casa, comunidade, nação), por isso, construímos a nossa identidade. «Além disso, se ninguém “conhece o seu lugar” nesse mutante mundo-colagem, como é possível elaborar e sustentar uma ordem social segura?» (Harvey, 1989: 272).

Essa constatação tem reflexos diretos nos movimentos sociais ou luta de classe, porque há dilemas de identidade e pertença que dá a volta ao “mundo globalizado”, contudo as lutas permanecem, na sua grande maioria, focadas numa identidade de pertença ao lugar. Talvez esteja aqui uma das grandes dificuldades, e vagareza, em construções reflexivas coletivas e de ações baseadas na interseccionalidade<sup>22</sup>. «Ao se apegarem, muitas vezes por necessidade, a uma identidade dependente de lugar, esses movimentos de oposição, contudo, se tornam parte da própria fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar» (*idem*, 272).

## **1.6.FLEXIBILIDADE LABORAL**

A flexibilidade do trabalho e emprego não cria, necessariamente, insatisfação aos trabalhadores, pois essa flexibilidade pode ser benéfica para ambas as partes (empregado e empregador). Contudo, em relação aos direitos, essa forma flexível não garante às pessoas que trabalham garantias legais e normativas importantes (direitos de cobertura de seguro, de pensão, de níveis salariais por categoria, segurança no e do emprego, por exemplo). Ao mesmo tempo, percebeu-se a fragilização das organizações de trabalhadores por ataques governamentais nos fins dos anos 1970 e inícios dos 1980. Esse é o período de emergência do neoliberalismo na Inglaterra e, depois, EUA, seguidos por outros países.

---

<sup>22</sup> Para Carla Akotirene (2019) o termo [interseccionalidade], inseparável do feminismo negro, se refere a uma sensibilidade analítica que pensa a inseparabilidade do «racismo, capitalismo e do cisheteropatriarcado» que são produtores de avenidas identitárias. Surge no cotidiano de mulheres negras e dos desafios que estas enfrentam. A interseccionalidade permite uma abordagem crítica tanto para a compreensão dos sistemas de dominação, através dos 3 eixos raça, classe e gênero, quanto de uma abordagem crítica das perspectivas tradicionais de produção do conhecimento.

Portanto, o triunfo neoliberal não era simplesmente uma questão ideológica, como foi antecipado pelos marxistas, conforme Therborn (2012) nos avisa, mas tinha uma base material muito firme. A financeirização, ou seja, um conjunto de ações de desenvolvimento que envolvem a liberação de fluxos de capital, expansão do crédito negociação digital e compartimento de capital em pensões e fundos de seguros possibilitaram gerar uma enorme quantidade de capital privado. Consequência disto foi que, no verão de 2011, a *Apple* obteve mais dinheiro líquido que o próprio governo dos EUA, por exemplo. A revolução eletrônica possibilitou que ações e movimentações fossem feitas remotamente e de espaços geográficos distantes. Isso revolucionou as cadeias globais de mercadorias, fazendo com que a velha economia e a forma de produção abrisse espaço para uma nova forma de organização do capital, substituindo, então, a nacionalização e a regulamentação como algo onipresente na política do governo (Therborn, 2012: 11).

A cada ano, já há algum tempo, novas lutas são travadas entre sociedade civil e Estado; tanto no âmbito de perdas de direitos, quanto em retrocessos de políticas públicas que são uma constante, principalmente, para a classe trabalhadora precarizada (Soeiro, 2015). Apesar de ser perceptível que se tenha uma diferença histórica nos processos de surgimento de uma classe trabalhadora e, mais recentemente, do dito precariado, a história repete-se. O capitalismo transforma-se e com isso transformam-se as configurações laborais. O que diferencia os dois países que aqui nos aprofundaremos é que atualmente, no Brasil, luta-se por direitos retirados (Machado; Tortelli, 2018) com as reformas constitucionais, e, em Portugal, a luta se dá para a manutenção e permanência dos direitos e a obtenção de novos. E, ao nosso ver, é um reflexo direto do processo histórico-econômico-social dos dois países.

Ao pensarmos numa classe trabalhadora em transformação com as modificações do atual sistema de acumulação do capitalismo avançado (Harvey, 1989), evidencia-se um processo contínuo e cíclico de precarização da condição do trabalho, principalmente para as parcelas mais jovens da população. Neste cenário de desenvolvimento e transformações do sistema neoliberal, Eric Wrigth (2015: 205) argumenta que o precariado aparece como um segmento recente da classe trabalhadora e pode

desempenhar, e desempenha, a importante função de protagonizar lutas no âmbito laboral.

*La importancia de la precariedad como parte de las condiciones vitales de millones de personas en el mundo hoy no depende de si esas personas pueden considerarse como pertenecientes a una clase en concreto. Lo que importa es la realidad de la condición en que se encuentran y qué pueda hacerse al respecto*<sup>23</sup> (idem).

De fato antes, durante e depois da pandemia, houveram diferentes formas de luta desse setor. A intensificação de retirada de direitos através de reformas constitucionais e legislativas, o aprofundamento de laços laborais fugazes, o não reconhecimento de profissões importantes para o funcionamento e manutenção da sociedade é (Wacquant, 2014: 144 e 145)

*(...) um novo regime de pobreza na cidade, alimentado pela fragmentação do trabalho assalariado, pelo recuo da proteção social e pela estigmatização territorial. Concluo que o Estado desempenha um papel central na produção e na distribuição, tanto social quanto espacial, da marginalidade urbana: o destino do precariado pós-industrial revela-se economicamente subdeterminado e politicamente sobredeterminado (...) (idem).*

O projeto de permanência de *status quo* delineado (ibidem) é importante porque nos auxilia a enxergar as formações e também deformações de classe na sociedade.

## **1.7.UMA PARADA BREVE**

Estamos a testemunhar o percurso de uma transição histórica e de muitas mutações do sistema que rege, hoje, a nossa sociedade. Além de dilemas teóricos, reflexões que podem desatualizar-se e os retrocessos de direitos tão presentes para os 99% da população, evocamos a importância de esta “ideia” estar sempre presente nas

---

<sup>23</sup> Tradução livre: “A importância da precariedade como parte das condições de vida de milhões de pessoas no mundo hoje não depende se essas pessoas podem ser consideradas pertencentes a uma determinada classe. O que importa é a realidade da condição em que estão e o que pode ser feito sobre isso.”

nossas reflexões, somos o todo e o nada, o indivíduo e o coletivo, o real e o virtual. As imbricações dessas relações contraditórias que permeiam a dimensão macro estão aqui, muito bem colocada em palavras, por Harvey (1989:163).

*Poderemos apreender teoricamente a lógica, senão a necessidade, da transição? Até que ponto as formulações teóricas passadas e presentes da dinâmica do capitalismo têm de ser modificadas à luz das radicais reorganizações e reestruturações que ocorrem nas forças produtivas e nas relações sociais? E poderemos representar o atual regime suficientemente bem para termos alguma idéia do provável curso e implicações do que parece ser uma revolução permanente? (idem).*

Dado o esforço desta retomada histórica do contexto geral numa perspectiva macro, é importante pontuarmos algumas questões antes de iniciarmos um trajeto pelo contexto histórico-social dos países que são a fonte deste estudo. É necessário abordar a diferença de organização social e de garantias sociais de direitos destes países, apesar do exercício proposto aqui ser o de estabelecer um paralelo e uma aproximação de contextos histórico-sociais diferentes. Compreende-se que é preciso recorrer a referenciais que deem conta das reflexões, tanto do contexto português, quanto do contexto brasileiro. Por isso, o próximo capítulo será de retomadas histórico-sociais dissociadas, para, depois, tentarmos propor um caminho reflexivo de uma linha histórica conjunta, num processo dialógico e dialético.

## **1. CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIAIS — BRASIL E PORTUGAL**

O nosso estudo tem como base histórica-social Brasil e Portugal, e esta escolha se deu devido à origem da doutoranda e o seu percurso de vida. Uma brasileira de nascimento, que possui trajetória profissional, ativista, militante e acadêmica no Brasil e em Portugal durante o percurso do doutoramento. Para nós, não fazia sentido

fragmentar essa trajetória, de onde vim e de onde estou, portanto, a escolha pelos dois espaços se dá pela origem (o passado) e pelo presente.

A percepção da construção das identidades de sociedade e dos sistemas econômicos que influenciam na estruturação da classe trabalhadora e das relações laborais nestes países figura-se primordial para uma reflexão acerca de percursos profissionais de precariedade laboral. Por isso, longe de tomarmos o lugar de historiadores/as, trazemos aqui alguns pontos histórico-sociais que podem nos guiar numa melhor compreensão das análises dos retratos sociológicos e, também, das reflexões finais deste estudo.

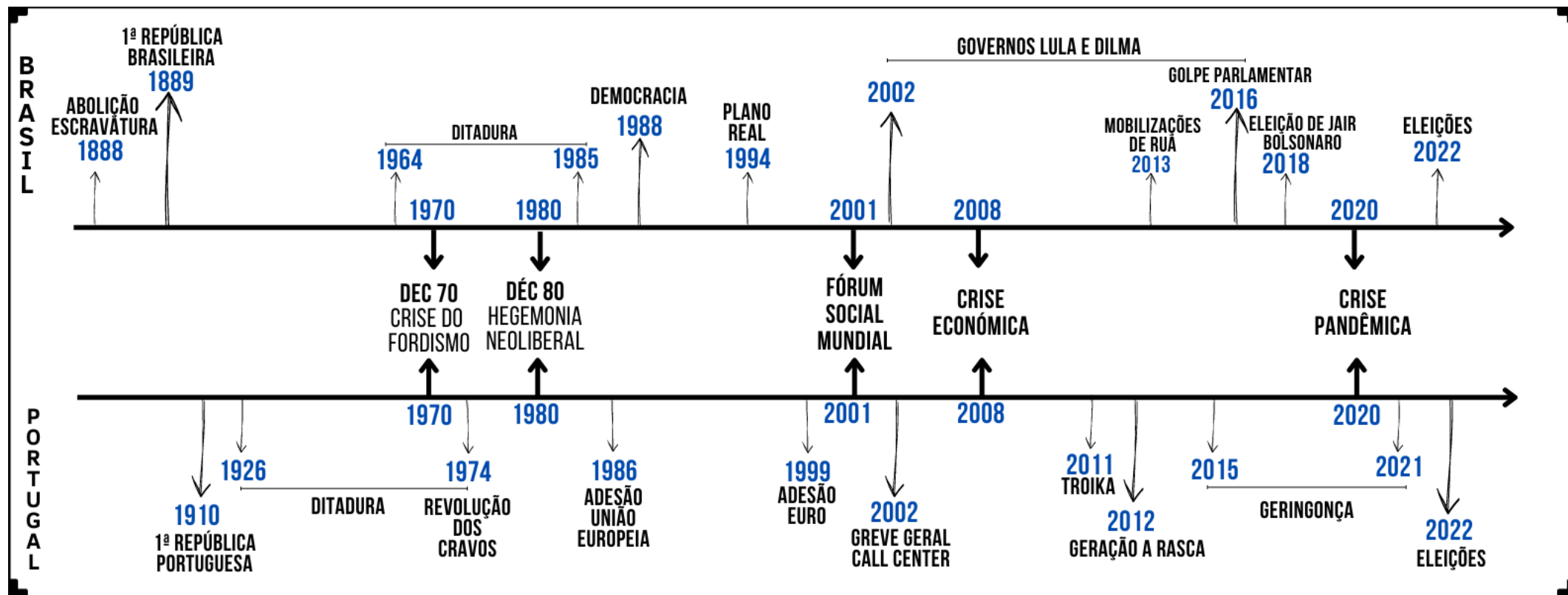
Os resumos históricos apresentados não foram realizados exaustivamente, mas sim comprometidamente com acontecimentos importantes para o estudo aqui pretendido. O nosso fio condutor na reflexão histórico-social será a construção da identidade de sociedade e da classe das pessoas que trabalham no Brasil e em Portugal; ou seja, a maioria populacional de ambos. Portanto, primeiro realizamos uma retomada histórica, resumida a partir de alguns pontos da linha do tempo apresentada, que culmina em um breve apanhado de acontecimentos; em seguida, realizamos uma reflexão histórico-social de cada país.

### **1.1.LINHA HISTÓRICA DO BRASIL E DE PORTUGAL**

O principal objetivo das linhas históricas apresentadas a seguir é mostrar acontecimentos de cada país num determinado período de histórico. É importante ressaltar que nossas escolhas não são neutras, pois partem de uma pré-seleção. Apresentaremos, em paralelo, as linhas históricas dos dois países, com destaque para alguns momentos que julgamos essenciais e demais factos que consideramos importantes. Sabemos que, por ventura, alguns momentos não serão mencionados. Sabemos, também, que o uso da ferramenta da linha do tempo nos restringe, e isso faz parte das escolhas que tivemos que tomar para a condução reflexiva. O único e principal objetivo é a evidência de alguns acontecimentos histórico-sociais, tanto na dimensão macro quanto na dimensão meso e micro, que auxiliarão na reflexão proposta nesta pesquisa.



Figura 1 - Linha Histórico-Social Do Brasil E De Portugal



Fonte: Elaboração própria.

### **1.1.1. Momentos Históricos Brasil E Portugal Por Datas**

- 1888** - Brasil — Abolição da Escravatura
- 1889** - 1ª República Brasileira
- 1910** - 1ª República Portuguesa
- 1926 - 1974** - Portugal — Ditadura — Regime autoritário
- 1964-1986** - Brasil — Ditadura — Regime autoritário
- 1968 até 1974** - Brasil — Auge de período do “milagre” econômico
- Década de 70** - Crise do fordismo — Colapso do ciclo autoritário mundial
- 1974** - Portugal — Revolução dos Cravos
- 1974 a 1975** - Portugal — Processo Revolucionário em Curso
- 1975** - Portugal — 25 de novembro, o “Novembrismo” — Regime democrático e liberal
- 1977** - Portugal — Intervenção Fundo Monetário Internacional (FMI)
- Década de 80** — Nova onda de mercantilização — a guinada neoliberal global
- 1983** - Portugal — Intervenção FMI
- 1986** - Portugal — Adesão de Portugal ao projeto da União Europeia
- 1988** - Brasil — Início Regime Democrático
- 1989** - Portugal — Revisão Constitucional — Queda do Muro de Berlim
- 1990** - Globalização econômica — Marchas europeias contra o desemprego
- 1991** - Fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)
- 1994** - Brasil — Implementação do Plano Real
- 1999** - Portugal — Adesão ao Programa da Zona Euro
- 2000 a 2010** - Portugal — protesto social em escalada
- 2001** - Brasil — Fórum Social Mundial Porto Alegre
- 2002** - Brasil — Vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições
- 2002** - Portugal — Greve pioneira inaugurou o ciclo de mobilizações do jovem precariado
- 2002 a 2016** - Brasil — Governos presidenciais do Partido dos Trabalhadores
- 2002 a 2011** - Portugal — Estagnação econômica e legislação laboral refratária
- 2003 a 2014** - consolidação do modelo de desenvolvimento pós-fordista, periférico e financeirizado no Brasil pelo governo Lula.
- 2004** - Criação do EuroMayDay
- 2007** - Criação da Associação de Combate à Precariedade — Precários Inflexíveis (PIs)
- 2008** - Crise da globalização, principalmente EUA: crise das hipotecas; na União Européia: tensão nas economias maioritariamente exportadoras; Portugal: reformas na legislação trabalhista.
- 2010** - Portugal — 1º Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC I) — reduzir o gasto público por meio de medidas de austeridade.
- 2010 a 2014** - 5 greves gerais em PT
- 2011** - Portugal - Governo PSD-CDS assina o Memorando de Entendimento com a Troika

**2011 e 2015** - Portugal e Brasil — protestos voltam a acelerar após o início da crise da globalização, alcançando um pico. Crise econômica global.

**2012** - Portugal — Geração à Rasca

**2013** - Brasil — Luta pela redução da tarifa dos Transportes — Retomada da atividade de massas

**2014** - Brasil — Eleições segundo mandato Dilma — crise econômica

**2015 a 2021** - Portugal — Período da Geringonça

**2016** - Brasil — Golpe Parlamentar no Brasil - Impeachment de Dilma Rousseff

**2017** - Brasil — Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista — Governo de Michel Temer

**2018** - Brasil — Eleição de Jair Bolsonaro

**2020** - Crise pandêmica global

**2021** - Portugal — Crise governo

**2022** - Guerra entre Rússia e Ucrânia Portugal — Eleições com vitória da maioria parlamentar do PS — Eleições no Brasil

## **1.2.BRASIL — UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL**

A partir da abolição da escravidão, em 1888, e, conseqüentemente, do declínio do sistema colonial (pelo menos no sentido sistêmico, estrutural), inicia-se uma alteração da lógica laboral e das suas relações no país. A Lei Áurea tem uma significância muito maior do que a assinatura de um papel por uma monarca (que por si só tem um sentido simbólico para além do legislativo) porque este reconhecimento da liberdade foi importante para uma grande parcela da população; até então escravizada. Apesar deste fato, os resquícios (que até hoje são latentes!) das estruturas de diferenciação racial e preconceito permaneceram e viabilizaram a desumanização dessa parcela populacional durante esse processo histórico. O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão, e isso deu-se devido à Era de Ouro do café, que utilizava da escravidão como base da relação de produção.

Não foi construído e legitimado um espaço para essas pessoas na sociedade pós-colonial e urbana, mesmo com a assinatura de um “papel”, não havia um apoio ou previsão de as inserir socialmente. É uma questão que traz reflexos nas estruturas sociais até hoje. Milhares de brasileiros negros, pretos e pobres continuam, ainda, sem espaço na sociedade brasileira, continuam a ser negados e invisibilizados. Destacar o

processo de construção da sociedade e das suas classes contribuirá para compreendermos a realidade do Brasil atual.

Em 1889, é proclamada a República do Brasil, que dá seu primeiro passo para um regime não colonial através de um golpe militar, considerado por Florestan Fernandes (2005) como o início da Revolução Burguesa no país. O Marechal Deodoro da Fonseca, que era o chefe do exército, instituiu o governo provisório da República presidencialista, onde se torna presidente, ordenando a retirada do Imperador Dom Pedro II do Brasil. É importante ressaltar que este golpe militar, o primeiro da sequência histórica do país, marca o fim do regime monárquico.

Obviamente que a Lei Áurea não seria suficiente para acabar com a perpetuação da forma de produção e de poder com práticas de tortura e coerção que aquele regime escravocrata até então perpetrava. Havia resistência, e muita. Após a abolição, muitas instituições, privadas ou do Estado, negavam essa liberdade para as pessoas que trabalhavam e permaneciam com o mesmo regime de poder da escravidão. A Marinha Brasileira, por exemplo, mantinha uma diferenciação entre marinheiros negros e marinheiros brancos, evocando à época uma importante luta. A Revolta da Chibata ocorreu 20 anos após a abolição da escravatura. Marinheiros revoltosos se rebelam e João Cândido, que era marinheiro e líder da revolta, enviou uma carta ao Presidente do Brasil, solicitando que as práticas escravocratas fossem abolidas no local de trabalho<sup>24</sup>.

Afinal, o regime muda, mas o *modus operandi* não. Trazemos um trecho do álbum de Luca Argel, de título “Samba de Guerrilha”, interpretado por Telma Tvon.

*[Verso: Telma] Já que nenhuma autoridade no Brasil se dispõe a ajudar na integração dos negros libertos pela abolição, o país tinha nas mãos um problema. Dois problemas, na verdade.*

---

<sup>24</sup> Devido a uma suspeita de que o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes havia embarcado com duas garrafas de cachaça às escondidas e ter supostamente agredido um cabo com uma navalha, o comandante João Batista das Neves ordenou que ele levasse 250 chibatadas. Foi um espanto, pois mesmo as faltas mais graves tinham como punição 25 chibatadas. Dado a esse uso exacerbado de força, João Cândido, líder do motim com 2.379 marinheiros, na sua maioria negros e pardos, assumem o comando de quatro navios de guerra ancorados na Baía de Guanabara no Rio de Janeiro. Aos gritos de “Viva a Liberdade!” e “Abaixo a chibata!”, içaram bandeiras vermelhas e apontaram 80 canhões na direção do porto da Baía de Guanabara com ameaças de bombardear a cidade do Rio de Janeiro. As exigências eram melhora de salário, amnistia aos revoltosos e fim de castigos. Ao final de cinco dias, o então presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, aceitou as condições.

*Problema número 1: quem iria fazer o trabalho que era antes feito pelos escravizados?*

*Problema número 2: o que fazer com as centenas de milhares de negros, agora livres?*

*E para estes dois problemas, uma só solução:*

*Imigrantes. Mas não qualquer imigrante, imigrantes brancos. Europeus, de preferência. A abolição pode ter acabado com a escravidão, mas nem sequer arranhou o racismo. E a maior prova disso é a lógica por trás deste plano: se não há mais escravidão, para quê negros? Não precisamos mais de negros - era o que as autoridades pareciam dizer. Mas então como exterminar (de uma forma moralmente aceitável) a enorme população negra do país? Ora, se os negros chegaram aqui trazidos de navio, vamos agora trazer brancos nos navios. Muitos brancos. E assim com o tempo a pele da população vai ser branqueada, e para mais, estes imigrantes brancos ainda ocupam os postos de trabalho precário que ficaram vagos. Mas atenção! Estes novos trabalhadores jamais aceitariam vir acorrentados, como os africanos... Por isso, aos imigrantes brancos que chegavam, e que eram alemães, polacos, ucranianos, italianos, espanhóis, e até japoneses, as viagens foram oferecidas pelo estado brasileiro, em navios fretados. Ao chegarem, foi-lhes oferecido crédito a longo prazo, para comprarem terras do estado, vendidas com desconto especial. E para completar, o estado ainda pagava prêmios aos latifundiários que ("coitadinhos") agora desprovidos da mão de obra escrava, abrisse as portas aos tais imigrantes brancos. Não que a vida destes imigrantes tenha sido fácil ao chegar. Muito pelo contrário. Mas é preciso dizer que, apenas por serem brancos, a eles foi oferecido absolutamente tudo o que foi negados aos 700 mil negros que já lá estavam, em desamparo.*

Nesse sentido, ainda com enfoque no período da escravidão, mas que tem a sua continuidade após a abolição, escreveu Fernandes (2018:150 e 151):

*A estrutura da sociedade colonial incorporava o sistema de produção e de relações sociais apenas parcialmente nos mecanismos de mercado de tipo capitalista moderno. No nível da comercialização dos produtos exportados e de bens importados, os senhores, seus agentes e comerciantes que operavam por conta própria ou de firmas estrangeiras preenchiam papéis econômicos especificamente capitalista. Mas o mercado colonial não se organizava como um mercado capitalista moderno. Em particular, ele não operava como uma fonte de valorização social de bens e serviços, classificando pessoas, grupos e estratos sociais: a ordem estamental e de castas desempenhava essas funções, e a condição de «possuidor» ou de «não possuidor» não era determinada, primariamente, por processos socioeconômicos determinados e regulados pela organização e pelo funcionamento de*

*mercado. Essa condição emerge mais por processos condicionados externamente que por uma revolução interna.*

A ida da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, em fuga de Napoleão Bonaparte, e a influência da Revolução Francesa de 1789 desencadeou a necessidade de alterações políticas e sociais, visando inserir a lógica europeia, ou seja, fazendo um movimento de fora para dentro. A transformação do mercado mundial e a reorganização das relações comerciais com os países colonizados contribuem para esta necessidade de transformação. Internamente, havia apoiadores dessas alterações, contudo, com menos impacto efetivo. Por meio das alterações provocadas pela vinda da corte portuguesa, consagram-se «mentores da derrocada interna do sistema colonial e da nativização do poder» e assim, manter os latifúndios e as lavouras era contraditório com o sistema econômico vigente nos parceiros comerciais do Brasil (Fernandes, 2018).

Nessa fase da constituição da nação Brasil, a ida de imigrantes, sobretudo europeus, representou muito mais que povoar uma terra de dimensões continentais. Significou, também, negar do Estado a responsabilidade para com aqueles que já lá estavam à força. A história do Brasil é construída, então, por uma política de branqueamento. Não só da população, mas de toda a contribuição não branca no processo de desenvolvimento do país. O descaso com a população liberta e os incentivos à vinda de imigrantes brancos constituiu no Brasil, após 400 anos de escravidão, o chamado racismo-estrutural.

O racismo-estrutural é um importante fator na constituição da sociedade brasileira<sup>25</sup>, o que, muitas vezes, não é mencionado nas pesquisas sobre o país. É estrutural porque não se resume à ação individual, mas, sim, à conjunção da ação individual, ou seja, à soma com a dimensão de poder que um indivíduo exerce sobre outro e/ou de um grupo sobre outro (podendo ser em esferas mais complexas, como econômica, institucional, social). Torna-se possível devido ao «controle direto ou

---

<sup>25</sup> “Parece que contar estas histórias é falar do passado. Não é. A escravatura só existiu porque houve um discurso racista que a sustentava. E este discurso ainda existe. Não só ainda existe como ainda sustenta a violência do presente. A violência da desigualdade social. A violência da intolerância religiosa. A violência da falta de representatividade. A violência da gentrificação das cidades como forma de higiene social. A violência das prisões, agressões e assassinatos diários dos descendentes dos escravizados.” - Trecho da música Guerrilha de Luca Argel, interpretado por Telma Tvon.

indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional», ou seja, a estrutura social racista legitima instituições racistas (Almeida, 2019). O recorte de raça não será um dos nossos enfoques, contudo, não o mencionar seria, mais uma vez, negar e invisibilizar esse relevante componente da sociedade brasileira.

No pós-escravidão, as cidades ampliam o desenvolvimento industrial, de certa forma em função da I Guerra Mundial, mas, em simultâneo, permanece o deslocamento dos pobres, negros, pretos e indígenas para as periferias das cidades. As políticas coercitivas e o branqueamento<sup>26</sup> dos centros urbanos também foram processos duros, que contribuíram para o passado (e presente) estigmatizador no processo civilizatório brasileiro. «É um passado que se faz presente»<sup>27</sup>.

A revolução burguesa no Brasil tem características próprias de uma nação de origem colonial que se incorpora no mercado mundial exatamente pela manutenção e preservação do sistema de produção de estrutura colonial. Ou seja, concomitantemente manteve-se o funcionamento da produção colonial onde o poderio senhorial era consolidado e inicia-se o processo de ampliação de uma rede de serviços urbanos, dos quais necessitavam de trabalho livre e não escravo, além da implementação de um sistema financeiro próprio do sistema capitalista. Dessa forma, pretendia-se «(...) expurgar a sociedade brasileira da escravidão, mantendo-se as demais condições de concentração racial e social de renda, do prestígio social e do poder» (Fernandes, 2018:154).

O Brasil era conduzido por oligarquias latifundiárias<sup>28</sup>, produtoras de bens para o mercado externo — até 1822, para a metrópole e, depois, preferencialmente sob controle da Inglaterra. As oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, depois do fim da monarquia, se revezam na gestão presidencial do país, sempre tendo as forças militares como reserva estratégica do seu domínio. Estas oligarquias tinham poderes garantidos

---

<sup>26</sup> O filme “Emicida: AmarELO - É Tudo Pra Ontem” (2019) mostra a partir da biografia do artista e momentos de resistência da música popular brasileira representada pelo povo negro e os reflexos das políticas de branqueamento que permanecem na sociedade brasileira ainda hoje.

<sup>27</sup> Alusão à música “Passado Presente”, de Luca Argel, interpretado por Telma Tvon.

<sup>28</sup> Nos primeiros anos da Primeira República, o Brasil mantinha a divisão por províncias que refletiam os grandes núcleos oligárquicos latifundiários (São Paulo, Minas Gerais, Cisplatina), porém já com um rascunho das divisões dos estados que surgiriam, rascunho este muito parecido com as divisões que temos hoje.

devido ao impacto do ciclo do café, possibilitado por seus grandes latifúndios, que lhes dava poder para garantir os seus interesses num sistema econômico agroexportador; prática essa conhecida como a “política do café com leite”. A principal mão de obra das lavouras de café vinha de ondas migratórias, por um período maior, de italianos, mas também de espanhóis e outras etnias.

A monocultura do café e a busca por sua manutenção de preço (o lucro) colaborou com que a crise mundial de 1929 (A Grande Depressão) fosse sentida profundamente no país, culminando com as reivindicações de oligarquias de outros estados, sobre a hegemonia da paulista e da mineira, além dos descontentamentos militares que já ocorriam — conhecidos como “tenentismo” (Fausto, 2001:172). Acontece, então, o golpe militar de 1930, a chamada Revolução de 1930, que se traduz na união de oligarcas (que representavam as classes dominantes); de representantes do movimento tenentista, já mencionado; de jovens civis que se autodeclaravam como tenente civis; e do Partido Democrático, cujo interesse era efetivar a adoção de um Estado Liberal (*idem*).

Esse facto histórico se configura, em suma, numa disputa entre as elites hegemônicas, que acabam alternando o poder e pouco ou nada alteraram as estruturas sociais e econômicas brasileiras. “Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (Fausto, 2001:182). Inicia-se, então, a Era Vargas ou Estado getulista (devido ao nome de Getúlio Vargas, figura de destaque desse período), que durou de 1930 a 1945, caracterizada pela centralização do poder político e econômico-financeiro e pela diminuição de poder e influência das oligarquias. Esse período caracterizou-se pela forte industrialização, políticas de proteção trabalhista no setor urbano e a centralização das Forças Armadas — com foco no Exército — com o intuito de garantir a ordem interna e a criação de uma indústria de base (*ibidem*).

Os governos provisórios (1930-1934 e 1934-1937) garantiram o processo de industrialização e fomento de criação de políticas numa linha democrática liberal. As leis trabalhistas, que contemplavam principalmente os/as trabalhadores/as urbanos, eram mais um aparato da centralização do poder, visto que tinham como objetivo “reprimir

os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o controle difuso ao governo” (Fausto, 2001: 187). Em 1937, culminou, por descontentamentos regionais, uma intervenção do governo em algumas regiões e no Distrito Federal. Como pretexto para reacender o espírito golpista (Fausto, 2001: 199), surge o Plano Cohen (um plano de insurreição comunista), que de obra fictícia se tornou realidade para corroborar com o discurso anti-comunista e foi responsável para a legitimação do golpe que originou a implementação do Estado Novo (1937-1945) (*idem*).

O Estado Novo caracterizou-se por colocar em prática o que já vinha sendo elaborado pelos governos provisórios, não se tratando, portanto, de uma rutura com o passado. Os estados foram governados por interventores que eram nominados pelo governo central, e esta aliança entre as burocracias civil e militar com a burguesia industrial tinham como objetivo a industrialização sem interferência social. O Estado Novo valia-se de métodos autoritários de governo, como o uso da tortura e da repressão política.

A inserção do Brasil numa política de relações internacionais contribuiu para o fim do Estado Novo, principalmente quando entrou na II Guerra Mundial, pois a oposição (uma parte desta de dentro do próprio governo) utilizou-se do argumento da contradição, ou seja, um regime autoritário que apoiava regimes democráticos internacionais. A manobra de cálculo equivocada de Getúlio Vargas, que substituiu João Alberto do cargo estratégico de chefe da polícia do Distrito Federal pela nomeação do seu irmão Benjamim Vargas, gerou insatisfação do general Góis, Ministro da Guerra. Este pede que Vargas retire a nomeação, o que foi negado, e gerou a sua renúncia do cargo.

As eleições de 1945 tiveram grande participação popular para a época, depois de um período de ditadura, e a oposição foi surpreendida pela vitória do brigadeiro Dutra, a qual se relacionou com o prestígio popular de Getúlio Vargas, eleito senador pelo estado do Rio Grande do Sul. O Brasil tornou-se uma República federativa com um sistema representativo presidencial, com mandato de cinco anos. Em 1950, nas eleições presidenciais, Getúlio Vargas é eleito, porém, o seu mandato foi turbulento, marcado por greves e disputas de poder pela oligarquia e militares. Vargas passava por um

momento de crise política, os militares e representantes federativos pediam a sua renúncia e a sua resistência chegou ao limite, culminando no seu suicídio, que provocou uma reviravolta social, devido ao seu prestígio no meio das massas populares. Garantem-se as eleições de 1955, as quais marcam a passagem do período nacionalista para o período desenvolvimentista (Fausto, 2001).

Juscelino Kubitschek (JK), presidente vitorioso nas eleições de 1955, elegeu-se por um discurso anticorrupção e definiu como política do seu governo o Programa de Metas, composto por 31 objetivos e 6 áreas de abrangência: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. Promoveu a industrialização profundamente nos setores ligados à infraestrutura e atração de capitais estrangeiros para viabilizar a política desenvolvimentista. Os principais problemas, que geraram crise no governo de JK, foram no âmbito do comércio exterior e nos gastos do projeto de industrialização e na construção de Brasília.

Já em 1960, Jânio Quadros ganha as eleições “encarnando as esperanças do futuro” devido ao aumento da participação nas eleições. Contudo, o seu início foi conturbado com foco em assuntos que não faziam jus à importância do seu cargo (como a proibição do uso de biquíni, brigas de galo e do lança-perfume), no âmbito dos assuntos mais sérios, combinou iniciativas alternadas para agradar os conservadores e a esquerda. Foi um momento de ebulição de organização civil e movimentos sociais (União Nacional dos Estudantes, por exemplo), assim como a consolidação de partidos políticos. Em meio à renúncia de Jânio e o descontentamento dos militares e da elite pela posse do vice-presidente, João Goulart (Jango), como era previsto pela Constituição, houve uma mudança de curso. A solução alterou o regime do Estado para o parlamentarismo, assim a sua posse o dava menos poderes que no sistema de governo presidencialista. Após o plebiscito de 1963, a população diz “não” ao regime parlamentar e retorna-se ao regime presidencialista com Goulart na chefia do governo. Era um período de efervescência popular, marcado por levantes populares e greves para aumento do salário mínimo. Em contrapartida, militares faziam um movimento de breque de conquistas de direitos da população, a chamada “contrarrevolução” definida por Florestan Fernandes.

A situação financeira do país era grave, havia rupturas partidárias e interesses, por parte dos setores beneficiários da inflação, de que as medidas do governo não dessem certo. O clima de instabilidade em todos os setores da sociedade e as manifestações em massa pela reforma agrária e legalização do Partido Comunista geraram desconforto nos setores conservadores da sociedade. As reformas e medidas “extremas” tomadas por Jango anunciavam o início do fim do seu governo. Nesse contexto, na madrugada do dia 1º de abril de 1964, parte das Forças Armadas brasileiras promovem o deslocamento de tropas para o centro do poder político, concretizando o golpe militar que estava em gestão há meses. Quando o presidente Jango viajava de Brasília para Porto Alegre, numa ação que buscava evitar o escalar do conflito, o presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República. Houve tentativas de resistência civil, contudo, sem sucesso. Iniciou-se, portanto, a ditadura civil-militar e implementação de um regime autoritário.

Sob o espantanto do comunismo e da corrupção, o regime civil-militar no Brasil<sup>29</sup> (1964 - 1985) teve como projeto a mudança de instituições por meio dos Atos Institucionais (AI), que tinham como principal objetivo diminuir o campo de ação do Congresso Federal e aumentar o Poder Executivo. Foram anos duros de repressão, torturas e autoritarismo, apesar de também desencadear o chamado “milagre” econômico (1969 - 1973), devido à política de exportações do agronegócio, da criação de empresas estatais e do grande investimento de empresas norte-americanas<sup>30</sup>. Em contrapartida, a população em geral vivia sob arroxo salarial e empobrecimento.

A “revolução dentro da ordem”, como chama Florestan Fernandes, caracteriza-se pelo fato de que a economia, a cultura e a sociedade fizeram com que a passagem para o capitalismo, no Brasil, ocorresse nos próprios marcos históricos. Essas fases de crise e novas ordens estruturais (social, econômica e políticas) promoveram a absorção das estruturas anteriores, ou seja, desigualdade sistêmica, o racismo estrutural e a exclusão da vida política da maior parte da população nacional; ao invés da sua alteração

---

<sup>29</sup> Uma perspectiva crítica sobre este período é retratada no filme Marighella (2020) de Wagner Moura.

<sup>30</sup> O documentário do jornalista Camilo Galli Tavares, “O dia que durou 21 anos”, traz fatos e relatos sobre o interesse e o investimento dos Estados Unidos no Brasil, conjuntamente com o regime militar. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=fx5rBsJd\\_nE](https://www.youtube.com/watch?v=fx5rBsJd_nE)>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

ou da remoção nas estruturas vigentes. Esse processo de absorção gerou uma realidade conflituosa em que «os índices de progresso e prosperidade são conquistados sob permanente marginalização de fortes contingentes da população, que não se integram, de fato, à sociedade de classes e à sua ordem econômica, legal e política» (Fernandes, 2018: 156).

No Brasil, a alteração para o modo de produção capitalista provocou um estado de contrarrevolução permanente por meio da elite e dos militares, devido ao passado colonialista e senhorial. Esse fato nos permite afirmar que a revolução burguesa no Brasil deu-se como consequência da implementação desse novo sistema. Fernandes (2018:158) ressalva que, por mais que haja mudanças profundas na sociedade brasileira, estas sempre esbarram «na modernização inconsistente do arcaico ou na arcaização precoce do moderno». Evidencia-se, portanto, como as contradições estruturais e funcionais emergem do próprio processo histórico do país.

Foi um processo de desenvolvimento de país que ocorreu de forma inversa ao que costumamos constatar no chamado mundo ocidental. A imposição de uma transição capitalista era contraditória com a realidade senhoril e latifundiária do Brasil, muda-se o sistema sem transformar as relações anteriores, incorporando-as na nova sociedade conforme já mencionado. Essa contradição, dentro desse processo de transição, corroborou para que as burguesias brasileiras ganhassem um forte poder de “autoprivilegiamento”. Fernandes (2018: 200) nos explica este facto como sendo tempos históricos em substituição. Os «tempos históricos da revolução democrático-nacional foram superados e substituídos pelos tempos históricos da aceleração do desenvolvimento econômico e do aprofundamento da incorporação aos mecanismos econômicos, culturais e políticos do sistema de poder mundial do capitalismo» (idem).

O golpe militar de 1964 pode ser considerado como uma consequência da ideologia autocrática de “autoprivilegiamento”. O objetivo era impedir a passagem de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada (consolidação de um regime democrático-burguês com maior representatividade dos setores da classe trabalhadora e a inclusão dos que foram deixados na exclusão com o fim formal da escravidão). O golpe militar de 1964 tivera como intuito manter o *status quo ante* das

classes dominantes (Fernandes, 2005: 255). Assim, na história do Brasil, sempre houve um processo de antecipação à revolução popular, evitando mudanças mais profundas ou, ainda, quaisquer mudanças que alterassem a situação de domínio e de exploração das classes trabalhadoras e a inclusão dos excluídos. Esse processo “contrarrevolucionário” legitimou-se a partir da narrativa de defesa do “fantasma” do comunismo.

Como marco final de uma expansão da “democracia burguesa”, também deve ser considerada a influência externa, onde o Brasil, assim como vários outros países da América Latina, foi considerado como fundamental para “a segurança do Hemisfério Ocidental”. No Brasil, houve a substituição do domínio português pelo dos ingleses, e, depois dos estadunidenses que, como potência hegemônica, regulava as relações externas e de produção com o país. Mantida pela força militar e por uma elite autocrática, tinha como objetivos, conforme Fernandes (2018:212): **a)** garantir o controle da periferia pelas superpotências das grandes nações hegemônicas; **b)** garantir a estabilidade política necessária para o plano capitalista em implementação, garantindo operações em escalas mundiais e na ideia de nações capitalistas dependentes e estratégicas; e **c)** manter estável a comunidade “nacional” de negócios, ou seja, os setores hegemônicos das classes dominantes.

A transição para a democracia (1985 – 1988), que culminaria na nova Constituição do Brasil, não provocou grandes abalos sociais e não colocou em xeque os problemas estruturais que já existiam antes do regime autoritário e foram por ele mantidos, tais como a desigualdade social, econômica e cultural. A única certeza era o aparente acordo de todas as partes pelo regime democrático. Em 1989, aconteceram as primeiras eleições democráticas do Brasil desde 1960 (Fausto, 2001).

O caminho do país mantém-se tortuoso. Após a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, depois de 25 anos de ditadura civil-militar, a economia apresentava desafios significativos, sendo que a inflação atingiu patamares elevados (Fausto, 2001:291). O presidente instalou um plano econômico radical e um programa de modernização do país a partir da privatização de empresas estatais e de abertura ao comércio exterior. Em pouco tempo, começam denúncias de corrupção que levam a um

processo de *impeachment* que culmina com a renúncia do presidente. O plano econômico radical apresentado por Collor bloqueou depósitos bancários por 18 meses, assim como retirou valores de poupanças<sup>31</sup> para execução desta medida radical. Apesar da proposta de um plano de estabilidade econômica, começam denúncias graves de corrupção do governo que, em conjunção com este plano econômico radical, desgastam a sua figura pública. Mesmo com o seu afastamento do cargo, é julgado e tem seus direitos políticos suspensos por 8 anos.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco (vice de Collor), se elege no primeiro turno das eleições de 1994. O seu Plano Real, um plano de estabilização econômica, já planejado enquanto ministro, foi colocado em prática e teve papel fundamental no processo de controle da inflação e da moeda, além do processo de incentivo às privatizações de instituições públicas. A luta social contra as privatizações, os recuos nas leis laborais e reivindicação por mais investimento em políticas públicas se manteve.

Braga (2017) interpreta esse período como a “passagem para a regulação neoliberal”, tanto no regime de acumulação quanto o modo de regulação que, por ajustes estruturais, possibilitaram o nascimento do pós-fordismo financeirizado. Esse regime se consolida até o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, caracterizado por um momento de muitas contradições acerca do modelo econômico neodesenvolvimentista e das políticas sociais criadas. Isso porque, apesar do histórico político-partidário do Partido dos Trabalhadores de lutas sociais e um papel-chave entre os operários e sindicalistas brasileiros/as, o governo de Lula opta por uma “via de mão dupla”. De um lado, construiu iniciativas governamentais para aumentar o poder aquisitivo, de consumo e de condições de vida através de políticas de assistência social (ampliação do Bolsa Família, Fundo de Investimento para a Educação, ampliação das redes de saúde e de educação, etc.). Por outro, manteve o diálogo e benefícios com empresários e setores privados, além da elite e dos militares (que bem conhecemos devido ao histórico desenvolvido) que desde sempre mantiveram o seu *status quo ante*.

---

<sup>31</sup> Até hoje as pessoas que tiveram os seus valores de poupança retirados do banco pelo governo de Collor esperam ressarcimento e indenização.

Em 2016, o golpe parlamentar<sup>32</sup>, no meio do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, culmina no seu *impeachment*. Diferente das demais contrarrevoluções descritas anteriormente, desta vez o golpe se dá por uma medida legislativa. A situação social e econômica já estava com graves sinais de crise, o que muitos atribuem como os efeitos tardios da crise financeira iniciada em 2008, pois o país teria conseguido se safar de reflexos mais profundos. As ondas de manifestações de rua de 2013<sup>33</sup> reivindicavam melhores condições de vida, não aumento do valor dos transportes, etc.. A intensificação dos atos populares abriu margem para uma “infiltração” dos chamados “verde-amarelos” (usavam camisetas da seleção brasileira). As suas reivindicações eram a retirada da presidenta do poder, com falsas denúncias de corrupção e um discurso de “contra tudo que ali estava” no governo federal, somou-se também um início de discurso contra político e partidário (o anti-petismo), solicitando um suposto poderio do Supremo Tribunal Federal (STF). Mais uma vez, a contrarrevolução coloca-se à frente de um governo mais democrático e amplo no âmbito de políticas públicas para a população que, desde a abolição da escravidão, foi empurrada para as periferias e para a marginalização.

O golpe parlamentar de 2016 é o último, até então, de uma sequência de golpes na história social do Brasil. Uma sociedade que perpassa por transformações sistêmicas, construídas com base em golpes militares e civis-militares, entranhados com o receio da revolta popular iminente, por isso, configurando-se em uma contrarrevolução permanente. Ao todo, são cinco: em 1889, Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República do Brasil; em 1930, a Revolução dos 30; em 1945, o Estado Novo; em 1964, o golpe civil-militar; e, em 2016, o golpe parlamentar. Na nossa interpretação, munidos dos argumentos de Florestan Fernandes, os golpes civil-militares nos remetem a uma ferramenta de prevenção à ascensão e revolta popular no país.

---

<sup>32</sup> O documentário “Democracia em vertigem”, de Petra Costa, retrata o projeto e o processo do golpe parlamentar que culmina no afastamento da presidenta Dilma.

<sup>33</sup> Para saber mais sobre as Jornadas de Junho ver: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Los días que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013. Herramienta, Buenos Aires, n. 53, p. 9-21, jul.-ago. 2013.

Desde então, o Brasil vive um recuo de políticas e legislativas para uma linha mais conservadora. O conservadorismo, traduzido pelas elites, os grandes empresários e os militares, retoma as rédeas do país após os 13 anos de “lulopetismo” e um período de fomento de políticas públicas e ações de progresso social e econômico da população mais vulnerável. Mais uma vez, a contrarrevolução se impõe no processo de desenvolvimento do país. As eleições de 2018 dão a vitória a Jair Bolsonaro, configurando a entrada dos militares no poder, agora pela via democrática. O plano de desenvolvimento do país proposto por estes, pode ser considerado como de manutenção da supremacia e da hegemonia das elites e dos setores privilegiados, que vigora de certa forma desde o início da constituição da República do Brasil.

### **1.2.1. Algumas Reflexões do Brasil**

O resumo histórico apresentado dá-nos uma pequena amostra de uma nação construída apenas para benesses de alguns setores, já de privilégios prévios e de trajetória fragmentada por golpes militares e civis-militares, que expressam o medo constante de uma revolução popular, a contrarrevolução permanente, como é definida por Florestan Fernandes (2005). No Brasil, jamais houve a preocupação ou mesmo a construção da figura do cidadão para a classe trabalhadora (Florestan, 2018), apenas para a classe dominante, que faz usufruto quando convém e utiliza dos seus privilégios quando o caminho dos populares começa a aproximar-se do seu. Santos (2008: 87) argumenta sobre um país desenvolvido com a criação de diferentes formas e ritmos evolutivos governados pela hegemonia empresarial, arrastando os atores sociais para uma aceitação ou mesmo uma elaboração de discursos “alienígenas ou alienados”. Apesar das grandes lutas sociais, que falaremos brevemente mais adiante, ainda assim a grande massa populacional é tratada de forma “alienante e alienígena” pela elite hegemônica e militar.

*As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil: de como os partidos se organizam e funcionam; de como a política se dá, de*

*como a sociedade se move. E aí também as camadas intelectuais têm responsabilidade, porque trasladaram, sem maior imaginação e originalidade, à condição da classe média européia, lutando pela ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais, para o caso brasileiro e atribuindo, assim, por equívoco, à classe média brasileira um papel de modernização e de progresso que, pela sua própria constituição, ela não poderia ter (SANTOS, 2008:49 e 50).*

É uma nação que se desenvolve numa trajetória fragmentada e fraturante no âmbito social e popular. É a ordem para alguns que cria a desordem para a maioria populacional, conforme ressalva Santos (2008:86). A contrarrevolução permanente, a constante fragmentação de uma nação que tem como projeto hegemônico o não pertencimento e a recusa ao acesso de direitos pela grande maioria nacional. O Brasil constrói-se assim enquanto nação e assim vem sendo tomado pelos anteriores e pelo atual governo; assim como o desmanche de direitos e conquistas em todos os âmbitos e esferas (federais, estaduais e municipais).

O recorte da abolição da escravatura e a ênfase no descaso com a população negra, preta e parda pelo Estado brasileiro tem o objetivo de auxiliar-nos na reflexão da precariedade laboral e na construção da classe trabalhadora brasileira, por isto esse recorte histórico-social é necessário. A fragilidade dos direitos para as pessoas que trabalham não é exclusividade deste momento histórico, mas sim uma constante do próprio sistema econômico do país; principalmente com o recorte de cor. Mais adiante, refletiremos sobre o conceito de classe, entretanto, dado o resumo histórico apresentado, como pensar classe numa história diferente da vivida no Norte Global e das configurações societárias que, apesar de relacionadas, diferem em muitos aspectos. Portanto, como pensar classe numa sociedade construída pela binaridade de trabalho livre e trabalho escravo, este último legitimado por pelo menos 400 anos? Mattos (2019:140) traz questionamentos acerca da construção da ideia de classe na periferia do mercado mundial, «com a preocupação em identificar os sujeitos sociais da transformação histórica», e sugere

*(...) por meio da categoria "classes (ou grupos sociais) subalternas(os)", se pode apontar um caminho de análise que respeite as distinções no plano da consciência coletiva e, portanto, de seus projetos societários entre diferentes grupos de trabalha-dores*

*subordinados ao capital, uma vez que são submetidos compulsoriamente a um processo de mercadorização de sua força de trabalho (idem).*

O autor (2019:142) conclui, portanto, que “classes subalternas” pode trazer os elementos necessários para dar conta dessa dimensão de classe forjada em “um processo de subsunção formal do trabalho — o assalariado, mas também o trabalho “não livre”, ou aquele por conta própria — ao capital, em situações “periféricas” (ou até mesmo “centrais”) em que convivam diversas formas de exploração do trabalho”, permitindo que a complexa trajetória e diversidade de projetos societários seja contemplada. Antes de retomarmos, brevemente, à construção da classe trabalhadora no Brasil e das suas lutas, destacamos que o surgimento das classes trabalhadoras no Norte Global se dá pelo processo de extração e exploração de recursos (naturais e humanos) do Sul Global. Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil recebeu grandes contingentes de trabalhadores escravizados oriundos de diversos locais da África e, entre a metade do século XIX e a década de 1920, ondas migratórias da Europa (Mattos, 2019:131).

Entre 1800 e 1850, e até mesmo antes<sup>34</sup>, os registos de levantes e insurreições são importantes para contrapor a história “oficial”, normalmente contada. Desde o início da chegada de pessoas estrangeiras no Brasil, houveram lutas, levantes populares, insurreições, fugas, conflitos e resistência. Conforme Gohn, (1995, apud Silva et al., 2011) os conflitos, que à época eram caóticos, reivindicavam uma organização de nação, de legislação, melhores condições de vida e de trabalho, etc. Contudo, como já vimos, o *modus operandi* da elite política e dos militares era de repressão violenta e marginalização do povo.

Em 1905, foi criada a Federação Operária de São Paulo, que reunia associações de trabalhadores e teve uma conquista importante da jornada de 8 horas de trabalho em algumas empresas da cidade, responsável pela primeira greve geral brasileira no 1º de maio de 1907. Em 1910, acontece a Revolta da Chibata, a qual já mencionamos no

---

<sup>34</sup> Em 1789 A Inconfidência Mineira, por exemplo, marcou a tentativa de separação da capitania, naquele momento o Brasil ainda era dividido em 12 “capitanias hereditárias e tinha o território menor do que viria ser após a inclusão da província Cisplatina que foi uma disputa com os espanhóis.

resumo histórico. A segunda greve geral acontece em 1917, quando o sapateiro Antonio Martinez foi morto numa manifestação contra o aumento das jornadas de trabalho devido à crise do comércio exterior, gerando a revolta da população e reunindo cerca de 45 mil pessoas.

À medida que ocorria a urbanização de cidades e a passagem de um país rural<sup>35</sup> para um país com grandes centros urbanos, com o crescimento das indústrias, os modos repressivos foram se atualizando para a lógica “civilizada”. Os sindicatos dos trabalhadores das indústrias já se organizavam em greves e manifestações que eram fortemente reprimidas por Washington Luís, presidente do período da Revolução de 1930. Silva et al (2011) relatam que Washington tratava a questão social como uma questão política. Esse período foi marcado por greves, insurreições armadas e manifestações artísticas (por exemplo, 1922<sup>36</sup>), caracterizando o processo de transformações das estruturas econômicas e sociais (Andrade, 1980: 07 *apud* Silva et al., 2011).

Os mesmos autores definem esse tempo como um período de organização da classe operária, ainda que incipiente, influenciadas pela Revolução russa (1917), destacando-se, entre as insurreições, a chamada Coluna Prestes, que se torna importante por suas reivindicações para a época.

*As origens do movimento popular brasileiro precedem a Revolução de 30: provêm do sindicalismo anarquista, do comunismo e socialista, que, pela primeira vez, levantaram no Brasil a necessidade de uma alternativa ao sistema de poder dominante. Suas bandeiras, diretamente classistas, foram influenciadas pela interpretação da Revolução Russa (1917) como uma revolução “operáriocamponesa” e pelas lutas do movimento operário europeu. Tiveram grande mérito ao dar início à organização autônoma do movimento popular, centrada na atuação dos trabalhadores imigrantes, que por sua vez, trouxeram experiências com as doutrinas fundadoras da esquerda na Europa – de composição urbana, sem raízes no campo. No entanto, no Brasil, a*

---

<sup>35</sup> O processo de transformação de um país rural para um país de grandes centros urbanos foi longo e abrupto ao mesmo tempo. Até 1970, 70% da população vivia no campo, e, a partir de 1975 a lógica inverte-se.

<sup>36</sup> Em 1922, centenário da Independência do Brasil, acontece a Semana de Arte Moderna e várias outras manifestações artísticas e de luta que reivindicavam mudanças da sombra colonial que ainda permeava no país, para uma identidade brasileira. Era uma época de explosão do samba e das escolas de samba, bossa nova e a música popular brasileira.

*maioria da população residia na zona rural, de modo que a vertente de esquerda que se formou não elaborou estratégias específicas, assentadas na realidade brasileira. Por isso, temas candentes, como a luta contra o latifúndio, a dominação externa e a elaboração de estratégias nacionais, não eram ainda centrais para a esquerda (Sader, 2010:15 apud Silva et al., 2011)*

Durante a primeira presidência de Getúlio Vargas, no Estado Novo, apesar da enorme repressão à população, às greves sindicais e manifestações<sup>37</sup>, houve um grande investimento em políticas<sup>38</sup> sociais e trabalhistas. Essa conduta dúbia, de repressão, mas também de políticas sociais e trabalhistas que beneficiavam de fato os trabalhadores brasileiros, corroboraram com um grande apoio do povo à Vargas.

*A estrutura do poder estadonovista teria conseguido canalizar por meio da burocratização sindical a inquietação das bases antes de ela florescer plenamente, transformando as massas operárias em fontes de apoio ao regime varguista. Daí a transformação verificada por Albertino Rodrigues na estrutura da participação política dos grupos operários após a década de 1930: de rebeldes e combativos, os trabalhadores foram sendo progressivamente conduzidos pelo sindicalismo oficial na direção das políticas assistencialistas: “O espírito de conquista foi substituído pelo apego ao existente – na realidade, as disponibilidades formais de proteção chegaram a ser maiores do que o nível de consciência dos trabalhadores”[184]. Assim, ao destacar unilateralmente a supressão da autonomia operária promovida pela nova legislação trabalhista, associada à incorporação das lideranças sindicais pelo aparelho de Estado, Albertino Rodrigues aproximou-se da noção de que os trabalhadores recém-chegados das áreas rurais “tornavam-se elementos propícios a incorporar uma ideologia sindical de características paternalistas (Braga, 2012:124).*

---

<sup>37</sup> Em 1935, houve a Intentona Comunista, realizada pelo Partido Comunista do Brasil em nome da Aliança Nacional Libertadora (Foi criada visando unificar nacionalmente as frentes de lutas contra o regime totalitário de Getúlio Vargas, contou com apoio do Partido Comunista Brasileiro e teve como presidente Luis Carlos Preste), que foi uma tentativa fracassada de golpe contra o Estado Novo sobre comando de Getúlio Vargas. No período da ditadura militar, em 1968, acontece a passeata, arruada dos 100 mil no Rio de Janeiro. Foi uma manifestação chamada pelo movimento estudantil e com participação de vários setores da sociedade (cultura, academia, religião).

<sup>38</sup> “O “pelego” era uma espécie de subclasse do funcionalismo público cuja tarefa consistia em levar as políticas do Ministério do Trabalho até as fileiras operárias. Ao limitar sua atuação à esfera das vantagens legais, esse tipo de dirigente tenderia a reproduzir a dominação paternalista, transformando-se em uma barreira para a modernização do mercado de trabalho no país.” (Braga, 2012:124)

Já na experiência democrática, em 1943, quando é criada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o governo utiliza as reivindicações que perduravam desde o Estado Novo e as incorpora nesta concessão, como se fossem suas próprias propostas e não uma consequência da luta das pessoas trabalhadoras. O principal objetivo era conter a revolta e manifestação dos trabalhadores.

*Nesses termos, a CLT teria inaugurado um autêntico “processo civilizatório do capital”, totalmente ausente quando comparado ao “Estado antissocial”, ou seja, ao “Estado construído contra o povo miserável”, anterior à revolução de 1930. Argumentaremos neste trabalho que, seja sob a regulação populista ou sob a regulação autoritária, o classismo prático representou a principal via de acesso dos trabalhadores àquele processo. Em outras palavras, o reformismo plebeu materializou a ligação do proletariado precarizado com a “utopia brasileira”. No entanto, vale observar que se essa ligação supunha uma consciência de classe fundamentalmente reformista, pois circunscrita ao modo de regulação, em certas ocasiões a luta dos trabalhadores brasileiros pela efetivação e pela ampliação da cidadania salarial colocou em xeque os estreitos limites do regime de acumulação despótico no país, condicionando as sucessivas transições no e do modelo de desenvolvimento (Braga, 2012:32).*

O regime de acumulação brasileiro, o “fordismo periférico”, teve diferentes modos de regulação, conforme (idem, 2012:97) “o populista (1943-1964) e o autoritário (1964-1986)”. Braga (2012) também destaca momentos despóticos do regime de acumulação, como “a superação do taylorismo primitivo (meados dos anos 1940), seguida pelo auge (período do “milagre” econômico brasileiro, de 1968 até 1974), pela crise (a chamada “década perdida”, de 1978 até 1989)”. Já na democracia, a substituição do fordismo periférico por um novo regime de acumulação pós-fordista e financeirizado (de 1994 até os dias atuais)” (idem:97).

O regime autoritário que inicia em 1964 anunciava, para além do início da decadência do populismo autoritário, o fim de um projeto democrático de modernização social do período de democratização exposto anteriormente. Em 1970, há um aquecimento nas lutas sociais e populares a nível nacional, responsável pelas manifestações de luta por defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais da população, tendo como principais reivindicações trabalho, moradia, saúde e

educação (Silva *et al*, 2011). O período autoritário civil-militar tem muita resistência civil. Contudo, a resistência não conseguia penetrar na estrutura autoritária dos militares em conjunto com as elites brasileiras e o apoio dos Estados Unidos.

Em 1983, o Brasil recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI), realizando uma dívida que só foi quitada na era Lulista, quase 30 anos depois. As manifestações da “Diretas Já”, de 1984, foram vários comícios realizados em todo o país que pediam a volta das eleições diretas para presidente, o país começava seu processo de redemocratização.

*Apesar de ter alcançado relativo êxito por aproximadamente uma década e meia, a regulação autoritária viu-se enredada em flagrante crise no final dos anos 1970. Com a redemocratização do país, a tentativa de sua substituição por uma regulação neopopulista apoiada no “pacto social” com o “novo sindicalismo” mostrou-se inviável, por razões que vão do aprofundamento da crise econômica, passando pela intensificação do impulso grevista na segunda metade da década de 1980, até chegarmos à possibilidade real de Lula da Silva conquistar a Presidência da República em 1989. Por sua vez, a vitória eleitoral de Fernando Collor, em 1989, representou a transição para a regulação neoliberal: a partir de então, o próprio regime de acumulação transformou-se em objeto de sucessivos ajustes estruturais que, ao fim e ao cabo, asseguraram o nascimento do pós-fordismo financeirizado no país. Apesar do aperfeiçoamento do modo de regulação promovido pela burocracia lulista, esse regime de acumulação consolidou-se sem grandes contratempos ao longo dos anos 2000 (Braga, 2012:23).*

Portanto, nesse processo, houve a tentativa de substituição para «uma regulação neopopulista alicerçada em um pacto com o movimento sindical que aflorou no final dos anos 1970 em luta contra a ditadura militar» (Braga, 2017:97), chamado “novo sindicalismo”. Contudo, o aprofundamento da crise econômica e a iminência de Lula poder ganhar as eleições, ou seja, a personificação do sindicalismo, acabou por inviabilizar esta substituição. Conquanto, Fernando Collor ganha as eleições de 1989, consolidando a passagem para uma agenda neoliberal que alteraria não só o modo de regulação, mas também o regime de acumulação, corroborando no «nascimento do pós-fordismo financeirizado», conforme Braga (*idem*).

Em 1990, em plena globalização econômica, o país vive um processo de sobreposição do «enfraquecimento das formas de solidariedade fordista, promovido

pela empresa neoliberal, e, por outro, o desenvolvimento do padrão de consumo pós-fordista (...)». Isso significa que ocorre um aprofundamento, avanço e complexificação da «individualização do comportamento político dos trabalhadores sindicalizados» que entra em conflito com «a precarização das condições de trabalho de parte significativa das classes subalternas» (Braga, 2017:104). O aceleração do ciclo de reestruturação produtiva terceirizou, flexibilizou e precarizou o trabalho. A acumulação flexível e o novo modelo de exportação do sistema econômico neoliberal promovem o desmanche dos direitos trabalhistas conquistados no Brasil. O aumento da informalidade do trabalho e a desconstrução salarial retomam forças com o novo plano de dependência externa e na semi-exclusão científico-técnica que o país vive, atualmente, com o governo de Jair Bolsonaro.

Entre 2003 e 2013, há um aumento da empregabilidade formal no país. Contudo, novamente com o mesmo *modus operandis*, os subalternos continuaram subalternos, pois «(...) apesar dos avanços da formalização do emprego, o atual modelo de desenvolvimento seguiu reproduzindo as condições precárias de vida e de trabalho que alimentam um estado permanente de inquietação social entre os subalternos» (Braga, 2017:100).

As alterações no Sistema Nacional de relações de trabalho vêm em curso desde a década de 1990 (Lei 8.949/94, MP 794/94, Lei 9.300/96, Lei 9.601/98). Foram cerca de 200 alterações realizadas na CLT, e todas elas sem ampla discussão social, seja na forma de plebiscito ou referendo. A Reforma Trabalhista (RT) no Brasil não se configura somente em alterações das leis, mas, sim, na destruição dos direitos que está em curso desde a década de 1960; marcada pelo início da terceirização trabalhista. «Nega-se aos trabalhadores a possibilidade de luta pelos seus direitos retirados, nega-se a participação da população no que diz respeito à constituição das formas que se dão suas relações de emprego» (Machado; Tortelli, 2022: no prelo).

A RT, implementada em 2018, é uma segunda onda de reestruturação e flexibilização mais aguda do trabalho no país. Foi iniciada no governo de direita de FHC e, novamente, radicalizada e efetivamente implementada no governo golpista de Michel Temer. Fica claro que, no fundo, há um projeto neoliberal sendo implementado no

Brasil, que visa os interesses do capital e do empresariado, pensado e elaborado desde o processo de democratização. As relações de lucro e valorização do capital sobrepõem-se às de vida, da necessidade da centralidade do trabalho para os trabalhadores.

A RT (Lei nº 13.467 de 2017), altera a CLT (de 1943), a Lei das Terceirizações (Lei 13.429 de 2017), a Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016), que congela os gastos públicos por 20 anos, e a Emenda Constitucional 103 (EC 103/2019), que se constitui numa Reforma da Previdência. Essas medidas e alterações colocam em vigor um aprofundamento e uma complexificação da agenda neoliberal na sociedade brasileira, o que era esperado, visto o crescimento da agenda de movimentos neoliberais e fascistas ao nível mundial.

Em 2019, após as eleições que elegem Jair Bolsonaro para a presidência do país, o desmantelamento de políticas não se concentra apenas no aspeto económico, mas numa série de reconfigurações de uma agenda populista e conservadora, colocando em prova até a máxima: «liberal na economia, conservador nos costumes». Ao que indica, é um governo que não governa, enquanto os feitos realizados são mínimos e a proteção social diminui ainda mais, mesmo com a crise pandémica que se alastrou mundialmente em 2020. Se a onda conservadora toma conta dos ministérios e dos «discursos» e ações do presidente, com a pandemia, isso reverte-se em ações descabidas.

Desde alterações nos ministérios, como, por exemplo, a criação do ministério da “Mulher, da Família e dos Direitos Humanos», que destila conservadorismo e retira direitos reprodutivos femininos; até a proposta da Carteira Verde e Amarela, que substituiria a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), marcando uma maior flexibilização nas relações laborais desde a Reforma Trabalhista, e que depois altera-se para uma escolha individual da própria pessoa trabalhadora. Além disso, o Programa Bolsa Família é alterado em plena pandemia e substituído pelo Programa Auxílio Brasil, que se demonstra um fracasso enquanto tem os seus pagamentos atrasados e sua receita incerta.

### **1.3. PORTUGAL — APROXIMAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL**

*Eu vi este povo a lutar*

*Para a sua exploração acabar  
Sete rios de multidão  
Que levavam a História na mão  
Sobre as águas calmas um vulcão de fogo  
Toda a terra treme nas vozes deste povo  
Mesmo no silêncio sabemos cantar  
Povo por extenso é unidade popular  
Somos sete rios, rios de certeza  
Vamos lá cantando no fragor da correnteza  
A fruta está podre, já não se remenda  
Só bem cozidinha no lume da contenda  
Nós queremos trabalho e casas decentes  
E carne do talho e pão para toda a gente  
Ai, meus ricos filhos, tantos nove meses  
Saem do meu ventre p'rá pança dos burgueses  
Alça meu menino, vê se te arrebitas  
Que este peixe podre só é bom para os parasitas  
Só a nosso mando é que há liberdade  
Vamos lá lutando p'ra mudar a sociedade  
Bandeira vermelha, bem alevantada  
Ai, minha senhora, que linda desfilada  
Eu vi este povo a lutar  
Para a sua exploração acabar  
Sete rios de multidão  
Que levavam a História na mão  
José Mário Branco — Eu vi este povo a lutar*

A Primeira República Portuguesa, iniciada em 1910, durou 16 anos e tinha como objetivo repaginar a democracia liberal e oligárquica do país. Caracterizou-se pela derrubada da monarquia bragantina pela plebe urbana de Lisboa e os seus arredores, mobilizadas pela Carbonária, reivindicando a «democratização política e social do liberalismo» (Rosas, 2020: 109). O modelo económico anterior, marcado pelo livre-cambismo, que garantia a exportação agrícola e «os caminhos de ferro» (as grandes infraestruturas), marcou duas consequências ressaltadas por Louçã (2020:22): o «défice comercial permanente e o crescimento do endividamento público e externo. Mas a elite republicana que ascendeu ao poder aos ombros desse movimento popular não logrou romper o cerco e a resistência dos oligarcas a qualquer substancial reforma democratizante, e rendeu-se a eles» (*idem*). Manteve, conquanto, um prolongamento do liberalismo centenário o qual a Ditadura Militar, do Estado Novo, findou. O Estado Novo configura-se pelo modelo fascista e conservador, tendo durado quase metade do século em questão.

Na corrida europeia da segunda revolução industrial, início do século XX, Portugal deu-se conta de que estava para trás. Nos termos de Rosas (2020: 21), “acentuava-se a sua particular situação semiperiférica de país simultaneamente dependente e gerador de dependências” e que, apesar de “senhor de um império colonial arcaico e escassamente ocupado pelo colonizador”, ainda gerava a cobiça de outras grandes potências coloniais da época. Apesar da situação tardia frente à industrialização, o mercado interno estava a ser desenvolvido, para substituir importações e para a criação de indústrias, o que colaborou para as «ilhas industriais» (Rosas, 2020:22) que, ao seu redor, tinham uma imensidão ruralizada. «A massificação da política despertava a consciência de classe, o desejo de dignificação social e de emancipação e, qual espectro, ameaçava a ordem monárquica e conservadora estabelecida» (*idem*:23).

O Partido Republicano Português (PRP), que abarcava as classes médias urbanas que eram excluídas do «sistema liberal oligárquico da monarquia» (*ibidem*), tinha esperança que o sistema Republicano traria uma melhoria de vida para a massa populacional desfavorecida, assim como a oportunidade de ter poder sob o orçamento e a política. Frente à crise da monarquia, a Primeira República dá-se como o «primeiro ensaio vitorioso» (Rosas, 2020), que culmina em duas correntes de massificação política, a Carbonária (operariado lisboeta), a plebe urbana assalariada e da «baixa pequena burguesia» e, a elite dirigente do PRP. A proclamação da República, a partir da invasão da sede do poder monárquico em Lisboa, não teve resistência.

A Primeira República durou 16 anos, instituiu símbolos nacionais tais como a bandeira, o hino e a moeda — escudo —, que seria apenas alterada para o euro no final do século XX. Contudo, deu-se por uma «expressão institucional da titubeante psicologia social e política da elite das classes intermediárias dos meios urbanos», descrito por Rosas (2020:25). O autor pondera,

*Entre exercer o poder para reformar ou para conservar o status quo; entre a ousadia da democratização político-social e o medo da «desordem» e da mudança; entre cumprir as generosas promessas dos tempos da propaganda e vergar-se aos poderes estabelecidos. Entre a esquerda e a direita. Mas desse ziguezaguear resultou, apesar de tudo,*

*uma obra incompleta, feita mais de intenções do que de realizações e, todavia, com aspetos marcantes e duradouros (Rosas, 2020:25)*

Além da construção de uma identidade nacional, houve um investimento na criação de universidades (Lisboa e Porto, por exemplo) e de institutos técnicos e politécnicos, reenquadrando o eixo educativo para uma lógica mais nacional e descentralizando o monopólio de Coimbra. Foi também nesse período que ocorreram as reformas de separação do Estado e das igrejas, o que culminou na instituição da lei do divórcio e do registo civil obrigatório. Além disso, as políticas de previdência social tornaram-se responsabilidade do Estado. Apesar dessas mudanças, conforme Rosas (2020), poderia dizer que o regime falhou no seu principal objetivo que era, na sua centralidade, a legitimação democrática por meio do voto.

Em dezembro de 1917, há «o ensaio premonitório das ditaduras de novo tipo que se avizinhavam na Europa» com o golpe militar comandado por Sidónio Pais. A crise instaurava-se no país, também, por conta da entrada voluntarista na Primeira Guerra Mundial, a qual não era compreendida pela população e agravaria a situação econômica e social interna. Portugal era um país «subindustrializado» que não havia desenvolvido indústrias pesadas ou militares, não tinha combustíveis sólidos ou líquidos para frota mercantil, não tinha matérias-primas essenciais, e o exército e a marinha não eram equipados e treinados para a categoria de guerra que enfrentariam; além disso, sua população tinha por volta de 70% de analfabetos e era massivamente rural (Rosas, 2020:35).

*Para alguns, desde os mandatos de Afonso Costa ou dos governos sob influência, na primeira década do novo regime, até a ministérios como os de António Granjo, que liderou o Governo em breves períodos em 1920 e 1921, predominou a ortodoxia financeira e a compressão das contas públicas, na expectativa de assim criar uma folga nas contas externas. Granjo, um político de direita, bateu-se pelo fim dos subsídios alimentares (o «pão político») e pela liberalização da economia, e essa visão não era uma exceção entre os partidos e políticos republicanos. (...) Os salários da função pública ficariam congelados até 1935 (Louçã, 2020:125 e 126).*

Houve descontentamento popular, mas também houve alguns movimentos como o de Álvaro de Castro que

*em 1920 e entre 1923-1924, instituindo o controlo de câmbios e de capitais e ainda impondo o pagamento em escudos de dívida pública na mão de estrangeiros, tal como procedeu ao tabelamento de preços de primeira necessidades e aprovou um imposto sobre progressivo sobre rendimentos, ou o de José Domingues dos Santos que, por curtos meses em 1924, afrontou os industriais ao legalizar a Confederação Geral do Trabalho (Louçã, 2020:125 e 126).*

Os 48 anos, entre a Ditadura Militar e Estado Novo<sup>39</sup> (1926 a 1974), foram marcados pelas restrições de direitos, liberdades e garantias (políticas, civis, sociais) e por uma perspetiva «ruralizante» do desenvolvimento do sistema económico. Constituiu-se como a mais longa ditadura na Europa da história contemporânea; «Salazar soube articular interesses das distintas frações da classe dominante, manter uma mão de ferro sobre a sociedade e impor o modelo social conservador que procurava gerir uma modernização lenta e contraditória (...)» (Louçã, 2020: 126 e 127). O ditador escolhia quais instrumentos de acumulação distribuiria entre os grupos de interesses económicos do país, além disso, controlava contundentemente os empresários de indústrias e do ramo financeiros (*idem*).

*Assim, se a fortuna se reproduziu, foi porque a ditadura assegurou a sua proteção: contra os movimentos populares, contra a democracia, contra os concorrentes externos e contra a inovação. Do mesmo modo, articulou os interesses dos industriais e dos bancos com os da propriedade fundiária, nunca desmerecendo uns nem outros e mantendo um equilíbrio só possível pelo controlo estatal dos mecanismos de determinação dos preços e pela distribuição de subsídios generosos. A burguesia viveu esse meio século amarrada à ditadura (Louçã, 2020:127).*

---

<sup>39</sup> Tratamos os fatos históricos de forma muito breve neste pequeno resumo, para mais informações sobre o Século XX português, consultar: ROSAS, Fernando. 2020. Os quatro regimes. In: ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel. O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império. Lisboa: Tinta da China.

Não foi um momento pacífico, haviam intrigas e conflitos internos além da disputa por uma hegemonia política. A crise internacional e a recessão de 1929 impactou profundamente Portugal, que era uma pequena economia, até então baseada no «padrão-ouro», com idas e vindas (sai, volta em 1931 e sai em setembro do mesmo ano, conforme Louçã, 2020: 128). A estabilização governamental foi composta apenas no Estado Novo, dizimando oposições burguesas e populares na «repressão contra a greve geral de 1934 [...]» (*idem*: 129).

O Estado Novo foi instituído por um plebiscito em abril de 1933, que se considera como marco da instituição do regime, no sentido de que foi uma vitória da corrente salazarista na luta interna da própria ditadura. As revoltas populares mantiveram-se, mas foram derrotadas pelo governo da Ditadura Militar, não tendo força de rua massiva nos anos seguintes até o declínio do regime. Era um regime marcado pelo controle e hegemonia sob todos os aspetos. Esse regime se estabelece e mantém-se por alianças e acordos entre as direitas, culminando em um meio-termo entre os interesses da liderança do governo e a direita política. Conforme Rosas (2020:43) ressalva, essas direitas são «elas próprias conhecendo um processo de fascistização, isto é, de aproximação instrumental ao fascismo plebeu, a quem emprestam a substância teórica e doutrinária essencial (um nacionalismo organicista, corporativo, autoritário, frequentemente irredentista e violentamente antiliberal e anticomunista)». A violência irrestrita era um recurso comum, assim como o uso de ferramentas como a «chefia carismática unificadora».

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o regime começa a decair, apesar de ter sobrevivido ao fim do nazi-fascismo, como diz Rosas (2020:46), «tudo mudava sem se ver».

*Não tanto no regime, mas na sociedade a partir de finais dos anos 50. Chegava finalmente a segunda revolução industrial, arrastando a nova urbanização, a proletarianização industrial de parte do mundo rural, a terciarização moderna, a fuga para a emigração europeia. Mudanças «invisíveis», ou seja, que o regime invisibilizava reduzindo-as a meras continuidades do passado, para delas não se deduzirem forças de subversão da ditadura. A realidade política que desesperadamente resistia a qualquer alteração era o Estado Novo.*

Apesar de um mundo pós-Segunda Guerra Mundial não sustentar regimes fascistas, e do próprio governo — sob governação de Marcelo Caetano, que substituiu Salazar desde 1968 — não adotar uma linha de reformas devido todas as transformações do pós-guerra e a industrialização estar «a todo o vapor», para Rosas (2020), o que desencadeia de fato o fim do regime é a não aceitação dos desafios do pós-guerra e a recusa da descolonização. O Estado Novo interveio, principalmente, por meio de 3 vias destacadas por Louçã (2020:151 e 152): 1) o controlo das relações económicas internas (exportações, taxaço das importações conforme interesses e prioridades); 2) «controlo interno e de relações económicas intensas com a burguesia nacional»; e 3) controlo das colónias.

Nessa recusa à descolonização, encontram-se várias razões ideológicas de uma cultura «nacional-colonialista». Rosas (2020:63) diz que «a ditadura e a sua elite militar» interpretavam como gestos de traição qualquer negociação que por ventura acontecesse com a luta armada por libertação nacional, ou seja, «qualquer solução política tendo em vista a independência das colónias».

A transição para a Revolução Portuguesa de 1974/1975 deu-se por um golpe do movimento militar, o “Movimento das Forças Armadas” (MFA), que tinha um Programa que se intitulava os três “D’s”, «Desenvolver, Democratizar, Descolonizar». O dia 25 de abril de 1974 deu margem à explosão de um «movimento revolucionário de massas» que acabou por subverter a ordem em todos os níveis da sociedade portuguesa durante 19 meses. Conforme Rosas (2020:65), foi

*um movimento revolucionário de massas que, no seu processo, nos seus distintos períodos ofensivos, ocupou fábricas, as terras do latifúndio, as casas de habitação devolutas, descobriu a autogestão e o controlo operário, impôs a nacionalização da banca e dos principais setores estratégicos da economia, saneou padrões e administrações, criou unidades coletivas de produção para a reforma agrária e geriu a vida de milhares de moradores pobres de norte a sul do país.*

O ir às ruas em busca da conquista de liberdades e da democratização do Estado culminou na queda da base violenta e do aparelho repressivo do regime ditatorial, sendo considerado como um “[...] mundo voltado de pernas para o ar, os 19 meses em que o

futuro era agora, um curto e raro instante em que as mulheres e os homens comuns, o povo do trabalho e da exploração, sonharam poder tomar o destino nas suas próprias mãos” (Rosas, 2020: 66).

O Processo Revolucionário em Curso (PREC), no sentido que o movimento de massas ocupou casas, retomou lideranças de sindicatos que eram submissas ao regime militar ditatorial, houveram muitas paralisações e greves, além de ocupações de fábricas, início da reforma agrária no Alentejo, empresas do interesse público tornadas nacionais (Braga, 2017:47). Esse período revolucionário, que segue a partir da chamada “Revolução dos Cravos”<sup>40</sup>, foi um processo de luta de classes fervoroso e que culminou, em contrapartida, numa aliança entre o Partido Socialista (PS), a igreja, setores do MFA e grupos conservadores. Portanto, após os 19 meses da Revolução Portuguesa, em 25 de novembro de 1975, há outro golpe militar (chamado Novembrismo<sup>41</sup>), liderado por essa aliança, que implementa, então, uma democracia liberal, dando a vitória aos conservadores frente à massa revolucionária insurgente no período revolucionário pós 25 de abril.

Apesar disso, a Constituição aprovada em Assembleia Constituinte teve plena expressão do período revolucionário vivido entre 1974 e 1975, com o importante consenso de recusa do regime e da ideologia fascista da ditadura vivida pelo país. Contudo, o Primeiro Governo Constitucional, liderado pelo Partido Socialista, caracterizou-se como o início do desmantelamento pela direita e centro-direita do país das conquistas «mais avançadas do período revolucionário». A resistência popular e política esteve sempre presente e, por isso, não foi um processo retilíneo, mas sim com

---

<sup>40</sup> O cravo tornou-se símbolo da Revolução dos Cravos porque Celeste Caeiro, ao voltar para casa com um ramo de cravos do restaurante que trabalhava pela Rua do Carmo em Lisboa, encontrou os tanques que dariam início ao golpe de não obediência de ordens militares pelo MFA. Ele perguntou aos militares o que acontecia, e estes explicaram e pediram-lhe um cigarro, ela respondeu-lhes que não tinha cigarro, mas tinha um «cravinho». Acabou por distribuir a todos os militares da rua do Carmo e assim as pessoas começaram a comprar e distribuir entre si, colando-os nas janelas, nas ruas, etc. História de Celeste Caeiro, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PV4l8XIYcNA&t=8s>>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

<sup>41</sup> Rosas (2020: 75) como um processo contrarrevolucionário, mas não no sentido de que ele tenha sido contra a Revolução em si, ocorre que a alteração das relações de forças por meio da aliança criada altera o contexto e impõe a lógica democrática liberal. O Novembrismo apenas possibilitou, «abriu as portas», para o processo contrarrevolucionário de uma forma subtil e pelo caminho democrático e liberal.

«avanços e recuos». Porém, como discutiremos mais adiante, tem triunfo no Cavaquismo (Rosas, 2020:87). Os direitos à população, mesmo que constitucionais, o que muitas vezes não garante a sua aplicação, foram alargados, tais como: proteção ao despedimento, salário mínimo, subsídio ao desemprego, liberdade associativa sindical e comissões de trabalhadores nas empresas, entre outros.

Entre 1976 e 1985, houve a alternância de poder entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), que, conforme Rosas (2020:96), é «uma alternância sem real alternativa estratégica, sobretudo centrada na rotação do acesso das respetivas clientelas aos lugares do aparelho do Estado» (*idem*: 98). O interessante é que, em 20 anos, de 1976 a 1995, os ciclos de alternância nunca se mantiveram por mais de 2 anos, ou seja, nunca completaram todo o mandato e nunca houve maioria absoluta. Foi nesse período de alternância de poder que houveram dois resgates negociados ao FMI, um em 1975 que se estende a 1978 com acordos de *stand-by* e alterações de cláusulas, e outro em 1982 «agenciados por coligações e governos instáveis» do período.

O governo de Cavaco Silva, que durou ininterruptamente de 1985 a 1995, assume a linha neoliberal do *self-made man* e a desvinculação com um perfil político, aquela dita «proximidade com o povo», comum desde a época. Seria a transição para uma nova forma de governo que instaura, de fato, a recuperação do capital financeiro e dos novos e antigos oligarcas. Caracterizou-se por um governo que desmerecia a importância da prestação de contas e postura intransigente e rígida do primeiro-ministro, tinha uma ação truculenta e violenta em relação aos movimentos e manifestações de rua (sindicais, estudantis, populares). O governo também promoveu a cultura da privatização de setores estratégicos e foi responsável pela finalização do processo de dismantelamento da reforma agrária. Além disso, na lógica neoliberal, iniciou o ensaio do ataque aos direitos das pessoas trabalhadoras. Garantiu, portanto, a retomada das classes dominantes oligárquicas ao poder por meio da «normalização democrática» (Rosas, 2020: 101). O governo subsequente, a partir de 1995, de Guterres, seguiria o mesmo caminho do seu antecessor.

Na década de 70, há um aumento significativo da população portuguesa que, segundo Lopes (2020:214), dá-se pela «conjugação do retorno das ex-colónias e da emigração europeia». Contudo, essa mudança não é sentida igualmente no território, o autor define como «regiões eminentemente atrativas e regiões claramente repulsivas». As migrações internas e deslocações para as «ilhas» também já eram notáveis, tendo o êxodo rural atingido o seu pico em 1960-1973 (Lopes, 2020: 216). Desde a década de 80, há um aprofundamento de 3 características da situação demográfica no país: «litorização, bipolarização (concentração expressiva em Lisboa e Porto) e aglomeração *versus* esvaziamento» (*idem*, destaques do autor). Os efeitos causados no interior do país são de abandono e «paragem no tempo», Lopes (2020) chama de «rarefação da população nas zonas circundantes». Apenas com a entrada na União Europeia (Tratado de Adesão em 1986) e com os incentivos económicos e financeiros dados pelos fundos europeus e os investimentos do Estado-providência em serviços públicos, escolas, universidades e institutos politécnicos, é que se começa a ressignificar e “trazer para cima” essas cidades no mapa do país.

A Área Metropolitana de Lisboa permanece sendo o local com mais investimentos (públicos, nacionais ou privados). «A fragilidade da rede de cidades médias e o reduzido esforço de planeamento intermunicipal, com centralização excessiva e assimetria de recursos, o investimento estrangeiro e os principais centros de investigação e desenvolvimento» (Lopes, 2020:218) permanecem na região da capital do país. Entretanto, com a expansão do Estado-providência e o aumento de políticas públicas e sociais, ainda que com base na terciarização, começa a proteger a população socialmente excluída e de forma universalizada (*idem*: 228).

Surge então um novo dualismo com base numa profunda fratura social: «opõe um sul urbano-industrial-capitalista-salarial a um norte e centro de industrialização difusa, familiarista e clientelar» (Lopes, 2020: 234 e 235). Dinâmica que suspende conflitos e promove uma certa coesão social, contudo, não permite que haja novas formas de estruturação social condizentes com um «Estado capitalista moderno».

A crise do cavaquismo dá-se pela diminuição dos fluxos europeus e dificuldades da liberalização do comércio mundial que acabam por ameaçar os setores de

exportação, nomeadamente as indústrias tradicionais (Louçã, 2020). O PS ganha as eleições de 1995 e permanece com o «processo de liberalização e de privatização de setores estratégicos» já em curso no governo anterior, o sucesso do processo anterior e a sua manutenção pelo novo governo garantiu o aumento da desigualdade social e a fragilidade do Estado. O progresso era apenas para as contas dos oligárquicos, que haviam se assustado no período revolucionário, mas que retomaram seu lugar na pirâmide social (Louça, 2020:175).

Nos anos 90, o 3ª setor torna-se um importante agente social em Portugal, que, não pertencendo nem ao Estado e nem ao governo, torna-se um grande setor de serviços sociais, o que explicará, também, a fragilidade contratual que se intensifica com o neoliberalismo. No governo de Guterres, «ampliava-se a proteção social, com a criação de prestações dirigidas contra a pobreza, ao mesmo tempo que continuava um crescimento económico assinalável [...]» (Louçã, 2020:196).

A entrada na Zona Euro, em 1999, trouxe «um efeito de *lock-in* recessivo», que Louçã (2020:196) descreve como um agravamento de «várias distorções económicas». Houveram mais prejuízos, tais como «as exportações, o juro reduzido estimulou o sobre-endividamento e agravou o desequilíbrio da balança comercial, ampliou a procura de bens não transacionáveis, como o imobiliário». A flexibilização de contratos laborais multiplica-se e torna-se a prática, permitindo o «ajustamento cíclico por via da desvalorização interna» devido a retirada «margem de manobra» criada pela política cambial (*idem*). Portanto, o Projeto Euro, com a criação de uma única moeda «capaz de assegurar um mercado comum de consumo que impulsionasse a mercantilização do trabalho em escala continental, não apenas frustrou parte considerável das expectativas políticas despertadas pela democratização de Portugal, como também modificou de forma notável a estrutura de classes do país», conforme Braga (2017:42).

Essa «ilusão de progresso», com a entrada na zona do euro, teria sido barrada apenas com a crise financeira de 2008, a qual foi seguida das políticas de austeridade de 2011 com a *troika*. A «[...] estagnação econômica dos anos 2000 promoveu o aumento acentuado da contratação precária de trabalho, que progressivamente se transformou no regime salarial predominante» (Braga, 2017:56). O liberalismo financeiro, a

concentração de propriedade, a destruição do emprego com descentralização de fábricas e empresas, o desmantelamento do estado social e a flexibilização e a liberalização do mercado de trabalho caracterizam esse período, um aprofundamento do retrocesso de direitos e garantias sociais e econômicas. «As mudanças nas instituições, públicas como privadas, foram instrumentos para essa transformação, conduzindo ao empobrecimento geral das classes populares e à fragilização dos seus mecanismos de proteção e de expressão social» (Lopes; Louçã; Ferro, 2017:61). Essa fase dura até 2015, quando o país parece começar a se recuperar.

O período ápice da globalização trazia para Portugal o otimismo de se estar a viver um lugar «de charneira entre mundos e continentes». A globalização é encarada como «um processo dinâmico e contraditório, onde se geravam indiscutíveis hegemonias, mas onde existia também lugar para a associação de forças contra dominantes, com vários centros e várias periferias» (Lopes, 2020:239). O autor também destaca que, mesmo com os inegáveis avanços que iniciaram a partir da década de 1960, sido ampliados com a Revolução dos Cravos, eles não foram suficientes para alterar ou apagar a «tradicionalidade, desigualdade e conservadorismo, nem a subalternidade no espaço europeu».

Em 2015, há o início do ciclo de governação legislativa do Partido Socialista, com António Costa como primeiro-ministro (PM). Este ciclo marca também o período da geringonça, nomeada pelo próprio PM, conhecida como o acordo parlamentar entre seu governo e os principais partidos políticos à esquerda da Assembleia da República (AR): Partido Comunista Português (PCP), os Verdes e o Bloco de Esquerda (BE). Esse acordo permitiu que houvesse uma estabilidade política e econômica, além de puxar mais à esquerda debates políticos públicos e orçamentários. Esse período, entre 2015 e 2019, foi de estabilidade e de fomento nos setores de serviço e turismo, colaborando para uma recuperação econômica, mas, também, para o agravamento da gentrificação, por exemplo. Apesar de em 2019, nas eleições, o PS ter garantido uma maior quantidade de deputados, a «geringonça» ainda era fator importante nas negociações políticas da AR.

Em março de 2020, com a pandemia, mais uma crise se aproxima e mais uma vez com caráter global. Obviamente, as desigualdades sociais e econômicas afetaram o

modo como os governos lidaram com a situação. Essa crise sanitária que se desenvolve a uma crise econômica e social acabou por permitir algumas alterações nas relações laborais, assim como escancarou várias questões de luta dos funcionários que trabalham na saúde, por exemplo, e há anos estão nessa agenda. Desde então, uma série de novas regulamentações, liberalizações e silêncios acerca das influências da pandemia no trabalho são vistas.

Em janeiro de 2022, o país passa por eleições legislativas, após o chumbo do orçamento em fins de 2021, e ganha maioria absoluta na AR nesse novo ciclo que se inicia. A história volta a se repetir, com o *modus operandis* já conhecido «(...) o predomínio do imobiliário, da construção e do turismo, com uma indústria de capacidade tecnológica restrita, sempre procurando reforçar a regra que mais lhe importa, o emprego barato e contratos precarizados» (Louçã, 2020:200).

### **1.3.1. Algumas reflexões de Portugal**

O breve histórico-social nos remete a uma reflexão acerca da construção da sociedade portuguesa marcada por ciclos de «vai-e-vem» no que tange os direitos sociais, sendo um país que sofre com a maior temporalidade de uma ditadura no continente europeu. Também é um país onde há grande luta popular, movimentos sociais, contrariando a lógica oligárquica que se expressou no governo.

A estrutura social, relativamente à classe portuguesa, é, até a década de 1960, enviesada por eixos tradicionalistas, “mormente a grande concentração da população ativa nos campos” (Lopes, 2020:220). Com uma «pequena burguesia fraca» e apesar de ensejos populares reivindicativos (como, por exemplo, da aliança realizada para a Primeira República) o que sempre prevaleceu foram os interesses e poderio oligárquico (excluindo o período revolucionário de 19 meses, citado anteriormente).

As «ilhas» de desenvolvimento mostravam a representatividade da dualidade do país nos campos econômicos, sociológico e cultural, conforme Lopes (2020:222) afirma ao citar Adérito Sedas Nunes, o qual refere-se ao país como «sociedade dualista em evolução». Nas «ilhas», a modernidade era notável e difundida, ao invés do resto do país, "submerso" nas estruturas sociais tradicionais. Ainda na década de 1960, há uma

abertura econômica e essas estruturas sociais começam a modificar-se, findando o Estado-Providência.

Os ditos anos dourados da Europa colaboram com o imaginário do bem-estar social vividos entre as décadas de 50 e 70 do século XX, processo que em Portugal foi mais tardio e já imerso em contradições. «Essa dinâmica de criação e interiorização de expectativas e de aspirações foi sendo especialmente alicerçada ao longo das décadas de 1980 e 1990. A construção da narrativa, nas suas mais diversas valências e, por vezes, contraditórias variantes, assentou na expectativa de uma melhoria cumulativa das condições de vida (...)» (Carmo; Matias, 2019:10).

Após a Revolução dos Cravos, a vitória do regime democrático e liberal configura uma derrota da Revolução e o início de um curto período do Estado social hegemônico. Este Estado Social durará até as privatizações de 1989, que, com os ciclos de reformas neoliberais, «preparam Portugal para a integração à União Europeia» (Braga, 2017:47). Esse período, o primeiro dos «seis períodos de regulação laboral», conforme Soeiro (2015:109), é de «afirmação do projeto Constitucional que pretendia abrir caminho para uma sociedade socialista». Os direitos laborais do trabalho eram compreendidos como componente essencial do projeto democrático em curso, ou seja, «direito ao trabalho, segurança no emprego, proibição do despedimento, salário mínimo, férias pagas, liberdade sindical ou das comissões de trabalhadores são algumas das normas consagradas pela Constituição».

*A centralidade da contratação coletiva – e consequentemente das associações sindicais – e do papel do Estado na mediação, regulação e fiscalização do cumprimento dos direitos laborais (por exemplo por via da Inspeção Geral do Trabalho) é um eixo fundamental. Neste período, a regulação laboral resulta de um processo revolucionário, com muitos dos direitos a serem exercidos mesmo antes da sua inscrição legal, com os aumentos de salários a deixarem de depender da produtividade, no quadro de uma relação de forças claramente desfavorável ao patronato, desorganizado e sub-representado (...) (idem).*

Soeiro (2015) afirma que tanto a industrialização como a própria construção de proteções do trabalho assalariado passam por uma lentidão processual, e não por decisões concretas e acabadas. São alvo de ruturas com alternâncias de governos e

projetos sociais de quem está a cargo do governo. É importante ressaltarmos, também, as categorias de trabalho ditas informais ou não visíveis (e nem pagas) tais como o trabalho informal, o trabalho doméstico e o dos cuidados que sempre estiveram e estão, ainda hoje, à margem das proteções e dos vínculos laborais. «As mulheres (com a acumulação massiva de trabalho doméstico não pago nem reconhecido) e os imigrantes (alvos de uma clandestinidade que era a garantia da sua sobre-exploração) foram sempre a parte subalternizada desse compromisso entre a expansão da relação salarial e a lógica da acumulação do capital que foi a constituição da sociedade salarial» (*idem*:30).

O período entre 1976 e 1986 seria o segundo período da regulação laboral, considerado como o início tímido do processo de precarização laboral, intensificado mais adiante. Este foi o período de resgate ao FMI, o qual desencadeia «as primeiras medidas de flexibilização da regulação do trabalho com a aprovação da lei dos contratos a prazo (1978), acaba a unicidade sindical com o surgimento da UGT (também em 1978) e inicia-se a denominada concertação social, com a criação do Conselho Permanente de Concertação Social (1984)» (*ibidem*:109). Flexibilidade da mão de obra, alterações nas condições de cessação de contratos de trabalho e uso do *lay-off* estavam na “ordem do dia” do programa de estabilização econômica conduzida pelo governo e pelo FMI.

*Em meados dos anos 80, o aumento do desemprego ocorre a par da substituição de empregos permanentes por empregos precários e os processos de descentralização produtiva multiplicam a subcontratação da produção e de serviços e o próprio trabalho domiciliário, numa lógica que permite reduzir custos e riscos para as empresas. A par do crescimento do trabalho domiciliário – profundamente feminizado e particularmente incidente nas indústrias do têxtil, vestuário e calçado do norte do país –, cresce também o trabalho clandestino, nomeadamente na construção civil e obras públicas, e o trabalho infantil permanece como um fenómeno com expressão relevante (...) (*idem*: 110)*

Entre 1986 e 1995, o período do governo de Cavaco Silva caracteriza-se pelo terceiro período da regulação laboral. Na Europa, a lógica dominante era a da competitividade, por meio da flexibilização e da redução de custos com os salários. Num contexto europeu de «liberalização do movimento de capitais, do trabalho e dos centros

de produção» (Soeiro, 2015: 110), em Portugal respinga a agenda europeia, trazendo transformações tanto econômicas quanto legislativas a partir do Tratado de Adesão à União Europeia. Conforme já mencionado anteriormente, as privatizações são o marco da consolidação oligárquica, a burguesia, pós-25 de abril. Além disso, no que tange aos direitos laborais, há uma frente de precarização, que Soeiro (2015:210) descreve:

*em 1989, aprova-se a lei que permitiu a criação das empresas de trabalho temporário e ampliam-se as cláusulas que autorizam o recurso à contratação a termo; em 1991 aprova-se a Lei do Despedimento por Inadaptação; em 1993, a regulamentação do regime geral de segurança social alarga a utilização dos “recibos verdes”, dando início a um processo que, em menos de uma década, iria fazer destes um fenómeno central do mundo do trabalho. Na Administração Pública, surgem os “tarefeiros” (contratos de tarefa que pressupõem a execução de trabalhos de natureza excepcional e sem subordinação hierárquica, mas que em muitos casos exercem tarefas permanentes). Na indústria naval, na siderurgia, na metalomecânica e nas indústrias elétricas cresce o trabalho temporário, cuja base de recrutamento são essencialmente jovens à procura do primeiro emprego e desempregados (CGTP, 1989: 14-16). Em contrapartida, é também neste período que são introduzidas na agenda política preocupações de outra natureza: aumenta a escolaridade obrigatória e é ativado um plano de combate ao Trabalho Infantil, expandem-se os órgãos de fiscalização das relações laborais com a criação, em 1993, do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (Campos, 2012: 74-76).*

No governo de António Guterres com maioria na AR, entre 1995 e 2002, ocorre então o quarto período de regulação laboral. Já há uma política econômica caracterizada pela hegemonia europeia, orientada pelo Tratado de Amsterdão que foi assinado em 1997. Teve como objetivo afirmar a agenda da competitividade a partir de um aprofundamento da flexibilização do trabalho, priorizando o controlo e a diminuição dos défices de Estado. Além das privatizações em maior escala que o período anterior, trouxe também alterações sobre a orientação da contratação coletiva e das políticas de proteção social, materializadas na criação do Rendimento Mínimo Garantido. Em 1997 publicou-se um decreto-lei (DL 195/97 de 31 de julho) em que se regularizaram os ditos falsos recibos verdes estatais, numa lógica contrária ao próprio projeto de governo.

Entre 2002 e 2011, o quinto período, denominado por Soeiro (2015) como «a consolidação de uma sociedade precária, tem como evento principal a aprovação do Código de Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), aprovada por uma maioria PSD-CDS/PP. Os principais aspectos do Código são: «a possibilidade de os acordos coletivos terem condições menos favoráveis que a lei geral, o alargamento dos contratos a termo até seis anos, a redução das compensações por cessação de contrato ou a alteração do horário noturno (que passa a ser considerado apenas a partir das 22h)» (Soeiro, 2015: 112). Contudo, em 2008, há iniciativas importantes como o Livro Branco e o Livro Verde sobre as relações laborais, marcando um debate público apoiado na

*“flexigurança”, uma nova maioria, desta feita do PS, aprova alterações ao Código de Trabalho que contemplam, entre outras matérias, o retraimento do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (que deixa de ser um princípio geral), o estabelecimento da caducidade das contratações coletivas ao fim de 5 anos (quando era 10), a instituição do banco de horas ou de mecanismos de simplificação do processo para os despedimentos individuais 90. Simultaneamente, adotam-se medidas com o objetivo de contrariar a eternização dos contratos a termo certo, cujo limite volta aos 3 anos, bem como incentivos à contratação sem termo, através de uma diminuição em 1% da TSU para as entidades empregadoras que recorressem a esta modalidade (idem).*

O sexto e último período de regulação laboral iniciou-se em 2011 com as políticas de austeridade. É considerado como o período de consolidação da política neoliberal em Portugal, caracterizado por um permanente «estado de emergência» o qual trazia consigo sacrifícios que estavam à mercê de um bem comum. A política econômica era de recessão, descida de salários, aumento das desigualdades, entre outras ações de agenda neoliberal. O combinado «Governo e Troika» dá forma a uma governação «por um processo de legitimação baseado no medo», sendo a insegurança (em muitos aspectos) a principal característica da «sociedade da austeridade». Sua instauração dá-se pela «triplavia da privatização dos bens públicos, da individualização dos riscos sociais e da mercadorização da vida social» (Soeiro, 2015:113). Nesse período, há a maior mobilização popular sem vínculo partidário, desde a Revolução dos Cravos, intitulada

“Geração à Rasca” que tinha como principal reivindicação a melhoria das condições de trabalho.

Em 2012, há alterações significativas no Código de Trabalho (Lei 23/2012 de 25 de junho), que reconfiguram de forma mais profunda a flexibilização do mercado de trabalho e a perda de direitos no que tange ao tempo de trabalho e de descanso e à redução de salários. Soeiro (2015) considera a austeridade como uma mudança paradigmática a qual «generaliza a precariedade numa dimensão inédita», e não «apenas uma variação no regime de acumulação e nas formas de regulação» (115); ou seja, é um «processo de transferência de riqueza, de desvalorização interna e de desconsideração do trabalhador, a austeridade extravasa o campo laboral: constitui-se como uma forma de autoritarismo que prefigura um novo regime social» (*idem*).

É também nesse período que há o maior protesto já realizado em Portugal e protagonizado pelo precariado português, chamado de “Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas!”. O movimento gerou uma vitória para as organizações do precariado que conseguiram uma alteração na legislação laboral — a Lei 63/2013 — que instituiu mecanismos para o combate aos «falsos recibos verdes». Apesar de um momento de alta econômica entre 2015 e 2019, com o setor dos serviços e do turismo a pleno vapor em Portugal, a situação se reconfigura em 2020.

A pandemia, que se iniciou em março de 2020 e durou, com medidas sanitárias mais apertadas, até final de 2021 e início de 2022, escancara a fragilidade das políticas laborais, econômicas e sociais em Portugal. Não estávamos todos no mesmo barco, e, apesar de uma condução satisfatória da crise sanitária, o governo de António Costa garantiu a estabilidade da oligarquia, flexibilizando questões não abrangidas no código de trabalho, tais como o teletrabalho. Nesse mesmo ano, há a atualização do Livro Verde das Relações Laborais, que se constrói dentro de uma Agenda do Trabalho Digno. Contudo, de um acordo parlamentar à esquerda com o chumbo do orçamento em final de 2021, as eleições em janeiro de 2022 e a vitória de uma maioria absoluta do PS, reconfiguram-se as movimentações do governo que já não precisa mais de uma geringonça para a aprovação na AR.

Na próxima seção, esmiuçaremos conceitos e categorias que fazem parte da construção da identidade de pessoas que trabalham no Brasil e em Portugal, assim como abordaremos questões acerca do mundo do trabalho diretamente.

[Discurso: José Mujica]

Prometemos una vida de derroche y despilfarro. En el fondo constituye una cuenta regresiva contra la naturaleza y contra la humanidad. Civilización contra la sencillez, contra la sobriedad, contra todos los ciclos naturales, contra todos los ciclos naturales

Pero peor

"civilización" contra la libertad que supone tener tiempo para vivir de las relaciones humanas lo único trascendente: amor, amistad, aventura, solidaridad, familia...

Hoy es tiempo de empezar a batallar para preparar un mundo sin fronteras

La economía globalizada no tiene otra conducción que el interés privado de muy pocos

La gran tarea para nuestros pueblos, en nuestra humilde manera de ver... es el todo

Sería imperioso lograr consensos planetarios

Para desatar solidaridad hacia los más oprimidos

Castigar impositivamente el despilfarro

Y la especulación

Movilizar las grandes economías

No para crear descartables

Con obsolescencia calculada

Sino bienes útiles, sin frivolidades

Para ayudar a levantar a los más pobres del mundo

Si, la alta política entrelazada con la sabiduría

Nuestra época es potentosamente revolucionaria

Como no ha conocido la historia de la humanidad

Pero no tiene conducción consciente

O menos conducción simplemente instintiva

Mucho menos todavía

Conducción política organizada

Porque ni siquiera hemos tenido filosofía precursora

Necesitamos goberarnos a nosotros mismos, o sucumbiremos

Este es nuestro dilema

Pensemos en las causas de fondo

En la civilización del despilfarro

En la civilización del insistir que lo que estás tirando es tiempo de vida humana malgastado

Derrochando en cuestiones inútiles

Piensen que la vida humana es un milagro

Que estamos vivos por milagro

Y nada vale más que la vida

Y que es nuestro deber biológico, y por encima de todas las cosas

Respetar la vida e impulsarla.

*Newen Afrobeat - Santiago*

## 1. O MUNDO DO TRABALHO

*Algo está mal,  
quando os 40 mais ricos  
têm mais  
que os 2 bilhões mais pobres,  
batemos no fundo  
e batemos recordes,  
um novo multi-milionário  
dia sim dia não.  
É inaceitável que essa mesma minoria  
junte tanta riqueza,  
enquanto a maioria se mata a trabalhar  
e nunca sai pobreza.  
Chega de retórica da iniquidade  
à mesa do G20 não há prosperidade,  
o corporativismo internacional  
é um atentado ao direito social,  
aumenta os lucros dos especuladores  
reduz os custos com trabalhadores,  
é crime financeiro,  
globalizado,*

Anteriormente, refletimos brevemente sobre os paralelos e as diferenças histórico-sociais dos países que fazem parte desta pesquisa sociológica em um extenso recorte temporal. Portanto, nosso ponto de partida neste capítulo é, com base nas reflexões anteriores, pensar aspectos que influenciam na construção do mundo do trabalho nestas duas nações com as suas especificidades histórico-sociais. O Brasil, com seu passado marcado pela colonização, e Portugal, com um passado de grandes navegações e colonizações. Consequentemente, o Brasil enquanto o maior país da América do Sul, e Portugal, com a posição ocupada atualmente no Norte Global.

No capítulo “A Ordem e a Desordem”, falamos sobre a influência do neoliberalismo e sobre a acumulação flexível num sentido societal amplo. A influência do contexto macro e social-econômico influencia ambos os países, ainda que o processo histórico-social esteja em patamares de desenvolvimento econômico diferentes. As alterações laborais, sob égide da acumulação flexível e a consequente precarização das relações laborais, são consideradas por Antunes (2018), como um processo de nova morfologia do trabalho. O autor salienta que o processo do novo segmento da classe trabalhadora, o precariado, constitui-se diferentemente no Norte e no Sul Global.

Este capítulo pretende de certa forma entrelaçar, na rede que compõe a base reflexiva desta pesquisa, os capítulos anteriores com as reflexões acerca do mundo do trabalho. Ou seja, entrelaçar a perspectiva macrosocial, o contexto histórico-social do Brasil e de Portugal e as transformações no âmbito do mundo do trabalho. A leitura em sequência destes capítulos permite-nos a compreensão e a reflexão que partem de uma visão macro, do todo, do sistema econômico, societal e hegemônico; adentra na especificidade histórico-social do Brasil e de Portugal; e, o mundo do trabalho num contexto geral e especificamente nestes dois países. Fazemos, portanto, o movimento de um telescópio quando analisamos o céu. Por vezes, observamos o todo, outras vezes grupos de estrelas e planetas, e algumas outras focamos nos planetas ou nas estrelas.

### **1.1.O TRABALHO E A PESSOA QUE TRABALHA**

Iniciamos a nossa trajetória reflexiva sobre o mundo do trabalho pela relação existente nesse processo, ou seja, a constituição do ser social ao realizar o trabalho. Engels e Marx (1978) definem o ser social como resultante do trabalho (e da sociabilidade), e este processo constitui a *práxis*. Este é um processo, um movimento, que tem como base da sua dinâmica as contradições; e, conseqüentemente, as suas superações, que quando se elevam, transformam-se em uma relação de maior complexidade e com novas contradições. A partir dessa reflexão, a sociedade não deve ser concebida como algo estático, acabado e, sim, como um conjunto — uma totalidade — de processos. Portanto, quando existe uma complexificação de contradições, e conseqüentemente as suas superações, podemos dizer que há uma compreensão do que antes era menos complexo, e a partir desse processo fica conhecido e superado. Ou seja, é o presente que esclarece o passado. É, pois, um processo.

A mercadoria define-se como o produto final do processo de produção capitalista, é produzida pelo ser social por meio do trabalho, e é, também, o produto mais visível desse processo. Ela é externa à pessoa que o faz, um objeto que tem como finalidade a satisfação da necessidade humana, por isso, é-lhe atribuído um valor de uso. Contudo, o valor de uso só tem importância no capitalismo enquanto o objeto atribuído de valor seja um objeto de consumo. Em contrapartida, há o valor de troca, que define-se pela “relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes” (Marx, 1998:58). O «valor-de-uso se realiza para as pessoas sem troca, por meio de relação direta entre a coisa e a pessoa, enquanto o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social» (*idem*:105).

O valor-de-uso só possui valor, pois nele está contida a corporificação, a materialização do trabalho humano abstrato. A medição do valor é dada pela quantidade de trabalho necessário para a fabricação da mercadoria. Marx afirma que «como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza» (1998:61). E, conseqüentemente, «quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor» (*idem*:62). A necessidade de maior produtividade no processo inicial da produção

capitalista gerou a necessidade de uma divisão do trabalho para um alcance de produção e consumo mais rápido, ágil, por conseguinte, viabilizando uma exploração maior (leia-se “melhor aproveitamento” na perspectiva burguesa) da força de trabalho.

A implementação das máquinas dá origem ao “controle objetivo do trabalhador” (Bryan, 2015:55) com fins de diminuir a dependência do capitalista, o dono da fábrica, das habilidades subjetivas desse trabalhador. Desta forma, o controle da inteligência, antes de posse do trabalhador para a execução do trabalho, agora está sob controle do capitalista ao ser o dono das máquinas que realizam a produção. Impondo assim, as normas de execução a partir das máquinas, e não mais sob controle do trabalhador que tinha o conhecimento técnico de produção. Ao incluir a ciência na produção, «o capital opera a separação entre o saber e o trabalhador» (Bryan, 2015: 60), ou seja, «estabelece-se, assim, a divisão do trabalho intelectual e do trabalho de execução». «Adquirindo tal autonomia em relação ao proprietário do capital (gerentes) e desenvolvendo as forças produtivas do trabalho, a força capitalista abre caminho para formas superiores de planejamento e gestão da produção social» (*Idem*:64).

Essa ideia é contraposta por Schwartz e Durrive (2010) que dizem que a subjetividade, ou seja, o si (corpo-si) do trabalhador é histórico, é intrínseco à sua atividade e que efetua a relativização das normas na execução do trabalho, mesmo que este seja um trabalho visto como repetitivo. Portanto, há subjetividade no trabalho concreto, por mais automatizado e segmentado/setorizado que este seja.

*Para trabalhar, é necessário que haja prescrito, um conjunto, — de objetivos, de procedimentos, de regras — relativos aos resultados esperados e à maneira de obtê-los. Quem prescreve? Em termos mais gerais, é a sociedade quem prescreve. Neste sentido, a finalidade do trabalho é exterior ao homem tomado enquanto indivíduo isolado: a atividade de trabalho é, de imediato, social. Ela permite a cada um se produzir como ser social, mas este processo não resulta de uma simples aplicação do prescrito. A situação real é sempre diferente daquilo que foi prescrito. Essas diferenças entre o que se é demandado e o que se passa na realidade, devem ser geridas. E essas distâncias são irreduzíveis (Schwartz; Durrive, 2010:68).*

Nesta relação entre o prescrito e o real, haverá também a relação entre o que se aprendeu *versus* o que se exige na regra da atividade. «Por trás dos gestos os mais

simples , há sensibilidade, estratégia, inteligência, todo um saber-fazer, amplamente subestimado!» (*idem*:68). A todo momento a pessoa que trabalha faz escolhas sobre que forma irá realizar a atividade prescrita. Isso se dá inconscientemente, sendo muito difícil expor isso ao outro. Sendo «o corpo-si, árbitro no mais íntimo da atividade, não é um “sujeito” delimitado, definido, mas uma entidade enigmática que resiste às tentativas de ser objetivado» (*ibidem*:196).

Desde a divisão do trabalho concreto e do trabalho abstrato, verifica-se «o revolucionamento incessante da produção, o abalo contínuo de todas as situações sociais, a agitação e a incerteza perpétuas» (Engels; Marx, 1978:208), e, por conseguinte, a manutenção do “exército industrial de reserva” sempre disponível para o “mercado de trabalho” e, na sua maioria, mantido na miséria. Marx demonstra que a evolução da ciência, que seria, na visão inicial do capitalismo, uma força progressista e revolucionária, «torna-se senil e pestífera como as relações capitalistas» (*idem*, 1978:159). Assim, visando a ciência como a evolução da maquinaria, há uma inversão das relações sociais, aonde

*as máquinas, a técnica e a ciência aparecem como a fonte principal e primeira da riqueza, enquanto a força de trabalho aparece como secundária, acessória, quando é evidente que foi dela que derivou todo o processo produtivo, incluindo a ciência, a técnica e as artes. Essa inversão coloca o trabalhador intelectual acima do manual, as universidades e institutos de investigação acima dos estaleiros* (*ibidem*, 1978:160).

A produção por meio da maquinaria e a apropriação do trabalho vivo pelo capital representam o momento «quando o capital aprisionou todas as ciências para seu serviço e quando, além disso, a maquinaria existente lhe fornece já recursos apreciáveis» (Engels; Marx, 1978:161). Trata-se da apropriação da ciência pelo capital, constituindo um aumento da força produtiva através das máquinas e de novos conhecimentos e tecnologias a seu serviço. A exemplo, quando se demanda uma nova técnica, dá-se mais força à ciência (técnicos, especialistas e novas tecnologias), contribuindo para uma educação voltada ao mercado e auxiliando em seu desenvolvimento e manutenção. Portanto, quanto mais simples e fácil de aprender, menor o custo de produção e de

aprendizagem necessária, consequentemente, menor é o salário de quem trabalha. Isso porque, assim como a mercadoria, o salário é determinado pelos custos da produção, e, também, pela concorrência (crescente ou decrescente, ou seja, maior especialização ou menos especialização).

No século XX, conforme Therborn (2012), é a primeira vez que os trabalhadores sem propriedade se tornaram uma força política de peso no mundo ocidental. Pope Leo XIII, o líder da organização social mais antiga do mundo, nota que o progresso da indústria provocou «the accumulation of affluence among the few and misery (inopia) among the multitude»<sup>42</sup> (*idem*, 2012:5), apesar disso, houve uma maior autoconfiança e coesão dos trabalhadores. Os sindicatos começam a ter uma posição de destaque nas principais empresas da indústria, os trabalhadores organizam-se em partidos, obtendo grandes forças eleitorais, principalmente no mundo ocidental, sendo o processo do Sul Global *a posteriori*.

O “Dia dos trabalhadores e das trabalhadoras”, o 1º de maio, iniciou nas ruas de Chicago, nos Estados Unidos da América em 1886; e, desde 1890, começou a ser comemorado em Havana e outras cidades da América Latina, tornando-se então internacional. À medida em que os trabalhadores se organizavam, o trabalho provou ser uma força importante nas Américas. O *New Deal* estadunidense<sup>43</sup> marcou uma confluência entre liberalismo esclarecido e a classe trabalhadora industrial, esta que conseguiu se organizar durante os anos da Depressão através de heroicas lutas. Na América Latina, em países como o México, o Brasil e a Bolívia, começam a ter movimentos de garantias — mesmo que de pouca expressão — a favor dos trabalhadores (Therborn, 2012: 5 e 6).

---

<sup>42</sup> Tradução livre: “o acúmulo em excesso entre poucos e a miséria (inópia — escassez) entre a multidão.”

<sup>43</sup> Compreendemos que a utilização da expressão “americano” para denominar pessoas que nasceram ou vivem nos Estados Unidos da América é confundir com as pessoas que moram no continente americano. Portanto, neste estudo, o uso da palavra americano será apenas para pessoas que moram no continente americano (América do Norte, central ou do sul). O termo estadunidense para referenciar à população ou referente ao país (EUA). Acreditamos que este apontamento, nesta pesquisa, contribui para uma visão menos colonial e “surripadora” da história reforçando a hegemonia, diferente da que se faz com o uso superficial equivocado desta expressão.

As grandes revoluções (União Soviética, China, Caribe) foram um período de grande repressão com episódios modernos de arrogante violência que causaram muito sofrimento, fome e mortes. Therborn (2012:8) afirma que essas revoluções deixaram legados importantes ao mundo. Tais como: 1) um papel crucial na reforma do pós-guerra no mundo capitalista: a redistribuição de terras no Japão, Taiwan e Coréia do Sul, o desenvolvimento de direitos na Europa Ocidental, e as reformas da “Aliança para o Progresso” na América Latina que foram inspiradas pela «ameaça comunista»; 2) a existência de um bloco de poder com a sua própria ideologia, contribuindo para enfraquecer o racismo e o colonialismo euro-estadunidense; 3) o grande número de militantes comunistas em todos os cantos do mundo (que, conforme o autor, de um autoritarismo implacável de alguns dos seus líderes, mas que, em simultâneo, eram os únicos que “olhavam” para os pobres e oprimidos); e, 4) os Estados das duas grandes revoluções comunistas são essenciais para se conservar algum grau de pluralismo geopolítico (isso inclui a Rússia pós-comunista). A persistência de lideranças comunistas nos Estados após 1989-1991 significou que uma opção socialista permanecia aberta em algum grau (Therborn, 2012:9).

O estado de bem-estar social — ou seja, um estado de direitos sociais cívicos — foi a mais importante realização do reformismo do século XX no mundo ocidental. Conquanto já há algum tempo que está sob ataque, com pequenas ondas de luta espaçadas e desarticuladas. Mesmo que tenha sido implementado a pleno em países como o Reino Unido, os golpes que tem sofrido atingem principalmente os países onde o processo de bem-estar social estava para começar, mas não será totalmente desmontado (*idem*, 2012:10).

Therborn (2012) lembra que Marx já havia previsto que haveria um choque entre forças e relações de produção — uma de caráter cada vez mais social, a outra de caráter privado e capitalista — e que isto aumentaria com o tempo. Conforme já falado no primeiro capítulo, a vitória de Thatcher e Reagan em 1979-80 é o marco de uma política neoliberal no mundo ocidental e do avanço do neoliberalismo mundialmente, e a experiência de implementação no Chile marca o avanço na América Latina. A revolução eletrônica permitiu que o gerenciamento privado funcionasse de longe, estabelecendo

cadeias globais de mercadorias e dissolvendo as velhas economias de escala. Portanto, o triunfo neoliberal não era simplesmente uma questão ideológica, como foi antecipado pelos marxistas, pois também tinha uma base material muito firme.

A financeirização, ou seja, um conjunto de ações de desenvolvimento que envolvem a liberação de fluxos de capital, expansão do crédito, negociação digital e compartilhamento de capital em pensões e fundos de seguros, geraram uma enorme quantidade de capital privado. Além disso, as movimentações e ações começaram a ser feitas remotamente e de espaços geográficos distantes. Essa revolução das cadeias globais de mercadorias, faz com que a velha economia e a forma de produção dessem espaço a uma nova forma de organização do capital. Substitui-se, então, a nacionalização e a regulamentação como algo onipresente na política do governo (Therborn, 2012:11), pautando transformações nas relações laborais e nos direitos laborais de quem trabalha.

#### **1.1.1. Divisão sociossexual do trabalho<sup>44</sup>**

As crises do capital, em todas as suas vertentes, estão longe de ser acidentais. «Este sistema não vive apenas da exploração do trabalho remunerado; também sobrevive às custas da natureza, dos bens públicos, do trabalho não-remunerado que replica seres humanos e comunidades» (Aruzza *et al.*, 2019:37). As sociedades capitalistas são estruturadas a partir de uma estrutura de opressão (raça, gênero, classe), mesmo não tendo sido o sistema que inventou a subordinação social forçada das mulheres, contudo, este criou formas de mantê-la.

Aruzza *et al.* (2019:43) argumentam que o grande xeque-mate foi a separação entre a produção de pessoas e a produção de lucros. A primeira, que se atribui quase que exclusivamente como tarefa feminina, inclusive por questões biológicas; e a segunda à qual foram subordinadas. Portanto, a reprodução social, ou seja, o trabalho

---

<sup>44</sup> A discussão sobre a divisão sociossexual do trabalho, conforme nomeia Antunes (2018:24), para além do exercício de tornar a escrita mais inclusiva possível, é oportuna para pontuar um caminho na contramão da hegemonia masculina. Ser mulher é viver sob uma divisão sociossexual do trabalho que frequentemente é «desigual e diferenciada» e, apesar de não ser a nossa temática específica nesta pesquisa, salientamos como uma importante temática na sociologia do trabalho.

de produzir pessoas «fornece alguns requisitos fundamentais — materiais, sociais, culturais — para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a “força de trabalho” poderiam ser materializadas nos seres humanos» (*idem*, 2019:43).

Em relação à subordinação, Hirata (2009) nos diz que a flexibilização nas relações laborais contribuiu para três aspectos. Primeiro, o desenvolvimento massivo do trabalho parcial num pequeno espaço de tempo, levando a uma maior precarização das relações de trabalho, assim como a necessidade de uma menor qualificação. Em segundo, a distribuição por sexo da maioria dos empregos precários, ou seja, de duração determinada, parciais, informais, etc.. Estes afetam «uma população constituída maioritariamente por mulheres mais jovens, menos qualificadas e com menos titulação do que o conjunto da população assalariada», a autora fala da realidade francesa, contudo isto já é uma realidade global. Em terceiro, a «[...] posição desfavorecida das mulheres em termos de postos de trabalho e de responsabilidades» (*idem*, 2009 (2007):28). As mulheres são as mais afetadas pela precariedade imposta.

O fenômeno estudado nesta pesquisa, da precariedade laboral, pode ser ilustrado pelo «paradoxo do aumento do emprego feminino acompanhado do crescimento simultâneo do emprego vulnerável e precário das mulheres» (Hirata, 2009:29). As migrações femininas também são um dos fatores que reforçaram a precarização do trabalho, pois não há garantia de contratos e nem de direitos sociais.

É fato a hegemonia de mulheres nos setores formais e informais e incremento de emprego no setor dos serviços, assim como a menor remuneração, por vezes nos mesmos cargos que os homens. Além disso, há a «bipolarização dos empregos femininos». Este fenômeno, resultante de esforços e processos educativos, torna-se ponto de convergência do Norte e do Sul Global, que:

*de um lado, estabelece-se um pólo constituído por mulheres executivas de profissões intelectuais superiores, categorias que se feminizam (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, assalariadas do ramo da publicidade e da arte, etc.); do outro, mulheres que se mantêm nas ocupações tradicionalmente femininas: funcionárias públicas, da saúde, da educação, dos serviços aos particulares, auxiliares de enfermagem,*

*enfermeiras, professoras primárias, profissionais do home care — que atendem pessoas idosas, doentes, crianças, e que fazem o trabalho doméstico como empregadas, faxineiras, etc. (Hirata, 2009 (2007):30 — grifos da autora).*

A pauta do trabalho dos cuidados é um expoente na luta feminista internacional. Peniche (2020, p. 252) retrata que, mesmo ao longo dos anos, o espaço doméstico continua a ser «[...] descrito como território do poder feminino [...]» e isto muito tem a ver com uma forma de concepção patriarcal de poder (ou seja, uma atribuição sexista dos cuidados às mulheres).

*No território invisível, social e economicamente desvalorizado, elas campeiam, mas esse aparente poder é, afinal, o retrato da opressão e da exploração, uma vez que se traduz na dupla jornada de trabalho e não no reconhecimento do trabalho doméstico e dos cuidados como trabalho. A estratégia do elogio é, aliás, bastante comum e frequentemente utilizada para obscurecer formas de opressão (idem).*

A reprodução social é fundamental para se perceber a exploração de classe. Isso deve-se pelo fato de que tanto a reprodução social (numa perspectiva hegemônica, conservadora) quando as instituições (escola, etc.) preparam as pessoas, que futuramente serão trabalhadoras, numa perspectiva de dedicação, obediência ao patrão, aceitação do seu «posto» e tolerância «a exploração» (Aruzza *et al.*, 2019:47). Ou seja, «contrariamente a noções antiquadas, criando as classes numa sociedade capitalista, ou seja, não são apenas as relações que exploram diretamente o “trabalho”, mas também as relações que o produzem e o repõem» (*idem*).

Essas contradições e conflitos são essenciais no sistema e na sociedade capitalista, pois esta depende do trabalho reprodutivo, mas, simultaneamente, o rejeita. O aumento de horas de trabalho, da fragmentação das relações laborais, impostas pelo neoliberalismo e que corroboram com a falta de apoio do Estado às políticas sociais e de bem-estar social, “levam a cabo” as famílias e mulheres. «Nestas condições de expropriação generalizada, as reivindicações sobre a reprodução social ocupam uma posição central e estão na vanguarda de projectos com o potencial para transformar radicalmente a sociedade» (Aruzza *et al.*, 2019:49). O resultado é a crescente

desigualdade social e dos antagonismos, entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres (Hirata, 2009 (2007):30).

## **1.2.AS MUTAÇÕES**

As reflexões anteriormente realizadas passaram por algumas etapas do desenvolvimento produtivo capitalista, tais como: a Primeira Revolução Industrial, o Taylorismo; a Segunda Guerra Mundial, o Fordismo, por conseguinte o Toyotismo e a Segunda Revolução Industrial. A nova dinâmica de financeirização e dos capitais produtivos relacionada com a tecnologia define o que se chama Terceira Revolução Industrial. Conforme já tratado no capítulo sobre a “Ordem e a Desordem”, esse fenômeno culmina na automação produtiva, novos modelos de organização e gestão, visando um maior lucro. Cresce também a pressão de uma nova ordem liberal para fomento dos «fluxos internacionais de capitais financeiros e produtivos». Estes tornaram-se centrais nessa «nova dinâmica da acumulação e do fenômeno que passou a ser conhecido como globalização» (Felgueiras, 2021:25).

A partir do fim dos anos 2000, aproxima-se o novo cenário mundial, que culmina na crise de 2008. Novas mudanças tecnológicas anunciam a Quarta Revolução Industrial, «novas alterações nas estruturas das empresas, a crescente importância da qualificação e as novas características do empreendedorismo». As demandas do mercado de trabalho se alteram e novas exigências são impostas, culminando na flexibilização e alteração de «legislações, trabalhadores e instituições» (*idem*:45).

Para além dessas mudanças, existe a resistência, a luta das pessoas que trabalham também foi se (re)organizando nesse processo do “mundo do trabalho”. De forma sintética, conforme Lopes *et al.* (2017), há alguns fatos históricos importantes que caracterizam esse processo, ao nível macro, das transformações do trabalho e do sistema econômico capitalista a partir do final do século XX.

Ao nível global, a mudança do trabalho deu-se em dois planos: 1) «a força de trabalho que produz no mercado e para o mercado capitalista mundial duplicou entre 1980 e 2000». Essa modificação foi causada pela entrada da China e dos países da ex-união soviética para o mercado global, permitindo, assim, que a produção fosse elevada

e mais barata, «deslocando centros de produção e fluxos financeiros e embaratecendo os salários» (*idem*, 2017:51); 2) «nos avanços da agenda das reformas estruturais, nos termos do FMI, e que consistem invariavelmente na redução do salário direto e do salário indireto (...) garantindo-se que se cria uma nova normalidade que subordina ou exclui a reivindicação dos trabalhadores». Ou seja, a desarticulação da proteção coletiva garantida pelo contrato ou pelos sindicatos. «O proletariado hoje é grande parte do precarizado» (*ibidem*: 52). Conforme Lopes *et al.* (2017:53) a «alteração do modelo do contrato de trabalho, a flexibilização da produção conducente à uma maior intensidade da exploração bem como a um aumento da mais-valia absoluta pelo alargamento do horário de trabalho ou pela redução dos salários diretos e com a portabilidade das qualificações, constituem uma mudança de fundo».

O sistema de poder no capitalismo tardio é composto pela promoção de 3 elementos-chave: a) «reinvenção descontínua das instituições»; b) «a especialização flexível da produção»; e c) «a concentração do poder sem centralização». Ou seja, desmantelamento das instituições, a hegemonia e domínio tanto sobre o tempo de trabalho quanto pela sua organização, e a flexibilização das relações laborais, implicando em uma descentralização de pertença (pessoa trabalhadora), base (instituições) e saber (especialização flexível). «A individualização extrema, destroçando a pertença a comunidades, cria um regime de dominação forte». Conforme análise do Banco Mundial em 2006 «a desigualdade é um forte instrumento de dominação que se consolida em instituições e formas de ação social, cultural e portanto política (...)». Distribuição desigual do poder ajuda os ricos a manterem o controle sobre os recursos (*idem*:54).

Evidencia-se, portanto, a existência de uma tripla armadilha: 1) «redução de salários e o desemprego dos trabalhadores mais qualificados provoca perda de capacidade, emigração e exclusão do trabalho»; 2) «menos incentivos para a qualificação de quem chega à idade de estudar e trabalhar»; e c) «a desigualdade embebe-se em instituições e culturas da desigualdade» (*ibidem*). O nexos capital-trabalho está se expandindo e continuará a fazê-lo. Therborn (2012) já advertia sobre a possível dificuldade em imaginar uma transformação da sociedade precipitada pela pequena dialética marxista da luta de classes, mas a expansão do capitalismo e o

crescimento das suas desigualdades irão manter a classe trabalhadora na agenda da política do século XXI (*idem*:24). E é o que vemos no campo do trabalho hoje. Novas configurações laborais que demandam uma reorganização de classe, de representatividade e, conseqüentemente, de pertença.

Nos anos de 2018 e de 2019, as prospecções de radicais transformações chumbaram na América do Sul. Uruguai, Brasil, Bolívia e Chile foram à contramão das políticas sociais construídas há anos. Coincidência ou interesses geopolíticos a nível global? A classe, nesse contexto, torna-se uma bússola de orientação — para as classes de pessoas exploradas, oprimidas e desfavorecidas em toda a sua variedade — em vez de uma categoria estrutural a ser preenchida com “consciência”. As alianças sociais nas quais futuras transformações se basearão ainda não foram formadas e nenhuma “função de liderança” pode ser atribuída a qualquer grupo antecipadamente. Mas, sem uma bússola de classe, mesmo com os melhores movimentos sociais, é improvável que superem as desigualdades do capitalismo moderno (Therborn, 2012:26). E esse torna-se o principal desafio dos movimentos que têm surgido neste contexto, inclusive durante a pandemia.

Em Portugal, a Geração à Rasca (Soeiro, 2015), conforme Barbosa (2020:7), enfrentava, em 2020, a «segunda (ou terceira) crise económica e social das suas vidas». A primeira seria quando ainda muito jovens, em um Portugal «recém-democrático» e marcado por «um atraso estrutural e duas intervenções do FMI (1977 e 1983)». A segunda, a «Grande Recessão (2008)» marcada pela crise econômica global e pelas políticas de austeridade «impostas pela Troika (2011-2014), com «uma crise da habitação» no Porto e em Lisboa. Barbosa (2020) indica que, conforme o «sociólogo Pedro Adão e Silva, uma mesma geração enfrentar uma segunda crise num espaço de dez anos é algo inédito e que deixará necessariamente marcas». O mesmo processo de crises sofridas por uma mesma geração no Brasil com as manifestações de rua em 2013 devido à crise e o aumento da tarifa nos transportes público como mote inicial, e, por exemplo, o “Breque dos App’s” durante a pandemia em 2020 e 2021. Percebemos, concomitantemente, uma reorganização de Estados da América Latina numa linha mais progressista com os resultados das eleições da Argentina, Chile, Bolívia com rumos

inversos de 2018 e 2019. Essa reorganização é interessante porque se contrapõe ao rumo que podemos perceber no Norte Global, onde cresce as tendências da extrema-direita conservadora, e por vezes, fascista. Em 2022, sobrepõe-se a guerra entre a Rússia e a Ucrânia (um dualismo entre OTAN — NATO *versus* Rússia, China, principalmente) numa disputa de hegemonia global, afetando diretamente o valor dos combustíveis e a dinâmica hegemônica global, agravando a crise econômica<sup>45</sup> pandêmica.

Antunes (2018) lembra-nos que, em pleno século XXI, bilhões de pessoas dependem exclusivamente do salário para sobreviver. As condições laborais que essas pessoas encontram estão cada vez mais frágeis, precarizadas e instáveis, e, muitas vezes, vivem sob o desemprego. Sobrevivem com biscates, trabalhos informais, a tempo certo e sem vínculo. O que é contraditório com a tendência em escala global de aumento do contingente de pessoas que trabalham, pois, em simultâneo, há uma redução das vagas de emprego. Já as pessoas com emprego sofrem sob a redução dos seus direitos sociais e a «erosão das suas conquistas históricas», corroborando para «novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando» (*idem*: 24). É um processo de precariedade duplamente reforçado, tanto para os já empregados, quanto para pessoas desempregadas ou que estão a tentar entrar no mercado de trabalho. As opções de entrada e de permanência no mercado de trabalho convergem para as possibilidades flexíveis, frágeis e sem segurança laboral.

A contradição do trabalho expressa-se na oposição de aspectos que coexistem, pois, é simultaneamente marcado «por traços de alienação e estranhamento» e também expressa, em algum nível, «coágulos de sociabilidade» (Antunes, 2018:24). Estes podem ser perceptíveis na comparação das pessoas que trabalham com as que estão desempregadas, ou ainda, atualmente, das que fazem teletrabalho com as que

---

<sup>45</sup> Notícias comentam a maior inflação em Portugal desde 1994, disponível em: <https://expresso.pt/economia/2022-05-11-Inflacao-em-Portugal-atingiu-o-valor-mais-alto-em-29-anos.-Habitacao-agua-eletricidade-e-gas-com-as-maiores-subidas-de-precos-70eeb80a>. Acesso em 12 de setembro de 2022. E, no Brasil, que em janeiro de 2022, obteve a maior inflação dos últimos 6 anos. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/17/inflacao-vai-deixar-brasileiro-mais-pobre-por-anos-dizem-economistas.htm>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

trabalham presencialmente. Antunes (2018:25) atenta para o emergir de uma constatação central em relação ao trabalho humano necessário e do «seu potencial emancipador e transformador» e a recusa do «trabalho que explora, aliena e infelicita o ser social», sendo este o trabalho abstrato. O

*(...) sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital (idem).*

Evidencia-se, portanto, conforme Antunes (2018:25), a «dialética espetacular do trabalho», a qual afirma ter sido incompreendida por muitos dos seus críticos. A «processualidade contraditória», característica do e no «ato de trabalhar, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza, que (re)converte o estudo do trabalho humano em questão crucial de nosso mundo e de nossa vida». Por conseguinte, o grande desafio deste século XXI é: como «autoconstituir» sentido ao trabalho humano para também dar sentido à vida fora do trabalho? O autor sustenta a necessidade da construção de «um novo modo de vida a partir de um novo mundo do trabalho»<sup>46</sup>, destarte o modo de funcionamento que nos é imposto pelo sistema.

Esse “novo” funcionamento das relações laborais, que está a se complexificar, é contraditório na medida que, com a crescente individualização «dos serviços e da remuneração», há uma explicitação da exploração, afinal «sabe-se quanto cada trabalhador produz e qual o percentual apropriado pela empresa». Há também uma individualização das relações laborais (menos contratos coletivos e subscrições aos sindicatos) e isso colabora com o controle do processo por «plataformas» que determinam «os formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam»; portanto, um aperfeiçoamento do controlo do empregador,

---

<sup>46</sup> Antunes relembra que, na década de 1980, houveram teóricos a afirmar o fim da classe trabalhadora, a retração da classe devido às novas tecnologias e formas de informação. Consideramos, assim como Antunes, que a classe trabalhadora não está no fim, e por considerarmos estas teses de 1980 infundadas por conta dos argumentos que trazemos em todo neste estudo, não as abordaremos de forma aprofundada. Para compreender mais sobre as teses do fim da classe trabalhadora, consultar: Antunes, Ricardo. 2018. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo.

impondo, portanto, um perfil de submissão das pessoas trabalhadoras, uma vez que, na maioria das vezes, não há outra alternativa de escolha (Felgueiras, 2021:103). Entretanto, isso não significa que essas pessoas não possam ter o controle, iniciativa e autonomia no desempenho das suas atividades, contudo a mobilização torna-se mais sectarista e fragmentada. Há a contradição luta *versus* sobrevivência.

As mutações e os novos arranjos laborais, além dos já conhecidos como o *outsourcing* — a terceirização, falsos recibos verdes, falsa pessoa jurídica ou MEI (no Brasil), são uma constante com o aumento das tecnologias de informação e comunicação. A «*gig economy, platform economy, sharing economy, crowdsourcing, on-demand economy*, uberização, crowdwork, trabalho digital, entre outros» são algumas destas novas denominações que adentram no mundo do trabalho. As «plataformas e os apps» estão ganhando espaço no nicho de demandas *online* de consumo, tanto na criação quanto na oferta e manutenção de serviços (Felgueiras, 2021:58). A tendência de uma plataformização de serviços e relações laborais é forte nestas novas mutações aceleradas pela pandemia e abrange os mais diversos setores (educação, saúde, serviços, etc.).

### **1.3.BRASIL, PORTUGAL E O MUNDO DO TRABALHO**

Um paralelo do contexto histórico e social do Brasil e de Portugal visa a aproximação de quem nos lê com os países e, de certa forma, a realização de um paralelo dessas contextualizações que colaborarão com as reflexões dos retratos sociológicos que adiante serão apresentados. Os processos históricos-sociais diferem, contudo, são influenciados pela dinâmica macro, referida no capítulo anterior.

Há muitas diferenças entre o caso brasileiro e o caso português, apesar de os aproximar num contexto global atual, estas divergências dão-se principalmente pela singularidade do contexto histórico-social e da posição no cenário global e territorial destes dois países. Poderíamos ainda referir o histórico colonizado e colonizador, que não é foco desta pesquisa, mas que engloba estes processos históricos-sociais. Enquanto no Brasil a luta da juventude e das pessoas que trabalham dá-se pela efetivação de direitos sociais, em Portugal a mobilização se dá pela sua conservação. Há também

diferenças na qualificação do trabalho e na sua composição social (Braga, 2014:59). Contudo, há também aproximações que Braga (*idem*) evidencia como a «não hostilidade ao regime democrático» e nem ao «movimento sindical».

O Brasil tem uma população em torno de 214 milhões<sup>47</sup>, conforme a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desses, 34,7 milhões são trabalhadores informais (sem vínculo laboral, que trabalham por conta própria, sem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, e trabalham auxiliando a família)<sup>48</sup>, conforme dados do IBGE de 2021. Ou seja, cerca de 16,21% da população brasileira tende a ser trabalhadora em condição precária.

Em Portugal, a população é de 10,3 milhões<sup>49</sup> de pessoas residentes, conforme o último censo do Instituto Nacional de Estatística (INE), e destes 687,3 mil eram trabalhadores por conta própria em 2021,<sup>50</sup> correspondendo a 6,8% da população. Esse dado ainda não corresponde ao subemprego, trabalho temporário, contratos a termo, falsos recibos verdes. Falaremos sobre isso mais adiante.

A formação de classe trabalhadora no caso brasileiro é, por um lado, representada por pessoas de origem indígenas e africanas, ou seja, pessoas escravizadas e por sua miscigenação (Fernandes, 2018). Estes, até hoje, fazem parte de uma “classe subalterna” (Paludo, 2001) que sofre profundas desigualdades estruturais, significando uma grande expressão no contingente de trabalhadores/as com condições precárias. O processo de subdesenvolvimento brasileiro não seria uma evolução truncada, mas, sim, uma forma de produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e a articulação de interesses internos das elites. Conforme Fernandes (2018:167):

*O Brasil vive, simultaneamente, em várias 'idades histórico-sociais'. Presente, passado e futuro entrecruzam-se e confundem-se de tal maneira que se pode passar de um estágio histórico a outro pelo*

---

<sup>47</sup> Fonte: <https://ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

<sup>48</sup> Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

<sup>49</sup> Fonte: [https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html). Acesso em: 29 de junho de 2022.

<sup>50</sup> Fonte: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=540864721&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=540864721&DESTAQUEStema=55574&DESTAQUESmodo=2). Acesso em: 29 de junho de 2022.

*expediente mais simples: o deslocamento no espaço. (...) Sem dúvida, as várias situações humanas possíveis põem à luz, no conjunto, os diferentes padrões de integração sociocultural da sociedade brasileira, ao longo da sua formação e de sua evolução no tempo e no espaço. Mas, cada uma delas, de per si, só pode ser compreendida e explicada através do seu próprio padrão de integração sociocultural e pelo modo como este se vincula com as tendências atuantes de modernização daquela sociedade.*

Já Portugal caracteriza-se por uma sociedade que viveu intensamente as crises econômicas e sociais, onde um milhar de pessoas acumula capital no valor de metade do produto nacional e domina o país (Lopes *et al.*, 2017). Construído a partir das desigualdades sociais e da racialidade das diferenças, o grande problema não é a pobreza ou uma exclusão que marginaliza, mas sim uma diferença que absorve e subjuga porque é a forma do poder social da burguesia. Além disso, Portugal tem a característica de diminuição da população jovem e um aumento significativo de idosos, sem a compensação de nascimentos. O envelhecimento populacional *versus* precarização e a flexibilização do trabalho causam a evasão dos jovens para outros países. Desde o período de austeridade e crise financeira ocorrem tentativas, algumas efetivadas, de alterações de fato nas legislações laborais para a profunda flexibilização do trabalho, característica do sistema neoliberal (Ferreira, 2018:2).

O receio vivido entre os tempos difíceis de 2008 a 2015, de maneira geral, chegou para ficar. Desde então, a sensação de avanços (sociais, laborais, etc.) dá lugar, conforme Carmo *et al* (2019:13) «ao sentimento generalizado de retrocesso e ao receio de ficar para trás (de ir para o desemprego, de perder rendimento, de cair na pobreza, de não ter meio de responder às despesas e às necessidades dos dependentes, etc.)». A única certeza é a incerteza constante, de que não há estabilidade (de sobrevivência, de habitação, de rendimentos), caracterizada pelo «risco iminente de ficar pelo caminho» (idem) e de não conseguir recuperar-se dessa instabilidade. A dualização do mercado de trabalho, ou seja, a facilitação de contratos temporários como medida para os altos níveis de desemprego, e, a desregulamentação dos contratos temporários ou com termo promoveram uma «segmentação e dualização» das condições das pessoas que já estavam inseridas no mercado de trabalho e das que estão por se inserir. Portanto, a

consequência direta — que conforme o país e a realidade assume diferentes formas — em muitos casos é o aumento do trabalho temporário como resposta aos problemas estruturais das economias, cada vez mais globalizadas e competitivas (Carmo *et al*, 2019:24). E as pessoas com vínculos laborais mais precários são as com mais dificuldades de negociação individual com o empregador, por não ter respaldo devido a um contrato atípico ou inexistente (*idem*, 2019: 25).

Cada país, com suas especificidades e processos históricos-sociais, econômicos e culturais, caracterizam-se no cenário macro como sociedades à mercê de uma agenda neoliberal de flexibilização das relações de trabalho. O nosso objetivo é a partir disso refletir a subjetividade e os dispositivos experienciados por atores sociais nas duas sociedades. Consideramos, aqui, trabalho precarizado como todas as situações laborais que contém vínculos instáveis, portanto, todas as atividades profissionais remuneradas exercidas à margem da cobertura legal e da proteção social (Soeiro, 2015). A construção e a constituição de um sujeito político do precariado é uma evidência das transformações do capitalismo avançado; impondo o desafio para que esses agentes organizem capacidades políticas para a permanência ou retomada de direitos laborais. Conquanto, nem por isso a organização é inexistente, inclusive é com as transformações para o trabalho atípico que ocorre uma onda de manifestações no mundo ocidental e, mais tarde, também no Brasil (Braga, 2017).

#### **1.4.ALGUNS INDICADORES DO BRASIL E DE PORTUGAL**

A título ilustrativo, a seguir, trazemos alguns dados estatísticos que demonstram algumas das mutações a acontecer no mundo do trabalho das sociedades pesquisadas. Os dados utilizados são, quase exclusivamente, da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) e esta escolha dá-se por ser uma base de dados com amostragem do Brasil e de Portugal. No caso do índice de Gini, foi necessário realizar uma mescla de dados para a produção do gráfico devido à inexistência de alguns dados no banco de dados da OCDE. Para isso, juntamos os dados da base de dados do Banco Mundial, sendo este a principal base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil e o PORDATA, de Portugal.

Procuramos como ponto de referência o ano de 2008, marcado pela crise econômica, a 2021, ano que antecede a finalização desta pesquisa e abrange os dois anos mais intensos e críticos da crise pandêmica. Entretanto, ressaltamos que nem sempre os dados condiziam com estes anos escolhidos para referência, por isso, utilizamos dados de anos posteriores e anteriores, conforme a disponibilidade. Detalharemos os indicadores de cada gráfico conforme as informações que integram o sítio da OCDE, do qual as informações foram extraídas, sendo uma tradução livre para análise e reflexão dos gráficos obtidos. É importante atentar-se aos índices verticais de percentagens que, em alguns casos, não iniciam do zero. Esta escolha foi feita para que as nuances ficassem mais visíveis para interpretação e análise dos dados.

Para a reflexão das mutações laborais nos países aqui estudados, trouxemos os índices: força de trabalho (pelo número de pessoas ativas e pela idade), Gini, emprego e desemprego por nível de escolaridade (secundário, intermediário e nível superior) e trabalho autônomo.

#### **1.4.1. Força de Trabalho**

A força de trabalho caracteriza-se pela população ativa de cada país em destaque nesta pesquisa. Considera-se, portanto, todas as pessoas com vínculo empregatício (empregos civis e militares) ou desempregados. Em Portugal, a Lei Nº 7/2009 (Código do Trabalho), limita a idade mínima para os jovens ingressarem nas atividades laborais em 16 anos. O trabalho de menores de 16 anos só é permitido nas empresas familiares com supervisão de maiores de idade. No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei no 5.452/1943), considera a idade mínima de 16 anos e flexibiliza essa idade para 14 anos na forma de estágios voltados para a aprendizagem do trabalho, como, por exemplo, o programa Jovem Aprendiz. As informações sobre a força de trabalho nos dois países pesquisados em números absolutos ressaltam a diferença na população absoluta entre os mesmos. A população estimada para o Brasil em 2020 era de 211.755.692 milhões, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em Portugal, segundo o PORDATA, a população total em 2020 era de 10.333.764,5 milhões, demonstrando grande discrepância entre os números absolutos. Dessa forma,

consideramos a variação percentual no período pesquisado conforme disponibilizado na base de dados da OCDE, considerando o ano de 2015 como base para comparação. A Tabela 2 demonstra essa variação com destaque para os anos de 2008, 2015 e 2021 que representam, respectivamente, o início, o meio e o fim do período que nos propomos a pesquisar. Os intervalos 2009-2014 e 2016-2020 na Tabela 2, apresentam somente os valores percentuais de comparação.

**Tabela 2 - Variação da força de trabalho Brasil e Portugal (2008-2021)**

|          | 2008                   | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015                            | 2016  | 2017  | 2018  | 2019  | 2020 | 2021                    |
|----------|------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|------|-------------------------|
| Brasil   | 98.823,9<br>(milhares) | -     | -     | -     | -     | -     | -     | <b>101.118,3<br/>(milhares)</b> | -     | -     | -     | -     | -    | 103.934,6<br>(milhares) |
|          | 97,7                   | 99,4  | **    | 99,1  | 95,4  | 97,1  | 97,8  | <b>100 %</b>                    | 101,4 | 103,0 | 104,2 | 106,2 | 99,3 | 102,8                   |
| Portugal | 5.533,9<br>(milhares)  | -     | -     | -     | -     | -     | -     | <b>5.193,9<br/>(milhares)</b>   | -     | -     | -     | -     | -    | 5.151,1<br>(milhares)   |
|          | 106,5                  | 105,6 | 105,7 | 104,5 | 103,6 | 101,7 | 100,6 | <b>100 %</b>                    | 99,7  | 100,5 | 100,7 | 101,1 | 99,4 | 99,2                    |

Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: OCDE — Banco de Dados (<https://stats.oecd.org/>)

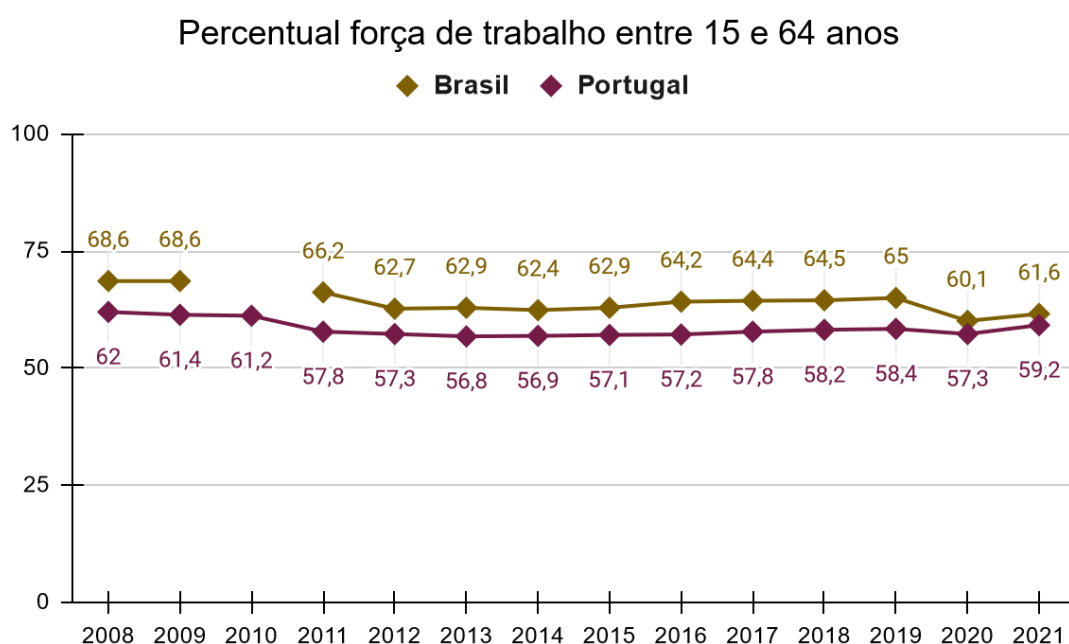
\*\*Dados não disponíveis.

Os números absolutos na Tabela 2 figuram para o dimensionamento das realidades de cada um dos países estudados. Tomando como referência o ano de 2015, percebe-se para o Brasil um movimento de crescimento da força de trabalho de 5,7% no intervalo 2008-2021. Destaca-se o ano de 2020, momento mais crítico do período pandêmico onde há uma queda de 6,9% na força de trabalho se comparada com 2019. Em Portugal observa-se o movimento inverso da força de trabalho no mesmo período, com uma diferença de 7,3% para menos entre 2008 e 2021.

#### **1.4.1.1. Participação na força de trabalho por idade entre 2008 e 2021**

Os dados da força de trabalho da população ativa pelo indicador de idade diz respeito à participação calculada e dividida pelo total de idade laboral da população. Essa idade laboral refere-se às pessoas entre 15 a 64 anos e este indicador é discriminado e medido pela percentagem de cada grupo etário.

**Gráfico 1 - Percentual da força de trabalho por idade Brasil e Portugal (2008-2021)**



Fonte: Elaboração própria.

Fonte dos dados: OECD - (DOI: 10.1787/8a801325-en)

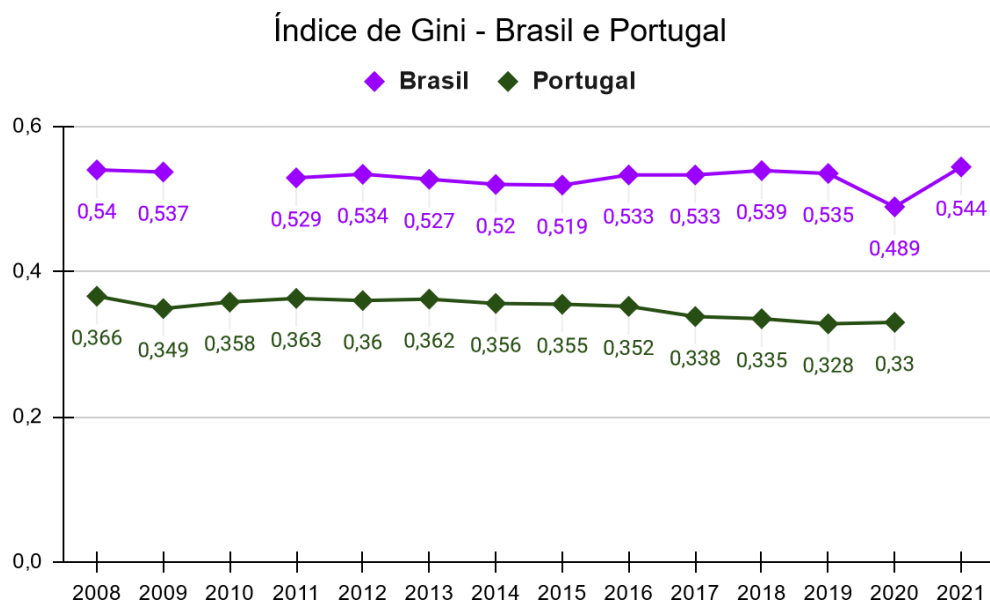
É interessante perceber que, mesmo com o diferencial da população ativa entre os dois países, como visto no gráfico anterior, nestes dados sob o indicador de idade a percentagem é semelhante. Brasil e Portugal mantêm-se à volta dos 60% da força de trabalho ativa, um pouco a mais e um pouco a menos, entre os 15 e 64 anos e com tendências de crescimento e decréscimo parecidas. Em 2011 há um decréscimo mais evidente no Brasil, que fica mais ou menos estabilizado até 2015, com o início de um pequeno aumento, também mais elevado no Brasil. Vemos uma leve queda a partir de 2019, mais acentuada no Brasil, e uma pequena expoente a partir de 2020, mais acentuada em Portugal. É visível o impacto das crises econômica de 2010 refletida no ano de 2011, e da crise pandêmica, refletida em 2020 na população ativa dos dois países.

#### **1.4.2. GINI — a desigualdade de renda**

O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de renda (ou, em alguns casos, despesa de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igualitária. Uma curva de Lorenz parcela os percentuais acumulados da renda total recebida em relação ao número acumulado de beneficiários, começando pelo indivíduo ou domicílio mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma porcentagem da área máxima abaixo da linha. Assim, um índice de Gini em 0 representa perfeita igualdade e em 1 perfeita desigualdade.

No gráfico a seguir, a principal fonte consultada foi o banco de dados do Banco Mundial, complementando as informações do ano de 2021, no Brasil, com dados do IBGE; e do ano de 2020, em Portugal, com dados do PORDATA. Foi necessário recorrer a essas outras fontes, devido à inexistência de informações dos anos supracitados na base de dados principal (OCDE). Não localizamos os valores de 2021 de Portugal nos bancos de dados aqui mencionados. Como o principal objetivo é a análise geral e as oscilações desse índice em ambos os países, nos esquivamos da conferência de possíveis diferenças de dados, e, também, de uma pesquisa mais aprofundada sobre a desigualdade da distribuição de renda nos dois países.

Gráfico 2 - Índice de Gini Brasil e Portugal (2008-2021)



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados do Brasil<sup>51</sup>: IBGE e *The World Bank Poverty and Inequality Platform*.

Fonte de dados de Portugal<sup>52</sup>: PORDATA e *The World Bank Poverty and Inequality Platform*.

As linhas dos dois países possuem poucas oscilações numéricas, exceto no ano de 2020 que, no Brasil, atinge pontos abaixo de 0,5, sendo este o menor valor do índice para o Brasil, 0,489. Ambos os países iniciam e terminam o período da amostragem, de 2008 a 2021 no Brasil e de 2008 a 2020 em Portugal, com valores muito próximos. Sendo, portanto, de pequeno impacto a oscilação evidenciada no gráfico. Enquanto Portugal mantém-se no valor de 0,3 ao longo dos 12 anos da amostra, o Brasil mantém-se no valor de 0,5, com exceção do ano de 2020 já mencionado, demonstrando um momento conjuntural passível de análise. Ademais, conforme demonstrado no gráfico, a desigualdade de renda permeia o cenário dos dois países, porém Portugal apresenta

<sup>51</sup> IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, 2012–2019 (acumulado de primeiras visitas), a partir de 2020 (acumulado de quintas visitas). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7435#resultado>. Acesso em: 5 de agosto de 2022. The World Bank (2022). World Bank, Poverty and Inequality Platform. Gini index. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2020&locations=PT-BR&start=2008&view=chart>. Acesso em: 5 de agosto de 2022.

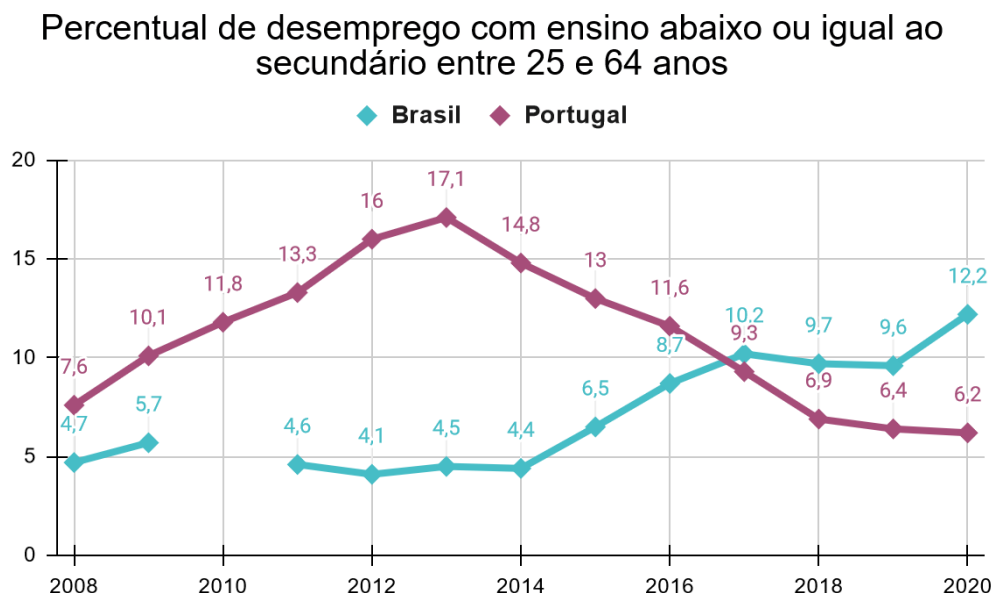
<sup>52</sup> PORDATA (2022) — Índice de Gini. Disponível em: [https://www.pordata.pt/Portugal/%c3%8dndice+de+Gini+\(percentagem\)-2166](https://www.pordata.pt/Portugal/%c3%8dndice+de+Gini+(percentagem)-2166). Acesso em: 5 de agosto de 2022. The World Bank (2022). World Bank, Poverty and Inequality Platform. Gini index. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2020&locations=PT-BR&start=2008&view=chart>. Acesso em: 5 de agosto de 2022.

valores próximos dos valores encontrados para a Alemanha (31,7 — 2018), França (32,4 — 2018) conforme dados disponibilizados pelo Banco Mundial<sup>53</sup>. Conforme o gráfico, entre os dois países, a maior desigualdade da distribuição de renda encontra-se no Brasil.

### 1.4.3. Taxas de desemprego por nível de educação

Este indicador visa mostrar a taxa de desemprego de pessoas consoante o seu nível educacional, que aqui serão mostrados em 3 níveis: abaixo ou igual ao secundário (ensino médio no Brasil); acima do secundário e abaixo do ensino superior, terciário; e ensino superior/terciário. Neste indicador são consideradas as pessoas desempregadas, aquelas que estão sem vínculo laboral ativo, mas em busca de emprego e disponíveis para início imediato. Este indicador mede a percentagem de pessoas desempregadas entre 25 e 64 anos (conforme os dados disponibilizados pela OCDE).

**Gráfico 3 - Percentual de desemprego de pessoas com nível de ensino abaixo ou igual ao secundário (2008–2020)**



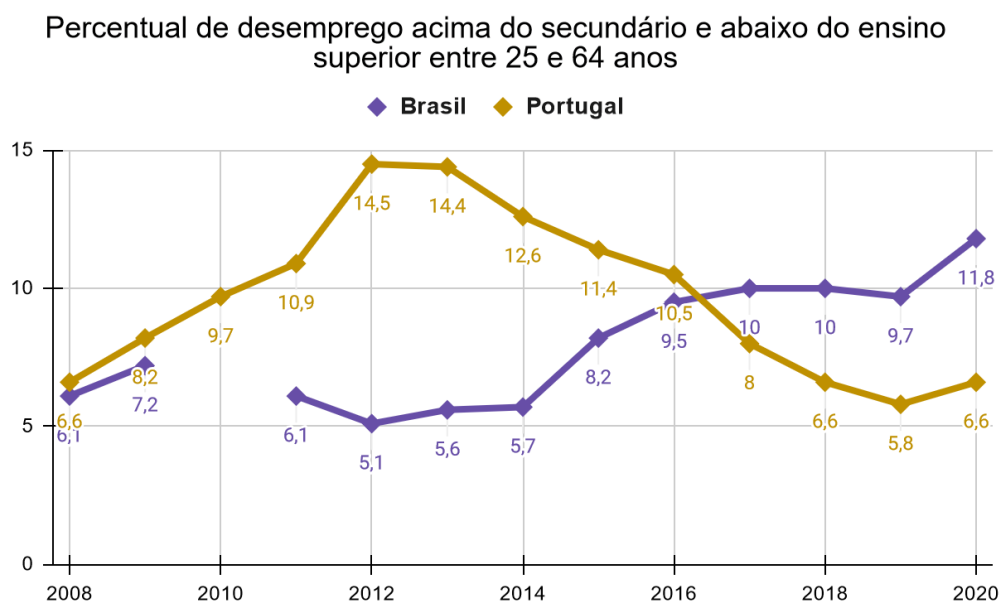
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022) — *Unemployment rates by education level (indicator)*.  
Doi:10.1787/6183d527-en

<sup>53</sup> Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI>. Acesso em: 28 de setembro de 2022.

Chamamos a atenção que o máximo de percentual deste gráfico é de 20%, sendo a maior percentagem alcançada de 17,1%, representando o ano de 2013 em Portugal. Enquanto no Brasil observamos um aumento do percentual de desemprego entre 2014 e 2020. Em Portugal, desde 2013 há uma queda significativa no percentual de pessoas desempregadas nessa faixa etária. Em 2011, houve protestos de rua sobre a precariedade laboral, naquele momento vivida intensamente em todos os setores pelos portugueses, mas principalmente nos call centers. As mobilizações de rua e a implementação da Iniciativa Legislativa Cidadã de combate aos falsos recibos verdes, mais os incentivos europeus e a injeção nos setores dos serviços podem ter sido responsáveis por esta significativa diminuição de 17,1% em 2013, para 6,2% em 2020. O Brasil apresenta uma linha inicialmente com poucas ondulações, mas que ao final cresce mais de 50% considerando o registro de 2008.

**Gráfico 4 - Percentual de desemprego de pessoas com nível de ensino acima do secundário e abaixo do ensino superior, ensino terciário (2008–2020)**



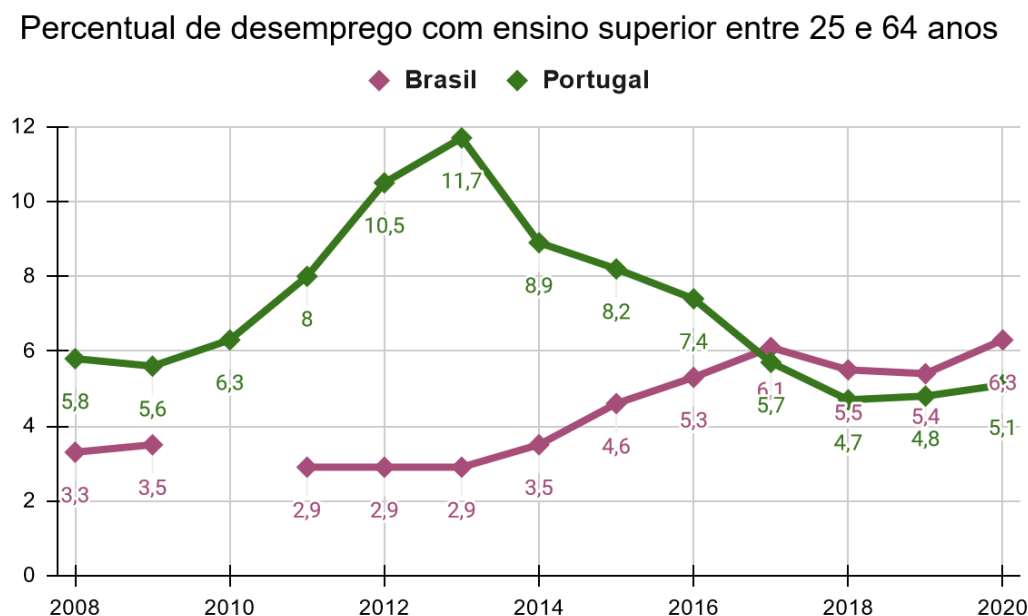
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022) — *Unemployment rates by education level (indicator)*.

Doi:10.1787/6183d527-en

No gráfico acima, os valores da taxa de desemprego correspondentes a Portugal possuem a maior variação no intervalo apresentado, embora os valores de 2008 e 2020 representem exatamente o mesmo percentual (6,6%). Em 2012, Portugal registra 14,5% de desemprego para os trabalhadores com nível de escolaridade maior que o secundário e abaixo do ensino superior, sendo esse o maior percentual atingido entre os dois países no período. Para o país luso, o período 2008-2018 representou o momento de maior crise nas taxas de desemprego, mas também de sua recuperação. No Brasil, a menor taxa de desemprego nesse nível de escolaridade é atingida em 2012, com 5,1%. Desde então há crescimento constante, num movimento inverso ao percebido para Portugal, atingindo o ápice de 11,8%, em 2020. O crescimento do desemprego para esse segmento no Brasil corresponde ao período de intensificação dos ataques ao governo popular e a crise desencadeada desde então, independente da instalação do período pandêmico.

**Gráfico 5 - Percentual de desemprego de pessoas com nível de ensino superior, ensino terciário (2008–2020)**



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022) — *Unemployment rates by education level (indicator)*.

Doi:10.1787/6183d527-en

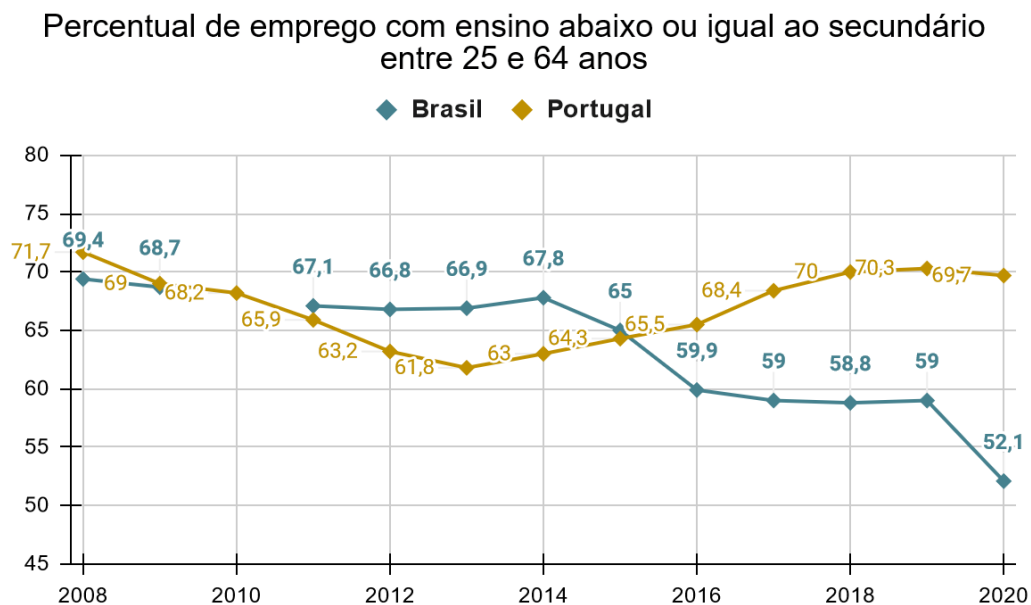
O terceiro nível de escolaridade, em relação ao desemprego, segue o padrão identificado nos gráficos 3 e 4. O período de 2008 a 2018 representa o aprofundamento da crise em Portugal, chegando ao auge em 2013 com a taxa de 11,7% para o desemprego das pessoas com nível superior. A partir de então, segue a gradual recuperação, fechando o ano de 2018 com 4,7% de taxa de desemprego para esse nível. No Brasil, o movimento contrário se repete, embora com taxas de desemprego significativamente inferiores dentro do nível representado no gráfico se comparadas com as taxas de Portugal. Na realidade brasileira, a variação no período pesquisado é de 3%: 3,3% em 2008 e o máximo do período de 6,3% em 2020. O aumento da taxa de desemprego para esse nível no Brasil também inicia em 2014, com uma leve queda entre 2018 e 2019 seguida de novo aumento em 2020.

#### **1.4.4. Taxa de emprego por nível de educação**

Ao contrário do indicador anterior, este visa mostrar a taxa de empregabilidade de pessoas conforme o seu nível educacional, mostrada em 3 níveis: abaixo ou igual ao secundário (ensino médio no Brasil), acima do secundário e abaixo do ensino superior, ensino terciário, e ensino superior/terciário. A taxa de emprego refere-se ao número de pessoas no emprego como percentual da população em idade de trabalho. Pessoas empregadas são aquelas que trabalham por um salário ou lucro pelo menos por 1 hora semanal, ou que tem um emprego, mas está temporariamente afastado por doença, licença ou ação industrial. Este indicador mede a percentagem de pessoas empregadas entre 25 e 64 anos correspondentes à força de trabalho.

A análise dos gráficos de empregabilidade por nível de ensino deve ser realizada com cautela para termos uma melhor percepção das variações, o eixo x não inicia com o parâmetro zero da percentagem. Apesar dos níveis de empregabilidade iniciarem com valores altos, sempre acima de 70%, os decréscimos não são tão bruscos quanto aparentam.

**Gráfico 6 - Percentual de emprego de pessoas com nível de ensino abaixo ou igual ao secundário (2008–2020)**



Fonte: Elaboração própria.

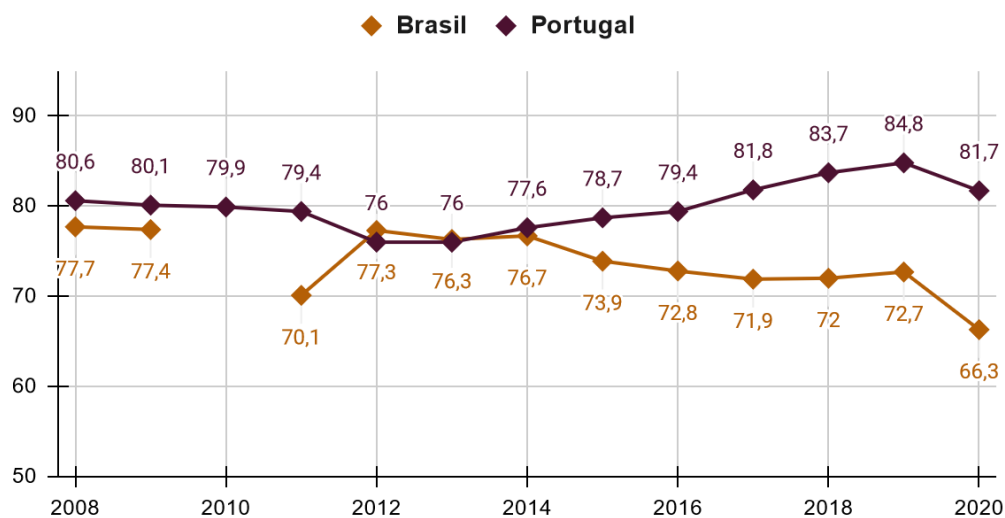
Fonte de dados: OECD (2022). *Employment by education level (indicator)*.

Doi:10.1787/26f676c7-en

O Brasil tem a maior oscilação percentual entre anos de 2008 e 2020, caindo de 69,4% de empregabilidade no ano de 2008 para 52,1% em 2020, uma queda de 17,3 pontos percentuais. Neste indicador, esta é a maior oscilação registrada. A linha tem uma tendência de queda desde o período inicial do gráfico. Portugal inicia com 71,7%, em 2008, e finaliza com 69,7% em 2020, tendo uma tendência em “V”. Chega a 61,8% em 2013, sendo este o menor percentual de empregabilidade do país e, após este ano, inicia um aumento que vai até os 70,3% em 2019, finalizando em 69,7%.

**Gráfico 7 - Percentual de emprego de pessoas com nível de ensino acima do secundário e abaixo do ensino superior, ensino terciário (2008–2020)**

Percentual de emprego com ensino acima do secundário e abaixo do ensino superior entre 25 e 64 anos



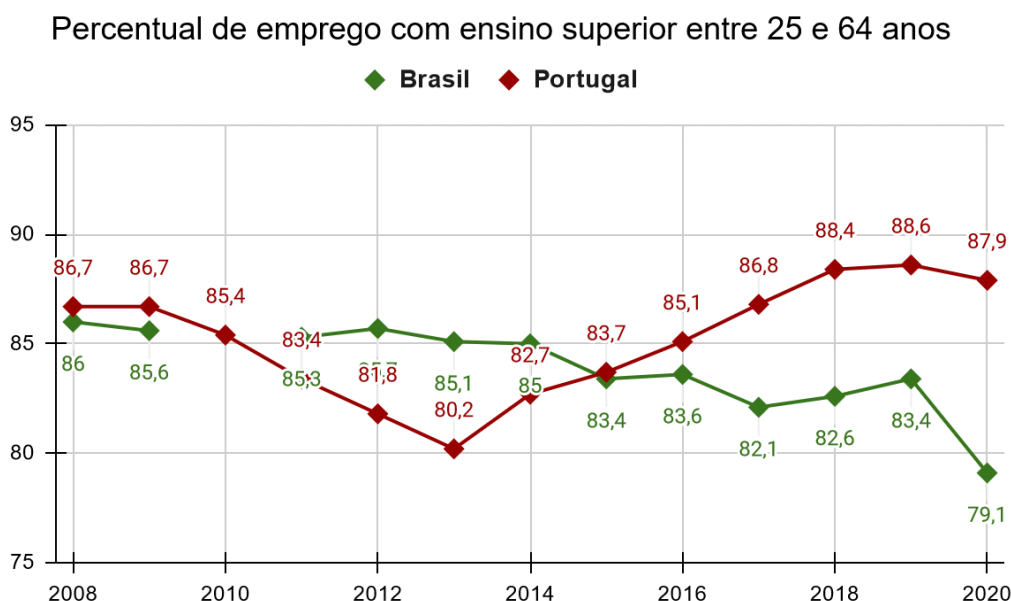
Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022). Employment by education level (indicator).

Doi:10.1787/26f676c7-en

O gráfico acima, que tem como ponto percentual inicial os 50%, indica uma certa estabilidade empregatícia em Portugal para as pessoas com nível de ensino acima do secundário e abaixo do ensino superior. Do ponto percentual inicial, de 80,6% em 2008, ao ponto final de 81,7% em 2020, há o crescimento de aproximadamente 1% de empregabilidade nestes 12 anos. O nível percentual mais baixo é visto em 2012 e 2013, estabilizado nos 76%. Já no Brasil, a oscilação varia mais de 10% entre 2008, com 77,7%, e 2020, com 66,3%, sendo este o percentual mais baixo de empregabilidade do país no período da amostragem. A tendência de queda mostra a realidade atual, principalmente nos 3 últimos anos, devido à crise pandémica.

**Gráfico 8 - Percentual de emprego de pessoas com nível de ensino superior, ensino terciário (2008–2020)**



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022) — Employment by education level (indicator).

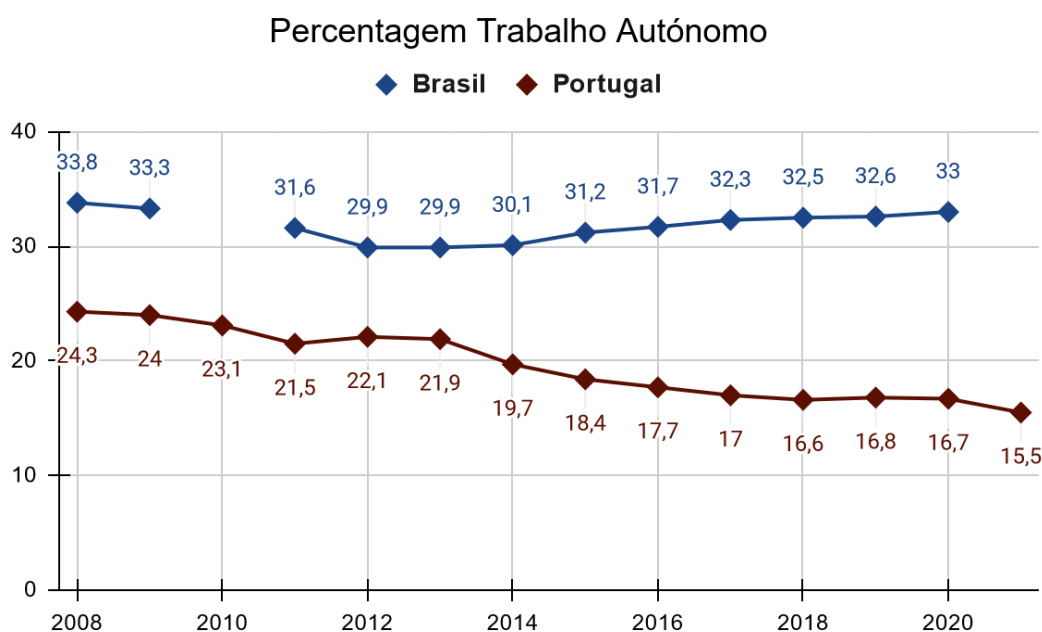
Doi:10.1787/26f676c7-en

Esta amostragem é a que evidencia menor alteração de pontos percentuais. Apesar de Portugal apresentar uma linha em “V”, a alteração final dos pontos percentuais é positiva em relação à empregabilidade de pessoas com ensino superior, diferentemente da linha do Brasil, onde a tendência é de redução desta taxa, mesmo que com pouca diferença nos pontos percentuais. Em Portugal, desde 2011 até 2013, há uma brusca queda dos pontos percentuais, passando de 86,7% para 80,2%, contudo, há um crescimento da empregabilidade que chega até os 88,6% em 2019, sendo esta a maior marca do indicador em causa; finalizando, então, o ano de 2020 nos 87,9%. A partir de 2014, é o período em que a economia começa a aquecer após a crise económica de 2008, sendo visível a influência no gráfico supracitado. Já no Sul global, esta tendência é inversa, a partir de 2014, as quedas são, por vezes, mais bruscas, apesar de que em 2016 e 2019 tenham um aumento.

#### 1.4.5. Trabalho autônomo

O trabalho por conta própria é definido como o emprego de empregadores, como, por exemplo: trabalhadores que trabalham por conta própria, membros de cooperativas de produtores e trabalhadores familiares não remunerados. Estes últimos não são pagos no sentido de que não possuem um contrato formal para receber uma quantia fixa de renda em intervalos regulares, mas compartilham da renda gerada pelo empreendimento. Os trabalhadores familiares não remunerados são particularmente importantes na agricultura e no comércio varejista. Todas as pessoas que trabalham em empresas corporativas, incluindo diretores da empresa, são consideradas funcionários. O trabalho por conta própria pode ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência para aqueles que não conseguem encontrar nenhum outro meio de ganhar uma renda ou como evidência do espírito empreendedor e desejo de ser o próprio chefe. Os empregados são como aqueles com 15 anos ou mais que relatam ter trabalhado em emprego remunerado por pelo menos uma hora na semana anterior, ou que tinham um emprego, mas estavam ausentes do trabalho durante a semana de referência. Esse indicador é medido como percentual da população ocupada considerada (total, homens ou mulheres).

**Gráfico 9 - Percentual de pessoas trabalhadoras por conta própria (2008–2020)**



Fonte: Elaboração própria.

Fonte de dados: OECD (2022). *Self-employment rate (indicator)*. Doi:10.1787/fb58715e-en

Este percentual, apesar de não possuir os valores de 2021 do Brasil, mostram uma tendência muito interessante e dicotômica dos dois países em análise. Enquanto em Portugal há uma diminuição progressiva de pessoas trabalhadoras autônomas, a tendência no Brasil é de um aumento desse percentual. É interessante pensar nesse gráfico como uma amostragem de patamares diferentes em relação à precariedade societal que vivem os dois países. Enquanto no Brasil está a pleno o incentivo de vínculos irregulares (trabalhadores autônomos — os ditos Microempreendedores Individuais — MEI — ou Pessoa Jurídica — PJ). Poderíamos inferir, principalmente devido à pandemia, que em Portugal a procura por vínculos laborais mais estáveis e a necessidade deste tipo de vínculo após a abertura do setor dos serviços, principalmente do turismo, poderia ser uma resposta para este fenômeno. Já no Brasil, a tendência é uma individualização da força de trabalho, também por muitos postos de empregos terem sido extintos com a pandemia, e, conseqüentemente, uma uberização dos vínculos laborais devido à escassez de oportunidades. Ainda assim, vínculos frágeis como PJ ou MEI já vinham sendo praticados indiscriminadamente nos mais diversos setores como educação, saúde, etc.

#### **1.4.6. Síntese**

Em relação à diferença do contingente populacional ativo nos dois países, apesar da falta de dados a partir de 2015 no Brasil. Utilizando o ano de 2015 como referência, foi possível percebermos um movimento de crescimento da força de trabalho de 5,7% no intervalo 2008-2021 no Brasil. Conquanto no ano de 2020, durante o período pandêmico, verificamos uma queda de 6,9% na força de trabalho se comparada com o ano anterior. Entretanto, em Portugal observa-se o movimento inverso da força de trabalho no mesmo período, com uma diferença de 7,3% para menos entre 2008 e 2021.

Em relação ao índice de Gini há poucas oscilações numéricas nas duas linhas anuais dos países. Em 2020, o Brasil atingiu o índice de 0,489, sendo o menor desde 2008, podendo significar que o rendimento de outras fontes do período, devido à crise

pandêmica, influenciou numa queda da desigualdade. Um dos fatores pode ser o auxílio emergencial dado pelo governo brasileiro, alcançando o efeito desejado de estancar a desigualdade por falta de trabalho numa situação extrema como a da pandemia. Em 2022 o cenário se modifica, e o Brasil têm a 4ª maior taxa de inflação mundial, agudizando a desigualdade. Portugal, entretanto, mantém-se no valor de 0,3 ao longo dos 12 anos da amostra, podendo significar que mesmo com o aumento de rendimentos populacional, em relação à inflação e juros, de certa forma demonstram uma certa compensação que não impacta na alteração do índice.

Quando analisamos o desemprego referente ao nível educacional, os índices ou as percentagens, no caso do Brasil, percebemos que estão tendencialmente aumentando, principalmente a partir de 2012, em relação a todos os níveis educacionais. O pico do desemprego, conforme os dados mostrados, é de 12,1% daquelas pessoas com ensino abaixo ou igual ao secundário, ensino médio, no Brasil. A percentagem máxima na amostragem dos gráficos é de 17,1% com o nível de ensino abaixo ou igual ao secundário, em 2013, em Portugal. O percentual de desemprego é alto, em todos os níveis educacionais. A crise econômica global em 2008, consequentemente, influenciou no aumento das taxas de desemprego em todos os níveis. Em 2014, marcado pelo início do aquecimento econômico no norte global, estas taxas começam a diminuir em todos os níveis educacionais.

O impacto de desemprego é perceptível, mais profundamente no Brasil, após 2019. Contudo, a crise de 2008 afetou muito mais os índices de desemprego em Portugal, correspondendo às estruturas sócio-históricas e econômicas dos dois países. A crise econômica de 2009 teve maior impacto no Norte Global devido aos capitais financeiros e à hegemonia destes na economia global. Já durante a pandemia, os países do Sul Global, com menor segurança social e que não vivenciaram, ou vivenciaram de forma muito sutil e quase inexistente, um estado de bem-estar social, sentiram muito mais o impacto em todos os aspectos. É relevante dar-nos conta de que, mesmo com uma força de trabalho ativa com a diferença de quase cinco vezes mais, o Brasil tem uma taxa de desemprego percentual menor que Portugal em quase todos os casos.

Diferentemente, os indicadores de emprego por nível educacional demonstram haver uma alteração da empregabilidade em relação ao maior ou menor nível educacional ao longo do período em amostragem. No Brasil, há uma linha decrescente no gráfico relativa a todos os níveis de ensino que, desde 2008, decresce. Já Portugal realiza o caminho contrário, e, apesar do decréscimo 2008-2011, principalmente no ensino superior, após essa data há uma elevação significativa em todos os níveis até o ano de 2019. O Brasil tem a maior oscilação percentual entre os anos de 2008-2020, alterando diminutivamente de 69,4% de empregabilidade com nível de ensino abaixo ou igual ao secundário em 2008 para 52,1% em 2020, sendo uma queda de 17,3 pontos percentuais. Neste indicador, esta é a maior oscilação registrada. Se compararmos com o nível de desemprego, estes valores têm um nível de oscilação muito menor, ou seja, as pessoas que estavam empregadas permaneceram empregadas, enquanto as que estavam desempregadas aumentaram. Diferentemente da tendência do desemprego, o nível de empregabilidade em Portugal é muito maior do que no Brasil, sendo este um dado interessante se compararmos o contingente de força de trabalho ativa nos dois países. Em Portugal, desde 2011 até 2013, há uma brusca queda dos pontos percentuais, passando de 86,7% para 80,2%, contudo, há um crescimento da empregabilidade que chega até os 88,6% em 2019, sendo esta a maior marca do indicador em causa.

No que concerne sobre o Trabalho Autônomo, evidencia-se uma tendência dicotômica, pois em Portugal há uma diminuição progressiva de pessoas trabalhadoras autônomas, enquanto a tendência no Brasil é de um aumento desse percentual. Poderíamos inferir, ao pensar no impacto da crise pandêmica, de que em Portugal a procura por vínculos laborais mais estáveis somadas a procura do mercado de trabalho com vagas para vínculos laborais mais estáveis, principalmente no setor de serviços, poderia ser uma pista em relação a esta tendência. No Brasil, vive-se uma tendência à individualização da força de trabalho desde as reformas trabalhistas colocadas em prática nos últimos anos, somadas a diminuição de postos de empregos pela pandemia, e, à crescente uberização.

Dada essa amostra em relação ao mundo do trabalho, seguimos para a trama conceitual onde esta tese baseia-se. Classe e Trabalho são nossos principais conceitos, diretamente impactados pelo fenômeno da precariedade.

*Queima de carvão, petróleo e gás  
desflorestação, actividade pecuária,  
uso intensivo de fertilizantes  
Negligência dos nossos governantes  
Gula, ganância, cobiça  
Verões escaldantes, contas na Suíça  
Crise alimentar, paraísos fiscais  
tempestades tropicais  
Vem aí um futuro de extremos,  
todos sabemos  
que é preciso mudar  
Mas quem manda nisto tudo  
diz que não temos  
Com que nos preocupar  
Milhares de espécies em risco de extinção  
oceanos em acidificação  
morrem os recifes de coral  
desaparecem os grandes glaciares  
é inevitável a subida dos mares  
geram-se ondas de calor fatais  
Mais secas, mega fogos florestais  
Vem aí um futuro de extremos,  
todos sabemos  
que é preciso mudar  
Mas quem manda nisto tudo  
diz que não temos  
Com que nos preocupar  
podemos ter prosperidade  
ou o fim da humanidade,  
é tão grande a variedade  
como a nossa ambição  
Enquanto o crescimento for  
o único objectivo do sistema,  
temos um problema!  
RESOLVE O PROBLEMA, BOICOTA O SISTEMA!  
LUTAR, CRIAR, PODER POPULAR!  
NÃO ME OBRIGUEM A VIR PARA A RUA GRITAR!  
Luta Livre - O problema é o sistema*

## **1. TRAMA CONCEITUAL**

A trama, rede conceitual, «trabalho, classe e precariedade», é a base reflexiva da pesquisa aqui proposta. Longe de conseguir realizar uma produção exaustiva, pretende-se promover uma contribuição tanto teórico-reflexiva quanto empírica (da materialidade) de dimensões referentes aos possíveis impactos causados pela complexificação (cíclica) das formas de exploração do capital. Compreendemos que as definições de conceitos são importantes para um ponto de partida conceitual comum, de quem escreve e de quem lê.

O processo de construção de conceitos, de dar significado, pode ser atravessado por inúmeras variantes. O território, o processo histórico-social e quem dá o sentido aos conceitos afetam esse processo de construção de sentido e nomeação que caracteriza o que é um conceito. Aqui, temos um grande desafio de criar paralelismo entre dois países com processos históricos-sociais e sociedades diferentes, apesar de uma mesma língua «formal» e a coexistência de assincronismos, nomeadamente traços tradicionais, fordistas e pós-fordistas que se articulam. Tal como sugere Florestan Fernandes, basta

deslocarmo-nos no espaço (a pé, de bicicleta) de uma cidade para constatar esse cruzamento articulado de descontinuidades. Portanto, com base nesses assincronismos, traçaremos a trama conceitual que sustenta esta pesquisa e será fundamental para as reflexões dos retratos sociológicos que veremos adiante. Temos, de um lado, características da transformação dos mecanismos de exploração laboral na sociedade neoliberalista brasileira, e, de outro, as mutações na sociedade portuguesa.

Os conceitos são construções criativas que surgem visando nomear o que os seres humanos vivenciavam (sejam objetos, sentimentos, natureza, etc.) e vão se complexificando à medida que o progresso linguístico e reflexivo se desenvolve. Barros (2016) ressalta o campo criativo que permeia a construção dos conceitos:

*Estamos aqui diante de criações humanas, de elaborações e reelaborações teóricas cuja razão de ser reside precisamente na possibilidade de os colocarmos e os recolocarmos em permanente discussão. Além disso, se alguns conceitos afloram a partir da atenta observação, outros são mais diretamente produzidos pela imaginação, sem que haja qualquer primazia hierárquica na distinção entre estas duas operações — a de inventar a partir de uma observação sistemática, e a de imaginar a partir de um esforço puramente criador (idem:18).*

Portanto, podemos inferir que a criação dos conceitos é, de uma certa forma, a dialética entre o real e o imaginário, a criatividade do ser humano. O conceito nomeia o “real”, concreto, material, mas, também, o abstrato, o fugaz, sentimental. Ele é uma criação humana para tentar «organizar o caos» e, sendo assim, pode ser discutido, elaborado e reelaborado. Ou seja, o conceito é movimento criativo, abstrato e definidor de sentido. «Uma formulação abstrata e geral», ou seja, passível de «generalidade» para que quem pensa o possa utilizar e tornar algo «inteligível nos seus aspectos essenciais ou fundamentais, para si mesmo e para outros». Barros (2016:41) compara o conceito a uma espécie de «órgão para a percepção ou para a construção de um conhecimento sobre a realidade», e não se restringe a um objeto ou um «evento isolado». O uso do conceito é, também, «para algo que liga um objeto ou evento a outros da mesma natureza, ao todo no qual se insere, ou ainda a uma qualidade de que participa».

É interessante quando pensamos que um conceito possa “passear” por diferentes «espaços de uso» na vida comum, assumindo sentido de palavra comum, e não só de um conceito carregado de sentidos teóricos para definir fenômenos. Portanto,

*(...) os conceitos também se caracterizam por mobilizar dentro de si uma certa dinâmica de conteúdos. Nas suas porosidades internas os conceitos trazem pontes para outros conceitos, além de abrigarem na sua estrutura interna componentes que também são conceituais e que estabelecem relações específicas uns com os outros. Podemos compará-los, os conceitos, a acordes complexos que integram dentro de si notas musicais bem articuladas umas às outras. Dialógicos por dentro - através de uma rede articulada de sentidos que se interligam - e dialógicos por fora, através de uma grande riqueza de possibilidades de articulações com outros conceitos vizinhos ou distantes, os conceitos são os pontos móveis sobre os quais se apoiam as linguagens científicas (Barros, 2016:31)*

Os conceitos podem ser combinados a outros ou a palavras comuns. Portanto, sendo o conceito uma «abstração elaborada a partir da generalização de observações particulares», figura-se como «uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com essa mesma realidade. Assim, os conceitos não existem como fenômenos reais, mesmo que tentem representar os fenômenos reais» (*idem*, 2016:51).

A escolha dos “conceitos-base” para a pesquisa aqui exposta aconteceu devido ao entrosamento destes. Ao pensarmos na precariedade do trabalho, conseqüentemente se fará o caminho de reflexão sobre o que é trabalho e o que é classe. A dimensão da precariedade do trabalho e do trabalho precarizado perpassa estes dois conceitos. Portanto, ao falarmos de trajetórias de vidas precarizadas, que constituem o nosso material empírico, deve-se pontuar acerca desses conceitos.

### **1.1.APROXIMAÇÃO INTRODUTÓRIA ACERCA DA CLASSE E DO TRABALHO**

A sociedade organiza-se por classes que se definem a partir da desigualdade de rendimentos entre as pessoas, o que «radicaliza as diferenças». A pobreza ou a exclusão

em si não são responsáveis diretas pela marginalidade da sociedade, mas sim a diferença de classe (consequentemente de rendimentos) que proporciona uma relação de forças, de poder social; neste caso, da burguesia. «A desigualdade é simplesmente a expressão mais visível desse poder de classe» (Lopes *et al.*, 2017:28). A propriedade ou a falta de propriedade são fundamentais nessa equação de classe. O trabalho configura o pertencimento a uma classe, e a precariedade do trabalho caracteriza as condições deste. Contudo, a caracterização deste conceito não é simples.

**Classe** (Williams, 2007:85-95 — grifos do autor) é uma palavra difícil de se caracterizar devido aos múltiplos sentidos dentro do seu significado específico relativo a «uma divisão social». Pode ser utilizada para categorizar animais, plantas, etc. no avanço da sua compreensão enquanto conceito. Inicialmente, nos tempos medievais, caracterizava «uma sociedade na qual a posição (social) era determinada pelo nascimento». A partir de 1790, destaca-se o uso de «**classes baixas e classes mais baixas**», que, na sua génese, não tinham tantas diferenças e foi, contudo, «a nova e cada vez mais autoconsciente e autorreferente descrição de **classes médias**». Conforme Williams, Owen teria sido o primeiro a utilizar «**classes trabalhadoras**», em 1818, no contexto de relação entre «trabalhadores e seus empregadores». A partir disso, o seu uso desenvolveu-se. Seu manejo político começa por volta de 1830, «originalmente atribuído por outros, foi finalmente assumido e usado com orgulho». Por isso, uma classe pode ser por vezes «uma categoria econômica, incluindo todos que estão objetivamente naquela situação econômica». Mas, pode ser também «uma formação na qual, por razões históricas, a consciência dessa situação e a organização para lidar com ela se desenvolveram». Contudo, como a mesma palavra é utilizada em ambos os sentidos, é motivo de certa confusão se a utilização não for discriminada. A dita «consciência de classe» evidentemente pertence ao sentido de formação. «**Luta de classes, conflito de classes, guerra de classes, legislação classista, preconceito de classe** dependem da existência de formações — embora isso possa ser muito desigual ou parcial no interior das **classes** ou entre elas». De forma sintética, classe pode significar: «(i) *grupo* (objetivo); categoria social ou econômica, em diversos níveis; (ii) *posição*;

posição social relativa; por nascimento ou mobilidade; (iii) *formação*; relação econômica percebida; organização social, política e cultural» (Williams, 2007:95).

**Trabalho** (work) é utilizada para se referir, de forma geral, «a fazer algo e algo feito» (Williams, 2007:396-399 - grifos do autor). Atualmente é utilizado «predominantemente como emprego regular e pago», também pode ser usado de modo generalizado e sem sentido remunerativo, como “trabalhar na horta de casa”. Em inglês, “*work*” e “*labour*” tem uma relação interessante, conforme Williams, no sentido de que “*labour*” tinha «forte sentido medieval de dor e faina [*toil*]», assim como “*work*”. A sua dissociação ocorreu quando “*labour*” começou a ser utilizado, no século XIII, para as pessoas que trabalhavam manualmente e, também, para «a oferta desse tipo de trabalho generalizou-se como mão-de-obra [*labour*]» a partir do século XVII. O trabalho (*work*), então, era utilizado de forma mais geral. A partir da «especialização de **trabalho** como emprego remunerado» como um resultado do «desenvolvimento das relações produtivas capitalistas», as expressões «estar empregado [*to be in work*] ou desempregado [*to be out of work*]» caracterizavam a relação «com a pessoa que controlava os meios do esforço produtivo». Isto fez com que o trabalho fosse então deslocado para o «próprio esforço produtivo para a relação social predominante». Este sentido legitimou a diferença do trabalho (real), realizado em casa, em relação ao trabalho decorrente da força produtiva, força de trabalho. A palavra emprego [*job*], conforme Williams (2007:397), tem «origens obscuras, mas sempre foi uma palavra predominantemente coloquial». No século XVII com um sentido de execução de trabalhos ocasionais, por volta do século XX já como substituto de termos mais antigos. «O que ocorreu é que uma palavra antes especificamente reservada para designar uma ocupação limitada e ocasional» passa a ser uma «palavra comum para designar uma ocupação regular e normal».

*Work* ainda tem uma importância central e, em grande parte dos usos cotidianos, significa apenas labour [trabalho] ou job [emprego]. Mas a experiência de todos os tipos de trabalho qualificou alguns de seus sentidos mais positivos. O plural **works** [trabalhos] ainda é neutro, mas **a work** [um trabalho] é relativamente digno. Labour, graças ao seu sentido geral de trabalho árduo, difícil ou doloroso, converteu-se em um termo para designar uma mercadoria ou classe. Com esse segundo

*sentido, o termo foi adotado conscientemente por um movimento político que, entre outras coisas, afirmava a dignidade do trabalho. Todos esses desenvolvimentos integraram; muitos ainda são importantes. Contudo, ao lado deles, esteve presente esta palavra breve, coloquial e popular job [emprego], com sua significativa amplitude prática: a quantidade de trabalho, a atividade pela qual se é pago, a coisa que se tem de obter, trocar ou fazer, a experiência comum de trabalho (Williams, 2007:399 — grifos do autor).*

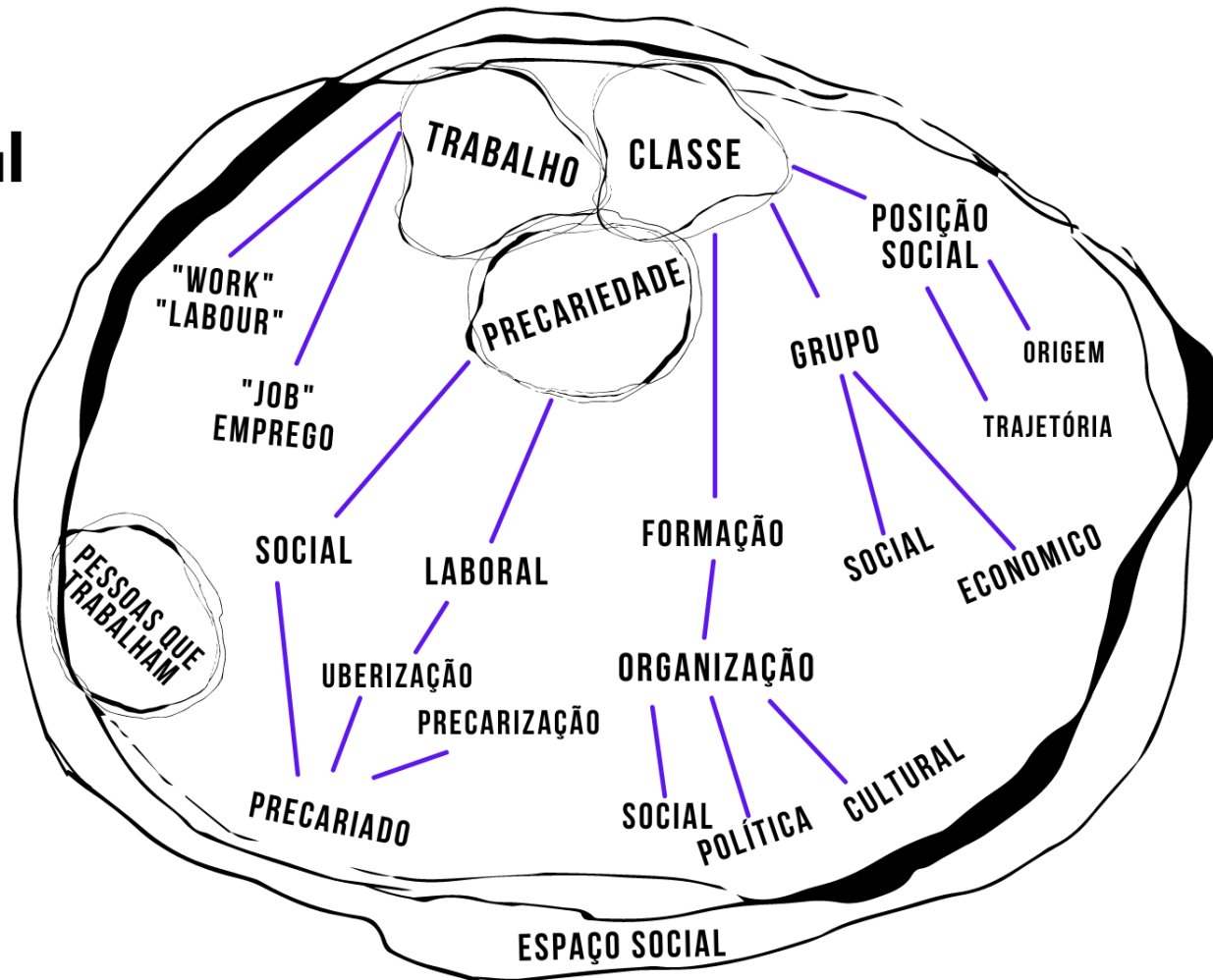
A **precariedade do trabalho**, é um fenômeno que pode ser analisado e interpretado a partir da delimitação do que é trabalho, pois assim teremos o parâmetro para compreender o que é expectável e o que é precarizado, precário. Justamente por não querermos «subestimar a precariedade do trabalho», neste estudo nos comprometemos com sua dimensão subjetiva, a partir dos retratos sociológicos — do material empírico — e, «como construção social dos trabalhadores inscritos em um contexto social e profissional ou ocupacional particular» (Vargas, 2016:314). Sendo a dimensão subjetiva representativa de uma construção social, o conceito de classe também está acoplado na tríade conceitual base deste estudo. Abordaremos, portanto, sobre a precariedade do trabalho após a definição do conceito trabalho.

Dadas essas primeiras aproximações, apresentamos o mapa conceitual que tenta sintetizar as reflexões aqui apresentadas.



Figura 2 - Mapa Conceitual

## Mapa conceitual



Fonte: Elaboração própria.

A trama que envolve os conceitos apresentados pelo mapa conceitual mostra a importância da delimitação do uso das palavras e dos seus significados. A utilização de termos em seus usos coloquial e comum e as representações enquanto conceitos teórico-práticos é primordial no nosso caminho de pesquisa, porque lidamos tanto com os conceitos, quanto com os seus usos comuns. Ter a consciência de que há um caminho dialético e dialógico entre a teoria e a prática (o vivido, o cotidiano, o real), uma vez que são intrínsecos, e, também, porque os atores sociais apresentam os usos dos conceitos nas suas formas de uso comum, do cotidiano. O que, por vezes, diferencia-se do uso conceitual.

Consideramos que o caminho sociológico de compreensão dos fenômenos que ocorrem na sociedade pode ser analisado e refletido a partir de muitos referenciais teóricos. Por entendermos que os conceitos também são históricos, com historicidade impregnada em seus sentidos e significados, sentimos a necessidade de darmos conta desse aspecto e refletirmos acerca destes fenômenos por diversos aportes teóricos-reflexivos e críticos. A seguir, trazemos o embasamento teórico-reflexivo da trama conceitual exposta. O conceito de trabalho é argumentado a partir de Marx e Engels, dando conta das ramificações que o compõe atualmente, e o trabalho precarizado é argumentado a partir da exposição dos conceitos de trabalho e de classe. O conceito de classe é fundamentado a partir de Karl Marx e Max Weber, pensando também nas suas extensões. A partir da Teoria da Ação de Pierre Bourdieu, começamos a organizar o enfoque e o arremate da trama teórico-reflexiva que contribuirá para a análise dos retratos sociológicos.

### **1.1.O TRABALHO**

Marx (2013:255) define trabalho como «antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a natureza». A «matéria natural» é vista como «potência natural», no confronto entre as pessoas e a primeira. Ao agir, com a sua corporeidade, sob a matéria natural, a modifica por meio desse movimento e modifica, também, a sua «própria natureza».

Há duas formas de despendar a força humana em força de trabalho: 1) «Dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico»: é a propriedade que gera o valor das mercadorias, sendo «trabalho humano igual ou abstrato»; 2) «dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica»: pretende a realização de um fim, qualificado em trabalho concreto e útil, portanto, produtor de valor de uso.

*No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com a ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação da sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser (Marx, 2013:258).*

Esta seria a forma de trabalho simples, trabalho vivo para satisfazer uma necessidade. Com o processo de desenvolvimento de novas formas de produção e de novos processos de trabalho, os produtos são “trabalhados” para além de uma necessidade imediata individual, neste sentido viram mercadorias, consumo produtivo. «O produto do consumo individual é, por isso, o próprio consumidor, mas o resultado do consumo produtivo é um produto distinto do consumidor» (*idem*, 2013:261).

A força de trabalho utilizada para criar mercadorias é o próprio trabalho. «O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe». A incorporação da força de trabalho em mercadorias precisa que o trabalho incorpore valor de uso, satisfaça necessidades de algum tipo. Portanto, no sistema capitalista, o que ocorre é a pessoa que trabalha «produzir um valor de uso particular de determinado artigo». A força de trabalho é, também, uma mercadoria. Ela é consumida pelo capitalista, que detém os meios de produção utilizados para o exercício da força de trabalho. Portanto, o processo de trabalho (a mercadoria trabalho) pertence ao comprador, ao capitalista.

A força de trabalho, enquanto mercadoria, tem sofrido mudanças profundas conforme as mutações do sistema capitalista, sobretudo atualmente com o neoliberalismo. Conforme Marx (2013), a força de trabalho enquanto mercadoria é

«determinada pelo tempo de trabalho necessário para a produção — e, conseqüentemente, também para a reprodução» de um artigo específico, atualmente, ela sofre uma redução do tempo de produção. O «tempo de trabalho requerido» para a produção por meio do trabalho abstrato tem se reduzido significativamente, principalmente com o avanço das tecnologias e das mutações nos contratos laborais, com a dita flexibilização em curso há algum tempo.

Nesse processo, é criado valor no sentido econômico (Engels; Marx, 1978: 227 e 254), segundo os autores, o trabalho por si só não é possuidor de valor e nem o deveria ser. O valor econômico dado ao trabalho é a expressão de um trabalho humano socialmente necessário, objetivado na criação de algo. Este processo dá-se pela ação humana, que realiza a conversão de algo da natureza alheio a si num produto, e acaba por este processo a alienar-se da atividade vital. Transforma a generalidade da vida em algo do meio da vida individual (*idem*:226). A divisão do trabalho pode ser compreendida como uma transformação do próprio trabalho em uma força que é estranha às pessoas que trabalham. Elas são dominadas pela divisão do trabalho devido a sua necessidade de sobrevivência através da venda do seu trabalho para ganhar o dinheiro a fim de sobreviver na sociedade capitalista; que as domina, ao invés delas a dominarem, enquanto, no comunismo primitivo, somente o trabalho do homem já garantia a sua sobrevivência.

As relações da ciência e da tecnologia com os diversos campos da sociedade (burguesia, proletariado, educação, etc.) contribuem para a crescente especificação do trabalho. «À medida que a humanidade se torna senhora da natureza, parece que o homem cai sob o jugo de outros homens ou da sua própria infâmia. Parece mesmo que a serena luz da ciência só pode brilhar na retaguarda da ignorância” (Engels; Marx, 1978:150).

*As condições sociais do nosso tempo determinam este facto patente, esmagador e inegável: a indústria moderna e a ciência estão em oposição antagónica com a miséria e a decadência modernas, por outras palavras, existe um antagonismo entre as relações sociais e as forças produtivas do nosso tempo (idem, 1978:151).*

Os autores salientam a necessidade de criação de uma fonte de “desenvolvimento humano” no trabalho, em contrapartida, a evidência de que o trabalhador serve para o processo de produção, ao invés de o processo de produção estar a servir ao trabalhador. Dessa forma, o futuro da classe operária e da geração humana depende da formação que esta recebe, preservando as crianças do capitalismo. Assim,

*Só pode realizar-se pela transformação da razão social em força social e, nas circunstâncias presentes, só podemos fazê-lo por meio das leis gerais impostas pelo poder de Estado. Ao impor tais leis, as classes operárias não fortificarão o poder governamental. Pelo contrário, transformariam o poder dirigido contra elas em seu agente (Engels; Marx, 1978:223).*

Portanto, o coletivo a favor do individual.

Atualmente, no processo de mutação do capitalismo, o trabalho é marcado (na grande maioria das vezes) pela relação de compra e venda da força de trabalho (Marx, 2013). Portanto, com a expansão das relações de mercado, a globalização, a flexibilização e a divisão social do trabalho faz com que este assuma «a forma geral de um “trabalho remunerado”, monetariamente retribuído e exercido em função das demandas de bens ou serviços de outros atores sociais» (Vargas, 2016:314). Conforme exposição anterior, o trabalho não remunerado tem suma importância na manutenção da classe trabalhadora e do próprio sistema, sendo, muitas vezes, negligenciado do seu papel fundamental.

Entendemos que, na sociedade capitalista, o trabalho e o emprego (o qual falamos no tópico anterior) têm papéis centrais, visto que mediam as relações dentro desse sistema, pelo menos na grande maioria das relações sociais. Assim, o trabalho e o emprego tornaram-se os meios de subsistência no sistema capitalista, permeado pela relação de troca da força de trabalho por remuneração. O próprio sistema, por meio das suas transformações e mutações, complexifica essa relação de “troca”. Conforme já abordamos no capítulo “o mundo trabalho”, Antunes (2018) diz que sem dúvida as transformações laborais estão longe de ser algo finito, devido à característica de crises cíclicas do capitalismo tardio. O avanço do neoliberalismo é de crescente

aprofundamento das relações de precariedade independente da classe social dos atores sociais, sobretudo após a crise pandêmica que vivemos, é um horizonte que já pode ser avistado.

#### **1.1.1.1. Ramificações do conceito Trabalho<sup>54</sup>**

É fato a importância da Convenção de 1999 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), a qual define princípios a serem implementados ao nível mundial e cunha o conceito de Trabalho Decente. Contudo, devido ao impacto da constante flexibilização disseminada pelo avanço do neoliberalismo, parece não dar margem para haver uma efetiva implementação e compromisso das instituições na implementação destes princípios cunhados pela OIT. A regulação, a partir destes princípios, encontraram grande resistência das organizações que dela participam. Apesar de ter sido aceita, segundo Anner e Caraway (2010), a regulação tem sido tratada de forma secundarizada desde então.

Trazemos extensões do conceito Trabalho para a reflexão, os quais foram cunhados e criados para configurar como outras possibilidades de organização do trabalho nas mutações do sistema, e dos impactos do neoliberalismo no mundo do trabalho. Superficialmente, poderíamos separar os conceitos de Trabalho Decente e de Trabalho Justo/Fairwork numa perspectiva de ações concretas e possibilidades alternativas ao neoliberalismo e à sua capacidade de flexibilização do sistema de produção e da sua influência nas relações laborais. O conceito de Trabalho Precarizado poderia ser considerado como a caracterização «das entranhas dessas transformações desregulamentadas e perversas que vem se aprofundando na sociedade».

#### **1.1.1.1.1. Trabalho Decente<sup>55</sup>**

---

<sup>54</sup> Uma versão deste subtópico foi publicada em: MACHADO, Tainara F (2022). Trabalho decente, justo e precarizado: uma reflexão sobre conceitos laborais. In: LAZZARIN, Helena; LAZZARIN, Sonilde; SEVERO, Valdete (Orgs.) A centralidade dos Direitos Sociais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/451centralidade>. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

<sup>55</sup> Uma versão deste subtópico foi publicada em: MACHADO, Tainara F (2022). Trabalho decente, justo e precarizado: uma reflexão sobre conceitos laborais. In: LAZZARIN, Helena; LAZZARIN, Sonilde; SEVERO, Valdete (Orgs.) A centralidade dos Direitos Sociais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/451centralidade>. Acesso em: 09 de Agosto de 2022.

O Trabalho Decente é a sintetização da «missão histórica» da OIT e de sua representação mundial, em que aglutina os princípios defendidos pela organização, no sentido de «promover a luta e a consciência da importância de relações laborais», ou seja, um trabalho produtivo que seja de qualidade; um trabalho decente. Além da promoção desses princípios, é reivindicada a garantia das condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas. Estas que são, conforme a organização, as condições fundamentais de superação da pobreza, de redução das desigualdades sociais, da garantia da governabilidade democrática e do desenvolvimento sustentável.

Há quatro objetivos estratégicos da OIT que representam o ponto de convergência, representados pelo Trabalho Decente. São eles:

*1. o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); 2. a promoção do emprego produtivo e de qualidade; 3. a ampliação da proteção social; 4. e o fortalecimento do diálogo social*<sup>56</sup>.

Historicamente (Anner e Caraway,2010), a OIT é a organização internacional mais antiga em funcionamento a defender princípios, normas e direitos laborais. Porém, mesmo com este peso histórico e reconhecimento em diversas dimensões sociais, ainda não foi possível a garantia de implementação e efetivação desses princípios, normas e direitos laborais num sentido amplo. Para isso, a OIT busca apoio em organizações que comprometem-se em implementar e concretizar o que é decidido nas suas Convenções.

*Although the ILO cannot compel countries to comply with international labor standards, it has gained in influence as a number of more powerful international organizations have begun to defer to it, including the World Bank, the IMF, and the Organization of Economic Cooperation and Development (OECD) (idem, 2010:152)*<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> Retirado de: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

<sup>57</sup> Tradução livre: “Embora a OIT não possa obrigar os países a cumprir as normas trabalhistas internacionais, ela ganhou influência à medida que várias organizações internacionais mais poderosas

Mesmo assim, a promoção de uma Agenda do Trabalho Digno e a do Pleno Emprego não ganham muito impacto no debate e nas agendas de desenvolvimento social dos países e das organizações na totalidade. Uma das possíveis causas pode ser princípios conflitantes com o funcionamento atual do sistema económico e com o avanço do neoliberalismo.

*This may be because this social determinant of health (and human right) conflicts so directly with neoliberalism, the dominant global ideology and policymaking framework. Neoliberalism is an ideology of market fundamentalism, which posits that economic growth is the sole avenue to development and social progress and requires reducing labor protections, among other actions that result in exploitation of workers, to successfully compete in the global marketplace<sup>58</sup> (MACNAUGHTON; FREY, 2018:45)*

Além de um processo económico, há um processo ideológico que rege o sistema capitalista e que exerce influência nos regimentos e transformações das relações laborais, principalmente nas crises cíclicas que fazem parte do sistema capitalista (Harvey, 1989). A sua máxima é a flexibilização, esta que tem extravasado, inclusive, as fronteiras laborais e se adentrado em terras das relações pessoais (conforme refletimos no capítulo A ordem e a Desordem). O avanço do neoliberalismo e, conseqüentemente, da cidade neoliberal (Wacquant, 2014) evidencia um ponto limítrofe da implementação e manutenção deste conceito regido pela OIT.

#### **1.1.1.2. Trabalho Justo — Fairwork<sup>59</sup>**

---

começaram a adiar para ela, incluindo o Banco Mundial, o FMI e a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)."

<sup>58</sup> Tradução livre: "Isso pode ser porque esse determinante social da saúde (e do direito humano) entra em conflito tão diretamente com o neoliberalismo, a ideologia global dominante e o quadro político. O neoliberalismo é uma ideologia do fundamentalismo de mercado, que afirma que o crescimento económico é o único caminho para o desenvolvimento e o progresso social e requer a redução das proteções trabalhistas, entre outras ações que resultam na exploração dos trabalhadores, para competir com sucesso no mercado global".

<sup>59</sup> Uma versão deste subtópico foi publicada em: MACHADO, Tainara F (2022). Trabalho decente, justo e precarizado: uma reflexão sobre conceitos laborais. In: LAZZARIN, Helena; LAZZARIN, Sonilde; SEVERO, Valdete (Orgs.) A centralidade dos Direitos Sociais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/451centralidade>. Acesso em: 09 de Agosto de 2022.

Os princípios do Trabalho Justo – *Fairwork* – podem ser considerados como «uma sequência de ação dos princípios do Trabalho Decente criado pela OIT». Aspiram representar «ações concretas de regulamentação de empresas» com o intuito de garantir condições laborais dignas às pessoas que trabalham. Configura-se, então, como uma rede de regulamentação e de pontuação de plataformas digitais de trabalho, visando promover um certificado de promoção e execução de um trabalho justo; podendo também ser considerada uma forma de consciencialização para os trabalhadores sobre os seus direitos laborais.

A metodologia dessa rede de regulamentação se dá a partir de pesquisa documental, entrevistas com gestores de plataformas e entrevistas com as pessoas que trabalham nas plataformas digitais de trabalho. Conforme o relatório anual do *Fairwork* (2020), essa é uma abordagem tripla que

*fornece uma maneira de verificar as afirmações feitas pelas plataformas, ao mesmo tempo que oferece a oportunidade de coletar evidências positivas e negativas de várias fontes. As pontuações finais são decididas coletivamente pela equipe do fairwork com base em todos os três tipos de informações. As pontuações são revisadas por pares da equipe do país, pela equipe de Oxford e dois revisores de equipes de outros países. Essa abordagem traz consistência e rigor ao processo de pontuação. Os pontos são atribuídos somente se houver evidências claras em cada subitem.*

Em sequência a essas 3 abordagens, é realizada uma pontuação das empresas, conforme o sistema de pontuação que está na tabela abaixo, que visa medir a equidade do trabalho fornecido pelas empresas de plataforma.

**Tabela 3 - Sistema de pontuação *Fairwork***

**Tabela 1: Sistema de pontuação Fairwork**

| Princípio                                                                                             | Ponto básico |   | Ponto avançado |   | Total |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---|----------------|---|-------|
|  Remuneração justa   | 1            | + | 1              | = | 2     |
|  Condições justas    | 1            | + | 1              | = | 2     |
|  Contratos justos    | 1            | + | 1              | = | 2     |
|  Gestão Justa        | 1            | + | 1              | = | 2     |
|  Representação justa | 1            | + | 1              | = | 2     |

**Pontuação máxima possível Fairwork**  **10/10**

Uma plataforma pode, portanto, receber um máximo de pontuação Fairwork de 10 pontos. As pontuações Fairwork são atualizadas anualmente

Fonte: *Fairwork* (2020) — Relatório Anual.

A avaliação, conforme a tabela, é realizada por meio dos 5 princípios do Trabalho Justo — *Fairwork*. Estes foram inicialmente desenvolvidos num seminário com partes interessadas na OIT.

*O projeto Fairwork, coordenado pela Universidade de Oxford e presente em diversos países (...), construiu, em consonância com a OIT, cinco princípios de trabalho decente em plataformas digitais, seja nas ruas ou em casa: 1) remuneração; 2) condições de trabalho; 3) contratos; 4) gestão; 5) representação. O objetivo do projeto é destacar as melhores e piores práticas da economia de plataformas em cada país, ao passo em que busca imaginar e concretizar outros mundos possíveis<sup>60</sup>.*

Os entrevistados, Rafael Grohmann e Mark Graham, argumentam que o foco em formas de regulamentação, normalização e implementação de princípios reflete na implementação do Trabalho Digno, um dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A base, conforme a

<sup>60</sup> “É possível trabalho decente em plataformas digitais?” Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/%C3%89-poss%C3%ADvel-trabalho-decente-em-plataformas-digitais>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

entrevista, fundamental da agenda «para o futuro do trabalho é o deslocamento de um foco excessivo no desemprego e das indagações sobre se os robôs tomarão nosso lugar», visando questões sobre «a deterioração da qualidade do trabalho» e, também, as dinâmicas e estratégias atuais do «subemprego», as quais «nem sempre são captadas pelas estatísticas».

O avanço da flexibilidade e da uberização acarretam a necessidade de mecanismos de regulamentação e promoção de dignidade. O avanço de trabalhos por plataformas digitais em todos os setores (educação, serviços, saúde, etc.) é um fato aguçado e complexificado com a pandemia. Pensar na regulamentação e em alternativas que garantam dignidade e que colaborem com a visibilidade do subemprego e da precariedade do trabalho é importante para mudanças.

Em sua generalidade, portanto, o trabalho pode ser definido como um «conjunto de atividades dotadas de conteúdos específicos», as quais visam um fim específico a partir da mobilização de «determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências». Este pode ser um «ofício, profissão ou ocupação» e ocorre da interação de uma pessoa com ferramentas, objetos; os quais podem ser «coisas materiais, objetos físicos, como ideias, conceitos ou símbolos, isto é, objetos imateriais, intelectuais, ou ainda pessoas e relações humanas» (Gorz, 2005 *apud* Vargas, 2016:315).

O trabalho é, também, um direito social. É uma política pública regulada por estatutos e leis que visam promover o respeito do empregador e, também, o cumprimento de regras que são independentes às negociações contratuais e de oferta e procura. Essas políticas públicas de regulamentação são, ou pelo menos deveriam ser, a garantia deste direito social (Felgueiras, 2021:109). Contudo, reformas dos direitos laborais e flexibilizações desses parâmetros regulatórios são uma constante nas sociedades atuais; principalmente em momentos de crise.

## **1.2.CLASSE E TRABALHO PRECARIZADO**

### **1.2.1. Trabalho precarizado**

A condição precária do trabalho não é um acontecimento novo, este fenômeno acompanha as mutações do sistema capitalista, no sentido de que a flexibilização de normas, relações laborais afetam diretamente a noção e os parâmetros de precariedade do trabalho. A maneira como o capitalismo tardio se sustenta, com permanentes transformações para novas formas de exploração e acumulação de capital, carrega concomitantemente um sistema de precarização da força de trabalho. O uso generalizado do conceito nas ciências sociais se dá, sobretudo, a partir da década de 1980 com três utilizações diferentes, conforme Soeiro (2015:9): «serve para designar o trabalho precário, é utilizada para nomear uma experiência subjetiva mais ou menos ligada a um distanciamento crítico do emprego e aparece também para falar da ausência de proteção e de processos de desafiliação social e de pobreza (Cingolani, 2005)» (*apud* Soeiro, 2015:9).

O capitalismo foi sempre assim, mas não do mesmo jeito; passou-se de uma indiferença ligada à classe materialmente, para uma indiferença mais pessoal, «porque o próprio sistema é menos cruamente esboçado, menos legível na forma» (Sennet, 1999). É, portanto, uma «expressão desse processo de transformação ao nível de contratos de trabalho», podendo ser considerado como uma mutação tão importante quanto «como a que foi provocada pela passagem da sociedade agrária para a industrial» afirma Lopes *et al.* (2017:53) ao citar Sennett.

Portanto, ao pensarmos em uma classe trabalhadora em transformação, com as mudanças do atual sistema de acumulação do capitalismo (Harvey, 1989), evidencia-se um processo contínuo e cíclico de precarização da condição do trabalho, principalmente para as parcelas mais jovens da população. E neste cenário de desenvolvimento e transformações do neoliberalismo, conforme Erik Wrigth, o precariado aparece como um segmento da classe trabalhadora que pode desempenhar, e vem desempenhando, a importante função de protagonizar lutas no âmbito laboral.

*La importancia de la precariedad como parte de las condiciones vitales de millones de personas en el mundo hoy no depende de si esas personas pueden considerarse como pertenecientes a una clase en concreto. Lo*

*que importa es la realidad de la condición en que se encuentran y qué pueda hacerse al respecto*<sup>61</sup> (Wright, 2015: 205).

Poderíamos definir, portanto, o **trabalho precarizado** como uma «atividade com fins econômicos exercida em condições que colocam aqueles que a realizam em uma situação de risco, vulnerabilidade ou degradação». A identificação da **precariedade do trabalho**, da **precariedade laboral** pode ser feita «a partir do estatuto social do emprego ou ocupação» e, também, ao implicar um «certo nível de reconhecimento social», ou seja, «a partir das condições objetivas e subjetivas de exercício do trabalho propriamente dito» (Vargas, 2016:313).

A existência da precariedade do trabalho é totalmente inversa a garantia do direito social do trabalho. Portanto, «é um fenómeno marginal à sociedade salarial ou seja, sendo intrínseco ao capitalismo, sempre coexistiu com ela» (Soeiro, 2015:30). Para além do trabalho formal, garantido por um contrato firmado entre o empregador e a pessoa que trabalha, há situações de trabalho à margem deste contrato. Soeiro (idem) ressalva que «o trabalho informal, o trabalho clandestino (nomeadamente de migrantes) e o trabalho doméstico, quase sempre ficaram à margem do contrato de trabalho e das suas proteções». As «mulheres (com a acumulação massiva de trabalho doméstico não pago nem reconhecido) e os imigrantes (alvos de uma clandestinidade que era a garantia da sua sobre-exploração) foram sempre a parte subalternizada desse compromisso entre a expansão da relação salarial e a lógica da acumulação do capital que foi a constituição da sociedade salarial» (ibidem).

A flexibilização<sup>62</sup> de regulamentação e dos direitos, que culmina na precariedade, reforça o enfraquecimento do poder de barganha dos sindicatos. Standing (2014:14) ressalta, que todas

---

<sup>61</sup> Tradução livre: “A importância da precariedade como parte das condições de vida de milhões de pessoas no mundo hoje não depende se essas pessoas podem ser consideradas pertencentes a uma determinada classe. O que importa é a realidade da condição em que estão e o que pode ser feito sobre isso.”

<sup>62</sup> Uma versão desta reflexão foi publicada em: MACHADO, Tainara F (2022). Trabalho decente, justo e precarizado: uma reflexão sobre conceitos laborais. In: LAZZARIN, Helena; LAZZARIN, Sonilde; SEVERO, Valdete (Orgs.) A centralidade dos Direitos Sociais [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi. Disponível em: <https://www.editorafi.org/ebook/451centralidade>. Acesso em: 9 de Agosto de 2022.

*(...) estas formas de trabalho “flexível” têm vindo a crescer um pouco por todo o mundo. O que já não é tão visível é que, nesse processo, o precariado se vê obrigado a desempenhar uma proporção elevada e em crescimento de trabalho-para-trabalhar relativamente ao trabalho propriamente dito. Assim, ele acaba por se ver tão explorado fora do local de trabalho e do período laboral remunerado como quando se encontra no emprego dentro do horário normal. Esse é um fator que distingue o precariado do velho proletariado.*

A criação de uma definição própria para o fenómeno contemporâneo do enfraquecimento dos direitos trabalhistas e flexibilidade das relações de trabalho elaborada por Guy Standing (2014) define que as vítimas primárias desse processo, as pessoas que trabalham, podem ser incluídas numa nova classe: o **precariado**. Essa é uma das possibilidades de análise da condição laboral precária, mas não a única. Wright (2015), por exemplo, afirma que considerar o precariado como uma nova classe não é, de fato, o caminho mais sólido a escolher. Isso porque, ao invés da possibilidade de união e de solidariedade entre trabalhadores/as em uma classe, acaba-se atenuando a fragmentação sócio-política desses atores sociais.

Compreendemos ser importante reforçar a escolha de termos para identificar as condições da precariedade. Utilizaremos termos como precariedade do trabalho, precariedade laboral, trabalho precarizado e precariado. Compreendemos que a utilização do termo «precários/as» pode dar uma ideia de transferência da precariedade aos atores sociais. Entretanto, sabemos que esta condição, muitas vezes, não é uma escolha e sim uma imposição. Portanto, por ser uma imposição, esta não deve ser acarretada aos sujeitos, mas sim a condição, ao trabalho. O sujeito está numa situação precária que pode ser mais ou menos longa, mas não está intrínseca ao sujeito, e sim imposta. Não é precária na sua natureza humana, porque esta não é mensurável. A parte subjetiva afeta nossa autopercepção, identidade, capacidade como ator político e sujeito de direitos e deveres.

A organização e a identificação de uma classe trabalhadora com um novo segmento, denominado «precariado», têm se intensificado nos movimentos de luta por garantia de direitos sociais e laborais, trabalhistas. Inclusive é com as transformações e flexibilizações para um trabalho atípico que ocorre uma onda de manifestações no

mundo ocidental e, mais tarde, também no Brasil (Braga, 2017). A construção e a constituição de um sujeito político do precariado é uma evidência das transformações do capitalismo avançado; impondo o desafio para que estes atores sociais organizem capacidades políticas para a permanência ou retomada de direitos laborais (Soeiro, 2015), mas que compreendemos não estar desconectado do sentido de classe trabalhadora.

### **1.2.2. Classe**

#### **1.2.2.1. A classe para Marx e Engels**

Marx e Engels (2002:23) definem que a classe operária (proletariado) forma-se no antagonismo à classe burguesa (burguesia), a primeira é assalariada e não possui os meios de produção, sobrevivendo da venda do seu trabalho; a segunda, são os capitalistas os quais são proprietários dos meios de produção social e quem emprega as pessoas que vendem o seu trabalho por uma remuneração, um salário. E, «a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes» (*idem*:10). A história do conceito e do significado de classe é correlata às mutações e aos processos históricos-sociais da sociedade capitalista.

A classe, para os autores, «emergem na base econômica, quando ela se ergue sobre modos de produção antagônicos, organizados em torno de diferentes modalidades de exploração do trabalho». Esta «não depende da consciência dos explorados» e é «estrutural e objetiva», exatamente como a «contradição antagônica que opõe os proprietários das condições de produção aos produtores diretos expropriados» (Pereira, 2003:4).

Para Marx (2017), as pessoas trabalhadoras são uma massa que constituem como tal a partir das condições econômicas, a partir da «dominação do capital» são construídas condições comuns e «interesses comuns». Exatamente pela construção de classe trabalhadora dar-se desta forma, «essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não o é ainda para si mesma». Contudo, na ação de união para a luta de classe das pessoas que trabalham, «essa massa se reúne, se constitui em classe para si

mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política» (*idem*:146).

Neste sentido, «numa sociedade dilacerada por antagonismos, dividida em classes, não haverá evolução social sem revolução política» (*idem*:31). Marx considera «**classe em si**» o coletivo de pessoas que trabalham comandadas e organizadas pelo capital. Já, «**classe para si**» seria o processo de tomada de consciência histórica e objetiva da sua situação por parte das pessoas que trabalham, e, a partir disso, construindo uma atividade independente nos âmbitos políticos, ideológicos com a ação de luta para a transformação da sua condição.

Portanto, pensar a classe para o marxismo é compreender que a luta de classes a constitui, e esta última «não é um determinante autônomo da posição de classe». Ela «surge, se aprofunda e se agudiza com base nas posições reais da classe», posições que não são estáticas e que são atribuídas pela própria luta. Há, portanto, a «unidade dialética entre posição de classe e luta de classes», que se configura por 3 aspectos: a) o engendramento da posição de classe à luta de classe, «ou seja, a posição de classes condição antagônica ao capital é o fundamento da luta de classes»; b) a luta de classes promove conformação, recriação e, «determina a existência objetiva das classes, ou seja, a luta de classe é um determinante da classe»; e, por fim, c) a consciência de classe é engendrada a partir da unidade «entre posição objetiva da classe e luta de classes», «assim como as classes a consciência de classe é um produto histórico, portanto, fator objetivo e também determinante da classe» (Sobrinho, 2016:4).

#### **1.2.2.2. A classe para Weber**

Weber (2015:199) define 3 categorias que «nada mais indicam do que a existência de situações de interesses típicas iguais (ou semelhantes) em que um indivíduo se encontra junto com muitos outros», ou seja, «todo grupo de pessoas que se encontra em igual situação de classe». Assim, as 3 categorias são: «a) Classe de classe proprietária é aquela em que as diferenças de propriedade determinam primariamente a situação de classe. b) classe aquisitiva é a que apresenta oportunidades de valorização de bens ou serviços que lhe determinam primariamente a situação de classe. e) classe

social é a totalidade daquelas situações de classe entre as quais uma mudança: a) pessoal, b) na sucessão das gerações é facilmente possível e costuma ocorrer tipicamente».

O autor ainda refere haver uma situação de «classe especial» enquanto há «poder de disposição sobre os diversos tipos de bens de consumo, meios de produção, patrimônio, meios de aquisição e qualificação de serviço». A «falta total de "qualificação" de pessoas sem propriedade, obrigadas a ganhar a vida por seu trabalho com ocupações inconstantes» é a representação de uma «situação de classe homogênea». Há, ainda, a transição entre as classes, podendo esta ser «fácil e fluente» ou não, e de caráter muito diverso, diferindo, portanto, «a unidade das classes sociais» (idem).

A definição dada por Weber (2015:202) para **classes sociais** é de que estas são: a) «os trabalhadores em seu conjunto, e isto tanto mais quanto mais automatizado se torna o processo de trabalho»; b) «a pequena burguesia»; c) «os intelectuais sem propriedade e os especialistas profissionais (técnicos, "empregados" comerciais e outros, funcionários públicos, eventualmente com separação social muito rigorosa entre eles, segundo o cunho da educação)»; e, d) as classes dos proprietários e privilegiados por educação». O autor ainda menciona sobre a obra inacabada de Marx, que não aprofunda sua reflexão acerca da classe do proletariado e o problema da sua unidade, referindo que as mutações do trabalho sobre um «crescente do trabalho "treinado" na própria máquina, dentro de prazos relativamente curtos, à custa do "qualificado" e às vezes também do "não-qualificado» (idem). A relação social é «o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência» e, «consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável» (Weber, 2015:16).

Mattos (2020:9) refere que Weber define classe social por alguns componentes de uma «posição relativa» na sociedade. Ou seja, falamos em classe quando:

*1) uma pluralidade de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas oportunidades de vida, na medida em que 2) este*

*componente está representado, exclusivamente, por interesses econômicos, de posse de bens e aquisitivos, e isto 3) em condições determinadas pelo mercado de bens ou de trabalho (situação de classe).*

Assim, credores x devedores. Ou ainda proprietários de bens, dos meios de produção x falta de propriedade, pessoas que trabalham (Marx). Esta seriam as categorias fundamentais de todas as situações de classe, permitindo que Wright (2015) argumente similitude entre Weber e Marx.

Atualmente, as referências mais comuns acerca de classe passam por uma referência ao critério de estratificação social, «medido pela renda e definido pelo acesso diferenciado ao consumo no mercado». Já as referências acerca de classe enquanto organização coletiva ou, ainda, na disputa do espaço de produção e nas próprias relações laborais que aspiram um sentido de classe, são ínfimas. Encontramos sobre «“classe A, B, C” etc. ou sobre novas e velhas “classes médias” [e um pouco menos sobre “ricos” e “pobres”]» em todos os espaços de comunicação, mas também em debates e discursos políticos e, inclusive, em «elaborações acadêmicas». É «cada vez mais raro o emprego de expressões como “classe trabalhadora”, “classe operária” ou “proletariado” [assim como são raras as referências a “burguesia” e “classe dominante”]» (Mattos, 2019:9). Parece haver uma omissão da configuração de classe típica desse sistema, e dos conflitos sociais fundamentais nos quais vivemos imersos. Esse «reducionismo impede a compreensão de classes sociais em sua articulação com a totalidade da dinâmica social», das «relações que homens e mulheres, vivendo em sociedade, estabelecem entre si para produzir e reproduzir-se socialmente» (idem).

### **1.3.O PRECARIADO, UM SEGMENTO DA CLASSE TRABALHADORA**

Guy Standing afirma que o precariado compõe-se devido a um conjunto de condições que o diferencia da classe trabalhadora tradicional. Contudo, este conjunto de condições não diz respeito apenas ao precariado, mas, também, a classe trabalhadora em transformação. Conforme será exposto a seguir. Os interesses materiais (Wright, 2015) compõe um grupo, consequentemente uma classe. Portanto,

separar a classe trabalhadora e o precariado, seria supor que seus interesses são diversos, com interesses materiais distintos (com base nas análises marxista e weberiana). Na dimensão de lutas por direitos laborais, não evidenciamos isto. Interesse difere de preferências, e a interpretação de Standing pode servir como ferramenta de uma elite que se apropria deste sectarismo para dizer o que a massa trabalhadora precisa, ao invés de corroborar com uma luta coletiva<sup>63</sup> por interesses e preferências.

O nosso ponto é que o precariado é a representação da complexificação das mutações no campo do trabalho, que vem se intensificando com o neoliberalismo, e, atualmente, após a pandemia e a sua crise que acaba por se intensificar com a guerra energética no leste da Europa. Ao pensarmos em um breque dessa fluidez e flexibilidade que se aguçam nas relações laborais, a divisão de classes não parece ser uma estratégia acertada. Wright (2015:197) cita Davis Grusky e Kim Weeden e explana sobre o marco de análise das microclasses; compreendendo que as pessoas que trabalham numa mesma ocupação, possuem uma mesma microclasse. Entretanto, defendemos que, a luta da classe trabalhadora deveria ser primeiro compreendida enquanto a união de todas as pessoas que trabalham e que, também se incluem nessas microclasses. Ao pensarmos enquanto uma união, uma massa de pessoas que trabalham, há um corpo muito maior na disputa por direitos<sup>64</sup>.

Wright (2015:198) faz uma analogia que a busca pelos interesses materiais objetivos no capitalismo pode ser concretizado ao nível de um **jogo em si** («*juego mismo*»), ao nível das regras do jogo e dos movimentos no curso do jogo. O fundamento base do marxismo enquanto uma teoria social são alternativas emancipadoras do capitalismo, a partir da tríade analítica das «conexiones entre las clases, la crítica del capitalismo y las alternativas emancipadoras<sup>65</sup>» (idem: 148). O autor propõe resolver este questionamento de como poderemos «especificar claramente los intereses de la gente en la estructura socioeconómica existente en relación con una alternativa tan

---

<sup>63</sup> Conforme Mário Branco: «Mesmo no silêncio sabemos cantar / Povo por extenso é unidade popular / Somos sete rios, rios de certeza / Vamos lá cantando no fragor da correnteza / Eu vi este povo a lutar / Para a sua exploração acabar / Sete rios de multidão / Que levavam a História na mão».

<sup>64</sup> Há aquele ditado de que «uma andorinha não faz verão», no nosso caso, «uma pessoa trabalhadora não faz transformação».

<sup>65</sup> Tradução livre: «conexões entre classes, a crítica do capitalismo e alternativas emancipatórias».

abstracta como el “socialismo”?<sup>66</sup>». A partir da identificação de «una serie de situaciones dentro de las relaciones de clases del capitalismo que se dan, de algún modo, simultaneamente en más de una clase<sup>67</sup>». Ou seja, concretamente das relações «de dominación y explotación, algunas situaciones pueden ser simultáneamente dominadas y dominadoras, o explotadoras y explotadas<sup>68</sup>». Essa ideia compõe o que Wright (2015:199) chama de «situaciones contradictorias dentro de las relaciones de clase», estas que tem interesses contraditórios, que apontam direções opostas, onde os interesses materiais da classe são definidos pelo jogo do capitalismo frente ao socialismo.

O nível das **regras do jogo** («*las reglas del juego*»), Wright (*idem*) corresponde ao problema do interesse de classe referentes ao conjunto de normas que contribuem ao sistema econômico, visto que há pessoas que em algumas situações continuam jogando o jogo do capitalismo. Baseando-se na análise weberiana de classes, onde o conceito era utilizado na descrição das desigualdades geradas em relação ao mercado. O capitalismo, portanto, seria o único jogo possível (Wright, 2015: 149). Por exemplo, na variação e alteração de normas na Segurança Social<sup>69</sup>, desmantelando a política pública e a sua rede de apoio as pessoas. «La cuestión es que podamos definir los intereses materiales y, con ello, la posición de la gente en la estructura de clases con respecto a esas variaciones de las reglas del capitalismo y no solamente sobre el juego del capitalismo en sí mismo». Portanto, a análise se fundamenta na definição das «categorías relevantes de gentes situadas en lugares similares en relación con la variedad de las reglas del juego» (*idem*).

---

<sup>66</sup> Tradução livre: «especificar os interesses das pessoas na estrutura socioeconômica existente em relação a uma alternativa tão abstrata como o "socialismo"?».

<sup>67</sup> Tradução livre: «uma série de situações nas relações de classe do capitalismo que ocorrem, de alguma forma, simuladas em mais de uma classe».

<sup>68</sup> Tradução livre: «de dominação e exploração, algumas situações podem ser simultaneamente dominadas e dominadoras, ou exploradoras e exploradas».

<sup>69</sup> Aqui também se enquadraria, como exemplo recente, a proposta de alteração das pensões em Portugal, com o novo pacote apresentado pelo PS em setembro de 2022. Disponível em: <https://expresso.pt/economia/2022-09-12-Pensoes.-Qual-e-o-problema--Por-que-se-debate-a-sustentabilidade-da-Seguranca-Social--465d0d18>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

Sobre o nível dos **movimentos no jogo** («*los movimientos del juego*») o problema dos interesses das microclasses no modo de análise durkheimiano (Wright, 2015:149), ou seja, o movimento dos jogadores no jogo. «Mientras no haya una perspectiva real de cuestionar las reglas generales del juego, sus intereses seguirán siendo distintos y fragmentarios durante la mayor parte del tiempo» (idem).

A partir desta metáfora do capitalismo como um jogo podemos compreender que aos níveis do jogo, numa perspectiva em que há a possibilidade de uma socialista e democrática, o precariado e a classe trabalhadora estão na mesma posição na estrutura de classes (ao nível do jogo em si). As ambiguidades em relação à alteração de regras que seriam benéficas para a classe trabalhadora, mas prejudiciais ao precariado (regras do jogo), Wright (2015: 203), configurando, por exemplo, numa acentuação do dualismo de mercado de trabalho pode ter como efeito colateral a estabilização de empregos e acentuação de empregos precarizados. Entretanto, «estas ambigüidades son la base para considerar que el precariado es un *segmento* específico de la clase obrera» (idem - grifos do autor). Os vários segmentos da classe trabalhadora compartilham interesses gerais e diferem sobre as prioridades em relação às alterações das regras do jogo, havendo também a possibilidade de interesses contraditórios. Ao considerar as situações específicas na estrutura de classes, tencionadas pelos vários segmentos nela existentes (microclasses), há a possibilidade de considerarmos que o precariado e a classe trabalhadora tenham classes diferentes em função da disputa dos movimentos ideais para os interesses de classe. Entretanto, a classe trabalhadora deixa de ser uma classe ao reduzi-la a definição de classe que compreende dos movimentos no jogo; além disso, o próprio precariado está dividido em categorias diferentes e com diferentes interesses (Wright, 2015: 204).

Deste modo, o autor (idem:205) apresenta duas possibilidades de inserção do precariado: a) ou como uma parte da classe trabalhadora enquanto a função de análise são as regras básicas do jogo desenvolvido pelo capitalismo do século XXI; b) ou, em função aos movimentos do jogo, ser considerado como um agregado de diferentes situações de classe, se esta define-se enquanto de função de interesses homogêneos de setores. Portanto, o precariado como o segmento da classe trabalhadora mais crescente

e o mais prejudicado pelo capitalismo neoliberal, pode ser um potencializador nas lutas sobre as regras do capitalismo e sobre o próprio capitalismo. A importância de pensarmos, e identificarmos, enquanto um segmento da classe trabalhadora é a importância do reconhecimento da sua condição real e do que fazer a partir disto.

#### **1.4. ESPAÇO SOCIAL E DIMENSÕES**

Pierre Bourdieu compreende que a ciência social «não deve construir classes, mas sim espaços sociais no interior dos quais as classes possam ser recortadas», entretanto ressalva que estas «existem apenas no papel»; ou seja, são abstrações e não reais. A ciência social «deve, em cada caso, *construir* e *descobrir* (para além da oposição entre o construcionismo e o realismo) o princípio de diferenciação que permite reengendrar teoricamente o espaço social empiricamente observado» (Bourdieu, 1996:49 — grifos do autor). Portanto, uma pesquisa, enquanto produto das ciências sociais, deve «construir e descobrir» o espaço social a partir da empiria observada, e, a partir disso, no interior desses espaços sociais observados, recortar as classes que ali se engendram.

A filosofia da ação, que pode ser chamada, às vezes, de disposicional «atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação». Possui 3 conceitos fundamentais: «*habitus*, campo e capital». E seu campo central é «a relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do *habitus*)» (Bourdieu, 1996:10).

Concluí-se, então, que todas as sociedades são espaços sociais. Assim, «estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade». Essa estrutura tem como princípio a distribuição «das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado» e variam conforme o momento (histórico) e com os lugares em estudo (território). É uma estrutura que é passível de mutação, «e a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura, da distribuição das

propriedades ativas e, assim, do espaço social». Bourdieu explica o «espaço social como um campo» e, em simultâneo, a) «como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos» e, b) «como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura» (*idem*:50).

O Estado está diretamente relacionado com «um processo de unificação dos diferentes campos sociais, econômico, cultural (ou escolar), político, etc.» que acompanha a sua hegemonia, visto que «concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos» o dando uma capacidade regulatória sob «o funcionamento dos diferentes campos» através de intervenções financeiras ou jurídicas (*ibidem*:51). “O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele» (Bourdieu, 1996: 27). A construção do espaço social funciona enquanto a distribuição dos «agentes ou os grupos» se dá «em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação», sendo «o capital econômico e o capital cultural». Quanto mais próximos nessas duas dimensões (capital cultural e capital econômico), mais os atores sociais têm em comum, e, quanto mais distantes, mais divergentes. Diferente do sentido de classe, as «distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais» (*idem*:19).

O campo de poder difere dos demais campos e não deve ser confundido com o campo político. Ele se configura como «o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital». Ou seja, é o espaço de relações de forças «entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão» (*ibidem*:52).

Um capital é «um “recurso”, segundo o modelo de “patrimônio”, isto é, um estoque de elementos (ou “componentes”) que podem ser possuídos por um indivíduo, um casal, um estabelecimento, uma “comunidade”, um país, etc.». Também é «uma forma de “segurança”, especialmente o ponto de vista do futuro; tem a característica de poder, em determinados casos, ser investido e acumulado de modo mais ou menos

ilimitado». O «patrimônio genético, os estados físico e fisiológico de uma pessoa, fazem parte evidentemente desses “recursos”. Existem capitais no estado objetivado, «sob a forma de bens imobiliários ou de pertences financeiros» que podem ser avaliados (mercado financeiro ou convenções específicas); e, «no estado incorporado», que se dá «sob a forma de disposições inscritas nos cérebros e nos corpos», sendo este dependente de uma forma alargado de capital corporal (Lebaron, 2017:101).

Há quatro grandes famílias de capital: a) **capital econômico**: é uma extensão da noção de patrimônio, avaliado em unidades monetárias (abstratas ou físicas como: terra, bens imobiliários, etc.). A poupança, o capital financeiro é uma componente deste capital. Produz rendimentos e pode associar-se «a formas de “conforto”»; b) **capital cultural**: explica as «desigualdades sociais em matéria educativa, cultural, ou ainda, certas diferenciações nos comportamentos em matéria de saúde, de relação com o corpo, etc.». É composto por «um conjunto multidimensional de “competências”» (linguagem, cálculo, etc.) e «de disposições (que constituem sua versão incorporada , sob a forma de conexões neurais e de automatismos mentais e corporais)»; c) **capital social**: se trata das «relações pessoais enquanto recursos possuídos por uma pessoa, uma família, e constitutivas de uma “rede”». Remete a uma noção de «integração social: é possível concebê-lo no plano de um bairro, de uma “comunidade” ou de qualquer entidade político-administrativa»; d) **capital simbólico**: de uma pessoa, de um indivíduo «é definido pelo “olhar” depositado (o “valor” dado) pelo resto da sociedade sobre esse indivíduo», ou instituição, grupo, país. «Há, portanto, uma dimensão intrinsecamente “relacional” e coletiva». Está relacionado à «ser “reconhecido” e “valorizado”, e tal pode assumir formas mais ou menos institucionalizadas. Está «sempre associado às outras formas de capita»l (idem: 102).

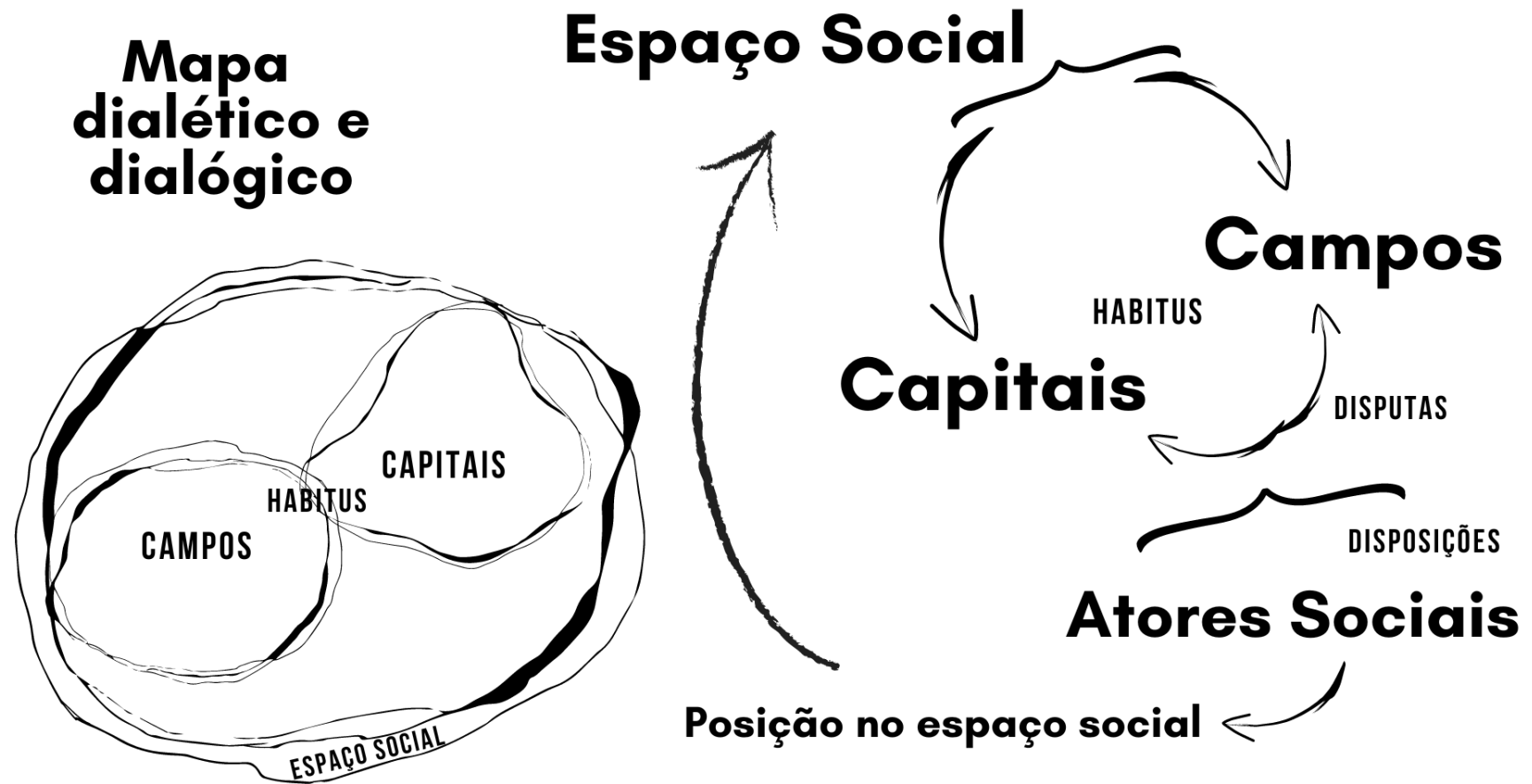
Por habitus, entende-se como

*(...) uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduos e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que*

*então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (Catani et al., 2017, p. 214).*

Desta forma, «a posição ocupada no espaço social» pelos agentes sociais, ou seja, «na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital» são coordenadas das representações contidas neste espaço e «as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo». Os indivíduos têm de construir, «individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito» o mundo social, com suas divisões (Bourdieu, 1996:27 — grifos do autor). Conforme podemos observar na representação a seguir:

Figura 3 - Mapa Dialético e Dialógico — Espaço Social



Fonte: Elaboração própria.

As trajetórias descrevem «a série de posições sucessivamente ocupadas» pelo mesmo indivíduo (ou mesmo grupo), ou seja, «em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes». Portanto, acontecimentos biográficos, trajetórias, «definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado» (Bourdieu, 1996: 81 — grifos do autor).

### 1.1.O ENTRELAÇAMENTO

Nesta pesquisa, temos como objetivo principal analisar *o entrelaçamento de dimensões sociais (macro, meso e micro) na compreensão da precariedade laboral na trajetória de vida de jovens adultos no Brasil e em Portugal*. Deste modo, a trama conceitual desenhada visa possibilitar um caminho teórico-reflexivo do material empírico em relação ao contexto histórico-social e do mundo do trabalho; conforme exposto anteriormente.

A classe trabalhadora, as definições deste grupo de pessoas que se identificam ou são identificadas enquanto classe de pessoas que trabalham está em mutação, assim como o atual sistema de acumulação do capitalismo avançado (Harvey, 1989). Esse processo é contínuo e cíclico, e a precariedade da condição do trabalho está se aguçando, principalmente devidos às recorrentes crises dos últimos quase 20 anos, com as novas tecnologias. Neste cenário de desenvolvimento e transformações do neoliberalismo, conforme Wrigth (2015), o precariado aparece como um segmento recente da classe trabalhadora e pode desempenhar, e vem desempenhando, a importante função de protagonizar lutas no âmbito laboral.

*La importancia de la precariedad como parte de las condiciones vitales de millones de personas en el mundo hoy no depende de si esas personas pueden considerarse como pertenecientes a una clase en*

*concreto. Lo que importa es la realidad de la condición en que se encuentran y qué pueda hacerse al respecto*<sup>70</sup> (idem: 205).

Muitas mais do que a identificação da classe de pessoas que consideram-se e estão em uma condição de trabalho precarizado, é refletirmos porque essa condição se agudiza na sociedade. Exatamente por isso, pela necessidade de pensar essa estrutura e esses dispositivos que permitem essa agudização da precariedade no espaço social, recorreremos a Bourdieu. A precariedade do trabalho atravessa diversos campos das trajetórias dos atores sociais. Além disso, conforme nos lembra Wacquant (2014), há um projeto de permanência e manutenção do *status quo* em curso. É o projeto de

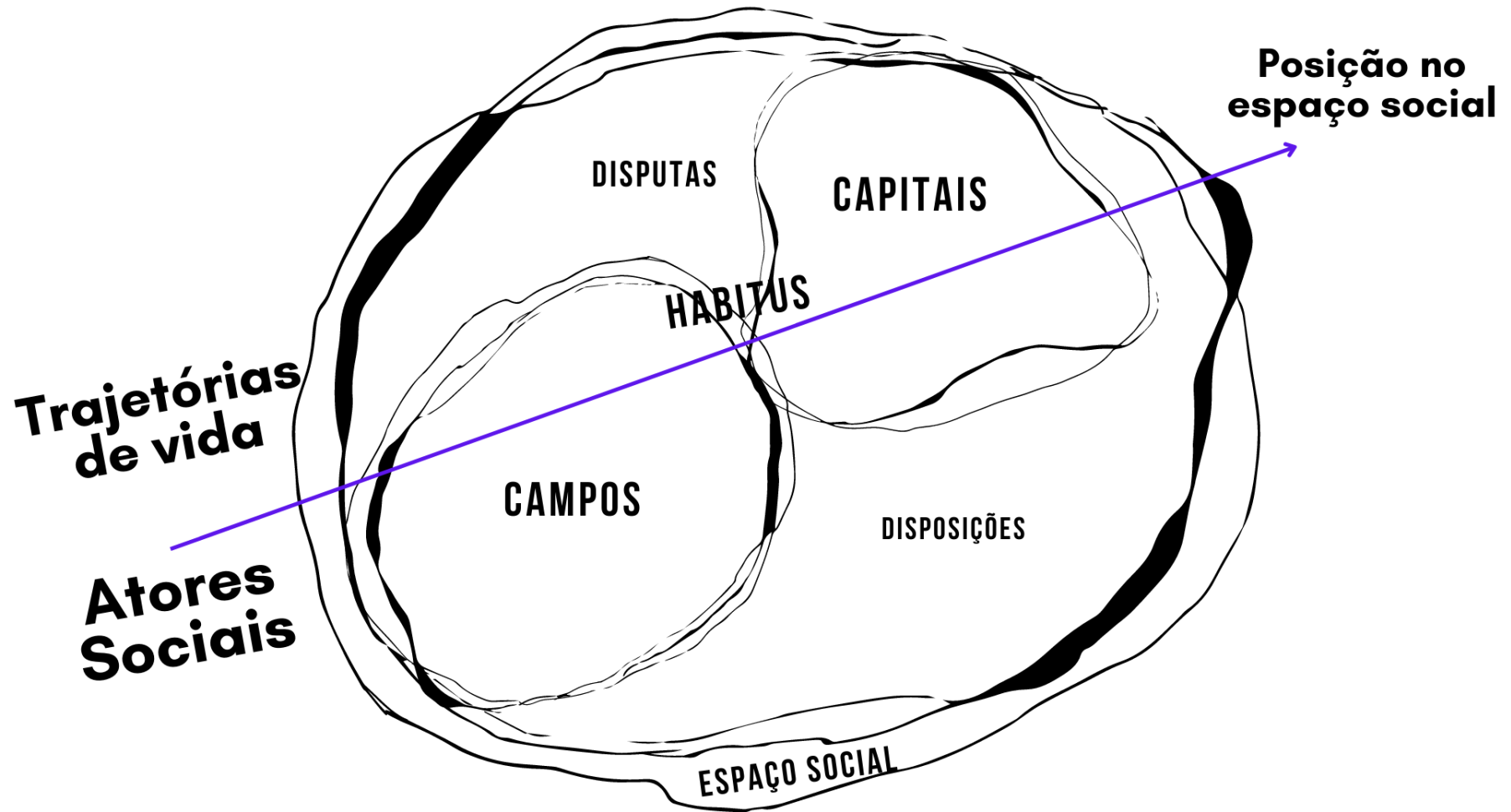
*(...) um novo regime de pobreza na cidade, alimentado pela fragmentação do trabalho assalariado, pelo recuo da proteção social e pela estigmatização territorial. Concluo que o Estado desempenha um papel central na produção e na distribuição, tanto social quanto espacial, da marginalidade urbana: o destino do precariado pós-industrial revela-se economicamente subdeterminado e politicamente sobredeterminado (...) (idem: 144 e 145).*

Deste modo, investigar a trajetória de vidas precarizadas é poder enfatizar que há um projeto em curso e que este forma e deforma o espaço social e as disposições e recursos, afetando diretamente a transição dos atores sociais pelos campos e pelo capital (simbólico, social, cultural e econômico). Esse processo, muitas vezes, não acarreta um sentimento de «pertença» a uma identidade, a uma classe, pois, sabemos (e já vimos) que a pertença a uma classe não produz, necessariamente, uma consciência de classe (Lahire, 2004:317). Conforme expressamos na imagem a seguir.

---

<sup>70</sup> Tradução livre: “A importância da precariedade como parte das condições de vida de milhões de pessoas no mundo hoje não depende se essas pessoas podem ser consideradas pertencentes a uma determinada classe. O que importa é a realidade da condição em que estão e o que pode ser feito sobre isso.”

Figura 4 - Trajetórias de vida no espaço social



Fonte: Elaboração própria.

Nosso foco, com o aporte teórico-reflexivo, apresentado não é descobrir a verdade sobre a pertença ou não de determinado grupo de pessoas que trabalham e têm trajetórias de vidas e laborais precarizadas. Nosso intuito é compreender como se forjam essas trajetórias de vida e como o sistema se engendra numa lógica de precariedade e fragilidade de relações. Isto porque os próprios atores sociais não buscam constantemente, e incessantemente, por uma pertença no seu estar social (Lahire, 2004). Como veremos mais adiante, a busca, algumas vezes, é por vivências e sobrevivências.

### **1.1.O ARREIMATE**

Pensar a construção da massa trabalhadora é desafiador, ainda mais na realização de paralelos de sociedade assíncronas e anacrônicas diante do sistema econômico atual, que tiveram uma relação de colonialidade e pertencem a espaços geográficos diferentes. A compreensão do fenômeno de construção de classes difere nos dois países, justamente porque tiveram processos histórico-sociais distintos.

A classe trabalhadora do Norte Global, especificamente em Portugal, é construída a partir do trabalho escravo e do «processo de extração e exploração de recursos (naturais e humanos) do Sul Global». Já a construção da classe trabalhadora do Brasil se dá historicamente pelo grande contingente, «entre os séculos XVI e XIX», de trabalhadores escravizados «oriundos de diversos locais da África e, entre a metade do século XIX e a década de 1920 ondas migratórias da Europa; cultivando uma perspectiva transnacional ou global do trabalho» (Mattos, 2019: 131).

Portanto, é expectável que as disposições das trajetórias de vida dos atores sociais entrevistados sejam muito diversas, em relação a essa diferença no processo histórico-social do espaço social do Brasil e de Portugal. Desde 1990, de forma mais profunda, as mutações no mundo do trabalho culminam numa maior flexibilização e precarização da classe trabalhadora. Contudo,

No Brasil, as alterações no Sistema Nacional de relações de trabalho vem em curso desde a década de 1990 (Lei 8.949/94, MP 794/94, Lei 9.300/96, Lei 9.601/98), culminando em «cerca de 200 alterações realizadas» na CLT. Essas alterações são

realizadas sem uma ampla discussão social, impedindo que a população tenha conhecimento e refita sobre tais decisões (Machado; Tortelli, 2018).

Em 2018, foi implementada a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467 de 2017), a segunda onda de reestruturação e flexibilização mais aguda do trabalho no Brasil, a qual foi iniciada no governo de direta de FHC e, novamente, radicalizada e efetivamente implementada no governo de Michel Temer. Nesse pacote, havia a tentativa de alteração da Lei das Terceirizações (Lei 13.429 de 2017), da Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016), que congelaria os gastos públicos por 20 anos, e da Reforma da Previdência. A agenda do governo atual não cessa no dismantelamento de políticas públicas quaisquer que sejam. O Brasil vive uma das piores fases em relação ao incentivo à ciência, à educação, à saúde, retornando ao mapa da fome em 2022. O governo que não governa traz efeitos aterradores para o futuro do país.

Por enquanto, as manifestações populares e de unidade são espaçadas e desarticuladas. Além da pandemia, que ainda se mantém principalmente devido ao não incentivo à vacinação da população brasileira, que desarticula e traz o medo de encontros presenciais, as pessoas estão preocupadas com a sua sobrevivência. Há pouco espaço, tempo e dinheiro para uma articulação política e popular.

Em Portugal, «quer a industrialização quer a construção das proteções do trabalho assalariado sempre foram processos lentos e inacabados». E, com o processo de construção «da “sociedade salarial” e do Estado-Previdência, sempre permaneceram bolsas significativas de trabalho informal, de trabalho clandestino (nomeadamente de migrantes) e de trabalho doméstico, que ficaram à margem do contrato de trabalho e das suas proteções» (Soeiro, 2015:30). Com a Revolução dos Cravos, a luta de classes «convergiu no sentido da constituição de uma frente ampla reunindo o PS, a Igreja, setores do MFA e alguns grupos conservadores, a fim de enfrentar o projeto de Estado socialista em construção». E isso dá espaço para «o golpe militar de 25 de novembro de 1975 que inaugurou um regime democrático e liberal coroando a vitória das forças conservadoras sobre os setores socialistas insurgentes». Os «direitos econômicos e sociais» permaneceram, contudo, a «vitória do regime democrático e liberal significou tanto a derrota da Revolução como o início de uma curta hegemonia do Estado social,

que se estendeu até as privatizações de 1989, cedendo seu lugar ao ciclo das reformas neoliberais que preparam a integração de Portugal à União Européia» (Braga, 2017).

Atualmente, em Portugal discute-se a Agenda do Trabalho Digno<sup>71</sup>, apresentado como uma alternativa ao combate à precariedade, promoção ao emprego jovem e alterações nas leis laborais. Lançou-se uma primeira versão para apresentação a parceiros sociais e para consulta pública em 2021; conquanto, devido às eleições do início de 2022, com vitória da maioria parlamentar para o PS, o documento é modificado e apresentado com alterações que em nada combatem de fato a precariedade laboral. Apesar do processo de conclusão do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho<sup>72</sup> em 2021, um documento técnico com recomendações para as políticas públicas por meio de consulta pública de civis e organizações sociais, que possui matérias coincidentes com a «Agenda», foi totalmente esquecido e nem sequer publicada uma versão final.

Ambos países recorrem ao FMI em épocas distintas, mas com os mesmos objetivos, ambos os países passam por períodos recessivos e de expansão da política neoliberal de flexibilização de direitos sociais. As condições para o precariado emergir, ainda que abstratamente, foram ganhando força. A globalização permite que essa pertença seja sentida globalmente, ainda que desorganizada.

Os jovens são os que mais sofrem com a perda de direitos sociais e a flexibilização das relações laborais. O momento histórico do capitalismo avançado influencia em uma constante fluidez na passagem da adolescência para a “vida adulta”, gerando uma permanentemente sensação de estar de passagem, ou seja, ser «simultaneamente várias coisas, em vários espaços, e transitar com grande fluidez de uma situação para outra» (Lopes, 1996). Essa situação impõe a flexibilidade do sistema econômico e as suas culminantes desigualdades, na vida da juventude. Quem está no início de sua profissionalização acaba sofrendo mais, pois existe uma ideia de que as parcelas jovens

---

<sup>71</sup> Mais informações em: <https://www.precarios.net/agenda-do-trabalho-digno-proposta-do-governo-nao-altera-desequilibrio-das-relacoes-laborais-apesar-alguns-avancos/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

<sup>72</sup> Mais informações em: <https://www.precarios.net/livro-verde-futuro-do-trabalho-associacao-combate-precariade-precarios-inflexiveis-entregou-contributo-na-consulta-publica/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

da população devem aceitar qualquer emprego, com quaisquer acordos, devido a sua inexperiência profissional (Carvalho, 2016).

Apreender «as implicações, para os paradigmas da sociologia do trabalho, das transformações recentes da produção globalizada — em termos de organização do trabalho e de condições de trabalho — e a evolução das formas flexíveis de emprego (aumento dos empregos ditos “atípicos”, do trabalho em tempo parcial, do trabalho informal, etc.)» (Hirata, 2009 (2007): 30) poderá colaborar para a disputa e luta coletiva dos indivíduos na transformação do espaço social menos precarizado.

## 2. O PERCURSO METODOLÓGICO

A base metodológica que estrutura este estudo é a tipologia através dos retratos sociológicos (Lahire, 2016) de jovens adultos em condições laborais de precariedade no Brasil e em Portugal. Pretendeu-se possibilitar a percepção da construção simbólica e social desses jovens adultos, de duas realidades sociais que se diferem. No capítulo em que expomos o objetivo desta pesquisa, identificamos algumas questões de referência para a prática constante do questionamento sociológico (Lahire, 2004) ao longo do processo de pesquisa empírico e teórico, e estas acompanharam-nos em todo o processo teórico-metodológico.

Tal como Lahire (2004) descreve o processo de encontro de atores sociais para a construção dos seus retratos sociológicos, deu-se o meu encontro com as pessoas que, comigo, colaboraram na construção desta pesquisa. Como critérios concretos de seleção, tanto para os atores sociais do Brasil quanto de Portugal, identifiquei o percurso frágil, ou seja, precário das condições laborais. Em alguns casos, são percursos prolongados, em outros, iniciais, assim como há a diversidade de tais vínculos frágeis. Há algumas diferenças históricas e de terminologia dos termos que caracterizam os vínculos frágeis entre o Brasil e Portugal, por isso o quadro abaixo apresenta duas lacunas, que mostra a equivalência dos termos para facilitar a compreensão.

**Tabela 4 - Vínculos laborais precarizados**

| <b>Vínculos — Brasil</b>         | <b>Vínculos — Portugal</b>                        |
|----------------------------------|---------------------------------------------------|
| Falsa Pessoa Jurídica (PJ) — MEI | Falso Recibo Verde — Ato único                    |
| Bolsista                         | Bolseira                                          |
| Informal                         | Informal                                          |
| Plataformas                      | Estafeta                                          |
| Estagiária                       | Estagiária                                        |
| Terceirizada                     | Terceirizada — Projetos —<br>contrato termo certo |

Fonte: Elaboração própria.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a precariedade define-se pelo caráter frágil de reações laborais. Compreendemos que os vínculos expostos nesta pesquisa dão conta de diferentes graus de precariedade, uma vez que na sua fragilidade há mais ou menos fragilidades, pelo menos pela diferenciação do tempo que determina os diversos vínculos. Tentamos abranger o maior número de vínculos laborais específicos, apesar de muitos segmentos de pessoas trabalhadoras não estarem aqui representados. Isto, pois nosso objetivo era uma pequena amostragem microsocial, também devido ao caráter da pesquisa a ser realizada e o seu tempo de execução. Abordaremos mais profundamente os vínculos aqui representados na apresentação dos retratos sociológicos.

## **2.1.ATOES SOCIAIS**

O critério para a seleção das pessoas entrevistadas deu-se principalmente por um percurso laboral precarizado, seja curto ou longo e de alta ou baixa intensidade; a idade entre 18 e 40 anos (à época do contato para entrevista) e, estar a viver algum dos vínculos laborais explicitados no quadro acima. Outro critério se deu pelo local de residência, precisávamos de uma amostragem de dois países. Em Portugal, a amostragem foi nacional, com pessoas residentes em diversos locais do país, algumas que se caracterizam por regiões metropolitanas dos dois grandes centros urbanos, Lisboa e Porto. Já no Brasil, pela proximidade de contingente populacional entre Porto Alegre e sua região metropolitana com Portugal e pelos laços próximos da pesquisadora com o território, foram escolhidas pessoas que residissem nesta região do país.

Para a construção e validação do guião de entrevistas e aproximação com as técnicas de entrevista em profundidade, foi realizada uma entrevista piloto, a qual não será utilizada neste estudo. Apesar da importância que esta teve para verificação do comportamento investigativo da pesquisadora, para a validação da metodologia e para a aproximação com as ferramentas metodológicas, por conta de um número reduzido

de encontros (3), avaliamo-la apenas como um teste de cariz exploratório a considerar apenas como uma ferramenta de apropriação metodológica.

A construção dos retratos sociológicos deu-se por quatro entrevistas de profundidade realizadas individualmente e em formato misto (*online* e presencial). Devido à pandemia, as entrevistas com os atores sociais residentes no Brasil ocorreram na modalidade *online*, porém com a mesma estrutura das entrevistas presenciais em Portugal. Corremos o risco das inúmeras dificuldades de interação que esse modelo poderia acarretar, contudo, na nossa avaliação, cumprimos com o objetivo das entrevistas. É importante destacar que, para as entrevistas do Brasil, contamos com o auxílio da pesquisadora e mestranda Victória Mello Fernandes, que, residindo no país, se disponibilizou a estar mais próxima dos atores sociais. As entrevistas com os atores sociais residentes em Portugal deram-se de maneira mista devido: à distância física, sendo a modalidade *online* uma opção de praticidade para a pessoa entrevistada, à impossibilidade de o ator social conseguir reunir-se presencialmente por suspeita de covid ou questões laborais, ou ainda por livre escolha do próprio ator social.

O grande desafio de uma metodologia que se faz através de entrevistas de profundidade é compreender que, mais que o objeto de estudo, os atores sociais são “gente”. São pessoas com suas contradições, histórias felizes e tristes, são seres em movimento e contraditórios. As entrevistas extraem as reflexões do passado, do futuro e do presente (dispositivos) sobre a trajetória pessoal do ator social naquele momento. Este extrato será a conjunção da interpretação da pesquisadora e da seleção de narrativas sobre a trajetória de vida de cada ator social. Já não é mais realidade, é objeto de estudo. Os retratos sociológicos surgem da relação dialógica e dialética entre a pesquisadora (com o seu objetivo, metodologia e intenções de pesquisa) e essas pessoas cujo discurso e representações se tornam uma construção que interpreta a realidade e que já não são mais a realidade.

*No campo eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador, daí resultando num produto compreensivo que não é a realidade concreta e sim uma descoberta construída com todas as disposições em mãos do investigador: suas hipóteses e pressupostos teóricos, seu quadro conceitual e*

*metodológico, suas interações, suas entrevistas e observações, suas inter-relações com os colegas de trabalho (Minayo, 2016: 57).*

Há também que considerar que estudos à escala individual contribuem para desmistificar o indivíduo abstrato. De acordo com Lahire (2016:73), «[...] contribuye a borrar un poco más la imagen de individuos abstractos 'sin ataduras ni raíces', con libre albedrío, y permite la aparición de una imagen mucho más adecuada de individuos insertos en redes de condicionamientos tanto interiores {interiorizados en forma de disposiciones o hábitos) como exteriores {contextuales}»<sup>73</sup>.

Foram realizados quatro encontros com cada um dos 12 atores sociais, cada encontro correspondeu a um módulo do guião de entrevista. No total, temos cerca de 1000 horas de gravações. A construção deste guião baseia-se nos objetivos e questionamentos colocados ao longo da produção da pesquisa e já aqui expostos, conforme vemos abaixo:

**Tabela 5 - Guião de entrevista**

| <b>GUIÃO DE ENTREVISTA</b>                               |                                                                                                                                                                      |
|----------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>Bloco A</u></b><br>Autobiografia                   | <b>A1.</b> Dados pessoais, procedimentos das entrevistas e objetivo da pesquisa<br><b>A2.</b> Fala livre sobre trajetória profissional                               |
| <b><u>Bloco T</u></b><br>Trajetória social e educacional | <b>T1.</b> Origens sociais<br><b>T2.</b> Cursos, níveis de ensino<br><b>T3.</b> Família e residência<br><b>T4.</b> Sociabilidades                                    |
| <b><u>Bloco L</u></b><br>Relações laborais e profissão   | <b>L1.</b> Relações Laborais<br><b>L2.</b> Quais empregos passou?<br><b>L3.</b> O que pensa pro futuro?<br><b>L4.</b> Mais vale ser precarizada do que desempregada? |

<sup>73</sup>Tradução livre: "(...) contribui para apagar um pouco mais a imagem dos indivíduos abstratos "sem laços ou raízes", com livre arbítrio, e permite o aparecimento de uma imagem muito mais adequada de indivíduos inseridos em redes de condicionamento tanto interno (internalizado sob a forma de disposições ou hábitos) como exterior (contextual) e exterior (contextual)".

|                                                                                                                    |                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p style="text-align: center;"><b>Bloco P</b></p> <p style="text-align: center;">Precariedade laboral e social</p> | <p><b>P1.</b> Quando se viu como trabalhadora precarizada?</p> <p><b>P2.</b> Se organiza com pares? Atuações na luta de classe?</p> <p><b>P3.</b> Sente-se pertencente a uma classe trabalhadora?</p> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que este guião foi utilizado como direcionamento e não como um sistema fechado de guia para as entrevistas, como um trilho de um caminho na floresta, que, por vezes, tem bifurcações ou paradas para respirar. Assim se deu cada uma das entrevistas, a base do caminho é o trilho, ou seja, o guião, e as bifurcações e paradas de respiro deram-se pela interação da pesquisadora e dos atores sociais para além do trilho. Lopes (2012: 82 e 83), afirma que

*O retrato sociológico consiste, antes de mais, numa entrevista biográfica de cariz semidirectivo. A sua grande especificidade reside no guião, onde se procura, como objectivo primordial, perceber a forma como as disposições individuais se formam e encarnam nos diferentes papéis sociais do actor, nos múltiplos “mundos da vida” (para utilizar uma expressão tão cara à fenomenologia) onde habita, no mosaico das situações e quadros de interacção em que se move e compreender, ainda, que dessa plural circulação resultam stocks disposicionais variados.*

Na tentativa de compreender os “múltiplos mundos” e como se dão as disposições individuais dos atores sociais, o “Bloco A” caracterizou-se pelo que alguns autores chamam “aquecimento” (Szymanski, 2002) para as entrevistas, ou seja, uma primeira fase de integração e diálogo entre pesquisadora(s) e atores sociais. Foi um primeiro momento de (re)apresentações da(s) pesquisadora(s) e da pesquisa, do objetivo (e da importância da participação desse ator social) e, também, de fala livre dos/as entrevistados/as acerca da sua autobiografia da trajetória social e profissional. Foi um momento de autônoma elaboração a respeito de experiências que os próprios atores sociais julgaram, durante a entrevista, como mais importantes e significativos e que, posteriormente, poderiam ser trazidos para maior reflexão nos blocos posteriores.

Verificou-se, por meio da entrevista experimental, que a estratégia de fazer uma primeira conversa inicial menos diretiva, em que o ator social fala da sua experiência de vida e trajetória profissional livremente, aguça uma forma consistente de desenvolver a entrevista em profundidade. A partir da quebra desse “gelo” inicial, onde a pesquisadora apropria-se, pela narrativa dos/as entrevistados/as, de uma síntese biográfica onde constam os momentos escolhidos para compartilhar, a nossa relação altera-se e aprofunda-se. É nítida a diferença da narrativa quando os atores já supõem que a pesquisadora tem uma noção da sua trajetória e quando são conduzidos questionamentos a partir desse resumo prévio, mostra a confiança de que há atenção e interesse no que o/a entrevistado/a diz. Os atores sociais também tinham liberdade de levantar questões para a pesquisadora. Ao encontro do que Lahire (2004: 32 — grifos do autor) ressalva

*(...) passamos a dispor então de **uma série de informações que podiam ser comparadas sobre o mesmo indivíduo**. Só um dispositivo metodológico desse tipo permitiria julgar em que medida algumas disposições sociais são ou não transferíveis de uma situação para outra e avaliar o grau de heterogeneidade do patrimônio de disposições incorporadas pelos atores durante suas socializações anteriores.*

A importância de ser a mesma pesquisadora em todas as entrevistas confere certa continuidade e estabelece uma relação de confiança com as pessoas entrevistadas. Caso se alterasse o pesquisador, seria mais fácil perceber as disposições heterogêneas, tendo só um pesquisador nas doze entrevistas «(...) corremos o risco de forçar o pesquisado à “coerência”, referindo-nos, de forma implícita ou explícita, às entrevistas precedentes» (Lahire, 2004:32). Isto é um fato que teremos que lidar no momento da caracterização e tipologia dos retratos sociológicos.

Os demais Blocos “T”, “L” e “P” abordam questões que atravessam os objetivos e questionamentos desta pesquisa, no sentido de serem ferramentas que promovem o pensar de uma trajetória multifacetada e atravessada pela precariedade. Conforme Lopes (2012:84), deve-se

*(...) para além da preocupação diacrónica (o percurso), o entrevistado é levado a pensar na sua trajectória de forma multifacetada, através do trânsito pelos vários agentes de socialização e domínios de*

*existência: família, escola, trabalho, residência, redes de sociabilidade, etc. Desta forma, o actor expressará (em primeiro grau), continuidades e rupturas, transferências e especificidades entre as diferentes esferas, matéria que o investigador analisará (em segundo grau) para estabelecer as condições de transporte (ou fixação) das disposições, bem como mecanismos contextuais de activação e/ou inibição.*

Por conseguinte, acerca da metodologia de pesquisa do tipo biográficas, ou seja, as trajetórias (auto)biográficas dos atores sociais, é importante ressaltar a relação de desigualdade de hierarquia que se estabelece, consciente e inconscientemente, entre pesquisadora e atores sociais. Szymanski (2002:13) ressalta que esta questão

*(...) da desigualdade hierárquica na entrevista. “Trata-se de respeito e não aderência, como lembra Freire (1992, p. 86), pelos «saberes da experiência», resultado de uma compreensão de mundo.” “Não podemos deixar de considerar o entrevistado como tendo um conhecimento do seu próprio mundo, do mundo do entrevistador e das relações entre eles. Ao mesmo tempo em que há a representatividade da fala (Minayo, 1996), há os ocultamentos e distorções inevitáveis.*

Ressaltamos, portanto, que isso deve ser considerado no momento da análise e construção dos retratos sociológicos, para uma elaboração mais apurada e reflexiva.

A entrevista narrativa biográfica é uma metodologia interessante, pois, enquanto aspira perceber e analisar como os atores sociais vivem os seus mundos, repete, inevitavelmente, constata os movimentos reflexivos que este realiza ao contar a sua história.

*O movimento reflexivo que a narração exige acaba por colocar o entrevistado diante de um pensamento organizado de uma inédita até para ele mesmo. Foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou esta proposta de entrevista, a qual chamamos de reflexiva, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto a busca de horizontalidade (Szymanski, 2002:14).*

As entrevistas foram muito bem recebidas pelos atores sociais, e a grande variedade de contextos sociais e de percursos (Brasil e Portugal), a nosso ver, contribuirá para uma diversidade de aspetos e uma análise rica em retratos sociais muito diversos. Expomos, então, os dispositivos que nortearam todo o processo.

## **2.2.A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO**

A construção do dispositivo deu-se, portanto, desta forma:

- 1) Dispositivo prévio: a entrevista experimental.
- 2) Dispositivo: jovens adultos com vínculos laborais precarizados
  - A) Organização do guião de entrevista semidirectiva e em profundidade de cariz biográfico consoante aos objetivos da pesquisa.
  - B) Realização dos 4 encontros de entrevistas com algum afastamento temporal, podendo ser períodos de 1 semana ou de dias, visando permitir reflexividade da entrevistadora e das pessoas entrevistadas.
  - C) Transcrição das entrevistas e análise de conteúdo das transcrições, por grandes temas.
  - D) Edição e transformação das entrevistas em um texto biográfico.
  - E) Construção do retrato, não sendo este uma mera descrição, mas, sim, um trabalho interpretativo.

Consideramos que a metodologia utilizada é diversa e condizente com os objetivos concretos desta pesquisa. A recolha dos dados biográficos e da trajetória profissional e social dos atores sociais entrevistados permite reconstituir «processos de interiorização» (Lopes, 2012) e reflexividade (Caetano, 2012, 2016; Nico e Caetano, 2017) de disposições acerca de classe, meio social e precariedade laboral. Assim, o dispositivo histórias de vida

*(...) integra, portanto, a criação de ligações consigo mesmo e com os outros participantes. Esses laços visam favorecer o trabalho de reconstrução oral, depois escrita, da história de sua formação; um trabalho de análise e de interpretação da escuta e do diálogo; uma pesquisa de compreensão; uma confrontação das sensibilidades e das idéias; e finalmente das comparações entre relatos, épocas, gêneros, percursos culturais, origens sociais (Josso, 2006:375).*

O trabalho biográfico permite também, aos atores sociais, “a consciência e presença de si” que — conforme Josso (2006) — pode possibilitar ferramentas, finalizadas as entrevistas, para enxergar outros caminhos, possibilidades e reflexões. E de fato isso é expresso pelos/as próprios/as entrevistados/as durante todo o percurso das entrevistas; inclusive mostrando interesse no produto final desta pesquisa.

*É o trabalho biográfico propriamente dito que estabelece uma consciência e uma presença a si muito desenvolvidas que permitirão, talvez, continuar a viagem (após o processo) um pouco melhor equipado para ‘ver’ a tempo os cruzamentos do caminho, as oportunidades, os desafios imperdíveis.(idem:379).*

Assumimos que as tipologias aqui realizadas não são representativas de todas as situações de vínculo laboral precário no Brasil e em Portugal. Contudo, pensamos que a intensividade da análise, a articulação entre dimensões e o pormenor sobre o percurso dos entrevistados permite vislumbrar traços relevantes dos processos de precarização laboral e social e poderão colaborar na compreensão do impacto desse fenômeno na trajetória de vida de atores sociais. Por isso, a interpretação e a produção dos retratos são essenciais neste estudo.

## **2.3.FONTES SECUNDÁRIAS**

As fontes secundárias utilizadas para compreender de forma geral a caracterização destas mutações no mundo do trabalho, que influenciam diretamente no percurso das pessoas entrevistadas, são de dados quantitativos utilizados quase que exclusivamente da OCDE, conforme já explicitado na parte final do capítulo do Mundo do Trabalho. As outras bases de dados utilizadas foram do Banco Mundial, sendo este a principal base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do Brasil, e o PORDATA, de Portugal.

Utilizamos os índices: força de trabalho (pelo número de pessoas ativas e pela idade), Gini, emprego e desemprego por nível de escolaridade (secundário, intermediário e nível superior) e trabalho autônomo. Conforme já referimos, estes

índices são uma pequena amostra em dados quantitativos do impacto dessas mutações no mundo do trabalho e, também, foram os índices disponíveis e escolhidos para tal.

Em relação a fontes secundárias, estas dão-se pela inserção da pesquisadora em espaços formativos e de luta coletiva ativa, que não necessariamente trazem à primeira vista uma relação direta com a temática pesquisada, contudo, que a atravessa em alguns momentos. As discussões e reflexões de documentos legislativos e normativos acerca das relações laborais em Portugal foram realizadas no âmbito da participação da Associação Precários Inflexíveis<sup>74</sup>, por meio das reuniões e estudos de documentos. Alguns exemplos são a análise das duas propostas da Agenda do Trabalho Digno (2021 e 2022) e o auxílio na construção e proposta da Campanha “Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos”<sup>75</sup> que nasce da luta por um sistema nacional de cuidados de autoria de várias organizações e coletivos de movimentos sociais.

No espaço formativo, integro de forma voluntária dois grupos de pesquisa sediados na UFRGS vinculados ao CNPq. O grupo de pesquisa Trabalho e Capital: A Centralidade dos Direitos Sociais, coordenado pelas professoras Dra. Sonilde Lazzarin e Dra. Valdete Severo, com apoio da Prof. Dra. Helena Lazzarin, trouxe a aproximação teórica e de legislação laboral no Brasil. E, o grupo de pesquisa Trabalho, Conhecimento e Educação, coordenado pela Prof. Dra. Maria Clara Bueno Fischer, com o qual mantenho o vínculo desde o mestrado, em que abordamos temas como outras formas de organização laboral, sendo estas associativas e contra-hegemônicas, além do trabalho como princípio educativo e a ergologia. O subsídio de documentos de matérias jornalísticas também foi utilizado como recurso de “atualidade” das temáticas expostas e inseridos em notas de rodapé.

## **2.4.DA INTERPRETAÇÃO**

---

<sup>74</sup> Documentos elaborados em conjunto disponíveis em: <https://www.precarios.net/>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

<sup>75</sup> Acesso ao site e materiais da Campanha, disponível em: <https://www.direitoaocuidado.org/materiais>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

Para a interpretação das entrevistas, é importante que não consideremos somente o que aparece nas entrevistas, apenas o que é escolhido para relato e interpretação do ator social, estes elementos são significativos aos olhos do próprio. Muitas vezes, a repetição de perguntas em outros contextos ou para conferir com a resposta anterior foi realizada para apuração de dispositivos.

*Sem negar ou negligenciar a problemática mais ou menos clara que o entrevistado lhe impõe [...] o sociólogo não faz completamente o seu trabalho a não ser quando analisa também os inúmeros aspectos da vida passada ou presente do entrevistado **que não entram no campo da consciência e de interesse espontâneo** deste.” O entrevistado com seu relato oferece ser estabelecido uma coerência disposicional ao trazer seu passado à tona (recente ou distante), ou seja, nos fornece fórmulas disposicionais sobre as quais podemos nos apoiar para interpretar o material empírico (Lahire, 2004:315 — grifos do autor).*

Portanto, a todo o tempo, foi importante ter em conta o não dito para averiguar de fato as disposições postas pelos atores sociais.

Ao mesmo tempo, é difícil, impossível, conforme Lahire (*idem*)

*(...) afirmar que o que o entrevistado declara com a ajuda de múltiplos exemplos não passa de pura ilusão infundada empiricamente: os entrevistados ‘se conhecem’ (mais ou menos), ou aprenderam a se conhecer através de suas experiências sociais, das reações e dos julgamentos das pessoas com quem interagem, e conseguem dizer o que são (em parte).*

O erro está em só considerar os dispositivos trazidos pelos entrevistados, negligenciando a etapa de interpretação e inferência de dispositivos pelo sociólogo.

O autor chama a atenção para que o pesquisador não fique aficionado em buscar pela sua identidade, já que os atores sociais não a nomeiam constantemente nas suas práticas sociais. Conforme Lahire (2004: 317)

*(...) os atores não passam seu tempo se preocupando com sua «definição» ou com sua «identidade». E é pelo fato de que uma parte importante do que os constitui é disposicional e, por conseguinte, infra ou semiconsciente que ele podem agir sem ter de se questionar permanentemente.” Perceber que o que constitui determinados*

*grupos de indivíduos não é necessariamente seu questionamento constante, e sim, dispositivos que os constituem e que fazem que hajam de uma determinada forma.*

O objetivo de pesquisa, em conjunção com uma base teórica e metodológica bem fundamentada, possibilita, na construção dos retratos sociológicos, a objetivação da subjetividade. Esta se fundamenta na «[...] busca por um excedente de visão sobre a narrativa autobiográfica do entrevistado” a visar e conduzir “resultados de pesquisas consistentes e coerentes» (Junior e Massi, 2015:572).

Assim, as entrevistas biográficas em profundidade com o intuito de realizar retratos sociológicos, ao nosso ver, significam muito mais que extrair desses atores sociais e dos seus relatos que, engendrados à interpretação, evidenciam dispositivos sociais que explicam os caminhos destes no meio social que se inserem. Para refletirmos e visualizarmos nosso ponto de vista, utilizaremos a analogia às oficinas do teatro do oprimido. Do mesmo modo que o facilitador de qualquer oficina de teatro do oprimido oferece temáticas, normalmente de opressão/conflito na sociedade, para os exercícios teatrais; a pesquisadora, com a metodologia dos retratos sociológicos, oferece questões específicas e que, por vezes, podem trazer lembranças conflituosas, ou ainda, suscitar a implicação e reflexividade das pessoas entrevistadas. Porquanto, a “*performance*” do ator social e dos “oficinantes” se dará conforme as suas reflexões e elaborações prévias (ou não) sobre a temática proposta, conforme a sua leitura, suas disposições. Ao falar de forma biográfica, ou “performática”, para montar uma “cena”, os atores sociais ressignificam (em contato com a pesquisadora, as demais com colegas de cena e facilitadores) as reflexões acerca das suas respostas ou das provocações da pesquisadora; ou do coringa no teatro do oprimido. Quem constrói e quem assiste é possibilitado a compreender melhor e criar a sua própria interpretação acerca das temáticas abordadas naquele momento. Assim como nas entrevistas biográficas, é-lhe dada a possibilidade de se “autoobjetivar” enquanto ator social, bem como descortinar as suas disposições... (escolhas) para compreender melhor o sistema; o(s) mundo(s). Ou seja, observar o macro no micro, como nos propõe Lahire (2004).

## 1. RETRATOS SOCIOLÓGICOS

O processo de elaboração dos retratos sociológicos deu-se pela simbiose entre o percurso narrado e o percurso compreendido pela pesquisadora (as múltiplas expressões sociais) em conjunto com a abstração reflexiva (conceitualização e teoria). Os nomes foram escolhidos pelas próprias pessoas que foram entrevistadas, e marcam a sua subjetividade e participação (in)direta nesta pesquisa, que, sem os seus consentimentos, jamais teria sido realizável. Conforme as reflexões que realizamos em conjunto no processo dos 4 encontros, percebemos que houve uma transformação reflexiva, dialógica e dialética para a pesquisadora e para as pessoas entrevistadas, as quais tentaremos explicitar na construção dos retratos.

O capítulo do mundo do trabalho dá-nos uma direção da base de construção dos ideais-tipo organizados neste estudo, com o apoio, principalmente, de Antunes (2018), Braga (2012, 2014, 2017), Carmo *et al.* (2019, 2021) e Soeiro (2015), que nos dão subsídios acerca do precariado no Brasil e em Portugal. Estes ideais-tipos tem uma mesma variante, a da fragilidade de vínculos, podendo estes serem de maior ou menor intensidade. Portanto, criamos 6 ideais-tipo equivalentes entre o Brasil e Portugal, que compõem o fenómeno estudado.

São eles:

### **i. Vínculos Falsos Microempreendedores individuais e Falsos Recibos Verdes/Ato único:**

Estes vínculos laborais caracterizam-se pela prestação de serviços, ou o trabalho por conta própria, seja esta de tempo estendido ou não. Tais vínculos tornam-se “falsos” quando a prestação de serviços se dá irregularmente. Ou seja, é realizada de forma idêntica a outras pessoas que trabalham no mesmo espaço e que possuem um vínculo mais estável. Muitas vezes é dado um contrato mensal de modo a renovar este vínculo, garantindo a emissão da nota fiscal ou do recibo verde para o pagamento do mês trabalhado. Outras vezes é acordado um ato único firmado em contrato, em que a pessoa que trabalha recebe só após o período acordado, gerando um ato único de pagamento, ou seja, recebe pelo período por meio da emissão de nota fiscal ou recibo verde com o valor total a receber. Este recurso, por vezes, é utilizado como ferramenta, pelas pessoas que trabalham com este tipo de vínculo, para pagar um valor menor de

impostos, principalmente em Portugal, quando a contribuição à segurança social deixa de ser isenta, pois, por ato único, é de menor valor do que se dividida em meses.

#### **ii. Vínculos Bolsista e Bolseira:**

Caracteriza-se mediante bolsa de estudos a partir de projetos de pesquisa financiados pelo(s) organismo(s) de fomento à educação de cada país, seja esta de investigação científica ou de financiamento a um nível de educação (mestrado, doutorado, pós-doutorado). Apesar de a contribuição à segurança social ser assegurada por este tipo de vínculo, normalmente não é aderida pelas pessoas bolsistas e bolseiras, e também o processo para tal não é largamente disseminado e informado. Exceto essa possibilidade, ao final do período de bolsa de estudos, as pessoas recém-formadas ou ainda, investigadoras em caso de projetos de fomento a pesquisa, ficam sem a possibilidade de usufruir de apoios ao desemprego, por exemplo. O período de bolsa é determinado, com algumas exceções, quanto a extensão do período, faz parte do que Soeiro (2015) chama de precariedade assistida pelo Estado.

#### **iii. Informal:**

A realização de uma tarefa, um serviço específico por períodos curtos ou longos e sem nenhum contrato formal, para além do verbal, caracteriza este vínculo laboral. Essa atividade pode ser realizada de forma autônoma sem a prestação de um recibo verde ou nota fiscal, sendo um dos exemplos, vendedores ambulantes de diversos produtos.

#### **iv. Plataformização do trabalho:**

A mediação de uma plataforma digital para a realização de uma prestação de serviços é uma das transformações mais disseminadas atualmente no mundo do trabalho. Neste tipo de vínculo, a relação empregado e empregador, na sua essência, seria inexistente, uma vez que as plataformas colocam-se como mediadoras entre os prestadores de serviço, denominados por elas de autônomos, e as empresas que precisam da prestação do serviço. Já vimos no capítulo do mundo do trabalho os problemas desse tipo de vínculo, assim como algumas alternativas de garantia de direitos e avaliação destas plataformas pela ideia da Agenda do Trabalho Digno.

#### **v. Vínculos de Estágio:**

Os estágios são momentos complementares à formação de jovens estudantes que estão num ciclo de estudos ou o terminaram a pouco tempo. Normalmente as empresas, organizações, que recebem jovens como estagiários ganham um “incentivo” do Estado para o pagamento do salário da pessoa em formação. Em Portugal, costuma

ser muito comum a existência de estágios não remunerados com o mote de “experiência para o currículo”, mas fugindo à agenda do Trabalho Digno.

**vi. Vínculos de Terceirização (*outsourcing*):**

A terceirização foi muito disseminada a partir dos anos 90 no Brasil, principalmente no setor público, por meio da terceirização das pessoas que não faziam parte do quadro de funcionários da função pública. É uma forma mais “barata” de obter o serviço por meio de empresas terceiras, sem realizar concurso público para as funções ou equipamentos governamentais específicos. Em áreas do serviço público são muito comuns quadros de funcionários terceirizados para determinadas tarefas (como a limpeza, auxiliar educacional, por exemplo) ou ainda, na área social, em equipamentos de garantia de direitos sociais. É uma transferência, tanto dos equipamentos públicos, quanto a execução de políticas públicas (que estariam sob responsabilidade do Governo e do Estado) para empresas, organizações (ONG’s — Organizações sem fins lucrativos), IPSS’s (Instituições Particulares e de Solidariedade Social) e/ou associações. Além disso, têm se verificado (principalmente por relatos no âmbito da Associação Precários Inflexíveis) a terceirização de serviços entre as próprias empresas, principalmente no setor dos *call centers*, onde uma pessoa é contratada por uma empresa e presta serviço para outra, alineando ainda mais o vínculo laboral.

### **1.1.CARACTERIZANDO OS PERFIS-TIPO**

Foram selecionadas 6 pessoas do Brasil e de Portugal, cada uma delas representando um ideal-tipo apresentado. Tomás é o único ator social com nacionalidade brasileira, mas que vive em Portugal, as demais pessoas entrevistadas têm a nacionalidade do seu país de origem. O quadro abaixo mostra os atores sociais entrevistados conforme o seu vínculo laboral. O percurso laboral fragilizado, precarizado, de maior ou menor intensidade foi o principal mote e critério para a realização das entrevistas que deram conteúdo para os retratos sociológicos. Criamos uma certa equivalência entre os vínculos, com o intuito de parametrizar o retrato nos dois países que compõe o empírico desta pesquisa.

**Tabela 6 - Vínculos laborais dos atores sociais entrevistados**

| Vínculo — Brasil                            | Vínculo — Portugal                                                  |
|---------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------|
| <u>Leandro</u><br>Falso MEI                 | <u>Lúcia</u><br>Falso Recibo Verde/Ato único                        |
| <u>Fernanda</u><br>Bolsista                 | <u>Aquilino Ribeiro</u><br>Bolseira                                 |
| <u>Maria</u><br>Informal                    | <u>Gula</u><br>Informal                                             |
| <u>Marina</u><br>Trabalhadora de aplicativo | <u>Tomás</u><br>Estafeta                                            |
| <u>Lilith D'Ávila</u><br>Estagiária         | <u>David</u><br>Estagiária                                          |
| <u>AOC</u><br>Terceirizada                  | <u>Natália</u><br>Terceirizada — Projetos —<br>contrato termo certo |

Fonte: Elaboração própria.

Assim, a caracterização geral das pessoas entrevistadas ganha forma no quadro abaixo:

**Tabela 7 - Caracterização dos retratos sociológicos**

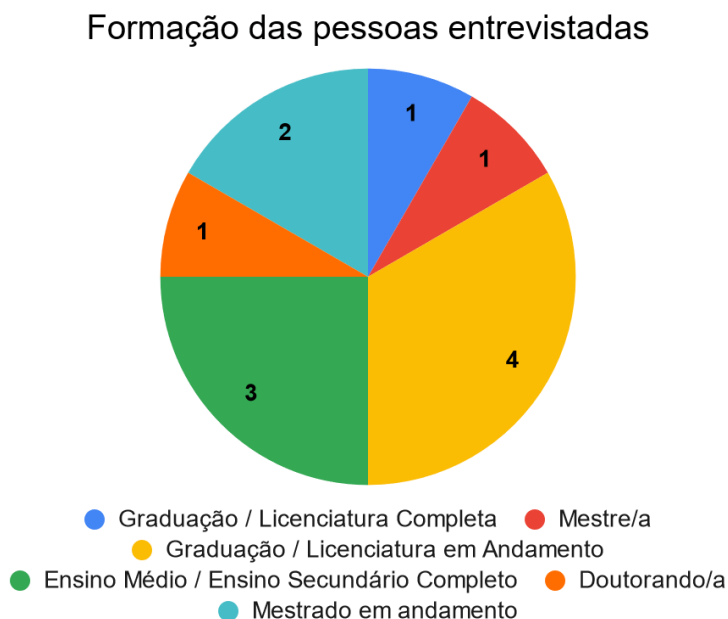
| Ator social    | Idade   | Formação               | Cidade de residência e país | Atualmente, situações de trabalho tem e/ou acumula         |
|----------------|---------|------------------------|-----------------------------|------------------------------------------------------------|
| AOC            | 41 anos | Graduação em Andamento | Porto Alegre — Brasil       | Terceirizado — ONG's ou Associações (IPSS's), CLT (Brasil) |
| Fernanda       | 27 anos | Mestrado em andamento  | Porto Alegre — Brasil       | Bolsa de estudo — Mestrado                                 |
| Lilith d'Ávila | 18 anos | Ensino Médio Completo  | Porto Alegre — Brasil       | Estágio Remunerado, Bolsa de pesquisa — Instituto Federal  |
| Leandro        | 23 anos | Graduação em andamento | Viamão — Brasil             | Falsos Recibos Verdes / Falso MEI/CNPJ, CLT (Brasil)       |

|                  |         |                                               |                       |                                                                                                          |
|------------------|---------|-----------------------------------------------|-----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Maria            | 23 anos | Graduação em andamento                        | Porto Alegre — Brasil | Informal, Estágio Remunerado, Profissional autônomo/liberal, Bolsa serviço administrativo — Universidade |
| Marina           | 19 anos | Ensino Médio Completo                         | Porto Alegre — Brasil | Profissional autônomo/liberal                                                                            |
| Aquilino Ribeiro | 27 anos | Doutorando                                    | Lisboa — Portugal     | Bolsa de estudo — Doutorado/Doutoramento                                                                 |
| David            | 31 anos | Licenciatura Completa / Mestrado em andamento | Gondomar — Portugal   | Desempregado                                                                                             |
| Gula             | 26 anos | Ensino Secundário Completo                    | Porto — Portugal      | Informal                                                                                                 |
| Lúcia            | 25 anos | Mestra                                        | Lisboa — Portugal     | Falsos Recibos Verdes / Falso MEI/CNPJ                                                                   |
| Natália          | 24 anos | Mestrado congelado                            | Lisboa — Portugal     | Terceirizado — ONG's ou Associações (IPSS), CLT (Brasil); Contrato termo certo (Portugal)                |
| Tomás            | 24 anos | Licenciatura em Andamento                     | Lisboa - Portugal     | Falsos Recibos Verdes / Falso MEI/CNPJ                                                                   |

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às idades, podemos inferir que há uma certa característica de continuidade e um aspecto de prolongamento de percurso, uma vez que as pessoas entrevistadas abrangem dos 18 aos 41 anos, permitindo-nos obter, também, percursos precários prolongados para análise. A variação de formações é notável, no sentido de que temos uma amostra de percursos desde o secundário, ensino médio no Brasil, completo até o doutoramento em curso, identificado como o nível máximo formativo no sistema de ensino superior. Portanto, são pessoas que tem pelo menos a escolarização dita mínima, para a entrada no mercado de trabalho.

Gráfico 10 — Nível de escolaridade dos atores sociais



Fonte: Elaboração própria.

As 3 dimensões que caracterizam os percursos de precariedade, conforme o próprio guião de entrevista já apresentado, são: a) Trajetória Social e Educacional; b) Relações Laborais e Profissão; e c) Precariedade laboral e social. A partir das biografias, criamos um **coeficiente dialógico de singularidade e disparidade**. Ou seja, o coeficiente funciona no diálogo entre a singularidade e a disparidade da precariedade nas biografias aqui apresentadas, devido às diferenças disposicionais e o capital entre os atores sociais. A singularidade é representada pela própria precariedade nas biografias que expomos, contudo, simultaneamente, expõe a disparidade representada pelas diferenças destas precariedades; uma vez que pelas próprias disposições e reflexividade nestas trajetórias são verificáveis diferentes níveis de intensidade e complexidade desta precariedade. A construção dos perfis-tipo propõe, portanto, a utilização desta ferramenta reflexiva com o intuito de compreender os nós e os dispositivos nestas trajetórias de vida. Para isso, tínhamos algumas indagações-chave em cada uma dessas dimensões.

No bloco da Trajetória Social e Educacional, nos propusemos compreender de forma mais aprofundada o cariz estrutural das sociabilidades, origens e trajetória

escolar. Questões acerca da formação da família estendida (avós, tios, algumas vezes primas e primos surgiam a depender o grau de proximidade) e da família nuclear (mãe, pai, irmã ou irmão; consequentemente padrasto ou madrastra quando aplicável) e ainda a relação da pessoa entrevistada com os estudos e o peso familiar em relação ao sucesso escolar. A permanência de amizades ao longo da vida, assim como a partilha de interesses e de princípios de vida e sociais (podendo ser divergentes ou convergentes), e, a organização e interação com o núcleo familiar atual (também foram tidos em conta o capital econômicos, sociais, culturais e simbólicos).

Nas Relações Laborais e Profissão, visamos compreender qual o peso do trabalho na trajetória de vida da pessoa entrevistada. O nosso intuito era tentar compreender, principalmente, as disposições simbólicas e econômicas que atravessam essas trajetórias. Subsidiemo-nos de questões sobre o peso do trabalho para a sua família, como compreendia o que era o trabalho para os pais, e se o havia sido solicitado que o início do percurso laboral acontecesse para auxiliar na renda familiar. Elaborávamos neste bloco todo o percurso laboral vivido pelas pessoas entrevistadas. Em alguns casos, emergiam outras relações laborais para além das ditas no resumo da primeira entrevista. Percebeu-se, por vezes, uma reticência em falar de vínculos menores de laboralidade, principalmente informais que não haviam sido citadas no bloco introdutório.

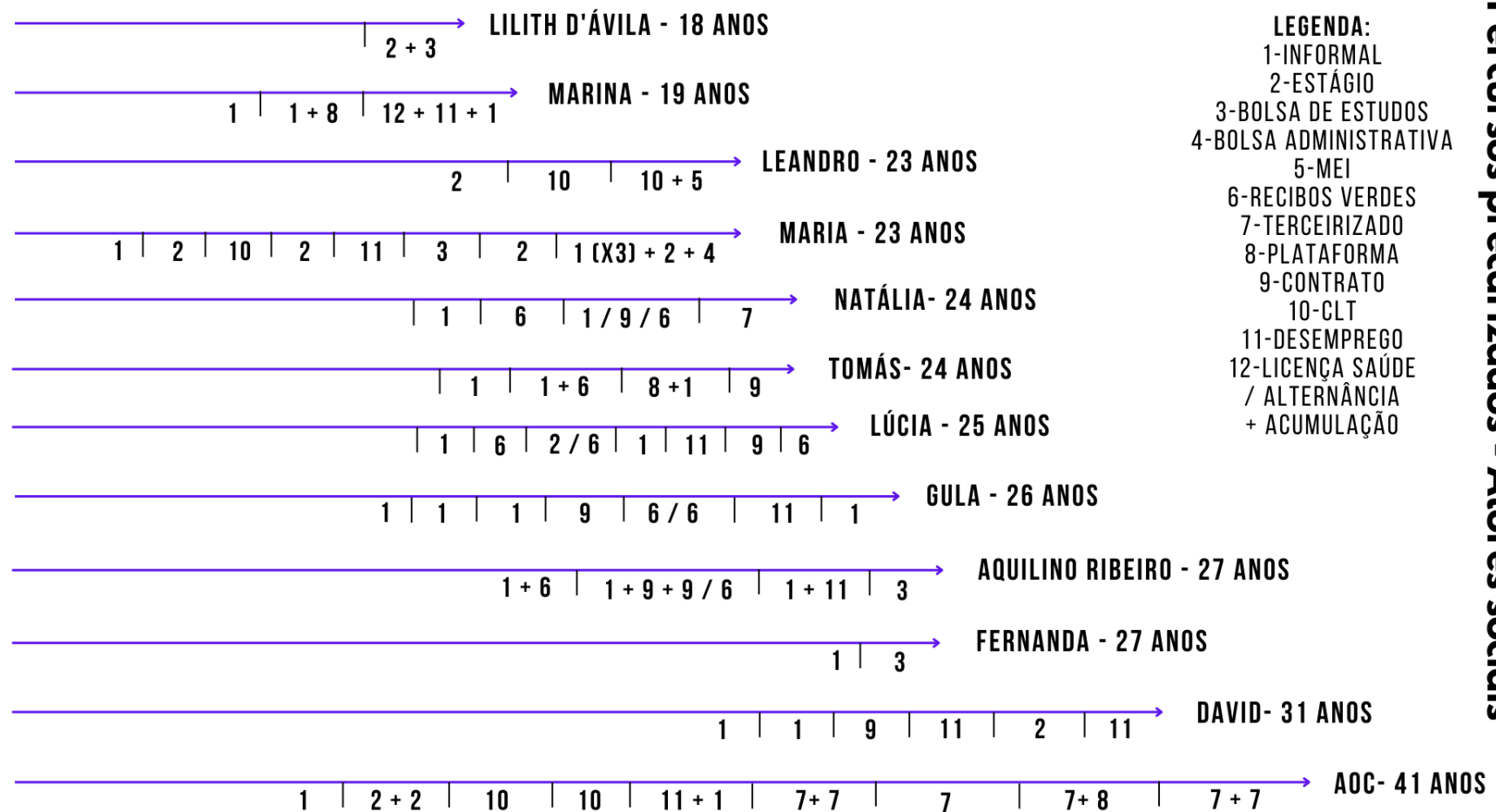
Sobre o bloco da Precariedade laboral e social, tentávamos compreender qual a compreensão deste fenômeno pelas pessoas entrevistadas, tanto na sua trajetória quanto o conceito de precariedade (tanto a primeira vez que havia tomado consciência da palavra, quanto o que ela representa hoje para a pessoa entrevistada). Era neste bloco também que questionávamos sobre o impacto da pandemia nas suas trajetórias e, ainda, sobre o sentimento de pertença à classe trabalhadora, assim como se a pessoa entrevistada fazia parte de algum movimento social, aderira a algum partido e participava da luta social. Foi, também, pedido uma reflexão acerca do futuro real (o concreto) e o futuro ideal (o desejo) da sua trajetória laboral.

A tipologia organizada para este estudo, baseada no coeficiente dialógico de singularidade e disparidade, teve como base a intensidade da trajetória de precariedade

social e laboral vivida pelas pessoas entrevistadas. A efemeridade dos vínculos é sentida, inclusive, durante o processo de contato e realização dos encontros que envolveram, entre 4 a 6 semanas, com cada pessoa entrevistada. Alguns, ao final, não tinham mais o vínculo pelo qual foram contatados, substituindo por outro ou entrando no subsídio desemprego. A própria tipologia, categorização e tematização dos retratos sociológicos torna-se um desafio, pela quantidade de vínculos (algumas vezes) e pela sua efemeridade e fragilidade.

A imagem a seguir mostra a intensidade de vínculos informais ou formais de trabalho durante a trajetória de cada ator social. O símbolo “/” significa que, no mesmo período, houve alternância de vínculo ou “estado” laboral e, o símbolo “+”, significa a acumulação de vínculos num mesmo período, ou seja, são realizados simultaneamente. A legenda dá conta dos vínculos expostos nas biografias aqui retratadas. A denominação “CLT” e “contrato” são equivalentes, mantivemos separados devido ao uso utilizado pelo ator social entrevistado, priorizando a utilização por ele feita em sua narrativa biográfica. Já a denominação “estágios” dá conta de todos os programas de estágios, sendo eles parcerias público-privadas e de realização durante o secundário, ensino médio, ou na licenciatura. Diferenciamos as bolsas de estudo e as bolsas administrativas, pois caracterizam diferentes tarefas e propósitos; enquanto a bolsa de estudos supõe produções acadêmico-científicas conforme o nível de estudos do vínculo contratual, a bolsa administrativa supõe auxílio de tarefas em setores da universidade, pelo menos no caso do ator social aqui representado.

Figura 5 - Percursos de precariedade dos atores sociais



Fonte: Elaboração própria.

A imagem anterior auxilia na visualização das intensidades e das acumulações (ou não) de vínculos dos atores sociais. Há trajetórias como a de Maria, que além de errático no sentido de muitos vínculos em um curto período, apresenta além do maior grau de intensidade, o maior número de vínculos simultaneamente. Fernanda, apresenta o percurso com menos intensidade e menos vínculos no âmbito geral da sua trajetória. Ao mesmo tempo, Lilith, a qual é a pessoa mais jovem entrevistada, possui já no início de sua trajetória a acumulação de dois vínculos laborais.

A sobreposição e alternância desses vínculos fragilizados (mesmo que em diferentes intensidades) culminam na tipologia que apresentamos a seguir. O esforço na concentração desta tipologia foi desafiador, porquanto, alguns dos percursos tornam-se erráticos com precariedades de maior ou menor intensidade. A tipologia que criamos para agrupar os perfis-tipo que identificamos pela construção dos retratos sociológicos são uma analogia aos consertos realizados em tecidos por costureiras. Remetemo-nos ao tecido social, a “colcha” (em alusão à colcha de retalhos, muito comum nas classes populares) de pessoas trabalhadoras e como são costuradas no tecido social, no campo específico do mundo do trabalho.

Identificamos os percursos conforme a seguinte tipologia:

**a) Precariedade de percurso retalhado**, aqueles nos quais os vínculos laborais são feitos aos retalhos, podendo ser cumulativos ou dispersos num mesmo percurso e de maior ou menor instabilidade, ou seja, marcados por vínculos laborais muito fragmentados, por vezes com sobreposições, e de precariedade de maior ou menor intensidade.

**b) Precariedade de percurso remendado**, percursos onde existe um vínculo fragilizado ou alienado do vínculo originário, como no caso de funções públicas ou serviços públicos terceirizados pelo Estado (como a execução de políticas públicas, por exemplo). Caracterizam-se por percursos de vínculos mais estáveis, com contrato a termo de período longo, assinatura da carteira de trabalho no caso do Brasil, e acesso aos subsídios de alimentação, transporte, desemprego e contribuições à segurança social. É, portanto, um percurso de remendos, tanto para o trabalhador, que por um tempo tem acesso aos direitos laborais plenos, quanto para o equipamento de políticas públicas ou setor de serviço público em que se integra, na garantia do seu pleno funcionamento. Outro tipo de remendo que enquadramos neste perfil-tipo são os vínculos de falsa pessoa autônoma na atividade laboral, há um vínculo contínuo e

caracterizado como trabalho assalariado em sua forma, contudo o vínculo se dá por um remendo, um falso vínculo de MEI.

**c) Precariedade de percurso reparado**, identificado como aqueles onde o capital familiar é uma segurança em relação às escolhas de percurso profissional, sendo o percurso precarizado feito por uma escolha ou consequência de ofertas na área escolhida, ou seja, há uma reparação familiar para um bem-estar do ator social.

**d) Precariedade de percurso arranjado**, assim como arranjos simples em roupas e tecidos que realizamos em casa ou recorremos a uma costureira, o percurso aqui caracterizado se dá pelo caráter inicial de sua trajetória profissional, que já acumula vínculos.

**e) Precariedade de percurso rearranjado**, “plataformizada”, a ideia aqui é uma analogia ao que foi já arranjado na costura, mas que necessitou novamente de novo reparo. Tanto porque é visto como um complemento de renda, quanto porque não é o que parece ser, ou seja, foi rearranjado para parecer estar em perfeito estado. O vínculo laboral por plataformas é caracterizado pela falsa identidade de *self-management*, associado à falsa liberdade do “faça seu próprio horário” e de, muitas vezes, ser identificado apenas como um complemento à renda. Sendo este último o argumento, muitas vezes, utilizado para a não caracterização de um vínculo laboral assalariado.

Diante dessa tipificação, apresentamos os retratos sociológicos dos atores sociais que compõe esta pesquisa.

### **1.1.RETRATOS SOCIOLÓGICOS DE JOVENS ADULTOS COM TRAJETÓRIAS LABORAIS PRECARIZADAS**

A elaboração dos retratos se dá pela analogia às ações e objetos do ofício de costura. Se nos percursos temos os tipos de costura numa colcha de retalhos, aqui teremos a construção de um ateliê de costura que possibilita a ação na colcha de retalhos. Inicialmente, como apresentação, trazemos a **urdidura** que compõe os fios desse tear biográfico que nos propomos construir, daqui sairão os fios que darão continuidade na construção do retrato; a **trama** compõe o fio que se lança por cima e por baixo da urdidura, costuma ser um fio de maior espessura, por isso esta etapa compõe o percurso familiar e as sociabilidades; após tratamos da **contextura**, o modo onde a trama e a urdidura são entrelaçadas e, neste ponto, abordamos o percurso formativo; continuamos com o **enfesto**, a preparação do tecido para o corte com várias

camadas juntas, dobradas e ordenadas, e, neste ponto, falamos sobre o percurso laboral; e, por fim, **a rede e o arremate**, em que abordamos sobre a precariedade e seus impactos, assim como sobre o pertencimento à classe trabalhadora.

### **1.1.1. Precariedade de percurso retalhado**

Neste perfil-tipo encontram-se: David (31 anos — Portugal), Gula (26 anos — Portugal) e Maria (23 anos — Brasil).

A característica dos percursos retalhados se dá pela acumulação de vínculos, mesmos estes sendo muitas vezes informais, como, principalmente, de Maria e de Gula, com uma trajetória profunda e intensa de precariedade. No caso de Gula, esta modifica-se após a pandemia por uma reestruturação dos seus valores e princípios pessoais, após ver-se sem nenhum apoio do governo e sem renda, tendo que arranjar formas de sobrevivência e solicitando apoio aos familiares. Maria inicia seu percurso laboral desde muito cedo, quando ainda estava no ensino médio (ensino secundário), num primeiro momento informalmente e depois por estágios e programas como Jovem Aprendiz, que oferece uma formação e um estágio aos jovens do ensino básico. A informalidade atravessa todo o seu percurso laboral, até o momento das entrevistas. Acumula 5 vínculos laborais em simultâneo, destes, apenas 2 são formalizados por um contrato, além de cursar a licenciatura. David tem um percurso laboral fomentado pela estrutura familiar onde o peso do trabalho é evidente. Inicia com estágios de verão, em associações que promovem atividades com crianças nas férias. Avança para um percurso de trabalho em tempo parcial sem contrato por um longo período, mesclado com atividades informais no âmbito acadêmico (mas muito bem pagas). Só após 5 ou 6 anos de vínculo informal, ele conquista o contrato de trabalho no ATL<sup>76</sup> que trabalhava, contudo, com a pandemia, viu-se com o fim do contrato encerrado após a vigência deste. No momento das entrevistas, finalizava o vínculo como estagiário numa

---

<sup>76</sup> ATL significa Atividades em Tempo Livre. Normalmente são oferecidas por centros associativos e IPSS's, podendo também ser de iniciativa privada e funcionam como um espaço e uma alternativa para a organização dos estudos das crianças e, também, para mantê-las em atividade até o fim do expediente laboral dos pais.

associação, via um programa de incentivo a estágios promovido pelo centro de emprego, e estava prestes a entrar no subsídio desemprego.

### **David — 31 anos — Gondomar, Portugal**

«Eu era um estudante que trabalhava para ter algum dinheiro e não um trabalhador que estava em situação precária.»

#### **Urdidura**

David tem 31 anos, mora em Gondomar, região metropolitana, no distrito do Porto. À época do início das entrevistas, finalizava um estágio numa organização que participava do programa de estágios do centro de empregos, e, ao final, já estava desempregado. É mestrando em sociologia numa universidade pública e vive na casa dos pais. Se vê enquanto estudante-trabalhador e não apenas trabalhador. Devido ao capital dos pais não se compreende enquanto um trabalhador precarizado “típico”, pois não precisa desta renda para se sustentar além de usufruir de «privilégios». Entende-se pertencente do lado da relação dos que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver, portanto, pertencente à classe trabalhadora.

#### **Trama familiar e sociabilidades**

Seu núcleo familiar, atualmente, é composto pelo pai, a mãe e David. Tem duas irmãs mais velhas, uma por parte de mãe com 10 anos de diferença, que vive no distrito do Porto, e outra por parte de pai com 14 anos de diferença, que vive na Marinha Grande. David é o único filho deste casal. Tem uma relação muito próxima com as irmãs, principalmente com a filha da sua mãe por morar mais perto de si, e com os sobrinhos, filhos das duas irmãs. A família nuclear é muito unida. A irmã que mora no Porto vai com o marido e o filho a cada 15 dias, aos domingos, almoçar com eles.

Sua família tem origens de agricultores do centro e operários do norte do país. Houve uma mobilidade de classe na geração dos pais, que se estende a geração da irmã mais velha por parte de mãe, identificando-se enquanto uma classe média, e não mais uma classe popular como dos seus avós. O pai estudou até o final do que se chamava Escola Técnica, tirando o curso de Contabilidade, trabalhou na tropa e também num escritório. A mãe foi operária desde sempre, pois, como irmã mais velha, teve que deixar os estudos aos 12 anos para auxiliar no sustento da família.

É uma família com envolvimento político aguçado, o pai participou da Juventude Operária Católica (JOC) que organizava jovens operários ligados ao movimento católico «para dizer coisas e indicar os seus direitos» e também havia uma expressão sindical dessa organização. O pai também fez parte de um partido que se chamava Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), na altura do PREC, após o 25 de abril, trabalhava

em fábricas e envolvia-se na empresa do avô de David uma fábrica de moldes. A mãe também participava da JOC, como representante do sindicato da fábrica que trabalhava e dirigente sindical do Porto, portanto se conheciam. Contudo, só depois da criação da Frente Unitária do Proletariado (FUP) é que se envolveram mais profundamente, inclusive na luta revolucionária.

David nasceu na cidade do Porto e, ainda bebê, vai com os pais para Marinha Grande viver ao pé dos avós paternos, assim como de tios, tias, primas e primos. Morou nessa terra até os 5 anos, quando se mudam para outra terra chamada Cansado, pois o pai e a mãe abriram um negócio familiar, um restaurante. Este restaurante acaba por não dar muito certo, na altura o pai de David foi preso político, e voltam para Marinha Grande. Foi um ano de espera pelo julgamento e, após a sua libertação, o pai de David vai para Moçambique. Quando retorna, a mãe de David decide voltar para Gondomar junto da sua família e leva ele e a irmã, sua filha. Na casa em que foram viver, estava a avó materna, o pai junta-se após alguns meses. A família tem capital cultural muito forte e ativo, que contribui para uma identidade política e de classe trabalhadora. Muito desse capital constrói-se pelo processo histórico que o país vivia no auge da vida adulta dos seus pais. A transmissão de conhecimentos intergeracionais deu-se em relação ao cultivo da terra, dos cuidados com animais pelos avós, a música pela irmã, e a patinação pelo cunhado, que foi inclusive seu treinador por algum tempo. O teatro também tem um papel crucial na família, o avô paterno e o pai ainda em Marinha Grande já participavam. Seu pai, quando foi para Gondomar, também era ativo em grupos de teatro, assim com David, que se insere durante a infância e adolescência. Atualmente a mãe que está ativa no teatro, após a sua reforma.

Entre os 17 e 18 anos, vai para Lisboa cursar licenciatura na Faculdade de Engenharia Eletrônica. Tinha, à época, uma namorada mais velha que havia conhecido pela internet já há algum tempo. Ela tinha 30 anos e já se viam algumas vezes por mês. Ele mora com ela nesta altura, mas as coisas não correram bem, e, com o final do relacionamento, David entra numa depressão profunda, deixa de frequentar as aulas e vive uma segunda vida, sobre a qual os pais não tinham conhecimento. Disse estar com o «estereótipo descontente», onde afirmava que «o mundo é uma porcaria, nada presta». Por outro lado, a dado momento tinha uma vida social muito ativa. Via documentários, fez muitas amizades, andava de skate, etc. Num primeiro momento, vivia em quartos arrendados com desconhecidos, e depois chegou a morar numa casa só com amigos por 2 anos. Dessa experiência, começou a sentir-se um pouco melhor, pois a casa tinha movimento, faziam encontros, iam dormir na casa de outros amigos. Na época da depressão, ficava muito em casa só jogando no computador.

Quando os pais se deram conta de que algo estava errado, já havia se passado por volta de 5 anos. O curso não finalizava e eles começaram a desconfiar, até ir buscá-lo em Lisboa, levando-o de volta para Gondomar para a casa da família. O tio, a tia e as

primas que moraram por um tempo no andar de cima da casa já lá não estavam, e a avó materna havia falecido. Devido a esses acontecimentos, a casa estava em reforma. Então, nesse retorno, David fica responsável por acompanhar as obras e auxiliar as pessoas na construção e modificações que eram realizadas. Ficou um ano a se recuperar, fez acompanhamento psiquiátrico devido à depressão e uso de maconha.

Decidiu cursar Sociologia, mas, ao início das aulas, retoma o *modus operandis* de Lisboa, e acaba por abandonar o curso. Foi quando conhece e começa a namorar uma rapariga que também estava no curso de sociologia. Isso o animou e incentivou a retomar os estudos. Enquanto a namorada estava no primeiro ano do mestrado, David reinicia o seu percurso na licenciatura no primeiro ano. Ela foi uma companhia muito importante para essa retomada, pois o “puxava” nos estudos e nas reflexões promovidas pelas aulas. Diz ter sido um momento de “*boost*” na autoestima, retomar os estudos e conseguir notas altas com esse esforço e dedicação. Fez muitos amigos da turma e foram três anos bastante especiais, ficou triste no fim da licenciatura porque acabou em plena pandemia, portanto, não puderam finalizar da forma que gostariam. Era o representante de turma, o que auxiliou num bom relacionamento com todas as pessoas, influência no seu percurso formativo acadêmico, no sentido de gostar de estar naquele espaço.

Além do ambiente acadêmico, sua sociabilidade se dá em espaços de ativismo, de organização coletiva e de organização política. O grupo de amigos mais profundo que tem são desde o tempo da escola primária, e estes não necessariamente corroboram com a sua identificação ideológica, mas são os que possuem um conhecimento mais profundo de quem David é.

Na metade do curso de mestrado, volta a ter dificuldades de despertar para as aulas, retoma o consumo excessivo de canábis e estava acabando por perder-se dos estudos. Por isso, procura auxílio psiquiátrico e o faz desde março 2021.

### **Contextura — Percurso formativo**

Ao chegar em Gondomar, a mãe o coloca numa escola. Ele lembra de o início ter sido um pouco difícil, mas no fim ambienta-se. Sempre estudou em escolas públicas, e as trocas só foram feitas nas alterações de ciclos de estudos. Estudou do 1º ano ao 5º ano numa escola; do 5º ano ao 10º ano em outra escola, e o ensino secundário em outra escola. Fazia muitas atividades extracurriculares, principalmente teatro e desporto. Participava de teatro amador, fez patinagem artística até os 9 e 10 anos, e depois foi para o hóquei que praticou até aos 15 anos. Também nesta época participou da JOC, apesar de não se identificar enquanto católico, que era um grupo que se juntava para ler textos e tentavam se organizar em prol de algo. O slogan era “ver, jogar e agir”. No secundário, escolhe a ênfase em Ciências e Tecnologias, e começou a baixar as notas, pensa que pode ter sido por começar a jogar muito no computador, faltava a aulas com

os colegas. A decisão por ciências e tecnologias não necessariamente foi orgânica, havia na família o discurso de que as ciências exatas eram o caminho que deveria ser escolhido, e comenta que o seu sobrinho tem vivido essa mesma situação atualmente. Gostava de álgebra e cálculo, e se interessava genuinamente em estar a aprender, mas não era algo que fazia tanto sentido para si.

Quando passou para Engenharia Eletrônica em um Instituto Superior Técnico em Lisboa, começou a frequentar as aulas, mas não se sentia pertencente àquele lugar. Os pais queriam que ele estudasse no Porto, entretanto, de última hora mudou a opção apenas para Lisboa. Não se integrou na comunidade académica da praxe e dos próprios colegas, contribuindo para que deixasse de ir às aulas. Diz haver nesse espaço um elitismo esdrachado com o qual não se identificava e não se identifica, também influenciando na sua não relação com o curso. Isto, simultaneamente com o término do namoro, desencadeou um período depressivo, inflamado pelo uso de canábis que dura por pelo menos 5 anos. Nesta época fez cursos diversos, como de camareiro e *bartender*, tudo em formato online. Também fez um curso de *IT Essentials*, em que aprendeu sobre software e hardware, além de ter feito uma escola de verão sobre *meta-analysis*.

Ao retornar para Gondomar, pela intervenção dos pais, no primeiro ano não se compromete com nenhuma formação específica. Depois decide entrar na licenciatura em sociologia devido às leituras que fez anteriormente e ao conhecimento de sociólogos “reais” — de programas com sociólogos que assistia na televisão, de uma ensinadora de teatro que era socióloga e contato com sociólogos académicos ou não de relações sociais. Entendia que o curso era a melhor resposta à vontade que tinha de transformar as coisas, ou, pelo menos, para tentar compreender um pouco mais o porquê as coisas serem do jeito que são. No início das aulas tem um episódio depressivo e volta a faltar às aulas. Fica 3 anos afastado, mesmo estando inscrito. Contabiliza então 8 anos inscrito na faculdade sem fazer nada. A partir do incentivo e ânimo de uma namorada, retoma a licenciatura desde o primeiro ano. O bom relacionamento com a turma também colabora para terminar o percurso formativo.

Em 2020, apesar da pandemia influenciar na aprendizagem devido às aulas online, consegue terminar o curso com boas notas para entrar no mestrado. Antes do início das aulas do mestrado, participa de uma bolsa de iniciação científica da Fundação para a Ciência e Tecnologia, num projeto com outros colegas em Viseu. Já no mestrado, sentiu que o estágio começou a prejudicar seu desempenho e interesse nas aulas, assim como a retomada do uso de canábis, e, por isso, recorre a ajuda psiquiátrica para dar conta dessas questões. Atualmente, encontra-se na etapa final do mestrado em sociologia. Como está amparado pelo seguro desemprego, faz uma formação pelo Centro de Empregos (CE) sobre direitos coletivos e legislação do trabalho.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Seu percurso inicial de atividade de trabalho começa no secundário, aos 15 anos, por iniciativa dos pais, em programas de trabalho de verão oferecido pelo Instituto Português da Juventude para jovens no acompanhamento de crianças que estavam de férias da escola. Eram duas semanas em que tinha atividades com os miúdos.

Durante o período que esteve em Lisboa, entre 2011 até 2017, sempre trabalhou no verão. Tanto em festivais, quanto em bares, em um regime de 14 a 16 horas seguidas por dois ou três dias, para ganhar 80 € por noite. Era uma vida de festival que, simultaneamente, era muito fixe e muito cansativa. No início era por “baixo da mesa”, mas depois, já para o final, seu envolvimento começou a ser contrato por recibos verdes. Faziam viagens para outros países e ganhavam alimentação e estadia durante os festivais, além dos 1.000 € pelo trabalho desses dois, três dias.

Ao voltar para Gondomar, trabalhou durante duas semanas numa oficina de serralharia de um amigo, sem vínculo. E logo depois começa a trabalhar no regime tempo parcial num espaço de ATL. Eram cerca de 15 horas por semana, às vezes 12 horas, ou seja, alterava. Ganhava em torno de 200 € a 250 € e não tinha contrato. O horário era das 17:00 às 19:30 e o objetivo era auxiliar crianças no fim da tarde, após a escola, em atividades de aula e lúdicas. Em 2019, assina um contrato, a sua garantia de vínculo laboral durante a pandemia.

Fez uma formação no CE para animador sociocultural, e usavam artes e músicas para públicos vulneráveis. Ingressou nesta formação enquanto “jovem nem-nem”, ou seja, não trabalhava e nem estudava; era um dos períodos em que havia abandonado a licenciatura. Ao final do curso, era suposto realizar um estágio, que realizou em uma escola numa turma do educacional com jovens que já reprovaram mais de uma vez. Estes são colocados nesta turma à parte de todos os outros para receberem um ensino especializado e um acompanhamento mais específico. Realizaram uma oficina de inclusão ao teatro pelo estágio e organizaram uma apresentação para a escola na festa de final de ano. Ainda durante a licenciatura, faz alguns trabalhos para professores universitários, sem contrato e sem nada. «Simplesmente davam o dinheiro na mão», mas diz ter sido fixe para aprender, fez umas 3 vezes esse tipo de trabalho. O ATL permanece como vínculo laboral durante todo o percurso da sua licenciatura, só sai em 2020 para ingressar na bolsa de iniciação científica da FCT<sup>77</sup>, específica para recém-licenciados e de dedicação exclusiva.

Após essa bolsa de 2 meses, inscreve-se no CE, pelo Instituto de Formação Profissional para um estágio do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), num programa chamado Ativar. O programa consiste em dar estágio a pessoas, e os requisitos são ter uma instituição que tenha o interesse em acolher o interessado, e o ordenado (salário) é pago 80% pelo Estado e o resto pela instituição que o acolhe. O

---

<sup>77</sup> Sigla para Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), órgão que promove e financia pesquisas científicas em Portugal.

vínculo pode durar entre 9 a 12 meses, ou de 6 a 12 meses. David entra em contato com uma organização que tinha interesse e da qual gostava muito e se oferece para ser estagiário. De janeiro a setembro 2021, fica nesta instituição. Admite que estar a trabalhar a tempo inteiro no estágio provocou prejuízos na sua formação do mestrado, pois não conseguia conciliar direito com as aulas. Agora está desempregado e seu plano é ficar com o respaldo do seguro-desemprego, o qual tem direito por 450 dias, o que lhe permitirá ficar só a estudar, permitindo-lhe que se dedique mais ao percurso final do mestrado.

Em relação ao peso do trabalho na sua família, o trabalho sempre foi importante. Independente da atividade que se faz. A importância do trabalho e de ser trabalhador sempre teve um espaço significativo na família, principalmente aliado à ideia de que o estudo pode proporcionar um trabalho melhor e uma vida com uma perspectiva de ascensão social mediante o esforço desse trabalho. Os pais também sempre fizeram questão de demonstrar uma forte identidade política e de mobilização social, de que é necessário lutar por melhores condições de trabalho, conduzida mais pela convivência do que por conflitos. Os conselhos eram «esforça-te para estudar para teres um bom emprego», ou «tens que trabalhar agora, tens que ser trabalhador», e David diz que não era muito disciplinado. A identidade, para a família, é construída e tem forte peso da profissão; cada membro da família possui a sua identidade com um peso da atividade laboral que exerce, sendo quase relacionado como um traço de personalidade. David tem uma visão crítica em relação a isso, porque não concorda que o trabalho acabe por ser a vinculação da pessoa à sociedade, esta é uma das declarações dessa pessoa a sociedade. Contudo, o trabalho nunca foi uma necessidade no auxílio da renda da casa e sim como uma experiência importante que constitui a formação de David na visão dos pais. Nunca deixou de ter acesso às coisas que queria e o dinheiro que ganhou em todos os trabalhos que fez sempre foi só para si, mesmo morando na casa dos pais, não lhe é pedido para ajudar nas contas.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

David nunca pensou o trabalho como algo central na sua vida, sempre se viu enquanto estudante, essa é a sua identidade. Ou seja, trabalhava para ter algum dinheiro, não para um sustento, e por isso não considera estar em condições precárias de trabalho. Entretanto, o estágio entra como uma contradição no seu percurso laboral, enquanto um vínculo temporário desde o seu contrato, e, simultaneamente, a melhor condição laboral que já vivenciou. Era um valor estável, em sua área, na qual gostava de atuar. Ainda assim, não se percebe enquanto precário porque tem privilégios ao viver com os pais e estar no ensino superior. «Não são todos os precários que têm a sorte de ainda estar a morar com os pais e ainda estar a ter uma retaguarda que permite estar no ensino superior (...)». Contudo, teme essa condição no futuro, pois almeja conseguir

sair da casa dos pais e começar a construir sua vida mais independente. Sendo este sua reflexão de futuro.

Em relação a uma organização coletiva, nunca teve esse direito enquanto estava no ATL porque, quando houve negociações coletivas, não tinha o direito a greve porque não tinha contrato, apesar de a associação ter uma gestão horizontal, manejada pelo diálogo e coordenação entre trabalhadores. Atua intensamente no movimento estudantil contra as propinas e participa de uma lista eleita na Associação de Estudantes<sup>78</sup> (AE) da faculdade que frequenta. Recentemente aderiu a um partido político, intensificando sua participação em movimentos ativistas e movimentos políticos. Também juntou-se recentemente a uma associação de luta contra a precariedade.

Sobre a pandemia, relata que influenciou tanto no seu trabalho no ATL, dificultando o vínculo com as crianças, quanto nos seus estudos finais da licenciatura. E estendeu-se ao início do mestrado, que foi por aulas online, influenciando na sua aprendizagem e na integração dentro desse percurso formativo. Por outro lado, se as aulas não fossem online, teria dificultado a continuação no estágio, pois não teria condições de ter essas duas experiências em simultâneo. Levanta essas questões como positivas da pandemia. O lado negativo foi estar sempre em casa, no computador, desde as aulas até o trabalho. Estar sozinho torna tudo muito mais difícil e não contribui à concentração, assim como não há troca com colegas de trabalho e nem com os colegas de aula, tornando a aprendizagem e a elaboração dos conhecimentos mais lenta e menos progressiva.

O seu entendimento de pertencimento a uma classe trabalhadora é explicado a partir da afirmação de que, na sua concepção de classe, há várias grelhas de análise, por ser da Sociologia. Entretanto, do ponto de vista macro, pensa que existem duas grandes classes, ou três, por assim dizer. Os grandes proprietários, os donos dos meios de produção e os que não são donos dos meios de produção. Considera-se, então, sem dúvida do lado da relação dos que são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver.

### **Gula — 26 anos — Porto, Portugal**

«Comecei a trabalhar tão nova... e quando tu entras no mundo do trabalho vê que ele sempre foi assim, não existe outra opção.»

### **Urdidura**

---

<sup>78</sup> A Associação de Estudantes (AE) é um órgão representativo dos estudantes dentro de cada faculdade, e tem por objetivo promover a integração e pautar as necessidades dos estudantes no ambiente acadêmico, além de representar este segmento em outros órgãos deliberativos da universidade.

Nasceu no Porto com uma trajetória errática de vínculos laborais muito fragilizados. A mãe é professora no infantário, tem um irmão mais novo e uma irmã por parte de pai, mais velha. Não tem mais relação com o pai, após brigas entre ele e a mãe no meio do processo de separação no Tribunal. Com a pandemia percebe que os vínculos laborais que teve até então não garantiram que tivesse um apoio do Estado, vendo-se sem alternativas de subsistência. Apesar de se ver enquanto trabalhadora, tem dúvidas em um pertencimento à classe trabalhadora, fazendo esta reflexão na própria entrevista. Ao final se compreende enquanto pertencente à classe trabalhadora, mesmo que com dúvidas. Quanto a precariedade não possui reticências, contudo, sugere que a palavra é muito abrangente e propõe que explorados seria uma melhor definição, inclusive para atingir interesse reflexivo de mais gente.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Gula nasceu no Porto e supõe que a família sempre lá viveu, tanto por parte de mãe, quanto por parte de pai. «Sempre viveram aqui na cidade grande que nem sempre foi grande». Tem um irmão que é 1 ano e meio mais novo e uma irmã por parte de pai que é mais velha. Os avós maternos sempre foram presentes na criação dela e do irmão. «Lembro-me quando eu era bem pequenina, a minha avó, antes do Alzheimer, recebia toda a gente na casa dela para almoçar todos os dias, ela fazia almoço dos grandes». Eram cerca de 10 pessoas, filhas, netas, etc. É uma família tradicional e conservadora, «aquele pensamento antigo: “não te podes divorciar”», principalmente em relação à mãe de Gula. Nesse período, já havia problemas na sua casa com violência psicológica, não física, contra a mãe. Havia uma preocupação sobre o que os vizinhos pensariam se a mãe de Gula se separasse. Apenas quando os avós começaram a sentir na pele que o dinheiro ia embora pelo pai é que apoiaram o divórcio. Houve um ano que viveram com os avós porque a mãe foi dar aulas em Viseu. Foi durante um ano letivo, depois viveram sempre com a mãe. Primeiro viveram no Porto e depois foram para Vila Nova de Gaia porque lá as casas eram mais baratas. Quando entrou para a escola, os pais se divorciaram. A mãe ficou sozinha com ela e o irmão, ela com 5 anos e o irmão com 3 anos. A principal questão do processo de separação foi as idas aos tribunais. «Lembro-me perfeitamente da advogada dizer, eu tinha tipo 9 anos, 10 anos, e a advogada dizer à minha mãe e depois a minha mãe dizer-me a mim: “Olha tu tens a responsabilidade, já tens mais do que a idade para pedir o dinheiro que o teu pai nos deve”. Eu era uma criança sabes?!». Anos dessa pressão dos tribunais e não havia consenso, uma confusão conforme conta. Houve um dia, já tinha 15 ou 16 anos e a mãe ligou-lhe a dizer que ela e o pai «tinham andado a porrada no meio da rua» pelo dinheiro da pensão que ele lhe devia.

A mãe é educadora de infância, fez licenciatura e sempre quis continuar os estudos. Contudo, como casou e teve os filhos, o pai de Gula não permitiu. Acompanhou

os dois filhos na fase pré-escolar, e às vezes os levava para a creche que trabalhava com ela. Mais tarde, quando Gula e o irmão já eram maiores, 10 e 8 anos, ela faz a pós-graduação que tanto queria. Por questões econômicas, «sabemos como é que as coisas funcionam aqui em Portugal, pegam metade do ordenado dela para impostos, a profissão de educadores e professores está a ser cada vez menos valorizada». Ela decidiu ir em missão para Timor-Leste como professora e passou lá uns anos, primeiro em 2015, 2016. Retorna por um ano e vai novamente em 2018, voltando durante a pandemia. Em Timor, ganham melhor e não pagam os impostos, então foi com o objetivo de pagar os estudos dos filhos (Gula numa licenciatura e o irmão em um internato) e para juntar algum dinheiro, apesar disso não ter sentido nenhum conforme Gula. Enquanto ela estava em Timor, Gula morou na casa da mãe, quando a mãe volta, sai da casa porque se “chocavam” muito. Agora a relação é ótima porque não moram juntas. Diz que o pai é super inteligente, mas só «sabe fazer mil merdas». Conta que houve uma altura em que trouxe a marca da Levi's para Portugal, do estrangeiro para cá, só que depois «“perdeu-se”». Ele queria só boa vida e vinho verde. «Era completamente descontrolado com dinheiro». Não sabe mais dele, depois das brigas nos tribunais, devido ao pedido de divórcio e pensão para ela e o irmão. Ainda tentou por algum tempo, mas não conseguiu contato e desistiu. Os avós paternos nunca foram próximos, «a minha avó também era alcoólica, (...) e o pai dele era esquizofrênico e também do álcool».

Quando já adulta, começa a ter uma relação mais próxima com a irmã mais velha. Já com o irmão, tem uma relação muito estranha porque os interesses dele diferem muito dos dela. Agora ele não passa por uma fase boa. «Em miúdos chocávamos muito, mas hoje é melhor». O irmão ainda mora com a mãe, mas passou os últimos 6 meses na sua casa. Na escola, chumbou várias vezes. Esteve 2 anos em Portalegre, numa escola técnica de multimédia, que a mãe pagou porque estava em Timor-Leste trabalhando. Chumbou e depois voltou. Quando era bebê, com 6 meses, fez um teste para ver se era «superdotado», era um miúdo «geniosinho», e estes «acabam sempre por ter algum problema, com álcool ou com algum fator psicológico» que acaba por não ajudar na parte tão saudável. «Acredito que isso aconteça com ele, há qualquer coisa, um déficit de atenção».

«Eu tenho essa sensação em relação à mim e a minha família. Há assim esse distanciamento».

Compreende que tem uma visão muito distorcida das classes sociais e em relação ao dinheiro.

«Quanto dinheiro é que é preciso? Desde que saí da casa da minha mãe, sempre vivi com muito pouco. E parece-me que dá para tudo. Às vezes dá para tudo e às vezes não dá para nada. Mas cresci com a minha mãe sempre a passar a ideia de que nunca havia dinheiro, nunca havia dinheiro para nada.»

Pondera que com duas crianças é muito diferente, que o dinheiro deve «voar». Entretanto, a mãe é professora e ganha melhor, mas sempre teve uma visão de que ela passava muitas dificuldades, ainda mais com as histórias do pai. Houve uma fase em que pediram dinheiro para comer e para as rendas à avó materna. Hoje, crescida, conhecendo a mãe e falando com ela sobre o assunto, avalia que ela é muito gastadeira. «Ela e o dinheiro não tem uma relação, ela perde-se. Será que quando eu era criança isto também acontecia? Provavelmente.». Já os avós, julga que viveram bem. Em relação aos tios, não sente uma relação forte, apesar de saber que se for preciso eles estarão por ela. Quando a mãe foi trabalhar em Timor-Leste, os dindos do irmão ficaram cuidando dele. O distanciamento também tem a ver com princípios de vida, as suas ideias não se encaixam com as deles.

Até o 6º ano, «era tipo a princesinha, tão querida, tão bonitinha, os meninos todos gostavam de mim, tão fofa, tão bem comportada». Quando chegou ao 7º ano, já numa escola pública, completamente diferente do que estava acostumada, diz que começou a descobrir que não era nada daquilo. A mãe estava tão habituada a “princesa” que não a deixou florescer da forma que ela queria. Houve muitas barreiras, coisas pesadas. A relação tornou-se horrível porque para a mãe as pessoas não podiam vê-la vestida toda de preto, com os olhos pintados de preto, com as meias rasgadas e todas essas coisas. Notei muita diferença aí. Essa época de adolescente foi uma descoberta para mim. Sabia que sofreria em casa, do lado da família da mãe, mas entende que não tem nada a ver com nenhum deles. Dá-se bem com todos. «Comecei a descobrir o meu mundo, pela música e pela internet», pois tiveram o primeiro computador e começou a pesquisar as coisas que gostava mais. A mudança também foi interna, podia ter ido por outro caminho qualquer...

«E acho que essa geração a partir da nossa vai mudar muito isso. Nós não queremos saber [em relação ao modo de se vestir], a maior parte, penso que cada vez mais as pessoas começam a pensar assim.»

Na escola, sofreu com bullying psicológico, diz ter havido «momentos mais difíceis com os miúdos que andavam sempre em cima de mim». Quando estava na escola pública, pelo 7º ano, começou a gostar da primeira menina e lembra de entrar na escola de mãos dadas com ela e as chamarem «de putas, e insultos a sério». Pensa que era por isso e pela forma de vestir também. Havia muitos insultos, fortíssimo, muito

bullying psicológico, mas ao físico nunca chegou. Já com irmão sim. «O meu irmão fez o mesmo percurso escolar do que eu, esteve nessas duas escolas também e com os rapazes acontece mais o bullying físico».

Considera-se uma pessoa «completamente tímida, se eu puder estar 24 horas na gruta, 7 dias por semana eu fico». Diz que teve sempre esse “debate” consigo em relação à parte social, quem a conhece menos um bocadinho pode ter a ideia de que é super comunicativa e super extrovertida. Mas não é sempre, e é uma luta constante contra querer estar sempre no seu canto. Acaba por ser mais fácil se comunicar com pessoas que não conhece ou em sítios específicos, como o trabalho. Teve uma amiga muito próxima no colégio que foi para a escola pública com Gula, «éramos muito amiguinhas, muito pequeninas, sempre juntas, estivemos lá os 3 anos e nessa altura também fez outros dois grandes amigos. E então formamos esse grupinho de 4». Também estiveram juntos no ensino secundário, na escola artística. Iam comprar gomas para partilhar e rapidamente mudam para «aquela idade estúpida que todo mundo quer começar a fumar, e ao invés de gomas são os cigarros. Nos juntávamos sempre a beira da lojinha minúscula da senhora das gomas e ficávamos lá. Almoçávamos juntos, lanchávamos juntos...». Para além desse grupinho, sempre se deu com pessoas que eram mais velhas.

Aos 13 anos, começa a conhecer o corpo e a se interessar pelos meninos e pelas meninas. Foi também nessa época que começa uma fase de mutilação pessoal, muito por influência da internet e de uma menina da escola.

«Ela era uma miúda fofa, muito querida mesmo, eu dava-me muito bem com ela, era a única que se vestia mais da forma que eu me identificava a cena do preto, do laço, do cabelo à frente da cara. E eu comecei a me identificar muito com aquilo. Não sei se estava a passar por alguma coisa, ela fazia uns cortezinhos na mão. Eu comecei a experimentar isso e depois se desenvolveu durante anos e anos».

Hoje em dia está controlado, na época em que a mãe volta, depois de um ano no Timor-Leste, começa a fazer acompanhamento psicológico, porém dá os créditos à sua mudança de forma de viver. Mais tarde, já com 18 anos, julga que o sexo chegou a ser um problema. O sexo e o álcool eram coisas que andavam sempre juntas. Não era um vício, não acordava com tremores, mas talvez um vício mais psicológico. Usava o álcool e o sexo como anestesia, não o queria fazer, mas fazia.

Com cerca de 14 anos, passeava com a mãe e a perna começou a ter uma dorzinha. Foi aumentando, e ia muitas vezes para as urgências. Sempre davam muita medicação para passar as dores, muita negligência da parte de médicos. Houve «um iluminado» que pediu uma ressonância magnética e, com 18 anos, descobriu a Osteoartrite, uma doença autoimune rara. Mas, para isso, precisou chegar ao extremo de inflamação nos olhos, e ficar sem enxergar. O último ano, antes do diagnóstico, foi o

que esteve pior. Antes de fazer a medicação que faz agora, achava queria desistir «eu vou-me embora, não aguento».

Hoje, mora com a namorada, vivem juntas desde 2019, tinham o planeamento de viverem em Lisboa quando, em 2020, chegou a pandemia. São suporte uma da outra.

### **Contextura — Percurso formativo**

Nunca esteve em infantários. Quando ela tinha 5 anos e o irmão tinha 3 anos «tivemos a sorte ou o azar, sorte em termos educativos, azar, se calhar, em termos sociais» de ir para um colégio privado na Foz com a ajuda dos avós. Esteve lá desde o primeiro ano da educação básica até o quinto ano. Depois disso, o panorama social da família mudou e foi para uma escola pública. No secundário, foi para uma escola técnica de artes, onde ficou até o 12º. As artes eram a única coisa que se identificava, acha que, na altura, não tinha consciência suficiente para aproveitar o que a escola dava, «aquilo é outro mundo. Pelo menos na altura era, eu gostei muito de estar lá. Não é como uma escola normal, sai de lá com formação de nível profissional, teoricamente estás apto para ir para o mundo do trabalho diretamente». Fez tudo «seguidinho».

Sua mãe, antes de ir para Timor-Leste pela primeira vez, tentou colocá-la numa faculdade, pensava que ela tinha que estudar. Por não estar bem psicologicamente, supõe que a mãe devia entender que ela precisava de uma ocupação. Escreveu-a numa faculdade privada de fotografia, mas acabou por desistir porque não estava dando conta.

Depois de alguns anos, um amigo andava a se inscrever numas disciplinas abertas para pessoas fora da comunidade académica, na Faculdade de Belas Artes. Ela interessou-se, afinal «uma aluna mediana não tem média para entrar nas belas artes, tem que ter média 17, 16 com muita sorte em alguns anos». Por isso, essa oportunidade de disciplinas era ótima para seus interesses, foram ainda na noite anterior às inscrições, pois era por ordem de chegada, e passaram desde a meia-noite a esperar que a secretaria abrisse de manhã. Esteve 3 anos a fazer cadeiras soltas, o avô a ajudou com a renda neste período. Fez escultura, estética, design, artes clássicas, pintura, várias disciplinas. Também fez um curso de maquilhagem, porque gostava muito da parte artística. Entretanto, cada vez menos foi se identificando com aquilo e agora faz um curso de ioga.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

No verão, antes de a mãe ir para Timor-Leste, foi quando teve sua primeira experiência de trabalho por um mês num bar de praia, sem contrato. O horário era intenso, das 9h às 19h, 10 a 12 horas seguidas a ganhar 1,20 € a hora. O assédio no local de trabalho também começa a ser presente já na primeira experiência. «Penso ser super importante falar disso, porque todas as mulheres sofrem e sequer falam disso». No ano

seguinte, começa a trabalhar na restauração (restaurante) como empregada de mesa, a partir de um anúncio em um site de vagas de emprego. Foi morar em um estúdio, uma sala, era a única que vivia lá, os outros usavam só para trabalhar. O avô a ajudou com a renda, a irmã ajudou-a com o currículo e a inscrição no centro de emprego. Era um restaurante de sushi e esteve lá três meses, também foi uma experiência muito pesada com o chefe, pois era super agressivo e os recibos verdes ficaram sempre na promessa e nunca aconteceram, então recebia «por baixo da mesa». A equipa da cozinha, os cozinheiros, começaram a assediá-la, chegando ao ponto de fazer armadilhas para a encurralar e assediar. Quando faz a queixa aos chefes, começa a ser mal tratada pelos cozinheiros, além de andar na rua com medo. Resolve se demitir. Então, começa a trabalhar a noite, na Embaixada do Porto, havendo uma melhora em relação às condições de trabalho, ainda que frágil. «Era um sítio fixe, tinha colegas fixe, dava-me bem com toda a gente. Comecei a namorar para um menino de lá, era bastante mais velho... eu tinha 20, nos dávamos muito bem». Naquele momento teve que trocar de casa e foi morar com ele.

«Era tudo por baixo da mesa, ganhava melhor, bastante melhor. No sushi era uma miséria, eu fiz as contas e era 1,90 € a hora. E neste era 4 € a hora durante o dia.»

Os horários eram extenuantes, por vezes fechava o bar na madrugada e o tinha que abrir no dia seguinte, pois em duas semanas já lhe foi confiaram a chave.

«Nesse trabalho eu fazia tudo e mais alguma coisa. Fazia café, fazia loja, fazia bar lá em cima, fazia dia, fazia noite... às vezes saía de lá às duas da manhã e entrava no dia a seguir às 10h ou às 11h. Passado uma semana já tinha a chave, já ia abrir, já ia fechar, já ia fazer tudo.»

Assim como anteriormente, o assédio começa a ser rotina. Desde passadas de mão no seu corpo sem consentimento a um episódio estranho que corrobora com denúncias realizadas com cartazes pelas ruas do Porto em 2018. Os cartazes denunciavam episódios de assédio e de atos de drogar miúdas e as violar com o nome do dono do bar que trabalhava, que diziam ter apoio de outros homens, amigos e funcionários do bar. Isso aconteceu depois de dois anos que já não trabalhava mais lá, mas que afirmou suas suspeitas do que aconteceu com ela.

Em 2017, encontrou o sítio em que mais gostou de trabalhar, e foi o primeiro onde não sofreu assédio. Foi realizado um contrato passado um ano em que lá trabalhava, mas era «muito manhoso», no sentido que não era colocado todo o valor que o empregador recebia, para não pagar impostos, e o resto recebia por baixo da mesa, também não condizia com todas as responsabilidades que exercia. Esteve a fazer

a gerência praticamente, e o dono entregou o bar às funcionárias, ia só ocasionalmente. Fica lá por 2 anos e chega num ponto que «fartou-se» e pede as contas. Começa a entregar currículos e volta para a restauração, desta vez, com recibos verdes (falsos) desde o início, com contrato renovado mensalmente. Contudo, ao fazer a semana de experiência, não recebe o valor por esses dias. Fica entre 6 e 7 meses neste trabalho e estava com planos de ir para Lisboa trabalhar por um tempo, entretanto quando sai desse trabalho começa a pandemia.

Na pandemia, não teve direito a receber nenhum apoio porque não ficou o tempo mínimo a passar recibos verdes para configurar os critérios do apoio. Supostamente, também deu-se conta que, para as finanças e segurança social, apesar de trabalhar desde os 18 anos, nunca esteve a trabalhar. «Estava aí vários anos a trabalhar e pronto, ninguém sabia disso». A mãe ajudou-a, assim como a namorada. Atualmente trabalha como *babysitting*, sendo instável, pois não há sempre demanda. O vínculo é «por baixo da mesa», ou seja, informal, o que a preocupa cada vez mais devido à sua reforma não ser garantida.

Em relação ao peso do trabalho, tanto para si, quanto para a família, dá-se conta que não almeja ter uma carreira profissional específica, como a mãe, por exemplo. Diz: «não me identifico minimamente com isso». A mãe sempre teve a preocupação que os filhos tivessem trabalho, mas nunca cobrou alguma carreira específica.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Gula diz que nunca houve um “momento chave” em que tenha pensado que era uma trabalhadora precária. O que acontece é: «vou debatendo-me cada vez mais e sentindo-me cada vez mais injustiçada em relação ao assunto». Entretanto, há uma ambiguidade na sua identificação, pois se vê enquanto uma pessoa precarizada.

«Sinto-me e se pensar bem provavelmente dou-me conta que a maior percentagem da população são trabalhadores precários.»

Contudo, pondera que a palavra é muito vasta, e isso pode causar confusão. Pensa que as pessoas não sabem o significado de ser precarizado. Dá o exemplo: «trabalhadores explorados, se calhar assim as pessoas já se batiam mais do que acontece...».

Durante a pandemia, como não teve direitos a apoios do governo, a ajuda da mãe foi indispensável. Também houve vizinhos que deram produtos da horta para ela e a namorada. No início, usaram o dinheiro que tinha guardado, mas depois de alguns meses o dinheiro já não deu e chegou a ficar aflita. «Depois ia aparecendo uma luzinha, eu acho que tenho muita sorte. (...) Eu tenho muita sorte de ter tido a ajuda da minha mãe. E a minha namorada também me ajudou muito, conseguiu arranjar cá trabalho». Entende como sorte conseguir sair de situações em que se encontra aflita e recebe uma

ajuda ou consegue um trabalho temporário e informal que não a deixa sem opções de sobrevivência. Então diz que ao seu percurso aplica a frase: «eu considero que tenho sorte».

Também foi na pandemia que ganhou muita consciência sobre si e sobre poder «parar e viver».

«A pandemia, apesar de tudo e do dinheiro que foi o maior problema para mim, para todo o resto da minha vida foi uma grande ajuda. Foi uma pausa incrível, fiz muitas coisas para mim, comecei a ter uma rotina, mudei a minha vida para o dia, comecei a fazer exercícios... (...) Eu adorei. Para além da parte que não tinha que lidar com montes de pessoas constantemente, isso também me fez muito bem.»

Iniciou a prática de ioga na pandemia e por estar a fazer um curso nesta área, almeja que seu futuro seja relacionado a esta prática. Não cogita continuar fazendo *babysitting*, e ainda pensa em viver fora do país aonde entende haver mais oportunidades laborais e direitos trabalhistas.

Sobre o pertencimento a uma classe trabalhadora, a sua reflexão foi realizada durante a própria entrevista. Pensa que nunca havia parado para pensar nisso, pois já julgava que não pertencia, mesmo se considerando trabalhadora. E argumenta que isto pode ser algo dos próprios jovens, que não pensam sobre o futuro e sobre o que são. «Desde que consigas ganhar dinheiro, fixe para ti». Quando fazem a pergunta «o que tu és?» diz nunca saber o que responder. «Nunca me enquadro e isto deixa-me muito frustrada. É o que é». E transpõe esse sentimento ao pertencimento a uma classe trabalhadora. Após alguns momentos tentando definir o que é ser trabalhadora, chega à conclusão de que «trabalhadora precária» a poderia defini-la porque nunca tem um “ser trabalhadora” fixa, às vezes é *babysitting*, por vezes empregada de mesa, com formação em fotografia. Entende que as relações com o trabalho estão a mudar «não só pela forma como os trabalhos funcionam, mas também porque as pessoas estão a mudar a cabeça delas. Cada vez menos pessoas querem trabalhar naquilo a vida toda e cada vez menos aceitam isso. Há muitas pessoas que trabalham 60 anos na mesma coisa sem nunca ter gostado daquilo e isso é sufocante. Cada vez mais gerações, as gerações novas pensam assim. E em relação a tudo. Em relação ao trabalho, em relação ao sítio onde vivem, até as relações, sexualidade....».

«Tudo é cada vez mais fluído... mas é muito mais arriscado assim e lá se vão os direitos. “Ah quer livrezinho assim, ok, então também não tem direitinhos assim”. Ou estás preso na caixa e faz o que eles querem, ou estás lixado e passas fome.»

**Maria — 23 anos — Porto Alegre, Brasil**

«Para ter 5 trabalhos, todos eles são ou mal feitos ou feitos de uma maneira que me adoece.»

### **Urdidura**

Maria nasceu em Porto Alegre, mas até os 18 anos viveu na região metropolitana, entre Cachoeirinha e Gravataí. Filha de pais evangélicos e de uma família pobre, sempre quis trabalhar para ter acesso ao consumo e ao lazer. Considera-se como parte da classe trabalhadora porque vende a sua força de trabalho. Este momento da sua vida é o que mais se sente explorada, precarizada devido ao acúmulo de vínculos laborais que tem. Em todo o caso, deixar estes vínculos não é uma possibilidade, pois são o que garantem sua subsistência e seu poder de consumo e lazer.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Maria nasceu em Porto Alegre, mas vivia na região metropolitana. A família sempre morou entre Gravataí e Cachoeirinha durante a infância e adolescência. Tem duas irmãs, uma 3 anos mais velha e outra 9 anos mais nova que está no ensino médio. Mudavam muito de casa, tanto de uma cidade para outra da região metropolitana (Cachoeirinha e Gravataí), quanto de um bairro para o outro. Foram várias mudanças, porque os pais não tinham casa própria, hoje já tem. Era sempre um período de anos 2 anos em cada casa, no máximo. Sua família é uma família pobre, porém nunca pediram que ajudassem com o sustento da casa, só o seu acesso a consumo era limitado. Então «quis trabalhar desde cedo para conseguir ter as coisas que eu queria». Faz acompanhamento psicológico desde os 11 anos, que foi quando recebeu o primeiro diagnóstico de depressão e passou, a partir de então, ter contato com medicação e psiquiatras. Teve períodos grandes sem acompanhamento, mas tem atualmente feito.

O pai é cearense e na família dele todos fizeram faculdade. A família do pai tem uma realidade diferente da família da mãe no sentido de acesso e rendimentos. O pai fez cursinho pré-vestibular com o ensino médio. Estudava numa escola particular e, quando terminou o cursinho e o ensino médio, já passou na Faculdade de Letras na Universidade Federal do Ceará. Os tios também entraram na universidade federal, era uma demanda dos pais. Por isso, quando o pai desiste do curso na metade, causa um rompimento com a família, foi visto como uma afronta. Ele foi para o Paraná, para um seminário da igreja evangélica que participa, e conheceu a mãe de Maria. Os avós também são evangélicos, mas o estudo num ensino superior federal tinha grande valor para eles. Desde que decidiu ir do Paraná para o Rio Grande do Sul, o pai é pobre, segundo Maria. Os tios sempre ajudaram de alguma forma e toda a família continua morando em Fortaleza.

A mãe nasceu em Viamão e a família continua vivendo lá, tem o ensino médio e a família é pobre. Quando o avô de Maria faleceu, a mãe tinha 9 anos e precisou começar a trabalhar para ajudar com o sustento da família. Foram para a indústria têxtil, ela e as tias. Então, toda a família da mãe costura, e Maria e as irmãs também foram criadas nesse espaço. É um conhecimento e atividade que lhe dá prazer, apesar de não ter tempo para exercê-la.

A irmã mais velha mora em Cachoeirinha e não tem contacto com ela. Diz ser muito diferente uma da outra e não criaram uma amizade, não têm proximidade. A irmã mais nova ainda mora com os pais e, como não tem muito contato com eles, acaba não tendo muito contacto com ela. Depois que foi morar em Porto Alegre, parou de ir até Gravataí, porque fazia todos os dias desde a escola.

A educação foi bem conservadora e religiosa, nunca foram abertas outras possibilidades, então sempre teve atos de rebeldia. A irmã mais velha, por exemplo, preferia ficar quieta para não gerar conflitos e fazia coisas escondidas, mas Maria preferiu desde muito nova brigar e entende que isso pode ter gerado esse atrito com a família. Relata que desde sempre não tinha uma relação de proximidade nem com os pais. Começou quando era bem nova, com 11 anos, quando falou para o pai que não acreditava em Deus. Isso para ele foi uma grande coisa, porque é uma família evangélica praticante e que se constitui desse credo do pai e da mãe. Assim, começaram as divergências em todos os aspectos, não concordam em nada. Nunca teve violência física, mas teve muita restrição, controle, e Maria fazia de tudo para fugir disso.

Quando fez 18 anos, as coisas mudaram um pouco e os pais a «largaram de mão». Antes, já tinham uma postura de distanciamento, Maria diz que «eles entendiam que não tinha o que fazer» com ela e seus argumentos contraditórios com os da família. Entretanto, não era uma situação confortável, só se sentiu confortável quando saiu de casa aos 19 anos, após ter arranjado um estágio pela Prefeitura de Porto Alegre numa escola e mudar-se para a cidade. Ficou mais perto da universidade e do estágio. Foi uma mudança na sua vida porque sentia que já não estava mais em um espaço em que não era bem-vinda. Define a casa dos pais como «um espaço que estava totalmente contra a minha existência». O sair de casa é considerado como um momento de libertação. Mantinha o contato, até chegar a eleição. As eleições de 2018 geraram um rompimento significativo porque o pai e a mãe votaram no Bolsonaro. Maria então rompeu com eles e ficaram um ano sem se falar. Maria se identifica enquanto uma pessoa bissexual, e diz que o pai é LGBTQIAP+<sup>79</sup>fóbico e este seria um dos motivos para além do voto dos pais. Atualmente, retomaram o laço, mas sem muita profundidade, e isso partiu da terapia. Chegou um momento em que pensou: «são meus pais, eu não vou mudar eles, isso não vai acontecer. Eles também não vão me mudar, então... é a família que eu tenho...». Não

---

<sup>79</sup> Sigla que define pessoas que se definem como Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e o + que faz referência para identidades não binárias e gêneros fluidos.

depende financeiramente deles, portanto, se sente no controle para gerir essa relação, fala com a mãe e a irmã mais nova.

Sobre a escola, como tinha depressão e desde muito nova começou a fazer cursos e passava o dia fora de casa, não havia uma cobrança sobre os estudos. Morava em Gravataí, estudava na escola em Cachoeirinha e fazia um curso profissionalizante em Porto Alegre. Era impossível saber onde ela estava durante o dia, e não era uma preocupação deles. Julga que eles supunham que ela não ia conseguir terminar a escola e que não entraria na faculdade.

Hoje está morando sozinha em um apartamento, quando foi para Porto Alegre começou vivendo com o ex-namorado. Está com um problema porque o seu contrato de aluguel é 18 meses fixos, sob pena de multa se sair antes do prazo. Então tem tentado juntar dinheiro para pagar a multa e conseguir se mudar para morar com as amigas num bairro boêmio da cidade. Como sempre vai para lá aos finais de semana, pondera ganhar tempo de deslocação e salvar mais dinheiro morando com as amigas.

O lazer e as sociabilidades são a prioridade da sua vida nos tempos livres. Preza a possibilidade de se quiser fazer algo diferente, conseguir fazer. É para isso que trabalha. «Ser feliz, dar um role, um giro». Sai todo o finais de semana e gasta muito dinheiro com isso. Portanto, os inúmeros trabalhos que tem são para proporcionar lazer e consumo. Quando era adolescente, a maioria das amigas era do bairro e da escola. Na época da escola, as amizades eram um pessoal bem mais velho. Tinha os amigos da escola e os amigos de “dar rolê”. Atualmente a bolha de amigas é bem fechada e com poucas pessoas.

### **Contextura — Percurso formativo**

Do 1º ao 2º ano do ensino fundamental, estudou num colégio particular. Na quinta série, foi para escola pública, em Gravataí, e estudou lá até o ensino médio. No 5º ano foi oferecido um curso anual de informática na escola, e ela o fez. Também por essa época fez um curso de costura, mas que não acrescentou nada mais do que a mãe já havia lhe ensinado. Chumbou no 8º ano porque tinha dificuldade em conciliar os estudos com os biscates que fazia.

«E trabalhar sempre foi uma prioridade, e estudar não. Eu meio que vivia a minha vida assim, levantava, pegava o ônibus e ia trabalhar e depois para a escola.»

Pensa que repetiu o 8º ano duas vezes. O 1º ano do ensino médio também chumbou duas vezes. Nessa segunda vez, quando estava em um estágio numa clínica, decidiu abandonar os estudos porque já era para estar no último ano do ensino médio. Foi quando decidiu, com 18 anos, parar de trabalhar e estudar para o ENEM. O foco não era passar no vestibular, mas sim conseguir uma nota suficiente para garantir o diploma

de conclusão do Ensino Médio, pois não queria fazer a escola da maneira convencional. Não conseguia dar conta de estar no ensino médio, porque não gostava de ir à escola, não fazia sentido nenhum para Maria. Inclusive tem dúvidas porque é que escolheu o curso de licenciatura em Ciências Sociais, se não gostava de ir para a escola.

Fez o ENEM e conseguiu o diploma do Ensino Médio, depois fez o vestibular para uma universidade federal e passou para Ciências Sociais — licenciatura<sup>80</sup>. Explica que a escolha se deu no 8º ano e já tinha decidido fazer sociologia, não sabia que na universidade é chamado Ciências Sociais. «Enfim, eu decidi isso. Botei isso na inscrição do vestibular e passei. Entrei no curso e estou desde 2017».

No primeiro ano do curso, ainda morava com os pais em Gravataí, e ficou estudando e trabalhando como bolsista de iniciação científica durante todo esse ano. Atualmente, o curso está em segundo plano na sua vida, não consegue acompanhar. Já cancelou algumas disciplinas no início do semestre. Agora, com o novo estágio, pondera cancelar mais uma porque não estar trabalhando não é uma opção. Em todo o caso, quer terminar o curso de Ciências Sociais para ter um diploma de ensino superior, assim terá mais chances em concursos públicos e em trabalhos mais estáveis, contudo, não sabe quando conseguirá finalizar.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Por volta dos 13, 14 anos, inicia a trabalhar com biscates. Uma vizinha tinha um negócio de doces na garagem da casa dela, e Maria a ajudava, ficou ali por um tempo. Depois trocou para lavar louça em outro negócio, que também ficava na residência de uma pessoa que fazia salgados e vendia para as escolas do seu bairro. Aos 14 anos, teve o primeiro vínculo formal de emprego, assinaram a CLT como Jovem Aprendiz<sup>81</sup>, o que a fez trocar de escola para uma escola em Cachoeirinha, onde o acesso à Porto Alegre era mais fácil. Ia para o Jovem Aprendiz de manhã, almoçava na escola quando chegava a tempo, tinha as aulas à tarde e voltava para Gravataí de Cachoeirinha para a casa dos pais.

Ao finalizar o Jovem Aprendiz, foi para uma empresa de telemarketing com colegas da escola, que ficava na mesma cidade em que estudava. «Era uma empresa famosa e contratavam todo mundo que ia lá pedir emprego». Ficou por uns 4 meses.

---

<sup>80</sup> No Brasil, os cursos são separados entre licenciatura e bacharelado, que basicamente diferem no foco da carreira profissional a seguir. Licenciatura é voltado para o ensino do curso onde a pessoa inscreve-se, e bacharelado à profissão que este curso acarreta.

<sup>81</sup> O Programa Jovem Aprendiz é oferecido por uma parceria entre empresas, escolas técnicas, instituições públicas como hospitais, por exemplo, e o Governo, visando oferecer oportunidades de emprego e ensino profissionalizante à jovens. Os jovens inscrevem-se, podendo ter até 24 anos, e recebem uma formação pela empresa, instituição parceira e, depois, realizam um estágio em que tem atividades práticas relacionados com a formação recebida. O programa dura, normalmente, um ano, e o salário é 50% do valor do salário mínimo. Mais informações disponíveis em: <https://jovemaprendizbrasil.net.br/>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

Mudou para um estágio na Caixa Econômica Federal<sup>82</sup>, por indicação de uma colega da escola. Dos 16 aos 18 anos, fez estágio em uma clínica como recepcionista, através da indicação de sua ex-sogra. Ficou desempregada para estudar para o ENEM.

Quando entra na universidade, se candidata a uma bolsa de iniciação científica<sup>83</sup> que permanece durante um ano. Quando se inscreve para um estágio pela Prefeitura de Porto Alegre, voltado a discentes de licenciatura para trabalharem com a inclusão de crianças numa escola municipal, entende-se com renda suficiente para sair da casa dos pais. Desde então, começa a sobreposição de atividades. Não renovou o seu contrato de estagiária com a Prefeitura de Porto Alegre, em que eram previstos até 2 anos de vínculo, pois chumbou em uma disciplina pela primeira vez. A partir de então, vive alguns momentos de maior ou menor tensão em relação aos rendimentos. Junto a bolsas de extensão na universidade, principalmente em COMGRADs<sup>84</sup>, começa, também, a procurar empregos em sites específicos e inicia um “*freela*”<sup>85</sup> que mantém até hoje (faz 3 anos que iniciou). São cadastros em sites específicos de concessionárias de carro que possuem um tempo específico, cronometrado, para essa tarefa. Os dados a serem preenchidos são retirados de uma planilha no Excel, que possui dados de pessoas, tais como: nome, e-mail, telefone e um link de uma concessionária de carro. Maria não sabe explicar o que é especificamente, pois nunca perguntou. Mas, provavelmente, as pessoas estão interessadas em comprar um carro específico da concessionária e receberá uma ligação. Ganha entre R\$1 e R\$1,50 por cada cadastro, dependendo da concessionária. Trabalha todos os dias, sem exceção.

Já teve também um brechó, loja de roupas de segunda-mão, em que vendia por uma rede social. Mas, como é muito trabalhoso manter a procura e a busca por roupas, e as suas manutenções e exposições por fotos, tem deixado de lado. Esse trabalho surge num momento em que não tinha dinheiro para pagar o aluguel e começa a vender sua

---

<sup>82</sup> É uma instituição governamental, fundada em 1861 como Caixa Econômica da Corte, e que em 1969 se torna uma empresa pública que promove empréstimos, financiamentos de habitação, pagamento de valores da segurança social, entre outros. Mais informações disponíveis em: <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

<sup>83</sup> A universidade possui dois tipos de bolsa para discentes de graduação, as bolsas de extensão e as bolsas de iniciação científica. As bolsas de extensão tem, por vezes, um caráter mais de prática de determinadas funções na universidade (COMGRADs, por exemplo) ou de projetos específicos que unem a comunidade acadêmica e a sociedade civil. As bolsas de iniciação científica, como o próprio nome já diz, são ofertadas para a experiência de pesquisa científica por meio de um projeto de docentes vinculados à universidade. Estas bolsas possuem, normalmente, remuneração de R\$400,00, significando menos da metade do valor do salário mínimo do Brasil em 2021, que foi de R\$1.100,00.

<sup>84</sup> COMGRAD — Comissão de Graduação. É um órgão específico da universidade com representações de discentes, docentes e servidores públicos que prestam serviços de apoio a assuntos referentes a graduação.

<sup>85</sup> Profissional *freelancer*, tipo de atividade que começou a ser muito comum e que não prevê necessariamente um vínculo formal. Pode se algo esporádico ou de vínculo informal inapropriado devido à frequência realizada. Pode ser popularmente chamado de “*freela*”, “*free*” ou a pessoa se autodenominar enquanto “*freelancer*”.

roupa. Além disso, começaram a surgir oportunidades que davam mais dinheiro com menos tempo de trabalho. Também começou outro *freela*, por indicação da sua psicóloga, fazendo a digitação de guias de convênio de saúde de pacientes de uma Clínica de Psicologia, ganha R\$1,00 por guia digitada. A psicóloga a escuta muito reclamar de falta de dinheiro, então a indicou para fazer esta tarefa para uma clínica de uma amiga.

Um pouco antes das entrevistas, começou um novo estágio, sem vínculo com a universidade, também indicada por um amigo, num escritório de advocacia. Desde o estágio na Prefeitura de Porto Alegre, não tem um vínculo estável e fixo de trabalho, com uma remuneração mais consoante com o valor do salário mínimo, mesmo em muitos casos sendo abaixo deste. Nesse estágio, tem o horário das 12h às 18h, e tem de abrir o Skype e ficar conectada por todo o tempo do turno. A tarefa é negociar pagamentos do dinheiro confiscado por 18 meses das poupanças e contas correntes (Confisco das Poupanças sob o Plano Brasil Novo) na época em que Fernando Collor<sup>86</sup>, devido à crise financeira no país. As pessoas processaram o banco e o escritório no qual trabalha representa um banco. Considera que foi “sorte” terem a contratado porque precisavam de mais pessoas para essas negociações, uma vez que não é estudante de direito e nem de uma área correlacionada ao escritório.

Atualmente trabalha com: uma bolsa de extensão na universidade em uma COMGRAD do curso de Design, 4 horas diárias; como secretária de um tatuador de São Paulo em que agenda as tatuagens para quem envia mensagem por WhatsApp, e o tempo varia conforme a demanda, ganha um valor fixo por mês; os cadastros no site das concessionárias, que varia conforme o número de cadastros que tem que fazer; digitação de guias de convênios de saúde, que varia conforme a quantidade; e o estágio no escritório de advocacia. Antes da pandemia, já recebia um auxílio da universidade por ter acesso ao benefício da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis<sup>87</sup> (PRAE), que, na pandemia, torna-se no valor de R\$400,00 para ajuda de custo com internet e alimentação.

Em relação à construção do significado do trabalho e do seu peso no núcleo familiar e na sua vida individual, nunca lhe foi pedido que trabalhasse para “ajudar” em casa. Entretanto, o peso do trabalho entra como porta de acesso ao consumo e, mais tarde, para independência da família em que entendia não se encaixar e nem ser bem-vinda.

---

<sup>86</sup> O Plano Collor, realizado em 1990, um dia após sua posse como presidente, consistiu, num novo plano econômico que, entre outras medidas, realizou o bloqueio das cadernetas de poupanças, também de contas correntes foram retiradas do banco por 18 meses. Mais informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u39348.shtml>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

<sup>87</sup> A PRAE oferece, aos estudantes que comprovarem o perfil de vulnerabilidade socioeconômica, o acesso a benefícios, tais como auxílio para o transporte, para a alimentação, etc. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

«Eu preciso do dinheiro (...) para sobreviver e para me divertir... procurando coisas de escape, lazer... manter a minha subsistência e onde eu estou agora e conseguir fazer a manutenção do que está acontecendo na minha vida.»

Depois que começa a trabalhar e estar na casa dos pais, não lhe foi mais oferecido a compra de roupas e bens de uso pessoas, ficaram a cargo de Maria, por mais que não precisasse ajudar nas contas. Os pais, inclusive, a incentivavam a trabalhar por acharem ser uma coisa importante e, também, por serem pobres e perceberem a sua frustração em não ter as coisas que eu queria. Era uma solução a esse problema de não ter acesso a certas coisas e de eles não poderem dar.

Exatamente por isso, o trabalho significa subsistência e acesso. Desde a possibilidade de ir morar sozinha até o lazer e o consumo de bens. Não abre mão da vida que tem e onde está financeiramente pela faculdade ou por ter que trabalhar menos. Voltar para a casa dos pais não é uma possibilidade. Compreende que a única coisa que fica fora da sua vida, no momento, realmente, é as ciências sociais.

«O trabalho dou um jeito, eu vou lá e faço o trabalho. Eu preciso do dinheiro, então vou lá, faço, tudo certo. E eu acabo priorizando o que resta do meu tempo para eu desopilar, ficar *chilling*, ficar feliz e é isso.»

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Em relação à precariedade, diz que, hoje, é o momento da vida em que mais se sente explorada. Além disso, como está com 5 vínculos de atividades, diz fazer tudo mal feito.

«Para ter 5 trabalhos, todos eles são ou mal feitos ou feitos de uma maneira que me adoce.»

Normalmente trabalha até às 2h, 3h da manhã e tem que acordar às 8h para já começar a trabalhar e conseguir dar conta de tudo. E não dá conta, pois esquece, às vezes, de algo, afinal são muitas coisas. Contudo, leva do jeito que dá. Diz: «sou uma pessoa organizada, me considero uma pessoa organizada, mas não é fácil. Tenho dificuldade para... dar conta de tudo isso, de encontrar tempo...». Afirma ter tido sempre certeza da precariedade das atividades que faz. Precisa de dinheiro e faz qualquer coisa por isso.

«Eu ganho muito pouco em relação às coisas que eu faço e do quanto elas me demandam trabalho, eu ganho muito pouco. E por isso que tenho 5 empregos, porque preciso de mais dinheiro que isso. Cada emprego me paga muito mal, então.... tenho

noção assim, sou eu que pago a internet, que pago a luz, sou eu que pago a minha refeição, e eu não tenho nenhum direito. Então eu nunca tive dúvida sobre o quanto é um trabalho precarizado. Mas eu nunca estive no lugar de poder dizer não para o trabalho. Quando me ofereceram era porque eu tava precisando muito, e eu ainda preciso muito e vou seguir fazendo talvez até eu encontrar um trabalho que seja só um turno e pague todas as minhas contas. Porque isso que é difícil eu encontrar. (...) Se eu conseguir um emprego de 8 horas eu não vou conseguir pagar todas as minhas contas. Então é inviável que eu largue tudo e vá atrás de um trabalho. Eu preciso continuar mantendo isso do jeito que está. E até conseguir mais...»

Por isso, também, argumenta que mais vale ser precarizada do que estar desempregada, «porque eu desempregada, tô na rua passando fome (...). Antes precarizada do que desempregada». A incerteza do valor que receberá no mês também é uma coisa que lhe preocupa, e isto está relacionado com a sua dependência com as demandas de trabalho que lhe dão. Uma dupla incerteza, a de demanda e a de remuneração se a demanda for pequena.

Sobre o significado de trabalho precarizado, entende que a sua compreensão é do senso comum. Sabe o que é um trabalho digno e automaticamente deu-se conta de que está em trabalhos precarizados. Fornece, como exemplo, o trabalho dos cadastros para as concessionárias. «É um trabalho que tenho de segunda a segunda, feriado, natal, ano novo... vou estar trabalhando todos os dias. Eu não tenho folga, e pelo menos uma folga é o mínimo de um trabalho digno. No momento que entrei nesse trabalho eu já sabia que era precarizado porque me foi dito que eu não teria nenhuma folga».

A pandemia trouxe muitos trabalhos e dinheiro. Só conseguiu manter os vários vínculos de trabalho porque está em casa e, para Maria, a pandemia trouxe isso de bom. Também possibilitou que saísse da casa do ex-namorado, onde vivia quando se mudou para Porto Alegre. Porém, o lado negativo é que são trabalhos ruins, na sua opinião, e que muitas vezes precisa trabalhar de madrugada para dar conta. Trabalha todos os dias. Além disso, não tenho convívio de uma relação de trabalho com outras pessoas, isso é ruim. O dia parecer ter muito mais demandas do que poderia ser. Não sabe como seria ter 5 trabalhos fora da pandemia.

Considera-se como parte da classe trabalhadora porque faz trabalho para outras pessoas. Estas ganham uma quantia com seu trabalho, e ela outra, sendo que é ela quem está fazendo o trabalho.

Não tem preocupação com o futuro hoje. Para Maria, julga que sua vida tem se encaminhado. Terá um diploma do ensino superior e poderá fazer concursos públicos ou conseguir um emprego na sua profissão. Não consegue pensar muito adiante. Quando questionada sobre um futuro real e um futuro ideal, diz que «não tenho tempo para ficar pensando que impactos isso tem ou vai ter na minha vida». Contudo, se sente

mais velha do que é, e lembra que tem apenas 23 anos. Sabe que não quer seguir nas ciências sociais, mas deseja concluir o curso para ter um diploma do ensino superior. A certeza da realidade é que precisa manter vínculos laborais para a sua sobrevivência.

Como pensamento para um futuro ideal, fala em ter um emprego por meio da CLT, com 8 horas de trabalho por dia e com todos os direitos garantidos por lei. Contudo, precisaria que fosse um valor que desse para pagar as contas. Também pondera ter sua própria marca de roupas, mas não pensa muito sobre isso ainda.

### **1.1.2. Precariedade de percurso remendado**

Neste perfil-tipo encontram-se: AOC (41 anos — Brasil) e Leandro (23 anos — Brasil).

A peculiaridade desta tipologia se dá devido ao enquadramento das atividades enquanto remendos. Ou seja, a desvirtuação do vínculo. Os vínculos, nestes perfis, são frágeis em diferentes níveis, contudo, configuram-se desvirtuados de sua origem. AOC é terceirizado por uma entidade que oferece aos funcionários de determinado escalão para serviços públicos, em funções que deveriam ser públicas. Leandro possui dois vínculos em simultâneo, mas o que o enquadra neste perfil é ter um vínculo como falso MEI, numa agência de publicidade. Função esta que se enquadra enquanto assalariado.

#### **AOC - 41 anos — Porto Alegre, Brasil**

«O que estraga o trabalho é a exploração. Então o desempregado hoje não tem dinheiro para sua família. Não tem o seu sustento. Já quem está trabalhando precarizado, pelo menos terá algo para poder se alimentar. Ou se “organizar” [economicamente] digamos assim, eu boto se organizar entre aspas porque a precarização não faz com que tu te organize. Mas sim que tu viva, tu sobreviva.»

#### **Urdidura**

AOC tem 41 anos e nasceu na região metropolitana de Porto Alegre. Atualmente trabalha como educador social em regime assalariado/terceirizado, em um equipamento de assistência social do município de Porto Alegre e, concomitantemente, faz a segurança noturna do mesmo local, com o mesmo regime laboral. Há dias em que passa mais de 24h no espaço de trabalho, pois a vigilância noturna supõe dormir no espaço. Estava, à época, no processo de finalização da faculdade em Serviço Social. Foi

pai aos 19 anos e hoje tem 4 filhos. Se revê enquanto trabalhador pertencente à classe trabalhadora e com vínculos laborais precarizados.

### **Trama familiar e sociabilidades**

O percurso familiar é inicialmente composto pela mãe, AOC e o irmão 4 anos mais novo. O pai saiu de casa quando AOC tinha 4 anos e o irmão era recém-nascido. Quando tinha cerca dos 12 anos, a mãe une-se com outra pessoa, que faz parte da vida familiar desde então. Contudo, a criação, a responsabilidade e os cuidados eram providos pela mãe. Conforme AOC, ele foi isento na criação dele e do irmão, pois a mãe não permitia que se intrometesse; mas existe uma relação de respeito e cumplicidade.

A mãe sempre foi empregada doméstica, desde os 12 anos, quando ainda morava na cidade de Camaquã, que fica na região metropolitana de Porto Alegre. Se muda para Porto Alegre, onde trabalha em casas durante o dia, AOC e o irmão ficavam em creches (quando o dinheiro era suficiente) ou com pessoas do bairro que os cuidavam. Quando era adolescente, começa a vender produtos de maneira informal (fazia pastéis, vendia produtos de limpeza) para ter dinheiro para as suas demandas, como cortar cabelo e comprar roupa. A mãe conclui o ensino médio, secundário, pela EJA — modalidade de ensino para quem não conseguiu finalizar o ensino médio na idade regular —, na mesma escola que o seu irmão mais novo fez o ensino médio regular. Depois disso, a mãe consegue aceder empregos mais estáveis e melhor remunerados, acaba se aposentando, reforma em Portugal, como educadora social de abrigo infantil, para crianças sob proteção do Estado. O irmão mais novo é o primeiro da família a ter um diploma do ensino superior, se formou em História. Define a relação como «nós somos próximos e somos distantes. Crescemos juntos, eu praticamente cuidei dele», mas como os dois casaram cedo, acabaram por se distanciar.

Quando tinha 19 anos, houve um esforço dos tios paternos para uma aproximação do pai com ele e o irmão. Havia reuniões familiares mensais da parte paterna, e os dois foram apresentados a essa parte da família. O vínculo com o pai não se aprofunda, fica restrito ao comparecimento nessas reuniões familiares. Após os avós faleceram, as reuniões «se desconfiguraram», mantém um contacto apenas com um dos vários tios.

Ainda aos 19 anos, consegue o primeiro emprego como atendente de “*telemarketing*”, operador de *call center*, e em seguida se casa e nasce o primeiro filho. Ele e a ex-esposa foram casados em torno de 18 anos, e tiveram 4 filhos desta união. A partir desse momento, o trabalho era o sustento da casa, como seguem a religião evangélica, «a mulher ficava em casa para cuidar dos filhos». Este foi o acordo entre eles. Dessa forma, todo o sustento vinha do trabalho de AOC apenas. «Todos empregos que eu passei foi mais para preencher vaga assim. Preencher vaga não, mas para trabalhar, não era um lugar que eu queria ou específico». Não havia espaço para gosto

ou interesse, pois o sustento era a maior prioridade. A relação com os filhos, até pouco tempo atrás, era de um “corpo presente” e não o pai, diz AOC. «Eles não tinham um pai, eu sempre estava muito cansado e não conseguia dar a atenção para eles quando estava em casa. Era aquela do homem levar o rango para casa e a mulher ter que cuidar das crianças».

Quando criança e adolescente, os seus amigos eram do seu bairro e da escola. O trajeto até a escola era conflituoso porque tinha que passar por uma vila que pertencia aos “contra”, então sempre teve que tomar cuidado. «Usava uma barra de ferro na manga para ir para o colégio, para poder passar por eles. Hoje não, hoje é um tiro. Tu mata. Seria inviável ter esse tipo de comportamento». Foi nesse período que começou a fumar maconha devido às companhias que tinha no bairro, «era uma relação comum, com a vila, com a comunidade». Participava de uma turma de adolescentes.

«Na comunidade não havia essas linhas imaginárias que dividia as pessoas. Então se tu vais jogar bola, na época, na periferia, tu tá jogando bola com todo mundo. Não importa quem é ou o quanto está envolvido [com o tráfico]. Naturalmente, tu acaba tendo uma relação com essas pessoas. E então foi algo bem natural, digo natural é que não fui induzido àquilo, mas tem envolvimento. Tu acaba, te envolvendo com pessoas na questão da amizade, do jeito de ser, e não da forma que ela usa daquele tempo para ela. (...) Acabei me envolvendo né. (...) Acabei adquirindo uma certa autoridade também, que foi algo bom para a época, se tem uma autoridade, tem um nome.»

Argumenta que o “AOC tímido” sempre esteve lá, mas devido às companhias se sentia apto a explorar essas relações. Dos 15 aos 19, tinha uma locadora de vídeo game (popularmente chamada *lan house*) com alguns amigos, frequentava uma entidade religiosa que participava de oficinas como capoeira, e acabou criando um grupo de pagode que vira depois um grupo de rap. Também fez oficinas de teatro por um projeto da prefeitura no bairro em que morava.

Foi nesses espaços de sociabilidade do bairro que conheceu a ex-esposa. Logo após ter casado, começa a frequentar igrejas evangélicas por incentivo dela. A sociabilidade da família era neste espaço religioso. «Era casa, Igreja, trabalho». Para AOC, por pelo menos 10 anos, foi uma experiência profunda de espiritualidade e de estudos. «Eu me aprofundei, fiz cursos de teologia básica e média. Acabei tornando-me responsável por uma igreja», isto na época que estava desempregado, mas nem por isso recebia pela responsabilidade. Atualmente não frequenta com regularidade e não se importa com o seguimento, e sim na sua crença e interpretação da Bíblia.

“Foi importante. Uma questão de fé. (.....) Foi uma questão assim de compreender, de obter paciência, de um controle (...) uma evolução interna, um crescimento interno.

Me promoveu isso. Até mesmo de lidar com outras pessoas, na forma me ajudou bastante.”

O processo do divórcio foi complicado. Em 2019, AOC pede o divórcio na justiça porque a ex-esposa parecia não querer “assinar os papéis”. Dessa forma, entra na justiça, com um defensor público; já a esposa acessa um Serviço de Assessoria Jurídica Universitária sendo acompanhada por advogadas. Conta que na audiência houve um acontecimento estranho, quando chegou na sala específica, parece ter sido conduzido ao lugar de acusado pela juíza, quando olham os papéis dão-se conta que o solicitante era ele, e então pedem que façam a troca de lugares. A sua ex-esposa é uma pessoa branca e AOC compreende que pode ter sido uma das causas do equívoco. «Só de olhar já me botaram num lugar». Foi decidido que pagaria pensão para as crianças de 35% do seu salário e, também, uma pensão para a ex-esposa por um período, menos de um ano. Como seu salário não seria suficiente, teve que recorrer ao trabalho de motorista por aplicativo, TVDE<sup>88</sup>. Se sentiu lesado, pois o acordo firmado, com a conivência de seu próprio defensor de justiça, consumiu muito do seu salário, tanto que teve que recorrer a outra forma de remuneração. Relata que os Recursos Humanos do seu empregador chegou a comentar com incredulidade o acordo firmado, dizendo que nunca havia visto algo parecido. Hoje AOC fica com 3 dos filhos a cada 15 dias, e todas as quartas-feiras dorme na casa deles. «Eu fico pensando no quanto que eu posso, o que eu realmente estou dando para eles dentro dessa configuração em que eu já chego cansado». A filha mais velha mora com uma tia e a ajuda no cuidado do seu filho, trabalha como estagiária e cursa técnico em nutrição.

Em relação à sociabilidade, diz-se tímido e por isso não tem muitos amigos, os atuais são do ambiente de trabalho. Comenta ter que se esforçar para ter que falar em grupos, e entende que isso somado à timidez colaboram para ter poucos amigos. Fora o passado de rotina familiar intensa devido aos filhos pequenos e o frequentar à igreja.

«A falta dessa amizade que tu traz, profunda, digamos assim, faz com que realmente tu retrocedas. Digo retroceder, porque à vezes, tu falando consegue ganhar dois passos. E (...) aprendi então que o meu silêncio estava me prejudicando, então de um tempo para cá consigo formar com (...) poucas pessoas, eu tenho algumas pessoas que sim, eu converso coisas da minha vida.»

As pessoas próximas não necessariamente têm um perfil de princípios de vida parecidos. Comenta ter um amigo católico, outro da umbanda, mas afirma que religião

---

<sup>88</sup>No Brasil são chamados de motoristas por aplicativos. Em Portugal são caracterizados pela sigla TVDE, que significa Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica.

difere de outros aspectos. Hoje tem explorado retomar o estudo de música, da gaita de boca, e também tem o desejo de fazer um curso de espanhol, apesar de compreender que essas atividades são cumulativas as que já tem obrigação enquanto trabalhador. Sobre o que faz para ter lazer responde:

“Lazer entendo como um prazer momentâneo assim. Hoje, como estou bem no modo “executável automático”, eu associo o prazer a algum sentimento, por exemplo, quando estou fazendo um churrasquinho e tomando cerveja.”

### **Contextura — Percurso formativo**

O percurso escolar foi realizado em escolas públicas até o 1º ano do ensino médio (10º ano do secundário). Não havia uma pressão da mãe para tirarem boas notas, «a mãe só mandava para a escola, é outra geração que não era a da conversa como tenho hoje com os meus filhos». Fala que como era muito magro e pequeno, sofria com os mais fortes que roubavam seu lanche «como eu era bem magrinho, o meu lanche era roubado, o meu pão com manteiga. Então, foi bem difícil», além disso, ganhava roupas das pessoas e por vezes isso poderia ser motivo de chacota. Foi quando se juntou com um amigo mais forte e se protegeu desse tipo de aproximação. Mas já era uma pessoa tímida e reservada, tinha 2 amigos na escola. Quando começou a ter que usar ônibus, diz ter sido uma humilhação ter que passar embaixo da roleta, a catraca do ônibus, autocarro em Portugal.

Decide abandonar os estudos por não se rever no sistema de ensino noturno e sentir-se “largado” (quase que sem comprometimento dos professores e da escola). Recorre a um ensino privado do tipo supletivo, onde faz uma prova com os conteúdos de todos os anos do ensino médio para então receber o diploma. Se matricula em um curso de informática numa escola técnica privada que o possibilita entrar em dois estágios. Isso garantiu o sustento da sua família, se alimentava com o valor das gorjetas que recebia ao levar os equipamentos a casa das pessoas da loja de artigos eletrônicos que trabalhava em um dos estágios. Chegando ao final do curso, não consegue finalizá-lo porque, como não tinha computador em casa, não tinha como realizar o projeto final. Durante todo o curso, utilizava o equipamento no estabelecimento de ensino. Abandona o curso por causa disso. «Se na época eu tivesse, essa, entendimento. É claro que o técnico informática.... se não eu não tenho condições de comprar um computador não teria feito.» Mais tarde, pede uma bolsa de estudos para o ensino superior, 3º ciclo, a uma pessoa que conhecia da entidade religiosa que fazia projetos sociais (teatro, etc.) no seu bairro. O senhor com quem fala diz para que ele faça o vestibular, afirmando que ele arranjará a bolsa de estudos na instituição privada. É aprovado em duas universidades privadas, em uma para o curso de Ciências Contábeis e em outra para Serviço Social. Avalia que o curso de serviço social não dava dinheiro, como a época já

tinha o primeiro filho, opta por ciências contábeis. Avisa a pessoa da entidade em que havia pedido a bolsa de estudos, que o deixa esperando. Até que se dá conta que a bolsa não iria vir. Já estava desanimado com as prestações da universidade por pagar, pois contava com a bolsa. Havia também a disparidade de ensino dos colegas, muitos cursavam economia pela manhã e tarde e faziam ciências contábeis pela noite, acaba por cancelar mais este curso. Fica um grande período fora do ambiente formativo.

Em 2018, acede a um curso à distância de Serviço Social, mas não se adaptou devido ao processo de separação, a ida da ex-companheira para o interior, tendo que ficar cuidando de todos os filhos sozinho enquanto trabalhava. Retoma em 2019, com aulas online, mas em outra instituição. Ressalva que só conseguiu fazer o curso todo desta vez, pois arranjou o emprego como segurança noturno, que lhe dava acesso a computador e internet no espaço de trabalho, e é mais fácil para se adaptar à rotina que tem. Formou-se no primeiro semestre de 2022. Diz ser um desafio o trabalho enquanto educador e a formação em serviço social, tem que separar esses dois *modus operandis* no trabalho. «Para o estágio, aqui tu não podes pensar como educador social, tu tens que pensar como assistente social.»

### **Enfesto - Percurso laboral e o peso do trabalho**

O percurso laboral informal é iniciado na adolescência com biscates para ter acesso a uma roupa, produtos de higiene, corte de cabelo, lazer. A mãe e o padrasto sustentavam a casa, mas AOC ajudava em algumas contas quando começou o emprego formal e antes de ir morar com a ex-esposa, apesar de a mãe nunca ter pedido. Nunca houve um peso para que iniciasse logo um trabalho, que colaborasse com a manutenção da casa, havia uma instrução de onde procurar. O primeiro emprego formal, «com carteira assinada», foi com 19 anos. Logo em seguida, sai de casa para morar com a companheira, pois haviam casado. Inicia na empresa como atendente de *telemarketing*, mas permanece por um curto período, até ser demitido. Fica por volta de 4 anos desempregado e, nesse meio tempo, faz alguns biscates, foi organizador de produtos no supermercado e trabalhou em uma empresa de vigilância, instalando alarme. Foi a entrevistas, nas quais por telefone já estava selecionado, mas, quando chegava, lá não o queriam mais como funcionário. No meio do curso de informática vincula-se em dois estágios simultâneos.

Os estágios eram para garantir o sustento da família, muito mais do que colocar os conhecimentos do curso em prática. Sua alimentação durante o dia dependia das gorjetas que recebia pelas entregas para a loja de informática. Ao final do curso, o empecilho tornou-se a sua conclusão, era necessário elaborar um trabalho final que precisava de um computador para fazê-lo. AOC usava o que tinha disponível na sede do curso, desta forma, como as aulas haviam acabado devido a essa realização do projeto final, impossibilitou-o de realizar a conclusão. Diante disso, por não frequentar o curso,

a sua permanência nos estágios também foi prejudicada, quando passou para uma empresa de *call center*. A sua função era a qualidade das ligações que eram realizadas, enquanto auxiliar da coordenação.

Durante os 17 anos que ficou nessa mesma empresa, em 6 destes fez seleção para virar supervisor. Inicia como atendente, passa a avaliador da qualidade das ligações e, depois, como auxiliar da supervisão. Fez inúmeras formações durante os 6 anos que tentou passar na seleção, e, mesmo assim, não passava. Só foi efetivado como supervisor quando ficou próximo de um dos coordenadores. Após ter sido selecionado, este vem falar com ele a respeito de “algumas dificuldades na forma dele falar”, diz não ter entendido muito bem e acatou o compromisso de mudar, tinha receio de perguntar após tantos anos de tentativas. Foi nesta época que teve o melhor salário e condições de vida para a família. Percebeu como era desafiadora a vaga, havia muita pressão tanto para liderar sua equipa, quanto para esta bater metas, devido às campanhas de incentivos que aumentavam o salário. Nesse meio tempo, houve uma troca na coordenação, o que acarreta num mau relacionamento, o que acaba por motivá-lo a demitir-se, despedir-se.

Ao sair deste trabalho, vai para uma empresa de cartões de crédito que faz promoções e vendas destes em quiosques nos supermercados e centros comerciais. Diz ter sido um emprego muito traumático porque haviam metas para bater e, quando tentava vender para as pessoas, percebia que elas não tinham dinheiro sobrando e vender aquele cartão de crédito seria colocá-las numa condição de mais dívidas. Ficava com medo de ouvir o telefone tocar porque poderia ser o gerente reclamando que não havia batido as metas necessárias. Vivía na contradição de precisar do emprego e não concordar com ele, além de achar a tarefa que lhe cabia desonesta.

Fica desempregado e demora a conseguir um vínculo laboral, enquanto isso faz muitos biscates, pois o maior objetivo era levar comida e dinheiro para as contas da casa. Um amigo lhe oferece uma vaga de educador social num abrigo de jovens meninos, onde a instituição responsável era evangélica. Os trabalhadores serem evangélicos era um requisito nessa instituição. AOC aceita, mas não faz a menor ideia do que era ser educador social. Conta que, no primeiro dia, vai de terno e sapato social, como ia para a empresa de *call center*. Só quando chega lá é que percebe que terá o contato direto com adolescentes com percursos de vida muito sofridos, que a roupa não se encaixava para a situação, e de que não fazia a menor ideia de como exercer aquela atividade de trabalho. Mas, como precisava sustentar a família, decide tentar continuar a todo custo.

Ao se familiarizar com a função de educador social, começa a crescer na hierarquia do abrigo e torna-se líder do plantão da noite, sendo uma referência para a equipe de educadores sociais. Acumula a função de educador social em outro abrigo durante o dia. Neste mesmo momento, surge uma vaga para educador social diurno com a população de rua em outra entidade religiosa, com referência ao Centro de

Referência de Assistência Social<sup>89</sup> (CREAS) que agrupa três bairros do município de Porto Alegre. Se candidata e é selecionado para a vaga. Permanece com a jornada dupla de trabalho, durante a noite, no abrigo para adolescentes e crianças e, durante o dia, no equipamento de assistência social como educador social da população de rua.

Em um dado momento, a instituição terceirizada e responsável pelo abrigo que trabalhava à noite desvincula-se e a prefeitura de Porto Alegre lota funcionários públicos para o local, findando o contrato de AOC. Ele então vê uma oportunidade de vaga para educador social dentro do CREAS, onde já trabalhava com moradores de rua por uma instituição terceira, mas agora para trabalhar com a população (os utentes) lotados neste equipamento de referência da assistência social. O salário era melhor, e com essa vaga pôde ficar em apenas um emprego.

Permanece com este contrato e esta instituição terceirizada no CREAS, de 2014 a 2017, que é quando muda a organização responsável pelos educadores sociais. Um novo edital é aberto e outra instituição entra no lugar da gestão dos educadores sociais destes equipamentos de políticas da assistência social. Com esta mudança, há também uma alteração nos salários, uma redução de cerca de R\$400. O que dificulta sua organização da renda familiar, uma vez que o esperado é sempre que o salário aumente e não diminua. Ainda mais porque o local e a atividade de trabalho permanecem sendo os mesmos, e a única alteração havia sido o CNPJ da organização selecionada para realizar a gestão de funcionários terceirizados.

Atualmente ainda trabalha nessa organização, o edital ainda vigora. Devido à situação do divórcio e da pensão que teve que pagar para a sua ex-esposa, entre 2019 e 2020, trabalhou como TVDE para juntar o valor que precisava para a pensão. Há algum tempo, iniciou outro vínculo CLT, para além de educador social. Está como vigilante noturno do CREAS, equipamento que trabalha durante o dia. Acumula essas duas funções também pela necessidade, devido ao aumento dos preços das coisas desde a pandemia.

Em relação à sua profissionalização como assistente social, uma vez que está finalizando o curso, explica haver uma alteração de pensamento do profissional que era enquanto educador social, e do que é hoje ao estar se transformado num assistente social. Diz ser uma consciência diferente, e que a sua experiência de vida e de idade também auxiliam nessa consciência. Compreende serem funções com atividades diferenciadas e, por isso, precisa separar quando executa tarefas enquanto estudante e quando está enquanto educador social.

---

<sup>89</sup>O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. São recebidas por uma equipe multidisciplinar, através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Mais informações em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

Durante esse percurso laboral, houveram algumas situações de racismo, percebidas por AOC enquanto uma pessoa negra, preta. Diz preferir não se aprofundar no assunto, até porque são coisas que ainda não trabalhou dentro dele direito, afirma. Mas entende as situações que viveu como um racismo de “senso comum”, que existe como algo dado e “natural” na sociedade. Além disso, há lugares com mais e lugares com menos racismo. Áreas mais disputadas do mercado de trabalho, como a informática e o marketing, são lugares propensos a discursos racistas e de classe. E, quando começa a trabalhar na área da assistência social, percebe que este lugar de raça e classe o aproxima dos usuários do equipamento público. Ser uma pessoa negra que ocupa um lugar de vínculo e contato direto com pessoas vulneráveis colabora ao exercer suas funções. Ser uma pessoa negra a executar um serviço de assistência social e garantia de direitos num equipamento público, em um país onde a maioria da população é negra, é um ponto favorável porque passa a impressão, e de fato na maioria das vezes é verdade, de que essa pessoa estará a favor dos utentes. E é exatamente esse espaço de trabalho que lhe proporciona uma consciência política e crítica. Enxerga-se tanto como trabalhador, quanto pessoa negra. A classe também está neste conjunto de reflexões que começam a emergir. A sua consciência política e a sua consciência crítica se devem a essa experiência de trabalho.

#### **A rede e o arremate — a precariedade**

O primeiro contato com a palavra precariedade foi na área da assistência social, o seu local de trabalho como educador social. Normalmente é associada na relação entre o trabalhador e o empregador. No equipamento de assistência social, na execução de uma política pública e social, é associada à, por exemplo, falta de transporte para fazer as visitas domiciliares das famílias referenciadas no serviço. Também é relacionada às condições laborais dos trabalhadores concursados e dos trabalhadores terceirizados, para denominar o que acontece pelo mau uso e acesso a recursos para execução desse trabalho.

Em relação a si próprio, relaciona a consciência da precariedade vivida por si quando se dá conta da troca de valores salariais durante a mudança de entidade terceirizada e sua empregadora. Além disso, não é disposto um subsídio insalubridade para a sua função, e mesmo assim tem que lidar com pessoas em vulnerabilidade, situação de rua e que possuem muitas vezes doenças infecciosas, como tuberculose, por exemplo. Critica, também, a não existência de um treinamento adequado para o exercício da função, os «educadores sociais, são jogados nos equipamentos sem formação anterior», prejudicando tanto a execução quanto a garantia de direitos e à cidadania, previstos por essas políticas públicas sociais, pois é necessário haver conhecimento de quem as executa. Há uma luta para que a profissão seja regulamentada e considerada um cargo público, no sentido de exigência de uma

qualificação. Já existe uma formação técnica específica para educadores sociais e é importante a valorização dessa profissão no sentido do caráter que ela tem na política da assistência social e nos equipamentos de assistência social promovidas pelo município de Porto Alegre.

Faz uma analogia do conceito de precariedade com a expressão empobrecido. A condição de ser “empobrecido” é imposta às pessoas pobres no sentido de um julgamento por características físicas, da cor da pele, do modo de se vestir. «O negro não era pobre, ele foi empobrecido», diz. Entende que a maioria dos negros foram empobrecidos por uma questão histórica da colonização do Brasil, e, por isso, a maioria das pessoas da periferia são pessoas negras. Contudo, em relação a pessoas que sofrem com a precarização, entende ser um termo mais abrangente, que atinge todas as pessoas que vendem a sua força de trabalho. Está por todo o lado. Porque está relacionado ao acesso ou não de vínculos laborais, e mesmo estes acessados não garantem um trabalho digno.

Comenta ter vontade de se organizar politicamente em um movimento social, «tenho essa vontade de me organizar para fazer essa luta pela classe trabalhadora», mas que justamente pela precariedade imposta a si não se sente apto e nem com tempo para concretizar essa luta. Sente haver

«uma fragmentação do povo que não se enxerga enquanto uma massa, enquanto um grupo maior e que pode lutar por seus direitos. Por mais que o povo consiga refletir sobre essa fragmentação num sentido mais generalizado de uma classe.»

Dá um primeiro passo ao se aproximar de um movimento popular negro, para ouvir e entender como é o funcionamento, para mais adiante, quando tiver mais tempo, conseguir colaborar. Isso não quer dizer que ele não faça essa luta individualmente, quando há manifestações de rua, sejam relacionadas à classe trabalhadora, sejam relacionadas a algum descontentamento em relação às políticas do governo federal, municipal e Estadual. No próprio equipamento de política social que trabalha há reflexões da necessidade de uma criticidade dentro desses espaços.

Entende por classe trabalhadora o agrupamento de todos os trabalhadores, não há uma divisão dentro dessa classe na sua opinião, das pessoas precarizadas, por exemplo.

«Há os explorados e há o explorador.»

Como explorador entende quem está dirigindo o lucro, e explorando as outras pessoas que estariam na base de uma pirâmide de trabalhadores.

«Se você está submetido à exploração, faz parte de uma classe trabalhadora precarizada.»

Sua perspectiva de futuro real é a permanência das coisas como estão. Mas, para si, o ideal seria melhorar suas condições de trabalho para uma renda salarial mais elevada. Almeja fazer um concurso público na sua área, assistência social, e viajar. Ter uma remuneração mais volumosa o permitiria sair um pouco da lógica de uma vida de precariedade laboral e social.

### **Leandro — 23 anos — Viamão, Brasil**

«O dono da empresa se deu um avião de presente. Um avião monomotor, e eu fui xingado pelo RH da empresa por estar fazendo hora extra demais. Porque eu estava fazendo 2 horas a mais por dia, e por uma questão trabalhista tem alguns valores adicionais que eles têm que me dar, mexe até no valor recebido para alimentação. E a gente ficou com essa brincadeira: “Eu trabalhei tão bem que o dono da empresa comprou um avião Teco-Teco, mas eu estou aqui sendo xingado pelo RH porque eu trabalhei horas demais”.»

### **Urduidura**

Leandro sempre viveu na região metropolitana, na cidade de Viamão, apesar de ter nascido em Porto Alegre. Estudou quase todo o seu percurso escolar no mesmo colégio particular, com bolsa de estudos. Os pais tinham ajuda das avós, principalmente a materna, quando tinham que trabalhar. Portanto, considera que a avó materna também o ensinou muito quando criança. Leandro possui um vínculo estável por CLT, e, há um ano, acumula com um vínculo de MEI. Esta acumulação foi necessária quando a mãe entra no processo de espera para aposentadoria (reforma, em Portugal). Se vê enquanto trabalhador, trabalhador precarizado e pertencente a classe trabalhadora. «Eu sou da máxima do “trabalhadores do mundo todo, uni-vos”»

### **Trama familiar e sociabilidades**

Leandro tem 22 anos e nasceu em Porto Alegre, mas mora desde sempre em Viamão, na região metropolitana. Até os 8 anos morou com os pais e com a avó materna. A mãe era enfermeira e trabalhava a noite, o pai era funcionário público durante o dia e fazia outros biscates durante a noite, então a avó materna ajudava cuidando de Leandro. Diz que seu crescimento foi muito graças a ela. Nas noites em que o pai não trabalhava, iam jantar na casa da avó paterna. As avós eram muito presentes na infância. Uma noite, sim, outra não ia dormir na casa da avó materna e ela era a pessoa que jogava bola e o deixava inventar brincadeiras, «bem clichê de neto que pode tudo, eu

era muito próximo dela». Quando tinha 8 anos, os pais conseguiram financiar uma casa própria e moram lá desde então.

A família por parte de pai sempre trabalhou com vendas, principalmente o pai e o avô. O chamava a atenção e via essas relações de trabalho da área comercial com certo “*glamour*” porque não entendia bem como funcionava. Os avós paternos são de Minas Gerais. Como o avô trabalhava como gerente de vendas de uma empresa, ele foi descendo alguns estados mais para o sul do país, passaram por São Paulo, onde o pai nasceu, e continuaram até chegar no estado do Rio Grande do Sul. O avô gostou muito do lugar e decidiu ficar. A avó era dona de casa. O pai tem só o ensino médio e por muito tempo trabalhou com vendas, «nesse mundo dos negócios», e Leandro o considera uma pessoa muito inteligente. O pai hoje é concursado pelo Estado do Rio Grande do Sul em Viamão e já foi concursado pelo município de Viamão.

Na família materna, o avô trabalhava em um hospital, dirigindo ambulância, também foi mecânico, não tinha uma profissão tão definida. A avó materna também era dona de casa. «As minhas duas avós nunca trabalharam formalmente porque ser dona de casa é um trabalho, e um baita trabalho, mas nunca foram assalariadas». A mãe é enfermeira, e foi a primeira pessoa que fez ensino superior na família. Quase todos os tios por parte de mãe são da área da saúde, Leandro diz que: «eu que consegui fugir (risos)». Uma tia é técnica de enfermagem, um tio que trabalhou no hospital do exército como técnico e se aposentou assim, e outro tio era policial. Com o processo de solicitação de aposentadoria da mãe, que aguardam já há 3 anos, começam a surgir problemas financeiros.

Leandro conseguiu fazer os estudos num colégio particular porque tinha acesso a uma meia bolsa. Ainda assim, conseguiam pagar porque a mãe como enfermeira tinha uma boa remuneração. Entretanto, houve um momento em que teve quase que sair do colégio devido a dificuldades financeiras da família.

Pelo que lembra, a família sempre foi estável, não recorda de alguém que tenha ficado por muito tempo desempregado. Mas não tem uma «família empreendedora», sempre foram pessoas que trabalham para alguém. Podem dizer que o núcleo familiar sempre teve certa estabilidade financeira. O pai enquanto funcionário público há muitos anos, e a mãe que também por muitos anos trabalhou em um hospital.

«Apesar de eu morar com a minha mãe e com o meu pai, e de ter essa facilidade do meu pai ter um salário, as contas foram apertando e chegou um momento em que eu pensei em sair da faculdade para sobrar uma grana. Mas eu não queria porque dentro desses 5 anos de curso já tive que trancar a faculdade em alguns momentos. E decidi que eu não voltaria a trancar, e que eu ia conseguir mais um emprego».

Por isso, acumulou outro trabalho além do que tinha enquanto CLT. Os pais têm diabetes, e no meio de uma pandemia surge esse desespero de entregar qualidade de vida para eles. A mãe fazia pilates e como está sem salário, teve que parar de fazer, ficando totalmente sedentária. Ele e o pai construíram uma pequena academia (ginásio) em casa para poderem se exercitar. Comenta que o processo de construção foi «mais divertido do que propriamente treinar». Hoje, Leandro é o provedor da família, com o pai, por isso decidiu que também precisa cuidar de si para estar saudável e garantir conforto para os pais.

Inicialmente seus pais queriam que ele só estudasse, porém, Leandro sabia que não teriam condições de pagar a faculdade para ele. E decide buscar um estágio logo que sai do ensino médio, sendo depois efetivado com um contrato CLT estável. Hoje, devido ao pedido de aposentadoria da mãe, também trabalha como MEI numa agência de publicidade.

Namora uma menina, e eles têm algumas divergências políticas. «Ela é de esquerda, mas ela é de uma esquerda liberal». Então, há algumas trocas sobre reflexões ideológicas e identitárias, mas as de “senso comum” são maioria, diz ele. Como Leandro trabalha muito e a namorada trabalha no comércio, se encontram muito pouco e praticamente só aos finais de semana.

Mantém as relações de amizade desde o colégio. Eram as únicas pessoas que tinha amizade durante a infância e adolescência, e sempre foi muito apegado a elas. Nutrem a amizade até hoje, mesmo que não se falem tanto. Nos aniversários, sempre comemoram juntos. Nessa época, apenas se sentia acuado por ter uma condição social familiar menor do que colegas do colégio, então nunca convidou ninguém para ir a sua casa, por exemplo. Mas isso não influenciava nas relações de amizade. Atualmente, como passa muito tempo no trabalho, as pessoas que são as amigas mais próximas são de lá. «Porque falo com essa pessoa 8 horas por dia todos os dias. E a cada ano alguém se demite ou troca de emprego e acaba trocando de melhor amigo. E o teu círculo social todo». Considera sorte ter esse coleguismo e empatia nos locais tóxicos como o trabalho.

Leandro diz que para ele é importante a opinião de outros, «eu diria que é um sentimento de acolhimento. Olha que legal as pessoas gostam de mim». A convivência e os elogios dos colegas «tem um valor muito grande». Na faculdade, tem poucos amigos, e os que tem vêm da mesma classe social que a de Leandro, segundo diz. Considera que não tem muitos momentos de lazer e, quando tem, se cobra devido ao volume de coisas que tem que fazer.

### **Contextura — Percurso formativo**

Desde sempre estudou em colégio particular religioso, por meio de uma bolsa de estudos. A manutenção dessa bolsa se deu também porque praticava esportes no

colégio, no time de futsal onde era o goleiro, o que garantiu conseguir concluir o ensino médio nesta instituição. Entende que teve uma formação de base boa por fazer o ENEM logo após o ensino médio, sem cursinho preparatório, e ter conseguido tirar uma nota razoável e entrar numa universidade federal, contudo não para o curso que queria, que era Publicidade e Propaganda.

Queria esse curso porque no seu colégio participou de um programa chamado “*Júnior Achievement*” que é uma organização que vai para as escolas e fornece uma formação sobre logística e produção empresarial. O projeto é chamado “Mini Empresa”, e os discentes participantes tem que criar uma empresa, fabricar o produto, vender as ações para levantar o capital para poder fabricar o produto de verdade, vender o produto para ter lucratividade e depois devolver o dinheiro aos acionistas que colaboraram no levantamento de capital. Julga uma experiência muito importante para a sua formação, na época ficou responsável pela gerência de marketing. E, por isso, se encontrou na publicidade, na venda e no marketing.

Quando fez o ENEM, uma universidade privada ofereceu a Leandro 60% de desconto por meio de uma bolsa de estudos. Decidiu aceitar, mesmo o valor da mensalidade (propinas) sendo alto para ele. Exatamente por este mesmo motivo escolhe não fazer o curso de Publicidade e Propaganda, mas Marketing. Esta decisão lhe causou dúvidas, se estava fazendo a escolha certa, porque gosta muito da área criativa. Começou em 2016, mas faz poucas disciplinas por vez. Ainda faltam 7 para se formar. Agora, em teletrabalho, a aula fica numa das telas do computador e na outra fica trabalhando, explica que não faz nenhum dos dois direitos. Como está muito focado no trabalho, tem de re-assistir às aulas no final de semana e acaba por ser seletivo, aspecto que considera péssimo para sua formação. Leva mais a sério algumas disciplinas, como, por exemplo, disciplinas do marketing digital, fundamentos do marketing e outras em que faz o suficiente para passar. Há também um pouco da frustração de não estar no curso que gostaria.

Para o futuro, planeja continuar estudando e eventualmente cursar uma pós-graduação, mestrado e doutorado.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Inicia o percurso laboral assim que entra na faculdade e precisa dar um jeito de pagar. Escolheu uma plataforma online para enviar o currículo, sendo selecionado para um estágio na primeira entrevista. Permanece na empresa até hoje, onde tem um vínculo estável de trabalho via CLT. Já fazem 5 anos e alguns meses, é uma agência de marketing digital focada na geração de clientes em potencial (“*lead*”). Fazem anúncios de Google, anúncios no Facebook, são «aqueles anúncios super chatos que nos perseguem em sites», e 99% dos clientes dessa agência são concessionárias, pois são

focados no setor automotivo. Sendo a maior geradora de “*leads*” do ramo na América Latina, está em 9 países.

No ano passado, concomitantemente com a pandemia e a solicitação de aposentadoria da mãe, estava decidido encontrar outro vínculo laboral, uma vez que ainda não se tinha perspectiva de saída do teletrabalho. No mesmo tempo, foi convidado por um amigo para trabalhar numa agência que é recente e surgiu justamente pela necessidade de posicionar digitalmente pelas redes sociais duas marcas multinacionais de esportes. Criaram a agência e só tem esses dois clientes, mas há muito trabalho porque são clientes gigantescos. O amigo o convidou para participar pelo regime MEI. Não tem folga, então o trabalho é de domingo a domingo. Ganha R\$1.250. Durante a semana são 4 horas, das 19h às 23h, e, durante sábados, domingos e feriados, pode escolher um turno para trabalhar 2h em cada um dos dias. A ideia é dar a sensação ao cliente de que a marca está sempre presente e com pronta resposta.

Avalia como interessante o vínculo enquanto MEI na agência, «é sorte», pois além da boa relação com a equipa, já conseguiu tirar certificados de formação importantes para seu percurso profissional, pagos pela empresa. Estava fazendo 1 ano na empresa quando deu as entrevistas. Entretanto, apesar da relação e do combinado informal das horas que tem de cumprir, se conseguir fazer o trabalho em 2h e não haver mais nada para fazer, acaba por fazer trabalhos da faculdade. Ou ainda, inverter horários, se o da CLT demanda mais horas no dia, começa o MEI mais tarde e trabalha até a meia-noite, por exemplo. Já que o horário é tão flexível, acaba por trabalhar, às vezes, uma hora a mais só para não deixar nada atrasado.

Nunca sentiu o peso e a necessidade de trabalhar como uma demanda familiar, apenas quando a mãe faz o pedido de aposentadoria. O início do percurso laboral deu-se pela vontade de estar no ensino superior e entender que o melhor caminho seria um percurso numa universidade privada. Gosta do que faz, mas ainda assim se sente explorado, e julga que tem a ver com o seu posicionamento político. Compreende que sua forma de observar o mundo talvez faça com que, independentemente da forma de trabalho, nunca se sinta satisfeito. Já aceitou essa constatação porque não vê outra forma de relações laborais.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

A sobrecarga de vínculos laborais que acumula a partir da pandemia, em conjunto com a faculdade, já o fez ter um esgotamento físico e mental, o tal *burnout*. Contudo, diz que já se acostumou.

«É uma coisa muito maluca, eu trabalho todos os dias às 9h às 23h, mas mesmo assim me sinto grato por ser teletrabalho porque tem gente que está pegando ônibus no meio de uma pandemia. Então, sim, tem um esgotamento físico e mental. Todos os

dias estou bem exausto. Mas acabo compensando e me frustrando não por causa dessa relação de trabalho, mas sim descontando na faculdade. Os meus compromissos e as minhas prioridades são os meus dois trabalhos. Em que momento que estudo se eu já estou esgotado? É claro que a conta não fecha, faltam horas para fazer tudo com excelência e eu acabo deixando os meus estudos de lado.»

Sobre sua reflexão acerca da precariedade, diz primeiro ter se visto como trabalhador, e na sequência como trabalhador precarizado. «É muito difícil separar as coisas». Também entende que falta embasamento teórico para compreender melhor as reflexões teóricas acerca do trabalho e da classe trabalhadora. Diz «eu nunca li [Domenico] Losurdo, eu nunca li [Karl] Marx, eu não li Rosa Luxemburgo». Entretanto, denomina-se enquanto «anticapitalista por convicção». Acredita ser importante todas as pessoas terem embasamento teórico crítico; conquanto também entende serem informações muito difíceis de conseguir acessar justamente devido à rotina capitalista imposta, que não deixa tempo livre.

Ao fazer uma pequena pesquisa, já conseguiu compreender-se como trabalhador, entender a sua classe, e notar-se enquanto precarizado. São aspectos colados a si, e não separados, segundo Leandro. Toda a relação de trabalho, por mais que pareça saudável, ou que a pessoa se sinta feliz, terá um pouco de exploração. E será precária, seja CLT ou não, «até pelo valor que recebo pelo trabalho que estou exercendo».

«E como MEI pior ainda, eu tenho menos direitos, menos benefícios, mais inseguranças. Mas, já aceitei ser MEI com esse conhecimento, com esse tipo de pensamento.»

Ao ser questionado sobre se sentir pertencente a uma classe trabalhadora, responde: «Eu sou da máxima do “trabalhadores do mundo todo, uni-vos”». Sente-se pertencente porque não tem uma veia empreendedora e não quer desenvolvê-la. O movimento que tem ocorrido de incentivar que todas as pessoas tornem-se pequenas empreendedoras é algo muito perigoso para Leandro. «A mídia só mostra as empresas que deram certo, mas não mostram todos os empreendedores que quebraram e passaram fome agora na pandemia». E por se sentir pertencente à classe trabalhadora, encontra-se em grupos de mobilização coletiva por WhatsApp do “Breque dos App’s<sup>90</sup>”, porque entende que

---

<sup>90</sup> Manifestações e greves organizadas pelos trabalhadores de aplicativo no Brasil durante a pandemia pela falta do fornecimento de proteções e condições de trabalho relativas à proteção ao corona vírus. Foram os trabalhadores que não pararam durante o período da pandemia e que não recebiam materiais de proteção como luvas, álcool em gel, por exemplo.

«tudo que puder fazer por essa classe onde me sinto parte vou fazer. Não é só por mim, não é só pelos privilégios que tive ou porque hoje consigo ter dois empregos porque escolhi uma carreira que me permite estar em teletrabalho. Parte da minha índole, da minha razão de viver em saber que todo mundo tá bem, todo mundo tem comida no prato. Então como a classe trabalhadora é aquela que "mais sofre", eu me sinto parte e eu sinto que eu tenho que fazer não só por mim, mas pelos outros.»

Automaticamente corrige a fala anterior sobre privilégios.

«Acho que dizer que sou privilegiado também é um pouco arriscado, privilegiado é quem nasceu numa família rica que não vai precisar trabalhar. Então às vezes a gente só tem o mínimo para viver e pensa que é privilégio e não é, é ser parte da classe trabalhadora entender isso também. Mas com certeza se tô numa etapa zero, tem muita gente perto de mim que tá na -1, -2 e está em condições que são sub-humanas. Privilégio é mais por isso.»

Tem a sensação de que é que só uma continuação de uma luta que existiu sempre. Argumenta que, recentemente, a luta era para que tivessem janelas nas fábricas, ou que crianças não trabalhassem. E, hoje, a precarização é só uma reação do mercado, que retira gradualmente os direitos que a classe trabalhadora conseguiu. Não acredita que está tudo perdido, se sente com energia para lutar porque é óbvio que o mercado não fará isso. A tecnologia entra, na sua opinião, como um divisor de águas no mercado de trabalho. Chegaremos, conforme o seu pensamento, em um momento onde ou a tecnologia é de todos e a sociedade aproveita ela na totalidade, ou a tecnologia servirá para ter mais bilionários do que já existem e o número do desemprego aumentará. Pondera que a classe trabalhadora, ou pessoas que não tem essa veia empreendedora e não acreditam nela, não tem outra opção senão lutar.

Se diz motivado porque entende que se gradualmente as pessoas forem se conscientizando, buscando informações e se unindo, poderão mudar essa realidade para melhor. Mesmo que já tenha acontecido a conquista de alguns direitos, eles estão sendo perdidos e isso é motivo de atenção.

«As pessoas estão aceitando trabalhos precários hoje, mas que vai chegar num certo momento onde ou todo mundo estará consciente, ou inconsciente e a situação estará tão ruim que vai todo mundo se revoltar. E esse segundo cenário ia ser muito ruim porque até ele chegar muita gente já terá morrido de fome.»

As suas expectativas de um futuro ideal é de ter um pouco mais de qualidade de vida. No percurso ideal, conseguiria arranjar um emprego que pagasse o valor dos dois que possui hoje, e então poderia dedicar-se mais a faculdade. O objetivo é trabalhar em um emprego só e receber mais do que recebe hoje, para poder fazer pós-graduação, pensar em um mestrado e num doutorado. Ou seja, «mestrado e correr atrás de todo esse conhecimento que eu não pude usufruir 100% na faculdade».

Sobre um percurso real, não se imagina, nas atuais condições, recebendo menos do que recebe hoje até a aposentadoria da mãe. O que pensa que acontecerá é permanecer nestes dois empregos e ainda estar “remando” com a faculdade. Acredita que conseguirá manter os dois vínculos por mais um bom tempo. Até porque entende que a realidade do teletrabalho que vive hoje não é algo que queira fugir, porque de certa forma é uma zona de conforto que lhe está dando uma relativa experiência profissional. Está a aprender coisas novas, então não se sente perdendo tempo ou frustrado com esses vínculos laborais.

### **1.1.3. Precariedade de percurso reparado**

Neste perfil-tipo encontram-se: Aquilino Ribeiro (27 anos — Portugal), Fernanda (27 anos — Brasil), Lúcia (25 anos — Portugal) e Natália (24 anos — Portugal).

Esses percursos denominados reparados se constituem de pessoas que possuem diversos capitais respaldados pelo núcleo familiar. Seus percursos de vínculos laborais dão-se exclusivamente por escolhas pessoais e não por uma necessidade de laboralidade. Também o início do seu percurso laboral ou é iniciado durante a licenciatura, no caso de Fernanda, com bolsas de iniciação científica na universidade onde o ordenado não é suficiente para um sustento, ou após a conclusão da licenciatura, como no caso de Lúcia e de Aquilino. A estrutura familiar garante um bem-estar contínuo e promotor de uma segurança na trajetória laboral e de vida, como no caso de Natália. Isso não significa que os atores sociais usufruam de todo, ainda, deste privilégio. Mas podem contar com isto referente às suas disposições e escolhas neste percurso.

#### **Aquilino Ribeiro — 27 anos — Lisboa, Portugal**

«Chegava às entrevistas e sentia aquela governamentalidade neoliberal, tinha que contar sempre uma história, moldar a minha narrativa... ou a minha motivação para aquilo...»

### **Urdidura**

Aquilino autodenomina-se uma pessoa teimosa, e um pouco arrogante. Nasceu em Lisboa e sempre lá viveu, apesar de ter feito Erasmus na Hungria durante a licenciatura em Ciências Políticas, onde inclusive aprendeu húngaro, e em 2022 ter ido passar uma temporada nos Estados Unidos devido ao seu projeto de estudo no doutoramento, do qual ganha uma bolsa de estudos. Estudou em um colégio particular sua vida inteira, assim como o irmão, e desde os 3 anos tem contato com música, atividade importante em sua vida até hoje. Entende-se enquanto trabalhador acadêmico, contudo têm dificuldades em se rever enquanto precarizado e pertencente à classe trabalhadora.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Aquilino Ribeiro tem 27 anos, nasceu e sempre viveu em Lisboa. Tem um irmão mais velho 2 anos e meio. Em alguns aspectos, tem mais contato com a família da mãe e em outros aspectos com a família do pai. A mãe nasceu na Ilha da Madeira e vem de uma família que para a sua geração é bastante grande, tem seis irmãos e três irmãs. O avô materno teve diferentes empregos e não fez formação superior. Teve um restaurante bastante conhecido na Madeira, conforme seus pais dizem. A avó sempre foi doméstica. A mãe esteve até os 18 anos na Madeira, depois muda-se para Lisboa durante um ano para tentar estudar. Acaba por ir para o Brasil com mais duas irmãs e viveu lá 13 anos. Há família espalhada por alguns estados do Brasil. Trabalhou e cursou Direito, chegando a exercer a profissão ainda no Rio de Janeiro, antes de voltar para Portugal. Quando retorna, primeiro trabalha em um escritório de advocacia e depois abre o seu próprio escritório. Isto os colocou numa vida super confortável, mas também acaba por ser bastante volátil economicamente, porque há meses que se ganha imenso dinheiro e há outros meses que não se ganha absolutamente nada.

O pai nasceu no Rio de Janeiro, sendo filho de pai e mãe portugueses. O avô paterno era de Arouca, entre Aveiro e o Porto, em Portugal, e a avó era de uma aldeia em Argeriz. Os dois emigram para o Brasil e se conhecem lá, voltam para Portugal em 1947 para casar e retornam ao Brasil. Tanto o pai, quanto todas as irmãs e o irmão mais novos nasceram no Brasil e fizeram toda a sua vida lá. O pai vem para Portugal já com 39 anos, para Lisboa. Conta que o avô foi pai tarde e que, por isso, há 3 gerações da família que ocupam quase um século inteiro. Também há alguma parte da família em alguns estados do Brasil. É profissional autônomo de engenharia civil, montou a sua própria empresa, inclusive com sócios estrangeiros, fazendo associação com outras empresas estrangeiras também. Contudo, sempre houve volatilidade, pois é uma área

muito influenciada pelas crises. A crise de 2008 afetou diretamente o negócio do pai, a partir de 2009/2010 até 2014/2015, esteve basicamente sem dinheiro. Emigra ao Baren, um país ao pé da Arábia Saudita, onde esteve por 2 anos a trabalhar como engenheiro. Também trabalhou na Jordânia. Atualmente faz mais trabalhos por Portugal.

Os pais se conheceram no Brasil e na década de 1990 resolvem voltar para Portugal. Decidem morar em Lisboa, mesmo não conhecendo ninguém na cidade. A origem social e econômica dos pais não era de uma classe alta, mas desde a geração dos avós que acontece uma certa mobilidade social, que se intensifica na geração dos pais. São os primeiros licenciados da família. Corroborando com isso, como são pessoas licenciadas, tornaram-se pessoas com muito desafio, com bastante riqueza. Além disso, como foram pais mais tarde, puderam acumular mais renda e poupanças. Portanto, são uma família com grande capital cultural e econômico.

A música e o desporto estão presentes desde cedo na família. Tanto o irmão de Aquilino quanto o próprio iniciaram aulas de música no pré-escolar e até hoje tem uma conexão. Aquilino de forma mais amadora, e o irmão profissionalmente, enquanto professor de música. O pai também tem conhecimento sobre alguns instrumentos e há um tio que toca jazz. A família sempre teve momentos de lazer juntos, principalmente em viagens. Entretanto, hoje não se veem com tanta frequência, apesar de terem uma relação próxima. A família nunca cobrou que trabalhassem ou ajudassem com as contas de casa. Conquanto, a mãe de Aquilino tinha o desejo de que ele seguisse seus passos na advocacia, uma vez que escolheu ciências humanas no secundário. Fato este que não aconteceu.

Aquilino tem uma namorada, um ano mais velha, que conheceu quando entrou na faculdade. Desde lá, mantém-se junto e agora moram na mesma casa. Os dois frequentam doutoramento, e o futuro torna-se um pouco nebuloso devido à incerteza quanto o seguimento da carreira profissional quando acabarem os estudos.

Quando começou a fazer judô de forma mais séria, a partir dos 14 anos, ao começar na Universidade Lusófona, tinham pessoas de todas as idades e começa a andar com pessoas mais velhas. Na escola, tinha um grupo de amigos, mas as pessoas com quem mais convivia eram amigos do irmão, que eram mais velhos, por conta da música. No mundo das bandas, colocava anúncios na internet a procurar bandas, e então aparecia pessoas de todas as idades. Acabou por estar em uma banda em que toda a gente era mais velha do que ele. Participava de bandas com estas pessoas e supunha que é porque tocava baixo. Há sempre poucos baixistas para as bandas porque os miúdos preferem guitarras.

Essa fase de conhecer pessoas mais velhas foi importante porque estava num momento desgostoso com a escola. Era um período que começa a dar-se conta de seus privilégios, o que o deixava um pouco desconfortável. Também é uma pessoa que gosta de relacionar-se com outras pessoas, e perceber que na escola haviam pessoas de uma

mesma classe social e com pouca diversidade acaba mexendo com as expectativas e visão de mundo de Aquilino.

Quando chegou à faculdade, conheceu a praxe<sup>91</sup> e adorou. No colégio não teve a oportunidade de conhecer muitas pessoas diferentes. No seu curso, havia muitas pessoas de fora de Lisboa, «conheci pessoas do Algarve, pessoas do Norte...». Além das pessoas novas, estava tendo contato com pessoas que não eram do ensino privado como ele, portanto, haviam imensas coisas diferentes e trocas que antes não havia tido. «E estava a conhecer coisas novas. Isso para mim foi... senti-me bem».

«A partir dos 10, fomos para o tal conservatório público o vitoriano, ele fez cravo e eu fiz piano porque não havia violino lá. Depois voltamos para o violino. Eu depois desisti e toquei baixo.»

### **Contextura — Percurso formativo**

Todo o percurso escolar foi realizado no mesmo colégio privado até o secundário. Entrou com 3 anos e saiu aos 18. Na escola, fazia demasiadas atividades extracurriculares que iam desde a música ao desporto. A principal atividade era o judo, que começa a fazer de forma mais séria a partir dos 14 anos, já fora da escola, e continua até alcançar o cinto castanho. Dos 6 aos 13 anos, fez equitação, o irmão também fez. Fizeram natação e ténis, andaram na catequese, e Aquilino chegou a fazer uns meses de basquete num clube. Fez uns meses de rugby, tanto na escola, como depois na universidade. No início do doutoramento, fez luta greco-romana.

O irmão, principalmente, mas também Aquilino, tinha vontade de estudar música mais profundamente, e então a mãe descobre um Conservatório Público de música, pelo Instituto Gregoriano de Lisboa, e os inscreve a partir dos 10 anos, quando estavam no 5º ano. O irmão finaliza todos os 8 graus do conservatório, até o 12º ano, Aquilino faz apenas até o 4º grau, que seria até o 8º ano. Quando começa a ter aulas de baixo numa escola privada e com professor particular. O irmão segue para a licenciatura em música, e Aquilino permanece de uma forma mais amadora na música.

A partir do décimo ano, faz humanidades. Mas nunca teve certeza do que queria fazer. Quando se inscreve na licenciatura, tem um episódio catártico com respaldo do irmão em que chora imenso e pensa «vou fazer ciência política e depois isso não dará em nada...eu não sei o que é isso e depois serei miserável», define como uma coisa altamente dramática. Contudo, era um passo contra o desejo da sua mãe de que fizesse advocacia, e, também, era uma nova etapa de vida numa área que não conhecia.

---

<sup>91</sup> Praxe é uma prática “ritualística” comum quando se entra nas universidades portuguesas em que os veteranos “praxam” os caloiros. Apesar de diferente dos seus primórdios, ainda hoje são vistas práticas de humilhação e, por vezes, assédio e violência de veteranos em relação aos caloiros. Mais informações em: <https://www.eurodicas.com.br/praxe-em-portugal/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

«Penso que sempre me vi como uma pessoa com demasiado desinteresse. E penso que em parte até o meu problema com a minha vida profissional foi um pouco isso.... Ou seja, me comprometer a fazer esta uma coisa e não quer dizer que tenho que fazer isto para o resto da vida.»

Na faculdade, acaba por entrar no curso de Ciência Política numa universidade pública, mas para escolher realizou alguma pesquisa. Para realizar a candidatura para a faculdade, entrou no site da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) e se deparou com uma lista de cursos completamente infundável. Estavam todos os cursos, de todas as universidades. Entretanto, «não estavam lá só os cursos científico-humanísticos, comecei a ver coisas tipo animador cultural...». E começa a refletir.

«Porque isto para mim não chegou? Porque andei numa escola privada (...) e só há os cursos científico-humanísticos. Eu não fazia ideia que existiam.. eu já tinha ouvido falar nos chamados cursos artísticos profissionais que os meus colegas da escola António Arroio e depois é que eu soube haver outros tipos de cursos, chamados de profissionais... e eu lembro-me de na altura ficar um bocadinho chateado, "fogo, por que é que não soube disso? Eu se calhar poderia querer ir fazer alguma dessas coisas."»

Com o passar dos anos, depois de já estar na faculdade e de conversar com pessoas que vinham de escolas públicas, onde, por exemplo, esses outros cursos existiam, começou a pensar:

«Pois é normal que exista só os cursos científico-humanísticos porque são os cursos que as pessoas tiram para ter as profissões que são mais bem remuneradas e mais cobiçadas, por assim dizer, porque lá está tem melhores condições de trabalho, tem melhores salários, melhores prospecções futuras... E as escolas privadas claro que fazem o seu currículo para isso, não é... precisamente o seu propósito.»

Entrou no curso de Ciências Políticas, era a sua primeira opção. Fez Erasmus<sup>92</sup> durante a licenciatura em Budapeste, na Universidade de Corvinos, na Hungria. Depois, como havia feito algumas disciplinas da história, nas chamadas “opções livres” que é a disponibilização de disciplinas de qualquer curso da faculdade e até da universidade.

---

<sup>92</sup> Erasmus é um programa europeu que apoia a educação, a formação, a juventude e o desporto em todos os ciclos de ensino. No caso do ensino superior, são oferecidas possibilidades de passar um semestre em outra universidade da Europa, como fomento de trocas de experiências e conhecimentos. Na sua grande maioria as universidades possuem bolsas de estudos que auxiliam os estudantes durante o período de estadia em outro país. Mais informações em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/about-erasmus/what-is-erasmus>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

Decide então cursar o mestrado em história, uma área que lhe interessou mais, inclusive, que a ciência política. Fez o mestrado em História, com o mesmo orientador que tem agora no doutoramento, acaba por demorar bastante tempo para concluir. Como não tinha nenhuma experiência de trabalho, na altura prioriza ter essa experiência. Mas consegue acabar e defende a dissertação em fevereiro de 2019.

Logo candidata-se no concurso de bolsas de doutoramento de março de 2019, mas não é selecionado. Inicia o doutoramento, mas por conta do trabalho e da falta da bolsa acaba por trancar. No ano seguinte, faz novamente o concurso e desta vez passa. Hoje está no meio do seu doutoramento em estudos sobre a globalização.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Aquilino começa a trabalhar durante o mestrado, antes fez alguns biscates no escritório de advocacia da mãe. Trabalhou durante 6 meses num hostel da baixa, com contrato de trabalho enquanto guia turístico. Nessa mesma época, começa a fazer trabalhos esporádicos como assistente de investigação de uma professora da Universidade, de marketing, sempre a recibos verdes. Aconteceu umas 4 ou 5 vezes, não tem a certeza. Gostou da experiência por estar a fazer trabalho científico.

Fez um voluntariado numa organização de acolhimento e auxílio de refugiados que estão em Portugal. Além disso, é músico amador e, desde os 14 anos, foi tendo vários projetos. Já assim nada muito sério, profissionalizado pelo menos. Em 2019, como não consegue a bolsa de doutoramento, fica à procura de trabalho, porque queria sair da casa dos pais e ir morar com a namorada. Ainda assim inicia as aulas em setembro. A partir de outubro até janeiro de 2020, esteve a trabalhar para uma Universidade Sênior de uma Junta de Freguesia, a dar uma disciplina semanal. Em novembro, começa numa organização que faz programas de intercâmbio com alunos estadunidenses pelo mundo inteiro. Considera que teve «muita sorte, esse emprego era ótimo e tinha um horário bastante bom, com um contrato de 1 ano, e que ao final desse renovariam». Em janeiro de 2020, foi convidado a dar aulas num curso promovido pelo próprio centro, entretanto estava nas horas de trabalho. Devido as múltiplas atividades, estava com dificuldade em conciliar tudo com um projeto de música que estava tendo na altura.

Em janeiro de 2020, sai da Universidade Sênior, e, em fevereiro, congela (tranca) o doutoramento e fica apenas na organização de intercâmbio. Contudo, em março aparece a pandemia, e, em maio é despedido. Como tinha um contrato para um ano, e com a pandemia os discentes estadunidenses foram todos embora, Aquilino não tinha demandas praticamente. Entretanto, esforçou-se para finalizar a disciplina que dava no curso promovido pela organização até maio. Em abril, candidata-se a bolsa de doutoramento, e recebe o resultado em setembro. Como tinha um contrato para um ano, dissolvido em maio, recebe a indenização pelo despedimento antes do prazo. Considera como sorte, pois assim conseguiu aguardar o resultado do concurso de bolsas

de doutoramento sem estar a trabalhar, pois achava “sacanagem” começar a trabalhar num mês e ter de sair no outro, caso tivesse ganho a bolsa. Em todo o caso, compreende que «sempre teve sorte com os patrões», pois a relação cotidiana sempre foi de respeito e «sem animosidades».

É selecionado, mas demora conseguir fechar o contrato com a FCT porque tinha um co-orientador nos EUA, o que acaba por haver muito mais burocracia do que imaginava.

«A pessoa fica ali um pouco entre a espada e a parede».

Fecha as burocracias em maio de 2021, no entanto, assinou o contrato desde novembro 2020 e por isso recebeu os retroativos. Então, oficialmente desde novembro, oficiosamente desde maio, no fundo, desde setembro 2020 está só com o doutoramento, por meio de um bolsa. Em janeiro de 2022, foi para os EUA, pois como a sua bolsa de estudos é mista, na época das entrevistas, ativava a outra bolsa de financiamento para poder suportar os custos de vida enquanto estiver lá. Entente ter «imensa sorte em poder estar só a fazer isso e tenho gostado».

Compreende que a sua área, de ciência política, objetivamente não há propriamente um emprego específico. As possibilidades são fazer investigação, praticamente. Então, a partir do momento que inicia o mestrado em história, mesmo antes do congelamento que faz antes de terminar, já sabia querer fazer a carreira científica.

«Porque pensei ok, vou fazer o mestrado em história e não posso iludir-me que vou conseguir depois arranjar um emprego interessante e com boas condições fora da academia. Penso que isso é bastante contrassenso. Fazer o mestrado em história, as capacidades técnicas que está a desenvolver não são propriamente úteis a outras coisas. Acredito que nunca me iludi muito em relações a isso, arranjei emprego, queria em parte experimentar fazer outras coisas e também porque percebi ter que estar a fazer algo se de fato não estava a me dedicar ao mestrado. A partir do momento em que me encaminhei, pensei “tenho que o mestrado, tenho que fazer o doutoramento”, para conseguir a bolsa do doutoramento para conseguir estar mesmo... ou seja, não só, estar com meios financeiros para fazer o doutoramento como também sentir o compromisso que é ter uma bolsa. Se tenho uma bolsa é que realmente isto aqui é a minha profissão. Procuro utilizar esse mecanismo psicológico, e penso que a partir daí tenho muito poucas dúvidas sobre o futuro.»

Os pais sempre demonstraram o prazer que tinham em ter o trabalho feito, pela diferença que causavam com suas profissões, e entende que, por serem profissões

liberais, autônomas, são especificamente trabalhos que exercem enorme poder sobre a vida de outras pessoas. A exemplo dos pais, criou uma visão infantil da profissão e do trabalho, em que pensava que o que escolhesse depois teria de fazer essa coisa para o resto da vida.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Ao perguntar sobre como compreende a precariedade e quando lembra de ter o contato com esta palavra, diz que a conhece pelo uso comum, na TV, nos jornais, nas conversas que tem com as pessoas. Diz não conseguir «imaginar um emprego em Portugal, um emprego médio, independentemente do que isso seja, que não seja precário». A partir disso, o questiono se seria preferível “ter emprego ou estar desempregado?” Para Aquilino, por uma visão política do que é a precariedade e do que ela significa, seria preferível estar desempregado, se pessoa tivesse maneira de se sustentar. Analisa que, no seu caso, teria maneira de continuar a ser desempregado, porque os pais até poderiam continuar a sustentá-lo, talvez até os 30, 35 anos. Mas isso não seria sem muitas críticas. Porém, entende que para quem não tem essa hipótese em vista, a resposta seria sim.

Compreende que a bolsa de doutoramento não é um emprego, apesar de a considerar como um, e que isso acarreta, tem efeitos negativos sobre a sua vida pessoal. Quem é bolseiro não desconta o Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS), não tem direito a subsídio desemprego, de férias, não desconta para a segurança social. Isso são efeitos danosos. «Há uma série de disposições ou de condições que são altamente precárias», tanto no contrato quanto no regulamento do bolseiro. Entretanto, a maneira que vê a sua situação pessoal não é de precariedade. Isto porque faz o horário de estudos como quer e esse trabalho, enquanto bolseiro, permite ter uma vida bastante desafogada em comparação ao que vê à sua volta. Além disso, continua a poder desenvolver o seu hobby na música por conta dessa liberdade de horários. Outro fator é que considera o valor da bolsa, em termos comparativos, relativamente bom em relação ao que a maioria das pessoas ganha, sendo maior que o salário mínimo no país<sup>93</sup>. Há também o fato de estar a fazer uma coisa que gosta e, em maior parte, ele que opera.

Na expectativa de um futuro ideal, é acabar o doutoramento e arranjar um pós-doutorado interessante. Entende ser necessário logo vincular-se à um pós-doc, pois não imagina um investigador fazer carreira sem, atualmente. E, após concluir, arranjar uma boa posição como investigador e/ou professor numa universidade. Sei que esta projeção é sempre algo abstrata, até porque a namorada faz o mesmo percurso, e mais avançada.

---

<sup>93</sup> Salário mínimo em Portugal em 2021 era de 665 € mensais. O valor da bolsa é de 1.104,64 € mensais. Informações disponíveis em: <<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=governo-aumenta-salario-minimo-para-665-euros-em-2021>>, e, <<https://www.fct.pt/apoios/bolsas/valores.phtml>>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

E então há inseguranças em relação ao local em que arranjará um emprego, e se conseguirão manter-se juntos.

Realisticamente, seu futuro dependerá da posição que adquirirá após o doutoramento e das oportunidades que vão surgir. Também pode acontecer de ficar desempregado, ou ainda, ir para o exterior para trabalhar. Entende que esta última possa ser o futuro da namorada, porque Aquilino, como está focado na investigação do doutoramento sobre a história de Portugal, se a der seguimento, implicará algum tipo de presença regular no país. A única certeza que diz ter é que o mundo científico é altamente precário e sabe que qualquer um de nós, ele ou a namorada, arranjará qualquer coisa que ou dê muito trabalho, ou ficará no desemprego.

Identifica-se enquanto trabalhador, em termos muito marxistas, enquanto pessoa que não é dona dos meios de produção.

«Não obstante, como já falamos, há toda a liberdade que o meu trabalho tem... Eu não sou um empregador por conta própria e nem sou um empregador de outrem. Sou uma pessoa com um contrato como uma instituição pública. Sinto alguma dificuldade em estabelecer essa identificação tendo em conta as condições de trabalho que gozo e, face, por exemplo, as outras pessoas (...). Porque efetivamente as minhas condições de trabalho são muito melhores e também porque sinto que essas condições de trabalho permitem-me gozar de um estilo de vida e de um conforto material que me parece que a classe trabalhadora pura e simplesmente não tem».

Entende que talvez esteja a essencializar ou a estereotipar a classe trabalhadora, mas pensa que quem a pertence são pessoas que trabalham nos serviços, em restaurantes, empregados de limpezas, estafetas ou até em empresas de *outsourcing*. «Eu direi-me-ia que não me identifico no tipo de trabalho, se calhar seria não digo um profissional liberal, mas suponho que uma classe científica». Argumenta que sente que o seu dia a dia de trabalho é bastante distinto em relação às outras pessoas.

Compreende que atualmente vive-se uma individualização do trabalho enquanto fruto do paradigma neoliberal, e também fruto das próprias tecnologias que usamos para realizar esse trabalho, por exemplo, o recurso ao computador portátil. Ao final, identifica-se enquanto trabalhador, e sabe haver uma classe profissional de investigadores em que tem identificação, mas que, até o momento, não resultou em atividade política explícita. Até por, pessoalmente, julgar que não tem esse direito de reivindicar. «Penso que seria injusto e que seria arrogante reivindicar esse tipo de atividade. Ninguém vê isso naquilo que eu faço» como uma pessoa trabalhadora pertencente a uma classe trabalhadora.

**Fernanda — 27 anos — Porto Alegre, Brasil**

«Eu me sinto uma estudante profissional... (risos). Não sei se isto está na classe trabalhadora.»

### **Urdidura**

Fernanda tem 27 anos e nasceu em Porto Alegre, «no hospital na esquina de casa». A sua relação com o núcleo familiar estendido (avós maternos e tia materna) é muito próxima. Viveu num apartamento duplex com a mãe, o qual tinha ligação por um pátio para o apartamento dos avós. Nunca gostou muito de estudar, mas isso muda na licenciatura em ciências sociais. Suas experiências profissionais deram-se no âmbito acadêmico, exceto um trabalho informal num bar por volta de 3 meses. Entende-se enquanto uma estudante profissional, não se reconhece enquanto classe trabalhadora. Entretanto, identifica a relação de precariedade no contrato da bolsa de estudos, apesar de exaltar que tem privilégios por conta da família e por isso não se considera uma pessoa precarizada.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Fernanda tem 27 anos, nasceu em Porto Alegre, «no hospital da esquina de casa», mas a família é de diferentes partes do Rio Grande do Sul. Tem uma irmã mais velha, 8 anos, por parte de mãe, sendo filha única dos seus pais. A irmã teve uma filha, e é muito ligada à sua sobrinha. Os avós maternos são da região de Venâncio Aires e Dois Irmãos, já os avós paternos são da fronteira e depois foram morar em Ijuí.

O avô paterno era médico radiologista e foi para Ijuí, tornando-se o primeiro médico radiologista da cidade. A avó era dona de casa, e eles tiveram vários filhos, o pai de Fernanda é o mais velho. Seu pai foi para Porto Alegre para estudar Direito na Universidade Federal a desejo de sua mãe, fez intercâmbio pelo instituto Goethe para a Alemanha e residiu por um tempo lá. Ao voltar, após finalizar a graduação, entra no mestrado em sociologia. Inclusive deu aulas por muitos anos de Sociologia, em universidades privadas. Foi um dos primeiros concursados da Fundação de Economia e Estatística<sup>94</sup> (FEE), extinta. Nesse tempo, conheceu a mãe de Fernanda.

O avô materno era servidor público da receita federal, e por isso os avós moraram em diversas cidades do Rio Grande do Sul. A mãe nasceu em uma cidade, a tia em outra, até que vieram para Porto Alegre. O avô também foi contador (contabilista) durante muito tempo num escritório próprio, além de servidor público, e acaba por ser o maior provedor da família. Moravam em um apartamento próprio que tinha uma

---

<sup>94</sup> A FEE foi “a maior fonte de dados estatísticos sobre o Rio Grande do Sul”. Dá acesso a um importante acervo de informações, pesquisas e documentos de natureza socioeconômica, e produziu “estudos, análises, indicadores e índices” que eram “divulgados regularmente em publicações impressas e *online*”. Informações retiradas de: <https://arquivofee.rs.gov.br/sobre-a-fee/atuacao/>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

ligação ao apartamento dos seus pais, bisavós de Fernanda. Quando os bisavós faleceram, a mãe, que morava em um apartamento da família em outro bairro, se muda para o apartamento dos bisavós de Fernanda com a sua primeira filha, já tinha se separado do ex-marido. cursou Sociologia na universidade federal.

Seus pais se conheceram na universidade de sociologia e antes de terem Fernanda estavam juntos há alguns, aproximadamente 6 anos. Quando o pai de Fernanda vai morar com a mãe dela, eles compram (depois de muita resistência do pai) o apartamento de cima, pois o sonho da sua mãe era ter um duplex. Compraram, fizeram uma reforma, e hoje tem um apartamento duplex, de 2 andares, muito amplo, com duas lareiras. Atualmente está totalmente deteriorado.

Os pais se separam por volta do ano de 2004, e conta que nessa época a irmã era adolescente. O pai, que já tinha certa idade, 43 anos, «é uma pessoa muito metódica, estudioso, precisa de silêncio, precisa de não sei quê. E a minha irmã era vida louca, tipo eu nós duas fomos assim, e ela fazia muito barulho. Trazia os namorados, faziam uma algazarra, fazia bagunça e música alta tempo todo. Era um inferno. Então eles se davam muito bem até a adolescência da minha irmã, quando eles começam a se dar muito mal, o que culmina no rompimento da minha mãe do meu pai». Seu pai continua a morar em Porto Alegre, num apartamento na Av. da Independência que é da sua família, onde mora até hoje. Apesar de ser da sua família, paga o aluguel (renda).

No período do ensino médio, pede ajuda para a mãe, pois se envolveu com drogas pesadas. Já fazia um acompanhamento psicológico desde a separação dos pais, e então optaram por uma intervenção domiciliar. Ia e voltava do colégio com o pai. Parou de ganhar mesada e precisou reconquistar a confiança da família. Tinha colegas do colégio que também precisaram de uma intervenção mais séria, era o grupo de 4 ou 5 amigos de quem é próxima até hoje. Também namorava um rapaz que abusava do uso de drogas e que acabou a influenciando, contudo, é uma pessoa com muita curiosidade neste assunto. Hoje faz acompanhamento psiquiátrico particular. Tem TDAH<sup>95</sup> leve e trata com medicação. Retomou o acompanhamento na pandemia porque estava mal, ansiosa com o mestrado, com o futuro e se sentindo mal. Além da ansiedade e do TDAH, tem um certo grau de ansiedade social.

No primeiro ano da faculdade, morava com a mãe e a irmã. Logo que entrou, começou a se relacionar com um rapaz do mesmo instituto da universidade, e começa a namorá-lo. Numa mistura de «quero sair de casa com eu te amo» foram morar juntos. Ele tem um apartamento da família no centro histórico da cidade. Adotamos dois gatos

---

<sup>95</sup> O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é um «distúrbio neurobiológico crônico que se caracteriza por desatenção, desassossego e impulsividade. Esses sinais devem obrigatoriamente manifestar-se na infância, mas podem perdurar por toda a vida, se não forem devidamente reconhecidos e tratados». Mais informações em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tdah-trans-torno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade/> e <https://bvsms.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/>. Acesso em: 26 de setembro de 2022.

e começa a viver «um surto conservador, brincando de casinha bem feliz». O relacionamento durou 7 anos e meio. Nesse meio tempo, ambos se formaram em Ciências Sociais. De 2019 para 2020, ficaram 4 meses viajando numa Kombi que reformaram para ser um trailer. Durante a viagem, o avô ficou doente, estava com saudade dos gatos e a Kombi estragava toda hora. Passaram um mês morando numa garagem de oficina mecânica. «Foram 3 meses de viagem e um mês na garagem». Logo começa a pandemia e Fernanda decide se separar, voltando a morar na casa da mãe.

Durante a graduação, recebia a pensão alimentícia do seu pai e realizou uma bolsa de iniciação científica. Enquanto estava morando com o namorado, dividia todas as contas. Ainda hoje, mesmo recebendo a bolsa do mestrado, recebe a pensão do pai. Isso lhe dá certo conforto e estabilidade financeira e social. Agora, vive no apartamento que o pai comprou e reformou para ela.

«Ele me deu tudo e foi muito interessante, um aprendizado e um sonho de princesa, e muito privilégio, eu estou ciente disso. Porque com a minha idade reformar, ter o seu apartamento e reformado ao seu desejo... eu nem acredito que isso aconteceu. É uma coisa que eu não imaginava seria dessa forma. Tô morando no apartamento desde julho.»

Entretanto, salienta que a bolsa de mestrado não seria suficiente para a manter no apartamento pelo custo de vida que tem, porque o apartamento não tem aluguel, nem financiamento, só as contas. Portanto, não precisar pagar o aluguel (aluguer) a deixou muito mais confortável e segura. Antes, quando estava na casa da mãe ou do ex-namorado, se sentia vulnerável. Agora se sente com esse porto seguro no apartamento, se sente segura. Tem consciência de seus privilégios diz, tanto em relação à família da mãe pelo patrimônio do seu avô, quanto pelo pai que sempre a apoiou de muitas formas, inclusive financeiramente. E agora com o apartamento próprio. Fernanda também já teve a possibilidade de fazer viagens pela Europa e pela América do Sul, em alguns países, sempre com o pai e/ou o ex-namorado.

Em relação à sua sociabilidade, sempre teve amigas no colégio. No ensino médio, «era uma pessoa muito... matava muita aula, já comecei a fumar maconha, beber e vida louca... não aproveitei nada e quase sempre estava nas recuperações, naquelas provas que pega todo o conteúdo, mas eu sempre escapei». Tinha colegas que a acompanhavam, e há algumas amigas que perduram até hoje, mas a maioria não. Se considera uma pessoa que gosta de amigas longas e que é bem leal a elas. Mas, por algum motivo, sente que as amigas que faz são passageiras. É uma questão que carrega e reflete sobre o porquê de isso acontecer. São amigas intensas e passageiras. Há também um critério importante que aconteceu principalmente depois das eleições de 2018, que não mantém relações de amigas com pessoas com princípios de vida

completamente ao contrário da sua. Uma amiga da faculdade começou a apoiar partidos de direita e extrema-direita e a amizade acabou. Em contrapartida, tem uma única amiga de amizade bem antiga, e é aquela pessoa que não conversa constantemente, mas sabe que a pessoa é sua amiga para sempre.

### **Contextura — Percurso formativo**

Inicia o percurso escolar numa creche do bairro em que nasceu. Em seguida, vai para um colégio particular onde a gestão era feita pela Associação de Pais não tendo um ensino religioso e com muito um coleguismo. Quando chega no 8º ano, começa a pensar que precisava mudar de colégio, «porque eu comecei a sair com novas pessoas e pensar que eu tinha que ir para um colégio mais “popularzinho”, que tivesse umas pessoas mais populares... umas bobagens de adolescente». Os pais a trocam para um colégio privado maior, com ensino religioso. A esperança da mãe era que fizesse amizades mais perto do bairro em que moravam, e o pai sempre disse que, se não quisesse, não precisava ir nas aulas de religião. Não fez muitas atividades extraescolares, suas memórias são de lazer. Como morava ao lado dos avós, ficava em casa no período inverso da escola. Fez aulas de natação, mas não foi por um período longo.

Em 2011, se forma, «aos trancos e barrancos<sup>96</sup>» e, em 2012, fez um cursinho pré-universitário. Mas diz que não estudava, segue o mesmo modo do ensino médio. «Só serviu para fazer mais amizades desvirtuantes dos estudos, dormia muito e odiava aquilo, achava um saco». Faz o vestibular<sup>97</sup> para uma universidade privada e para uma universidade federal, mas não tinha esperanças que conseguisse passar. Passa na privada primeiro, e já estava quase a aceitar que iniciaria nesta, mesmo que a expectativa dela e da família fosse da universidade federal. Até que saiu a última chamada para a universidade federal e ingressa no curso de Ciências Sociais.

Na matrícula, fica em dúvida entre História, Geografia e Ciências Sociais, escolhe sociais e pensa «resetei a vida aqui, agora vou focar» (nos estudos). Mas, no primeiro ano da faculdade, faz as amizades e volta para o padrão de descompromisso com os estudos. Passados os primeiros semestres, começa a namorar e, por influência do seu namorado da época, começa a estudar de fato e acaba gostando. Assim, de 2014 a 2017, fez o bacharelado em ciências sociais. Em 2020, entra no mestrado em Sociologia, pela mesma universidade.

«Mais ou menos em 2014 e 2015, fiz iniciação científica, dois anos e meio de Iniciação científica com a mesma “profe”. Foi todo esse tempo, mas basicamente eu não tenho

---

<sup>96</sup> Expressão popular que significa, geralmente, “com muito esforço, mas deu certo”.

<sup>97</sup> Atualmente o método universal de ingresso nas universidades é o ENEM, entretanto, algumas universidades, principalmente as privadas, ainda mantêm o concurso do vestibular para ingresso na instituição. De certa forma, os dois ingressos se complementam.

agora as datas certas, mas passei basicamente a faculdade vivendo com bolsa de iniciação científica.»

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Fernanda nunca teve experiência de trabalho formal ao longo da sua trajetória. No seu núcleo familiar, o pai, a mãe e o avô materno foram as pessoas que sustentavam a casa. Todos são concursados, portanto, possuem estabilidade e fizeram vários concursos até conseguir. Por isso, entende que este caminho de trabalhar no Estado é um caminho que é o mais esperado que ela fizesse, até mesmo por sua profissão. A sua criação foi de que iria para a faculdade e o pai fala que, enquanto ele puder a ajudar financeiramente, o fará. Dessa forma, tem um respaldo que a exima da necessidade de buscar um trabalho para sobreviver.

Antes de entrar na faculdade, para experimentar, ela e umas amigas foram trabalhar num bar do irmão de uma delas, mas foi uma coisa muito breve. Fora poucos meses, uns 3 ou 4. Na graduação, foi bolsista de iniciação científica por um ano.

Sobre a ocupação, «eu vivo sempre aquele eterno “tu só estuda”». Mas, as pessoas não veem como uma ocupação. Fernanda vê a bolsa de estudos como uma ocupação profissional, «como uma profissão, ser acadêmica». No fim da faculdade, a sair com outras pessoas que não só desse ambiente, em rodas de amigos sempre falavam dos seus trabalhos, dos seus colegas e dos seus chefes. E Fernanda se sentia um pouco mal de dizer «“eu só estudo”». Agora, com a bolsa do mestrado, não se sente mais assim.

Enquanto em outras profissões, inclusive de seus amigos, parece haver mais espaço para serem bons naquilo e garantirem o sustento deles, podendo simplesmente ir para casa e curtir o final de semana e fazer o que eles quiserem, sente que nas ciências sociais é diferente.

«É engraçado porque tem toda a crítica sobre a questão da produtividade excessiva, mas somos os mais preocupados com a produtividade. Essa coisa do “nunca é suficiente”, isso marca muito a minha profissão e me desencadeia uma série de problemas. Mexem comigo e acabam reverberando em outras coisas. Hoje em dia vejo que para cabeça também não faz bem porque a impressão que tenho com a minha profissão é que nunca é suficiente, e eu nunca serei boa o suficiente.»

E diz ter sido assim desde o início. É um “sempre estar estudando”.

Considera que a bolsa de estudos do mestrado é um trabalho, não o mesmo trabalho de uma psicóloga, ou um servidor público, por exemplo. São dimensões diferentes. Há uma dimensão de responsabilidade, que exige uma maturidade nessas profissões, e sente que talvez a academia não a exija isso ainda. Ter que bater o ponto

também é uma característica que distingue o tipo de função que exerce. «Hoje, por exemplo, acabei não acordando com o despertador, acordei às 9:30 e tá tudo bem. Não tenho que responder a ninguém cotidianamente, o fato de responder alguém superior cotidianamente é outro trabalho mesmo». Portanto, o peso que sente em relação ao mestrado é um peso acadêmico e que exige produtividade, e não um peso laboral necessariamente. Pontua como uma ocupação.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Quando pensa em um futuro ideal no percurso laboral, imagina-se em um trabalho estável, que dê plano de saúde, vale-alimentação, férias remuneradas, décimo terceiro salário, garantia ao seguro desemprego e fundo de garantia. São essas coisas que espera serem proporcionadas pelo trabalho. Sobre o percurso que pensa ser o real, imagine-se estudando anos para passar em um concurso e conseguir a garantia desses direitos que mencionou.

Em relação à precariedade, comenta que não havia pensado sobre antes, mas pensava que não estar contribuindo para a segurança social fará com que se aposente (se reforme) «muito velha». Com as entrevistas, começa a ter uma proporção maior do que significa a precariedade. Antes, associava a precariedade e o trabalho precarizado com situações em que uma pessoa poderia estar passando alguma necessidade, à uberização, aos trabalhadores de aplicativo... O que não é o seu caso, devido ao capital econômico e cultural que a família tem. Preocupa-se em ter, pelo menos, a mesma condição financeira e de vida dos seus pais, mas julga que isso não vai ser possível.

«Porque a nossa história já está diferente, com a minha idade eles já estavam fazendo várias coisas e eu não estou. Então penso que a nossa história será diferente. Por questões contextuais, históricas e de geração, de biografia, mesmo porque são caminhos diferentes.»

Sobre se sentir pertence à classe trabalhadora, entende que «o problema é que eu não consigo pensar isso deslocado dos meus privilégios». Associa o “precarizado” à correria, «correria do estar sempre precisando e cada vez precisando mais, enfim... e eu me sinto mais acomodada e segura». Sente-se como «uma estudante profissional...», não sei se isto está na classe trabalhadora.

### **Lúcia — 25 anos — Lisboa, Portugal**

«Eu ainda não fiz trabalhos muito na minha área porque eu sempre aceitei o que havia. Nem é a precariedade, é a falta de emprego.»

### **Urdidura**

Lúcia nasceu em Lisboa e sempre lá viveu. É licenciada em Antropologia com mestrado em Políticas Públicas. Os pais se divorciaram quando ela e a irmã mais nova eram crianças, mas o pai continua sendo uma das bases principais de sustento da família, pelo menos para a mãe e a irmã. Desde cedo teve contato com a música, inclusive frequentou um conservatório público e tradicional de Lisboa. Hoje participa de uma orquestra de forma voluntária. Foi na música que iniciou seu percurso laboral informalmente dando aulas de violino ou participando de orquestras, e depois a recibos verdes em atividades acadêmicas. Hoje trabalha em entidade pública, a recibos verdes com contrato de ato único. Enxerga-se enquanto trabalhadora, mas tem dúvidas em relação à precariedade e a classe trabalhadora. Não havia pensando sobre pertencer à classe trabalhadora antes das entrevistas, e remete a precariedade em desigualdades de condições contratuais de trabalho pela sua própria experiência.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Lúcia tem 25 anos e tem uma irmã 2 anos mais nova que está fazendo mestrado integrado em Engenharia Biomédica. A constituição da família do pai e da mãe se dá de formas muito diferentes.

Por parte de mãe, o avô já vivia em Lisboa, pois veio estudar, mas não sabe muito bem como isso aconteceu. Era diretor de uma clínica, viajava bastante. Ele tem dinheiro, diz Lúcia. Foi para Timor-leste em Vila Nova, e, enquanto esteve lá, iniciou a guerra. Por isso também foi capitão. Também foi Ministro do Trabalho. A avó só tinha a educação primária. Em relação aos estudos, o avô era muito autoritário, tanto que a mãe de Lúcia saiu de casa e escolhe Humanidades no secundário. O avô escrevia poesias e Lúcia diz que ele obrigava ela e os primos a escreverem também. A vó ensinou ponto cruz e crochê.

A mãe saiu de casa e foi ser *babysitting* na Alemanha, com 18 anos, «andando por aí a viver». Isso acarreta a diminuição da sua condição social, pois quebra a relação com os pais. Voltaram a se falar quando Lúcia era pequena. Por isso, também, o seu núcleo familiar não tem as mesmas condições que o resto da família, consideradas as «pessoas alternativas da família». Sua mãe fez licenciatura em jornalismo e não conseguiu trabalhar nesta área. Quando Lúcia nasceu teve que deixar de trabalhar e depois foi muito difícil para arranjar emprego. Chegou a trabalhar num *call center*, mas por um período breve. O pai era a base econômica da família, inclusive hoje ainda paga pensão para a irmã. A mãe trabalha numa associação sem fins lucrativos, já faz alguns anos.

A família do pai é de Abrantes, a avó só tem a primária e o avô não sabe, mas era datilógrafo. Já a avó era auxiliar de cozinha numa escola, durante o dia, e, à noite, também cozinhava em casa para vender na vila que moravam. O pai e a tia vieram

estudar na cidade de Lisboa e foram as primeiras pessoas que fizeram licenciatura na família e tiveram mobilidade social. Entende que hoje os dois estão numa classe média alta. O pai é da área de economia e finanças, foi auditor e agora é diretor de finanças no Brasil. Desde que Lúcia era criança, o pai era quem tinha os empregos estáveis, que sustentava a família. Ou seja, a base econômica familiar sempre foi promovida pelo pai.

Em relação às sociabilidades, Lúcia sempre foi mais reservada. Nunca foi de estar grupos muito grandes, tinha amigos, mas sempre foram mais pessoas particulares. Entretanto, se considera uma pessoa sociável. Desde que participou de uma lista para a AE da sua faculdade, e tinham interesses de falar sobre política, sobre questões de igualdade de gênero, sobre questões da sociedade. Diz que

«foi aí que percebi ser importante sair da bolha. Foi com os meus trabalhos, com os meus empregos, porque..... mas isso são discussões pessoais sobre... às vezes, nós andamos dentro de certas bolhas, assim, dos nossos amigos e as nossas amigas... nos damos muito com pessoas que são muito iguais a nós. E eu acho que isso acontecia um bocadinho no grupo da faculdade de licenciatura e com a associação de estudantes, com essas pessoas mais politizadas.»

Tem algumas pessoas da época da faculdade com quem ainda mantém contato, mas seu grupo de amigos predominante são da orquestra amadora que participa, ex colegas de trabalho, amigas e amigas de amigas.

### **Contextura — Percurso formativo**

Fez todo o seu percurso formativo básico em escolas públicas. Os pais a colocaram a estudar música com 8 anos. Viu uma colega que tocava instrumentos e também quis experimentar, inicia aulas de violino. Aos 10 anos, com o ensino elementar, vai para o Conservatório Escola de Música Nacional, fez uma prova, sendo selecionada para ingressar. Fica em uma escola da primária ao 4º ano. Do 5º ao 7º, em uma escola básica. A partir do 8º ano até o 9º ano, estuda também no Conservatório, no 10º ano muda de escola porque no Conservatório só havia especialização em música, vai então para outra escola pública. Quando estava no conservatório, lembra ser boa nas ciências, na química, física e na matemática, inclusive uma professora de matemática sugere que ela fosse para ciências. Chegou a experimentar as ciências, mas não se encaixa nas disciplinas de biologia. Como achava gostar mais de história, muda para humanidades.

Gostava muito de estudar, sempre fui boa aluna e muito faladeira. Acha que pode ter a ver com a mãe ter tido disponibilidade de ensinar as coisas fora da escola quando era mais pequenina. Sempre fez atividades extracurriculares, e pensa que talvez por isso não tenha feito a vida social nos pós-aulas. Tinha sempre natação e música.

Desde o quinto ano, tinha essas duas coisas. Lembra-se de os professores mandarem-na se calar.

Por volta do secundário, estava em uma orquestra juvenil. Nessa época, faz um pequeno curso de direção, para ser maestrina. Contudo, a continuação dos estudos nesta área era um investimento financeiro alto, e optou por não continuar. Quando acaba o secundário, fica mais um ano apenas no conservatório de música, pois tinha dúvidas em qual licenciatura gostaria de se inscrever. Estava em dúvida entre música — licenciatura em violino — e Antropologia. Optou por iniciar as duas, em simultâneo, mas acaba por escolher Antropologia. A escolha deu-se porque gosta de uma abordagem de trabalho de campo que a aproxima das pessoas e das realidades socioculturais. Durante a licenciatura, faz Erasmus (intercâmbio) para Barcelona. O seu mestrado fez em políticas públicas e a dissertação é sobre a política dos cuidados do estatuto do cuidador informal. No processo de finalização, atrasa o processo final durante a pandemia.

Atualmente, está fazendo uma pós-graduação online, sobre as políticas de cuidados da América Latina. Tem interesse em continuar os estudos, mas, se fizer doutoramento, tem de ser com bolsa, e o verás como um trabalho. Pensa em outros países que tenham políticas dos cuidados mais avançadas como, por exemplo, Holanda e Espanha, mas diz não ter preferência de país. Não tem planeado e também parece querer seguir o mesmo caminho da licenciatura e do mestrado, de decidir na última hora.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Quando acaba o secundário, no verão, trabalha em uma loja num centro comercial. Era um quiosque de venda de joias, fica sozinha desde o primeiro dia, mas a senhora ligava a cada duas horas para saber como estavam as vendas. No fim, sai uma semana antes do combinado porque a patroa se passou com o controle demasiado, a desconfiava. A pagou tudo, mas sem contrato.

Depois disso, fez trabalhos relacionados com a música, mas muito eventualmente, como, por exemplo, tocar violino em orquestras, participou de inúmeras. Desde os 17 anos, ganhava algum dinheiro, era muito pouco, porque estava vinculada a uma orquestra juvenil. O valor era referente ao trabalho e ao concerto. Mas não estava à procura dessa oportunidade, aconteceu. Também deu aulas particulares de violino por um curto período e de maneira informal. Desde que começou a trabalhar de forma mais ativa, durante o mestrado, não ficou muito tempo desempregada. O máximo foi um período de 3 meses.

Seu primeiro vínculo laboral formal foi uma bolsa temporária de investigação para um projeto do Inter Social Europeu, tinha que entrevistar pessoas sobre assuntos sociais e políticos. Sempre trabalhou em coisas muito diferentes umas das outras. Em 2019, trabalhou para um setor do Tribunal Constitucional, a recibos verdes, onde fazia

avaliações dos gastos das campanhas de partidos políticos, por um mês. Fez o estágio curricular obrigatório do mestrado, que a princípio não era remunerado, mas depois o professor conseguiu dar-lhes um dinheiro, a recibos também, que arranjaram com o orçamento do centro.

Durante a pandemia em 2020, fez trabalho voluntário na sua Junta de Freguesia. Nesse meio tempo, surgiu uma vaga em uma instituição de ensino a fim de contratar 50 pessoas para trabalhar num equipamento de política social da câmara municipal de Lisboa. Era um centro de abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade ou mulheres sem-abrigo.

Lúcia começa a trabalhar em um dos centros que abriram, em maio, com um contrato a termo certo. Ou seja, sabiam, quase mês a mês, quando acabaria seu contrato, mas sem a certeza da renovação. A Câmara fica responsável pelos centros até dezembro, depois passa esses centros para entidades sociais, ONG's e IPSS, por meio de um concurso. Nessa alteração de responsabilidades e de entidades, muitas pessoas foram despedidas. No novo contrato, o salário foi reduzido e a categoria profissional foi alterada. Foi a terceirização de um serviço que era de responsabilidade de um órgão público.

Lúcia não foi despedida na alteração da entidade responsável pelo centro que ela trabalhava, porém, houve alterações na execução do seu trabalho. Antes faziam um trabalho técnico de acompanhamento do direto das mulheres sem-abrigo, e neste novo momento estava lá apenas para conversar e servir as refeições. Apesar dos problemas administrativos e contratuais, era um trabalho que gostava de fazer. Após reivindicações acerca das modificações do contrato e da redução dos salários, conseguem aumentar um pouco o ordenado, entre outras questões.

Estava descontente com esta nova função, com a administração da organização e o salário, que havia baixado, e recebe a ligação de uma pessoa de um setor de monitorização de gastos de campanhas políticas, onde já havia trabalhado durante um mês de 2019, convidando-a para trabalhar lá. Está neste serviço, atualmente, a recibos verdes. É um vínculo que não cogita permanecer e que nem mesmo teria essa escolha, visto que é um cargo que deveria ser preenchido por um servidor público e por meio de concurso ou alteração de cargo. O contrato tem sido renovado de tempos em tempos, recentemente renovaram novamente até dezembro. «O que parece é que sempre vão querer que eu fique mais, e sempre a recibos verdes». Entretanto, avalia sua trajetória laboral como sempre a ter sorte porque nunca esteve em longos períodos sem alguma atividade, por mais que informalmente, como no caso da música, por exemplo.

Sua busca por trabalho sempre está relacionada a bolsas de investigação, pois entende que é onde consegue utilizar os seus conhecimentos da licenciatura e do mestrado. Sempre viu a música como lazer, nunca se viu como uma artista que toca solo,

e sim com uma orquestra. Quando participava da orquestra juvenil, não tinha conhecimento sobre projetos de atuação na sociedade a partir da música e da cultura.

Os pais nunca a cobraram para iniciar a trabalhar e ajudar em casa, inclusive até pouco tempo atrás. A relação do pai com o trabalho sempre foi muito intensa, tinha pouco tempo para a família. Sua máxima é “tens que trabalhar, tens que trabalhar...”. Seu objetivo, com primeira experiência, é ter o seu próprio dinheiro, para fazer viagens e ter acesso a lazer com mais autonomia. A mãe não é muito faladora em relação a isto. Lembra de conversar com ela sobre trabalho, e da experiência relatada de que precisava trabalhar, mas não é onde ela se realiza.

Agora que está morando com amigas, quer permanecer independente. «Já não me vejo voltar atrás. Agora já tenho a minha poupança, tenho meu emprego, estou a viver fora da casa da minha mãe. Eu não quero. Se um dia tiver que ser, vai ser. Mas não quero e nem penso sequer “que eu vou ficar sem emprego porque o meu pai vai me pagar”».

### **A rede e o arremate — a precariedade**

A sua relação com a precariedade se dá com a experiência de alteração de contrato quando o centro de acolhimento de mulheres sem-abrigo e, que estava a trabalhar troca de uma administração pública para IPSS's. As alterações dos contratos de técnicos para auxiliares, das suas atividades com as utentes e a diminuição dos salários quando troca a administração pública para IPSS's são alguns desses elementos. Lúcia conseguiu fazer uma “almofada financeira” porque morava na casa da mãe e guardou dinheiro já que não precisava ajudar nas contas. Mas, começou a perceber que a realidade do trabalho é complexa. Além disso, simultaneamente, teve a oportunidade, que considera como sorte, que muita gente não tem, de estar quase um ano com um contrato a tempo inteiro, com subsídio de férias, subsídio de Natal.

«Parece que eu tenho tido sorte, mas acho que isso deveria ser o normal. É parvo estar a dizer...hoje em dia....que tive sorte, eu acho que devia ser assim e com mais condições. (...) Tive sorte. Mas também aquela coisa de fazer tudo bem, se esforçar, porque, claro, você está a esperar ter o retorno.»

Portanto, agora que passou a recibos verdes, com um salário menor e em outra função, dá outra perspetiva sobre a precariedade, pois viveu na pele o que é ter direitos trabalhistas.

Ainda há uma questão na área de ciências sociais, sua formação, a qual sofre uma escassez de bolsas de investigação. Há poucas e há, também, problemas na forma como elas são elaboradas contratualmente. Não tem férias, não tem alimentação... «Essa coisa do percurso de formação, é sempre difícil arranjar coisas nesta área».

«Começa por aí, nem é a precariedade, é a falta de emprego.»

Os amigos mais velhos dizem para ela, em relação ao vínculo laboral que tem atualmente: «mas agora tu tens uma coisa que querem que tu fiques...o que é fixe.... já há um ano que já está lá...». Entende que, enquanto ficar com este emprego a recibos verdes, garante um salário. Entretanto, esse é o mesmo valor de uma bolsa de licenciada, a qual é muito mais atraente como atuação profissional.

«Mais vale ficar num lugar que gosto e é tudo temporário também. Então... Isso é outra questão...»

Tudo é muito volátil.

Ao pensar a precariedade, reflete que existem problemas com os níveis de salários e com as questões de sequer ter um contrato. Para si, a precariedade aparece na procura de trabalho, devido às coisas serem temporárias e ser preciso estar sempre à procura de outra coisa, porque, com as bolsas ou com os recibos, não há perspetiva. «Nós estamos sei lá, com a minha idade, com a nossa idade, estamos buscando um trabalho para ganhar, experiência, não necessariamente para ficar lá e subir lá». As bolsas de investigação são para ganhar experiência, os recibos verdes também para experiência.

Sente-se trabalhadora, pois trabalha. «Sou trabalhadora da classe, sim. (...) Trabalhar é trabalhar. E temos o problema e as condições e as desigualdades que há. Não é para uma pessoa ter certas condições de trabalho que outras não têm. Penso que toda a gente as deve ter... são relações mínimas». Revê-se enquanto precarizada apenas no trabalho atual a recibos verdes, quando trabalhava para a Câmara, entende que tinha condições boas de trabalho, apesar de ser terceirizado. E por isso, a avaliação deste trabalho que pela primeira vez a garantiu uma série de direitos trabalhista (férias remuneradas, 13º salário, subsídio de alimentação, etc.) como precário é difícil. Há receio em dizer que se sente da classe trabalhadora. «Para mim, toda a gente que está no mercado de trabalho é trabalhador, não sei se é a classe trabalhadora. Depois temos questões de condições de trabalho, condições laborais que não são cumpridas, mas não é isso que toda a gente está a trabalhar». Na sua compreensão, ser da classe trabalhadora poderia ser pertencer a algum sítio por muito tempo e se identificar com aquela atuação, profissão.

«As coisas hoje em dia são super segmentadas. (...) Eu não pertenço a nenhuma... não é classe que eu quero dizer... nenhuma “coisa de nós”. Nós não estamos nunca a pertencer a nada, nós estamos temporariamente nas coisas...( e isso dificulta o vínculo)

Há muitas formas de trabalho hoje em dia e.. há falta de condições de trabalho ou não.»

Tem a sensação de que há uma segmentação de atuação profissional, «quando estava na bolsa era os problemas de estar na bolsa. Na mesma com o contrato e os problemas do cumprimento do contrato e das questões das carreiras, depois os recibos verdes é os problemas dos recibos verdes...».

Contudo, apesar dessa análise de uma segmentação nos setores laborais, tem um processo de envolvimento no ativismo desde criança. Aos 13 anos, quando já estava no conservatório e o prédio estava em más condições, chovia dentro e não tinha nenhuma manutenção. «Fomos fazer as primeiras manifestações e nós fizemos um cordão à volta da escola e fomos até à Assembleia». Lembra-se de discutirem como iam organizar os próximos passos.

«Fizemos uma marcha fúnebre pelo Conservatório até à Assembleia, tocamos na rua, tentamos visibilizar e tocar para o Largo Camões para as pessoas saberem o que estava a passar.»

A escola secundária que frequentou era muito antiga, com mais de 100 anos e problemas estruturais, na época, teve uma disciplina de ciência política no 12º ano, a qual potencializa o seu envolvimento nas manifestações, além de uma aproximação com movimento ligado à juventude comunista, porque havia um polo na escola. Andou no secundário durante a crise que começou em 2012. Havia questões de deixar de haver o passe para os jovens, dos problemas estruturais da escola e da necessidade de obras. A inquietação surgiu nessa altura e, desde então, quer saber mais sobre como funcionam as coisas, como pode ajudar a mudar algo. A mãe já a levava em manifestações. Lembra de participar da «Que se lixe a troika», a maior “manifestação de sempre” em Portugal.

Participou de uma lista na Associação dos Estudantes, que reunia várias pessoas e discutia assuntos sobre política nas universidades, sobre direitos dos discentes, sobre a questão das propinas, sobre a questão do funcionamento da universidade, etc.. Também quando esteve na Universidade, as entidades públicas de ensino alteraram seu regime de funcionamento, e os discentes tentaram realizar algo contra isso.

Hoje está no ativismo feminista, isso se deu por fazer a sua tese sobre o estatuto das cuidadoras informais e, na altura, quando foi pesquisar sobre ativismo nessa área, deparou-se com um coletivo que tinha interesse. Sobre a militância partidária, não se revê nos partidos à esquerda, concorda com muitas pautas, mas há outras que não consegue concordar.

Ao refletir sobre o seu percurso ideal, diz que «gostava de atuar em projetos, quer a partir de um centro de investigação», ou mesmo, «um projeto aplicado, por

exemplo, a tarefas encomendadas para estudos pelo governo, para uma câmara...», pois tem interesse na avaliação de políticas públicas ou estudos para criá-las. Gostava de auxiliar na construção, no planeamento das políticas públicas e na concepção das políticas, seja em órgãos públicos ou até mesmo na academia, fala inclusive em entidades típicas de formação para promoção e reconhecimento de direitos de género, ou de cidadania.

Um percurso real é conseguir «arranjar outro emprego e não quer ficar desempregada». Mas não tem certeza sobre escolher entre o percurso académico e o profissional, «são difíceis os dois caminhos, e podem cruzarem-se», pode fazer o doutoramento, mesmo estando na função pública, por exemplo. Ainda assim, os dois são muito difíceis de saber se vão acontecer ou não. «Não sei o que vou estar a fazer daqui a seis meses. E eu tô habituada à isso».

### **Natália — 24 anos — Lisboa, Portugal**

«O Natal não é igual para todos.»

#### **Urdidura**

Natália, nasceu em Lisboa e trabalha num projeto que oferece política pública de acolhimento a pessoas com determinada vulnerabilidade. Seu contrato é a tempo parcial e com tempo determinado porque os projetos tem previsões de fim. Para continuar empregada, cabe-lhe criar e inscrever outro projeto que tape o buraco do que está vinculada. Sua família tem uma atuação e identificação política e partidária muito forte, principalmente pelo lado do pai. É aderente de um partido político e atua no ativismo feminista. Se revê numa identidade precarizada, assim como pertencente a classe trabalhadora.

#### **Trama familiar e sociabilidades**

Natália nasceu na Amadora, no concelho de Sintra. Morou em Belas com os pais e a irmã que hoje tem 13 anos, possuem 11 anos de diferença. A casa era no mesmo terreno que moravam os avós paternos, apesar de serem uma mesma construção, as casas não são interligadas.

O avô paterno era da Bica, em Lisboa, e viveu algum tempo por lá até se mudar com a família para o subúrbio, em Belas, porque queria ter uma casa maior. Sua mãe, bisavó de Natália, era governanta de um político de Lisboa, e por isso o avô teve acesso a uma educação diferenciada, fez ballet e foi campeão de saltos de fundo (saltos à piscina), por exemplo. Criou seu negócio próprio de marquises de alumínio, tendo sido pioneiro desse material em Portugal. Não há nenhuma acumulação de capital pela empresa do avô, mas, na altura, permitiu que as duas filhas estudassem e tirassem

cursos superiores, uma em enfermagem e outra em medicina. O pai de Natália não quis estudar, contudo, trabalhou muitas vezes com seu pai para que os cursos das irmãs fossem pagos. É uma família muito politizada e atuante. O avô fez parte da Liga de Unidade e Ação Revolucionária (LUAR) e também do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). A avó era governanta de após o 25 de abril de 1974, esteve envolvida com teatro popular pelo PCP. Portanto, como viviam perto, a política, partidária ou não, sempre esteve presente no núcleo familiar.

O pai tem uma relação muito forte com a cidade de Lisboa, principalmente com a Bica, por os pais serem de lá e por crescer nesse bairro. Mesmo ao mudarem para Belas, a avó trabalhava em Lisboa e ele vinha com ela. Também viveu o desabrochar cultural da cidade após a Revolução dos Cravos. Participou na Juventude do PCP e dos acampamentos internacionais que haviam. Estudou até o 12º ano e fez o serviço militar, que na época era obrigatório. Sempre ajudou o seu pai no negócio próprio. Começa a trabalhar numa empresa de aviação e lá aprende a fazer manutenção de aviões. Recentemente a empresa passou por uma reestruturação e decidiu sair.

A mãe de Natália é de Benfica, e ainda nova se muda para a linha de Sintra, em Massamá. Os avós de Natália se conhecem num laboratório que trabalhavam e casam-se. A família da avó tem um corte grande geracional, pois o pai dela (bisavó de Natália) era comunista e rompe com o seu pai, um fascista rico. Portanto, sua família não herda esse capital econômico familiar. Entretanto, não se sabe direito o que aconteceu de fato. A avó tinha um ateliê de costura, após ter se casado, e trabalhava com moda e alta costura, tinha uma equipa própria e fazia coleções. O avô de Natália adoece, e a família, que tinha condições econômicas de uma classe média alta, acaba por ter uma mobilidade social. O tio de Natália era tóxico-dependente, portanto, o sustento da casa ficou por conta da avó e da mãe, neste período. A mãe nunca gostou do colégio, não ter continuado os estudos foi mesmo uma escolha dela. É cabeleireira profissional, trabalhou por mais de 30 anos num hospital psiquiátrico. Teve a possibilidade de ir para o ramo criativo em Paris, mas, na altura, como Natália era bebé escolheu não ir, mesmo com o incentivo do marido. Recentemente, há cerca de 3 anos, resolve largar a profissão e se dedicar à terapia holística. Como o ordenado maior era do pai de Natália, decidiu arriscar. E então despediu-se.

Os pais se conheceram porque sua mãe era amiga da irmã do pai. Elas iam ao cinema com frequência e trabalhavam juntas no hospital psiquiátrico. Antes de começarem a namorar, depois dele ter ido a uma sessão de cinema com elas, informaram a irmã sobre o desejo de estarem juntos. Tem um apreço muito forte e uma relação profunda com sua família nuclear. «A família é importante porque tenho, não por ser a família que tem que ser, mas porque gosto mesmo das pessoas que são o meu pai, a minha mãe e a minha irmã.». Natália foi filha única até os 11 anos, e isto acaba por ser na mesma altura da Troika em Portugal. Então, para além da crise do país, os

pais entraram numa situação de sobre-endividamento por coisas pessoais que não sabem bem explicar. Esta época é muito marcante para Natália, devido ao nascimento da irmã e ao seu início de consciência política. No terreno onde vivem os pais de Natália, há duas casas em uma. A avó paterna vive por cima deles, o avô morreu há 3 anos, com a tia que é enfermeira e seus filhos, primos de Natália. São casas grandes e não se tocam. Embaixo vive os pais de Natália e a irmã mais nova.

As famílias maternas e paternas são unidas entre si e mantém uma relação muito próxima. São colaborativas, se apoiam entre avós, tios, tanto socialmente quanto financeiramente. Considera-se uma pessoa privilegiada, porque mesmo quando os pais não estavam na melhor situação financeira, nunca lhe pediram ajuda. Para eles, era primordial que Natália quisesse estudar. Hoje eles «são fulcrais, centrais até, na minha vida e na da minha companheira», pois as ajudam econômica e emocionalmente.

Natália conheceu a companheira na faculdade, eram colegas. Natália se diferencia da namorada porque ela trabalha há muito mais tempo do que ela. Entretanto, quando começaram a vida juntas, Natália adiantou dinheiro para quase tudo que foi preciso. «Para ela o trabalho foi uma necessidade, porque era para pagar a Faculdade, para pagar as coisas dela que nunca lhe foram pagas. E para mim não.»

Lembra de o avô ter se reformado cedo, pois perdeu o dedo numa das máquinas da sua oficina. Por isso, nas férias de verão, ele ficava com os três netos mais velhos. Levava-os a Costa da Caparica, era sócio de um clube e os levava para as piscinas, iam almoçar todos os dias fora. Na escola, tinha mais relações com os colegas porque muitos eram do seu bairro e brincavam muito na rua. Contudo, quando entra na faculdade, não se identificava com aquelas pessoas, na verdade, não se identificava com muitas coisas.

Pensa que foi na faculdade que começou, mas principalmente no pós-faculdade, a fazer escolhas mais conscientes e ideológicas das suas amizades. Agora, quase toda a sua rede de amizades está no ativismo e no partido que aderiu. No trabalho, tem se aproximado de uma colega, com outro tipo de vivências que também gosta.

### **Contextura — Percurso formativo**

Antes de entrar na escola, frequentou um colégio particular na pré-primária, pois o pai tinha descontos devido à empresa que trabalhava. Fez sua escola primária em Belas até o 5º ano. Pelo fato de a escola estar localizada na região de Belas — sendo uma região dormitório para a maioria das pessoas, tendo também uma parte mais rural e outra parte de classe média muito alta, as chamadas vivendas — havia uma grande parte da população racializada. Ter frequentado essa escola pública em Belas lhe deu *backgrounds* muito diferentes e isso é muito importante para a Natália de hoje.

Do 6º ao 12º ano, esteve num liceu em Queluz, onde estudaram o pai e a tia. Ia ao ATL após a escola e só depois o pai a buscava para ir para casa. Participou de muito desporto, mas também tinha uma característica que pensa que continua a ter. «Que é

não levar as coisas durante muito tempo. Era boa em futebol, vôlei. Queriam federar-me, principalmente no futebol, porque se eu quisesse poderia virar profissional porque eu era mesmo ótima. Mas fiz natação, Taekwon-Do, vôlei, futebol, e sempre teve essa ligação ao desporto até os 14, 15 anos e então deixei de querer». Ficou muito tempo a ver filmes, cinema e começou a se interessar por isso.

Ao candidatar-se à faculdade, colocou 4 opções, todas elas diferentes. A primeira, relações internacionais, a segunda, ciências da comunicação, estudos gerais e psicologia. Ou seja, obviamente é uma pessoa que não está necessariamente à procura de um caminho em suas palavras. Queria continuar a estudar, sabia aproximadamente aquilo que poderia ser possível ou que interessava mais, mas entrou em relações internacionais. «Hoje olho para trás e fazia mais sentido sociologia ou até mesmo ciência política, na verdade». Tinha boas notas, e passou sempre de primeira.

Após acabar a licenciatura, iniciou o mestrado, mas não terminou por questões de dinheiro, por achar muito caro e, possivelmente, comprometer o rendimento da sua família. «A ideia é voltar, mas não sou muito facciosa. Se fizer sentido. Congelei por questões monetárias porque era uma taxa de esforço muito maior. Congelei.» Entretanto, já tem o ano curricular equivalente a uma pós-graduação em créditos, portanto tem mais este diploma.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Inicia o seu percurso com pequenos biscates. «Uma vez fui entregar flyers». Às vezes, ajudava o primo com o aluguel dos pais dele, no início dos airbnb's, ele havia criado uma empresa com 18 anos. E, além da casa dos pais, passa a ter 2 casas aqui em Lisboa, só para ele se gerir. Natália acabava por fazer *check-in's* e *check-out's* para ajudá-lo. Quando o primo muda-se para a Austrália, oferece a continuação da empresa à Natália, mas ela recusa a oferta.

Seu primeiro trabalho formal foi a recibos verdes para uma nova empresa de barcos no Rio Tejo. Pediam pessoas para venderem bilhetes e pagavam muito bem. Vai e percebe que é uma startup de franceses e que estavam cá para investir valores. Passado 2 meses, um deles veio da França para conhecer as pessoas que contrataram. Ele oferece à Natália, já que estava no final da temporada de verão, o pagamento de 500 € por mês a recibos verdes até janeiro. Ela não precisou trabalhar e poderia arranjar um trabalho, se quisesse, durante esse tempo. Era uma forma de garanti-la na equipa. Em janeiro, voltaram a se falar e passou a ser o braço direito de um dos sócios. Ficou a trabalhar até julho, e nesta altura tudo estava desestruturado, a equipa não foi necessariamente escolhida pelas competências. Era um emprego muito flexível, havia um espaço físico, mas ela não tinha que lá ir. Natália tinha um telemóvel para fazer as reservas e 1001 outras coisas. Começou a acumular muitas tarefas e procedimentos financeiros, então cansou-se e pediu para ir embora.

Nesse período, a companheira trabalhava numa loja num centro comercial alternativo, um pequeno negócio. E então começa a trabalhar lá, cobrindo as folgas de domingo e outras que fossem necessárias. O tio estava começando uma plataforma online e precisava que alguém lhes fizesse copy, ela aceita o pedido do tio. Estava uns dias neste emprego e outros dias a fazer os “copies” para o tio, nos dois era freelancer, quando começam a pedir que vá mais dias no centro comercial alternativo e para de auxiliar o tio.

Demora muito tempo até fazerem um contrato, e coincidiu com o começo da pandemia, portanto foi para o *lay-off*. O ordenado base era muito baixo, e o resto eram prêmios que arranjava sempre outras formas para pagar. Natália e a companheira faziam loja e escritório. Até a pandemia, a equipa era grande, mas depois reduziu os funcionários e fez um *lay-off* “fingido”, porque elas duas continuavam a trabalhar. Como havia entrado para cobrir folgas, as suas mudavam constantemente, e nunca foi muito possível negociar os dias porque a sua presença nas lojas era exatamente para tapar isso. Nunca tinha os domingos de folga, e os sábados eram um sim e outro não. Foi um ano muito cansativo, de muita exploração e desconforto com o ambiente de trabalho.

Pondera que, se estivesse a viver com os pais, a partir do momento em que não se sentisse mais confortável para fazer aquilo, sairia. Claro que, ao final, optou por sair, mas ficou lá muito mais tempo, principalmente devido à pandemia, da incerteza, e também por ter uma casa, ter começado o mestrado. Seus rendimentos eram essenciais para as contas.

«E a minha relação com o trabalho é uma relação de necessidade.»

Quando a companheira arranja um trabalho numa organização social, decide que não ficaria naquele emprego sozinha e no dia seguinte se despede. Ficou cerca de 2 meses desempregada, mas sem subsídio. Segurou-se com o dinheiro todo que juntou. Depois desse tempo, começa a trabalhar numa organização social com contrato de trabalho a tempo parcial. É o primeiro trabalho que sente gosto em estar e que se identifica, e o considera como uma sorte. O trabalho consiste em execução de projetos que financiam as ações da organização, pois esta não tem fundos próprios. Apesar de ser em tempo parcial, o valor pago é da categoria de técnica superior, o que está por volta dos 700 €. Entretanto, face às despesas que tem e à taxa de esforço, não compensa. Traçou uma meta de tentar arranjar outro projeto para completar a carga horária semanal, como um trabalho a tempo inteiro. Trabalha muitas questões de género e na área de intervenção social. Não tem nenhuma razão de queixa, quer nas horas trabalhadas, quer com os direitos laborais, respeitados. O ambiente de trabalho é muito bom. Contudo, mesmo que seja um trabalho mais estável e convergente com a

sua formação, além da função tabelada como técnica superior de um grau elevado, há a condição de dependência de projetos. Assim, o vínculo laboral é muito volátil.

Entende que o trabalho na época dos pais era essencial, era através dele que se conseguia os rendimentos para suportar os custos de vida. Nunca lhe foi pedido para trabalhar, começou a aparecer esta necessidade para si quando terminou a licenciatura. Nunca foi trabalhos com grandes compromissos, e sim pequenas coisas, «horas aqui e horas ali só para ter se calhar um bocado mais, porque era uma possibilidade de fazer uma viagem, uma coisa qualquer...». O trabalho, para si, foi uma forma de emancipação própria, nunca uma obrigação e necessidade. Além disso a companheira diz que Natália tem muita sorte, «diz que eu tenho o cú virado pra lua» porque nunca fiquei muito tempo sem atividade laboral. «As coisas vão sempre aparecendo, quando eu tô assim aflita».

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Sobre a precariedade, lembra-se da palavra começar a surgir na altura da troika e, para si, durante algum tempo estava muito relacionada com isso, ou seja, com a austeridade, com cortes salariais... Depois, quando estava na faculdade e começa a entrar para o partido e querer envolver-se politicamente, retoma a palavra.

«Para além das coisas individuais, ou seja, dos cortes de salários, da austeridade, da falta de direitos laborais é depois quase uma identidade. E agora para mim, acaba por ser, a vida não é só... Eu não sou só precária no trabalho ou não é só o meu contrato de trabalho que é precário. Eu sou precária também, então acaba por ser uma identidade, um sujeito político de luta que de certa forma me dá muita força, sabes?! Não é tudo positivo, mas é uma identidade que eu gostaria de não assumir, mas que assumo muitas vezes.»

Há essa reivindicação de que é precária e que tem uma vida precária. Há uma luta anti precariedade, anti essa condição que afeta a maioria das pessoas da sua idade e a maioria da população em Portugal. Provavelmente em todo o lado. Pensa que o envolvimento político com essas questões faz com que olhe para as coisas, ou pelo menos saiba a partida qual é a condição da maior parte das pessoas que trabalham, principalmente das pessoas jovens. Porém, não há um momento em que se percebe com uma vida precária. Tudo é muito volátil. Quando termina a faculdade e começa a trabalhar a recibos verdes e nos vários trabalhos que fez, pelos contratos que eram só de um ano ou pelos ordenados que nos contratos eram a base e depois o resto era pago por fora, consegue identificar a precariedade.

Tem que andar a correr atrás de financiamentos e o estado delega dessa forma e às vezes com muito pouca responsabilização, como são delegadas diversas entidades.

A supressão de necessidade de pessoas reais. Idealmente, aquele equipamento social seria uma resposta pública, a precariedade está entranhada desde a fase em que é necessário um projeto para ter o teu salário até o fato de que este parte de entidades privadas, do setor privado ou do terceiro setor. Comumente diz-se que não é público e nem privado, mas isto é relativo porque é privado se não é público.

«Quanto mais tu estás apertado, é quando pior ganhas. Às vezes se diz isso à sociedade portuguesa. Como se fôssemos menos críticos, menos inteligentes do que outros. Mas penso que a precariedade acaba por fragilizar as pessoas, e fragilizando retira-te poder da agência. A partir do momento que tu não tens sindicatos que te pagam, por exemplo, os dias de greve, deixa de ter pessoas a aderir e perdem força. Se tens pessoas que ganham mal, que tem maus rendimentos não aderem à greve. E não é porque as pessoas não querem saber, eu penso que o facto de se fragilizar tanto, se oprimir tanto tu acabas por ficar... das duas uma, ou te dá uma pujança para ir buscar aquilo que é teu por direito.. ou, na maioria das vezes, com os agregados familiares, com as responsabilidades de cuidar dos filhos, das filhas e do dia-a-dia da casa, das contas vai fazer com que a pessoa tente o máximo. Depois vem o desemprego, uma crise, uma pandemia, então eu vou portar-me o melhor possível para não perder pelo menos este cantinho. Vejo muito isso nos meus pares, nas minhas amigas.»

Está envolvida num partido político e no movimento feminista, mas diz ter pensado várias vezes em se juntar à Associação Precários Inflexíveis, porque a questão da precariedade e dos direitos laborais lhe interessa. Entretanto, «entre fazer escolhas, nós temos o movimento feminista, e estamos organizadas nesse sentido e pensamos... e há uma forma Internacional de ver as lutas». Acaba-se por sempre tocar na questão da precariedade e do acabar com as vidas precárias. Salienta que, inclusive, a questão dos cuidados tem muito de laboral. Pensa que, ainda que não diretamente, ou até mesmo muito diretamente, há pautas concretas que no movimento feminista são reivindicadas e tem a ver com a precariedade. «As mulheres sabem que são um dos grupos mais precarizados pela sociedade.»

«Ser uma trabalhadora precária, ter uma vida precária faz parte de uma identidade e sinceramente acho muito difícil, cada vez mais, pensar no quando é que se altera essa situação. Mesmo que eu agora, e mesmo que eu pense se alterasse fazendo parte do país onde a maioria da população é precária, eu acredito que continuaria a ter uma identificação para com essa condição, para com essa posição, para com essa identidade, realidade. E julgo ser das lutas mais importantes porque a emancipação, embora não seja só, se calhar é isso que nos desperta outras esquerdas, mas é uma situação que acaba por ser também material.»

Apesar de não ter uma visão 100% ortodoxa e marxista da luta de classes, entende que está muito alinhada com a visão de que a emancipação de classe é importantíssima e é fundamental, senão a primária e a mais fundamental, para o resto que depois, obviamente, tem que ser construído. É uma relação de amor e ódio, mas é uma identidade. Reconheço ser uma identidade.

Com a frequente alteração de trabalhos, é muito difícil sentir-se pertencente a uma classe trabalhadora porque alguém trabalha. Para Natália, lhe faz muito mais sentido pertencer a uma classe precária que trabalha, mas a condição é muito mais do que a esfera do trabalho. «É todo o resto». Ou seja, afeta a habitação, o acesso à educação e depois há outros níveis... a estabilidade, a constituição de família para quem assim desejar... Ou seja, há um adiamento de todos os acessos e a todos os teus direitos.

Entende que a classe trabalhadora está a se reformular. Ou pelo menos se deveria pensar numa nova forma, com novas perspectivas. Sente que a classe de pessoas precarizadas é muito diferente, porque pensamos muitas vezes naquilo que foram as lutas operárias de trabalhadores e trabalhadoras, que estão muito relacionadas com a criação dos sindicatos e com o direito à greve.

«Mas como tu fazes greve se tu não estás organizado? Se não tens, se estás a recibos verdes e tens uma prestação de serviços, como é que tu te fazes valer a importância da tua força de trabalho? Tu sabes que existe, mas ela não está vinculada a um agenciamento, a um coletivo. E a precariedade isola.»

Julga ser necessário pensar na criação de um coletivo laboral sindical que dê conta desta nova condição laboral, para que a maioria das pessoas possa se organizar e assim pertencer a uma classe organizada, que consiga fazer greves e outras reivindicações.

«Se houvesse uma greve dos trabalhadores precários tudo parava, mas isso não existe até agora. Ou pelo menos não é possível fazer ainda.»

Sente, agora, que pertence a uma classe de trabalhadora, mas precária, diferente de quem está há muitos anos numa empresa, num setor especializado onde normalmente se sabe muito bem os seus direitos e se for preciso faz greve.

Durante a pandemia, nos momentos iniciais, tornaram mais agudos a falta de direitos e o contexto de precariedade que tinha no emprego anterior. Como era comércio, agudizou.

«Porque quando tu tens realmente um emprego precário não há teletrabalho, um trabalho que te safe.»

O discurso de estarmos todos no mesmo barco logo virou para nós. «Tínhamos que tentar dar todo o máximo porque iam ser tempo difíceis». Ou seja, uma responsabilização da equipa que trabalhava e uma comparação como se eles fossem também os donos daquele negócio. O *lay-off* dado pelo chefe foi uma fraude, pois as colocou a trabalhar uns dias e era pago por fora. Assim, junta-se a mais outra pessoa e fomentam de alguma forma a organização entre os colegas. Reivindicavam, por exemplo, o direito ao *lay-off* com as devidas declarações assinadas mensalmente, o fechamento das lojas no agravamento da pandemia, os ordenados serem assegurados na mesma... Acabavam por puxar a carroça do que eram os direitos e do que conseguiam reivindicar, davam a cara pela própria equipa. O dono achava engraçado esse espírito crítico, até o momento que isso saiu furado com a nossa saída, porque estava muito dependente do trabalho que ela e a companheira faziam.

Quando a companheira sai, o dono do negócio a ameaça dizendo que para sair ela deveria avisar tantos dias antes, porque senão haveriam consequências quando o contrato se quebra de uma hora para outra. Natália fica tão assustada com as ameaças e com quantidade de trabalho que lhe cairia em cima com a saída da sua companheira que se despede no dia a seguir. No outro dia, fala com ele e propõe-lhe uma rescisão por mútuo acordo com algumas condições mínimas, porque ia dar muito pouco tempo a sair no final do mês e disse que, se ele não aceitasse, partiria para a ACT<sup>98</sup> e para um advogado a contar tudo o que haviam passado.

O andamento não correu muito bem e o dono ficou muito zangado, Natália se manteve firme porque nesses momentos tem alguma capacidade de ser muito incisiva, muito fria e não ficar com receio. Fez umas contas, tudo aos “bochechos”, como costumava fazer, ao final acabou por pagar tudo o que tinha que pagar. A recibos verdes, sob o que Natália era cínica porque a partir do momento em que trabalhou para ele havia aceitado e corroborado. Chegou ao ponto dele mandar um e-mail para elas a dizer que iria metê-las em tribunal por difamação. Isto porque, após terem saído, continuavam a auxiliar a equipa na reivindicação dos seus direitos quando lhes ligavam. Faz-se muito esse jogo de imputar à pessoa que trabalha a mesma responsabilidade do patrão. Muitas vezes o patrão sabe que a pessoa que trabalha não está bem e propõe “olha faz isto e recebes isto por fora”. Quem trabalha está numa posição muito mais vulnerável porque tem que trabalhar (é uma relação de poder).

---

<sup>98</sup> A ACT é “é um serviço do Estado que visa a promoção da melhoria das condições de trabalho” em Portugal. Realiza o “controlo do cumprimento do normativo laboral no âmbito das relações laborais privadas e pela promoção da segurança e saúde no trabalho em todos os sectores de atividade públicos e privados”. Mais informações em: [https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Paginas/default.aspx](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Paginas/default.aspx). Acesso em: 26 de setembro de 2022.

O seu futuro ideal, de forma mais imediata, seria ter um trabalho a tempo inteiro. Ou arranjar o outro meio tempo para completar o horário de trabalho com o atual. Pondera ir ao exterior, experimentar como seria, mas não é imperativo, não sofre com isso. Pensa que pode ser muito difícil porque já tem a casa, a gata. Argumenta que, quando começa a conhecer um pouco mais sobre cada associação, organização, e quando conheces as pessoas, acaba por compreender as linhas de trabalho e o que pode ser interessante para fazer um projeto e executar.

O percurso laboral que vê como real é a necessidade de arranjar um trabalho a tempo inteiro. Planeja que, se não tiver perspectiva do final do ano de 2022 arranjar um tempo inteiro, é inútil permanecer a tempo parcial. É uma grande taxa de esforço e a impede de estudar. Tem vontade de retomar o mestrado que teve que congelar, além de impedir outras coisas, como cultivar-se em outros aspectos, como a cultura, formação. «Se eu gostar daquele livro ter aquele livro, não é que eu não o faça, eu acabo por fazer, mas mesmo tempo tenho que escolher e principalmente em questão dos estudos». A meta sendo o final de 2022, já terá dois anos de experiência que se acumulam em conseguir uma vaga melhor remunerada e a tempo inteiro. Percebe-se certa ambiguidade entre o futuro ideal e o futuro real.

#### **1.1.4. Precariedade de percurso arranjado**

Neste perfil-tipo encontra-se: Lilith D'ávila (18 anos — Brasil).

Este perfil caracteriza apenas uma das pessoas entrevistadas devido ao seu percurso laboral inicial. Mesmo Lilith iniciando seu percurso num estágio previsto para estudantes do ensino médio, secundário em Portugal, já acumula diversos vínculos laborais e formativos. Na pandemia, com as aulas e o trabalho remoto, concorreu a uma bolsa de iniciação científica no Instituto Federal em que estuda, acumulando mais essa função no percurso laboral. Além do ensino médio, que concluía ao final das entrevistas, Lilith finalizava dois cursos técnicos em simultâneo. Estes acumulavam-se com os estudos do ensino médio, o estágio, as tarefas de iniciação científica da bolsa de estudos que abrangiam tanto as atividades de fomento (produção acadêmica para salões de iniciação científica), quanto as redes sociais e apoio à docentes do cursinho popular sediado no campus do Instituto Federal.

**Lilith D'ávila — 18 anos — Porto Alegre, Brasil**

«Dependendo do trabalho, de qualquer maneira, com a realidade do Brasil eu vou acabar sendo precarizada.»

### **Urdidura**

Filha mais nova dos pais, e a única do casal, Lilith tem 18 anos, nasceu em Porto Alegre e estuda num Instituto Federal onde faz o ensino médio e um ensino técnico concomitantemente, além de também fazer outro curso técnico em outra instituição. Iniciou o seu percurso laboral como estagiária de uma empresa de produtos eletrônicos e no período das entrevistas acumulava com um bolsa de iniciação científica. Se revê enquanto uma pessoa que trabalha em condições precárias no estágio, mas tem dúvidas em relação a ser trabalhadora e pertencente a uma classe trabalhadora. Por ser nova, compreende que esse pertencimento corresponde com uma certa “adulter” que ainda não possuiria, apesar de ser uma pessoa que trabalha.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Lilith tem 18 anos, cresceu e vive em Porto Alegre, na zona norte, no bairro Rubem Berta. Desde os 2 anos, reside no mesmo prédio. É a filha mais nova dos pais e a única desse casal. O pai teve outro casamento, tendo dois filhos, uma irmã e um irmão mais velhos fruto desse casamento. Tanto o irmão, quanto a irmã se formaram na faculdade, pois isso sempre foi uma cobrança do pai. Primeiro se formar na faculdade e depois casar e ter filhos. Ainda existe essa cobrança para Lilith. A mãe também teve outro casamento e teve uma filha. Ela é um pouco mais velha que Lilith, e, tecnicamente, são mais próximas porque cresceu na mesma casa que ela.

O avô paterno veio de Bagé para Porto Alegre e desde criança trabalhou em construções com o pai dele. Não frequentou a escola, e quem o alfabetizou foi o pai de Lilith quando estava sendo alfabetizado. É filho único. O meu pai estudou em uma escola agrícola em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre. Foi o primeiro a fazer faculdade na família, e escolheu o curso de Pedagogia. Foi professor do Estado do rio Grande do Sul no interior, por isso, os irmãos mais velhos moram no interior. Então, parte da família, dos seus irmãos permanecem lá. A diferença de idade entre eles é de aproximadamente 20 anos. Quando volta para Porto Alegre, vira professor do município, cargo que exerce até hoje com enfoque na educação ambiental numa escola básica. Tem uma pós-graduação.

Oriundos de Santa Maria, seu avô era policial e pensa que por isso deve ter finalizado o ensino médio. A avó materna pensa que estudou até o 4º ano do ensino fundamental, e era costureira. Mudam-se para Porto Alegre, e o avô, mesmo sendo brigadiano, trabalhava com peças de couro artesanalmente. A mãe é uma das primeiras da geração familiar a forma-se em Pedagogia, fez mestrado. Antes dela, somente um

tio-avô se formou no ensino superior. Foi professora na rede municipal de Porto Alegre e hoje está aposentada.

Os pais são separados desde que tinha 2 anos. Sempre morou com a mãe e com a irmã por parte de mãe. Hoje, tem se dividido entre Porto Alegre, na casa da mãe e do pai, e Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, onde mora a irmã mais velha por parte de mãe. Antes passava os finais de semana a cada 15 dias com o pai, e no ensino fundamental a levava e buscava no colégio. Quando mais crescido, se viam no meio da semana para tomarem café juntos. Tem uma relação muito próxima com o pai e com a mãe. Por serem separados, algumas divergências de opiniões e visões existem e acabavam por respingar em Lilith. Contudo, hoje, já consegue separar a sua opinião de cada um dos dois e dos dois entre eles. O pai a ajuda com o pagamento da psicóloga, e o dinheiro da pensão alimentícia, que antes ia para pagar o colégio privado, agora está indo para uma poupança, foi uma combinação entre eles. A mãe a ajuda no sentido que mora mais na sua casa, mas por conta do estágio, as coisas extras, como roupas e produtos de higiene, é Lilith quem compra.

Apesar de os pais incentivarem a ida para a faculdade, a necessidade de ser uma universidade federal sempre partiu do pai. A mãe sempre alertou que numa universidade federal não teria tempo para trabalhar porque a carga horária integral dos cursos é para pessoas não precisam trabalhar, são horários mesclados nos turnos da manhã e da tarde. Quando entra no curso técnico, aliado ao ensino médio no Instituto Federal (IF), foi como antecipar a etapa de cursar numa instituição Federal.

Cresceu querendo ser professora, mas os pais a desincentivaram com a explicação de que é uma categoria de pessoas que trabalham e são muito desvalorizadas. Portanto, não queriam que Lilith fosse para a área da educação, e o curso técnico colabora para essa inversão de caminho profissional. Conhece o curso de Publicidade e Propaganda através de uma “YouTuber<sup>99</sup>” que fazia um vídeo diário do seu semestre na faculdade.

Atualmente, os amigos mais próximos que tem ou são do IF, ou os que conheceu pela internet. Por conta da pandemia, retomou a conexão com fãs clubes de bandas. Se aproximou de duas pessoas, e as duas amigas mais próximas no momento são elas. Uma já conhece pessoalmente porque era de Porto Alegre, e a outra é de outro estado, de São Paulo. Os amigos do colégio particular permanecem em contato porque moram muito perto de si. Outro motivo é ter um grupo que joga handebol, e se encontram para jogar. Não é uma relação muito profunda, tem épocas em que fica mais próxima deles, e outras não.

Os critérios de amizade na internet, nesse caso especialmente no Twitter, se dão pela pessoa não ter discursos racistas, machistas, LGBTQIA+fóbico. Quando vê uma

---

<sup>99</sup> “Youtuber” é uma pessoa que cria conteúdos para redes sociais, e às vezes, plataformas digitais. No Brasil, esse tipo de atividade tem viralizado, principalmente na pandemia.

pessoa que possui pelo menos um desses critérios, se retira, porque se identifica com todas essas características, e preza por se preservar. Pessoalmente, no dia a dia não virtual, mantém os critérios de seleção de amizades.

### **Contextura — Percorso formativo**

Inicia o seu percurso escolar num colégio particular. Sempre foi uma trajetória tranquila na escola. Fica nessa instituição até o 4º ano. Tinha uma amiga nesse colégio, suas mães eram amigas antes de nascerem, e decidiram as mudar de colégio porque a escola em que estavam ia mudar e não concordavam. Foram as duas amigas para o novo colégio particular, e se habituou rápido à nova escola. Num primeiro momento, fica numa unidade mais pequena do colégio, até finalizar o 5º ano. Depois, a mudança para o campus maior do colégio parecia uma ideia assustadora, mas foi um processo tranquilo, até porque significa um crescimento, uma nova etapa escolar.

É uma pessoa com uma tendência extrovertida, tem facilidade para aprender. Diz fazer parte do «estereótipo de criança muito avançada e que por isso tem o burnout». Foi isso que aconteceu. No ensino fundamental, foi um processo tranquilo, tinha muita facilidade para aprender e tirava notas boas. No 8º e 9º ano, foi desandando e as notas começaram a cair, ainda assim nunca chumbou. No ensino médio, já no IF, começa a ter crises de choro e ansiedade ao tentar fazer redações, por exemplo. Contudo, sempre gostou de ir para o colégio, até os 10, 11, ficava em turno inverso, e por isso passava o dia inteiro lá, também porque não tinha com quem ficar em casa. Acabava por achar divertido porque em casa não teria o que fazer. Dos 9 aos 12 anos, fez aulas de teclado porque o pai achava importante. Dos 12 aos 14 anos, muda da música para o esporte, fazia futsal e handebol na escola. Entende que ter estudado em colégios particulares foi ter sorte no percurso formativo.

A mãe inscreveu-a no processo seletivo do IF de surpresa, viu o edital no portal dos docentes e decidiu por técnico em áudio e vídeo por ela. Soube quando chegou em casa e teve um mês para estudar para a prova. Ficou assustada, tinha apenas 14 anos e pensar numa instituição federal era algo inimaginável nesta altura para ela. Quando recebe o resultado positivo, fica com dois corações, porque gostava do colégio e dos colegas, mas como já teria que mudar de colégio, passar num concurso para estudar o ensino médio numa escola federal e pública era algo que não poderia recusar, uma sorte.

«Era uma coisa que.... mudou muito a minha vida, por mais que na época eu tivesse medo ou não entendesse ainda uma coisa que a minha mãe queria que eu fosse».

Hoje, com este curso técnico e o ensino médio que faz no IF, também cursa outro técnico em publicidade e propaganda. Este ano será o ano de muitas finalizações de um

percurso formativo já intenso. Terminará o ensino médio, o técnico em publicidade e fará pela primeira vez o ENEM. O curso técnico de áudio e vídeo finalizará no próximo ano. Com a pandemia e greves dos docentes federais do instituto, o calendário escolar está modificado. Mas uma nova etapa formativa está por vir, uma vez que pondera fazer o vestibular e tem tentado se decidir entre cinema e publicidade e propaganda.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Começa o seu percurso laboral com 17 anos, em setembro de 2020. Os pais nunca cobraram que trabalhasse, entretanto, a mãe entende como algo positivo, e o pai queria que só estudasse. Arranja um estágio para ensino médio, numa empresa de manutenção de anúncios de peças de computador em um site. Inscreveu-se em muitos sites, foi chamada para essa entrevista e selecionada de primeira.

«Acabaram me selecionando nesta vaga para realizar a entrevista. E foi de primeira, foi muita sorte na realidade para mim porque.... Fizaram uma entrevista por telefone e outra presencialmente e eu consegui uma das vagas. (...) Eu não tive de escolher uma empresa específica, só me inscrevi e foi porque estou no ensino médio, não pelo curso técnico.»

Trabalha fazendo inserção de produtos novos, mas também pesquisa de mercado.

No ano passado (2020), foi colocada em teletrabalho, quando houve uma grande tempestade que alagou tudo e causou estragos na avenida onde a empresa do estágio fica alocada, de ficar cuidando concorrentes. Dessa forma, perguntaram se quem tinha computador gostaria de alterar para este modelo online. Para Lilith, foi uma sorte porque já tinha comprado o computador no ano seguinte e, devido aos deslocamentos, não estava conseguindo fazer as lições do curso técnico em publicidade e do IF. Hoje, já está há mais tempo em regime de teletrabalho do que presencialmente. O contrato é renovado a cada 6 meses, e o critério é estar no ensino médio.

Além do estágio, este ano foi selecionada para uma bolsa de iniciação científica do ensino médio por estar no IF. Tem uma carga horária de 4 horas semanais, e sua tarefa é colaborar com um cursinho popular pré ENEM. Ela e outra bolsista são responsáveis pelas redes sociais, principalmente. Também apoiam os docentes em alguns projetos. Apesar de serem 4h semanais, acabam por trabalhar muito mais que isso. Segundo ela, «o conforto é que como é um pré-ENEM popular, trabalhamos muito, mas se for comparar com os professores que trabalham um tanto também... a gente ganha mais que os professores... Eles são voluntários, é totalmente voluntário».

Começou na bolsa em julho de 2021. Contudo, tentou três vezes antes de ser selecionada, e o seu desejo era esta bolsa para o cursinho popular devido à carga horária. É realizada uma entrevista com o coordenador dos Projetos de Extensão do IF

e com o coordenador geral do cursinho popular. Como consequência desta bolsa, tem de produzir uma mostra científica com a outra bolsista para um Salão de Iniciação Científica acontecendo em universidades e institutos federais, mas também no ensino privado.

Sua ideia era acumular os dois trabalhos. Mas também não sabia que a demandaria muito tempo. Atualmente, está fazendo um curso técnico em publicidade e propaganda, um curso técnico em áudio e vídeo, o ensino médio, um estágio e uma bolsa de iniciação científica. Como acabará o ensino médio em janeiro, a última renovação do estágio aconteceu em setembro, e em março acabará. A bolsa acaba em janeiro, pois por conta da pandemia abriram o edital mais tardio neste ano, e ficará menos tempo do que normalmente se dá esse tipo de bolsa.

Em relação ao peso do trabalho na família, sempre teve a impressão da experiência da sua mãe, principalmente, de ser muito cansativo. A mãe cuidava de uma casa, cuidava de duas filhas e ainda tinha que ficar preenchendo cadernos de chamada ou organizando horários dos docentes, pois foi supervisora da escola numa época. Sempre estava trabalhando, o tempo inteiro... ou então acordava cedo e passava o dia inteiro na escola, e, quando chegava em casa, continuava trabalhando. Pensa que este é o peso do trabalho na sua família, de ser algo constante e pesado. E tem ido pelo mesmo caminho.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Por conta de os pais serem docentes e lutarem por seus direitos, devido aos boicotes na educação, desde sempre tem uma inserção numa reflexão crítica acerca da profissão de docentes e da política pública de educação. Foi em alguns poucos atos com a sua mãe, porque as manifestações dos docentes costumam ter momentos de violência por parte da polícia, então a mãe não a levava. Principalmente nas greves. Quando entra no IF e começa a ter muitos cortes na educação, começa a ir em atos de rua, em manifestações e a se organizar com os colegas e docentes do IF para participar.

«O IF me colocou muito num ambiente que era mais seguro de ir em atos, porque eu não iria sozinha ou com meus pais, mas a minha turma foi em inúmeros atos quando teve os cortes em 2019. Muitos IF's iam fechar durante o ano, nem sei em quantos atos a gente chegou a ir em Porto Alegre. Então... isso das mudanças de “tá, a gente não sabe se vai ter IF até o final do ano...” ou então vê coisas pequenas assim, mudar o lanche porque.... Começava com o lanche, “tá, temos que mudar o tipo de lanche porque não havia dinheiro para o que estavam acostumados.»

Ou seja, tanto a reivindicação como a tentativa de solucionar o problema dos cortes de verbas para os Institutos Federais eram pensados coletivamente naquele espaço. Assim, a luta também se fazia mais significativa e com sentido.

A mãe sempre conversou questão do movimento feminista em casa com a irmã mais velha. Ela sempre falou muito sobre isso, e a internet também traz muita informação a respeito. Estar mais alinhada pelas pautas à esquerda deu-se naturalmente, uma vez que a é socialista e sempre militou por isso. Em casa, sempre houve posicionamentos políticos e discussões sobre assuntos políticos. Cresceu já com a consciência sobre o que significa o sistema capitalista e a sua influência no clima, por exemplo.

Quando a questiono sobre a pertença à classe trabalhadora, num primeiro momento diz que não sabe. E então faz o raciocínio.

«Eu trabalho. Sou uma estagiária, mas eu trabalho. Penso que sim, será que isso... provavelmente isso me torna trabalhadora... Mas é muito difícil me ver como trabalhadora porque... trabalho, mas é porque quero, eu quero ter um pouco mais de independência financeira. É porque coisas de lazer eu não teria acesso, com o pouco que tenho agora, porque eu consigo ter um dinheiro a mais para fazer isso. Por exemplo, conseguir cuidar da minha saúde mental. Eu não conseguiria ter se eu não estivesse trabalhando. Mas eu não preciso cuidar de uma casa inteira sozinha, não tenho uma família para eu cuidar.. Então também é difícil às vezes me enxergar como uma trabalhadora porque são coisas numa escala muito menor e mais superficiais.»

Para ela, uma pessoa trabalhadora tem uma carga horária «das 7:00 às 18h, ou das 8h às 18h, tem que ter uma casa, filhos e estar toda hora falando de pagar boletos...». Pensa estar muito mais ligado a uma pessoa adulta, «porque às vezes ainda é difícil me enxergar como uma pessoa adulta, mesmo tendo 18 anos». Talvez precise ser mais “adultizado” do que uma pessoa de 18 anos que “rala a bunda” com muito trabalho em um estágio.

Em relação ao questionamento sobre o que entende por precariedade, quando se deparou com esta palavra, refere que no estágio se surpreendeu que a maioria dos estagiários e funcionários são muito jovens. O seu chefe, que não é o dono da empresa, tem por volta dos 30 e poucos anos. Além disso, é significativo que a contratação de muitas mulheres e pessoas que não são brancas.

«Mulheres não brancas, além de mim, tinha outra do meu setor e mais duas no setor da frente... por mais que ainda seja uma minoria, pelo menos estamos ali... me confortava um pouco ver. Mas aquilo, em cargos maiores, nas coordenações, tinha uma mulher que fazia parte e o resto... e eu não sei quantos setores eram, mas eram

vários... eram homens. Mas a questão de diversidade de cor da pele, por exemplo, parava nos estagiários.»

Julga que utilizam a abundante contratação de estagiários para não precisar contratar muitas pessoas por CLT, pois o custo com um funcionário com contrato é mais caro. Dá o exemplo de que, no ano passado, teve um retorno muito grande de produtos. Então o setor que cuida desses retornos de produtos e testes estava lotado. Saiu do controle, foi uma loucura. Ao invés de contratarem pessoas que já eram do setor com regime CLT de 8h diárias ou então alocarem estagiários de outros setores, realocaram estagiários com um acordo por “baixo dos panos<sup>100</sup>”, uma combinação de que pagariam por fora o valor de horas a mais trabalhadas. Muitas pessoas aceitaram, ela não.

Ao refletir, entende que quase todo o trabalho é precarizado atualmente. Seja por não ter os materiais básicos de trabalho, por exemplo. Seja um servidor público, seja por não receber um salário digno, seja por não ter os direitos básicos como um estagiário que não tem direito a nada. Soube do sentido da precariedade laboral em sala de aula, no conteúdo “mundo do trabalho e direitos humanos” de uma disciplina, em que refletiram sobre algo ser precário, ou uma situação ser precária e acabar conectando as situações às definições. Quando começou a estagiar, não dizia «sou uma trabalhadora precarizada». Se eu parar para pensar, reconhece que não tem um tanto de direitos. «Eu não tenho nada de direitos na realidade, minha situação de trabalho é o básico do básico... mas não é algo que ficava pentelando a minha cabeça».

A pandemia pensa que foi boa no sentido de que não corria mais tanto para se deslocar de um lugar para outro. «Por mais que ache difícil estar em casa porque enfim, tu tem que desligar que tu estás em casa, tu está trabalhando... mas acaba tendo um conforto de poder acordar meia-hora antes de trabalhar. Vou levantar, vou fazer minhas coisas e vou trabalhar. Não preciso acordar 1h30m antes de sair para me arrumar e tentar não perder o ônibus...».

Como futuro ideal na sua trajetória profissional, almeja trabalhar num “set” de estúdio, de filmagens, com «a mão na massa». Coordenar as câmeras, o cenário ou então a equipe no geral. Gosta muito, e é seu sonho de profissão, independente da função, é trabalhar no “set”. Participar da produção de um programa, vídeo, pois não gosta da função de diretora ou de redatora, escritora. Julga ser um sonho um pouco difícil, no sentido de entrar neste ramo, pois tem “set” tem em todo lugar, toda produção de vídeo tem “set”. E, também, que seja um vínculo estabilizado, «que consiga viver para além de só ficar pagando boleto e só esperar próximo mês para pagar boleto».

Na realidade, supõe que provavelmente acabará começando em alguma produtora ou agência pequena. Não é ruim, porque tem agências que conhece e produtoras que também são agências, focadas em produção de conteúdo ou gravação

---

<sup>100</sup> Mesmo significado da expressão “por baixo da mesa”.

de vídeo, e as acha geniais. «Dependendo do trabalho, de qualquer maneira, com a realidade do Brasil vou acabar sendo precarizada. Eu não conseguirei fugir muito disso, provavelmente». Salienta que a única coisa que muda é o nível de intensidade de precariedade que será, o quão para baixo da pirâmide estará nesse quesito.

#### **1.1.5. Precariedade de percurso rearranjado, “plataformizado”**

Neste perfil-tipo encontram-se: Marina (19 anos — Brasil), Tomás (24 anos — Portugal).

Os perfis-tipo aqui caracterizados representam as pessoas que possuem vínculo com empresas de prestação de serviços por meio de uma aplicação. Esta pode não ser a única fonte de renda, como no caso de Tomás que, à época das entrevistas, estava num momento de transição após ter sido chamado para um emprego com contrato sem termo após um vínculo temporário durante, aproximadamente, quatro meses na mesma instituição. Mesmo assim, aspira continuar como estafeta como uma forma de complementação de renda. Antes desse evento, Tomás era estafeta de bicicleta na cidade do Porto, onde já havia exercido muitos outros vínculos laborais, desde empregado de mesa à guia turístico, quase todos na informalidade. Sua trajetória rearranjada dá-se quando começa o trabalho em aplicações no Porto, chegando a prestar serviços para 2 ou 3 empresas simultaneamente. Marina tem um percurso mais fragmentado e de menos intensidade que Tomás, apesar da sua trajetória laboral, mesmo que esporadicamente, tenha se iniciado com aproximadamente aos 13 anos, quando ajudava a vó a vender salgados em feiras e eventos. A vida com biscates desde então era recorrente. Desde manicure, penteados em cabelos, panfletagem até a substituição nas férias de funcionários cuidadores de clínicas de idosos. Essas atividades foram todas na informalidade. Fez estágios e iniciou como estafeta numa bicicleta na pandemia, para complementar a renda da família. Sofre um acidente de trabalho, e, durante as entrevistas, estava em licença saúde, garantida não por ser estafeta, mas porque havia feito um estágio de quase um ano antes de sair devido à pandemia.

**Marina — 19 anos — Porto alegre, Brasil**

«A partir do momento que tu é empregado e não empregador, tu é do clube. A empresa não liga para ti também.»

### **Urdidura**

Nascida em Porto Alegre, Marina tem um percurso laboral informal desde muito nova. Ajudava a vó a vender lanches em eventos desde os 12 anos e desde então fez muitos biscates. Se interessa em trabalhar para ter qualidade de vida, uma vez que vive com os pais e não precisa se preocupar com todas as contas da casa. Fez estágios até largar e iniciar seu percurso como estafeta de bicicleta. Sofre um acidente que a deixa parada por alguns meses, na altura das entrevistas, pensava retomar as entregas depois da liberação médica. Se revê enquanto trabalhadora e pertencente a classe trabalhadora, inclusive. Apesar da ambiguidade em relação a sua compreensão sobre a precariedade, entende que ser estafeta não «é tão precarizado», que haveriam empregos mais precarizados que este.

### **Trama familiar e sociabilidades**

Marina nasceu em Porto Alegre e tem 19 anos. Sempre morou no mesmo lugar desde que nasceu. Moram na casa ela, a mãe, o pai e o irmão; sendo esse o seu núcleo familiar mais próximo. O avô paterno serviu na Marinha, e a avó era cabeleireira. O pai fez até o ensino técnico em contabilidade. Teve que servir ao exército obrigatoriamente, também chega a trabalhar no setor de Recursos Humanos numa empresa, mas foi demitido. Consegue um emprego como a pessoa que fica segurando os cabos da câmera de programas de TV e foi aprendendo a mexer nos equipamentos, até que se torna cinegrafista. Trabalha durante quase 20 anos, até que foi demitido na pandemia. Faltavam apenas 3 anos para a aposentadoria. Está com apoio de saúde pelo Instituto Nacional do Seguro Social, pois, devido a tantos anos carregando a câmera pesada, está com os ligamentos do ombro quase rompidos.

A mãe não terminou o ensino fundamental. Teve muitos trabalhos, como, por exemplo, como equipe de segurança armada, como empregada doméstica e cuidadora numa clínica. Atualmente cuida a domicílio de uma pessoa que já tinha a contratado como diarista, empregada doméstica. Entretanto, já é aposentada por invalidez, há alguns anos. Por causa disso, não deveria nem estar trabalhando. A mãe tem um problema na coluna que a faz ter muitas dores, já fez mais de 8 cirurgias na coluna e ainda tem que fazer a nona. Colocou pino, entortou, tirou e colocou de novo. Tentou colocar um neuroestimulador de choque na coluna, para verificar se a dor passava. Não adiantou, o corpo rejeitou o aparelho.

O irmão é cinco anos mais velho e estuda o curso de Letras numa universidade. Trabalho em uma empresa relacionada com seu curso, mas antes começou fazendo

revisão de textos acadêmicos. Tem uma relação de proximidade. Ele tem lúpus e isso é uma preocupação para todos na família porque é uma doença de risco, ela e a mãe fizeram o teste genético para saberem se tem. O pai recusou-se.

O terreno da casa onde moram está na família paterna há muitos anos. O avô sempre morou aqui, o pai nasceu e cresceu lá e foi onde conheceu a mãe de Marina, que morava no bairro Santa Teresa, na vila. Mas, antes de morarem na casa que moram hoje, colocaram uma casa pré-fabricada na parte de atrás do terreno, no pátio dos fundos. Depois, a irmã do pai propôs de casas, e eles ficaram na casa da frente. Ela e o irmão ainda não eram nascidos. E, a partir disso, foram arrumando a casa.

A pandemia foi um momento de viragem para a família, com o pai demitido, a renda familiar diminuiu e se viram com menos poder de compra. Estavam acostumados a receber a cesta básica (cabaz, em Portugal) para a alimentação do mês, e a sair para comer em restaurantes caros, como os de sushi, entretanto isso não tem sido mais possível. «A gente não tinha noção do quanto isso impacta nas nossas compras e alimentação».

Marina sofreu com bullying na escola devido a sua etnia. Se intensificou no 6º ano, com falas sobre o seu cabelo e sobre a sua cor de pele. Na sua experiência com a troca do colégio particular para a escola pública, afirma que nesta última «as pessoas tinham mais noção da vida». No colégio particular, predominava o discurso «Porque eu tenho que saber quanto custa tal coisa, se o meu pai e minha mãe pagam».

As amigas surgem de grupos de fãs de filmes que se encontravam em um parque da cidade. Mas a maioria das amigas diz ser aleatórias, de pessoas que conheceu totalmente por uma casualidade. Marina tem facilidade em se comunicar com qualquer pessoa, então faz amizade facilmente e em qualquer ambiente.

### **Contextura — Percurso formativo**

O primeiro ano estudou numa escola pública. O irmão estudava num colégio particular com uma bolsa de estudos, mas não deram bolsa para Marina. Assim, a mãe resolveu procurar outro colégio que desse bolsa para os dois. Quando, no ano seguinte, entra no colégio particular com o irmão, descobrem que não havia aprendido a ler.

Era uma discente mediana para padrões escolares, mas nunca chumbou em nenhuma disciplina. Não era de se dedicar aos estudos em casa, mas diz nunca ter precisado. «Pegava recuperação porque era preguiçosa e passava a maior parte do tempo dormindo nas aulas».

Ficou no colégio particular até o 1º ano do ensino médio, e sai por questões pessoais que preferiu não aprofundar. Nessa mudança para uma escola pública, sente que lá foi mais difícil. Enquanto no colégio particular tem mais chances para passar de ano, já no público sentiu que o discente é que precisa correr atrás dos seus estudos para passar de ano. Comenta que o clima entre colegas era mais amigável e unido, no sentido

de um corpo de turma que se unia para realizar atividades. Continuou a pegar recuperações na escola pública, algumas devido ao número de faltas que tinha, mas nunca chumbou.

Aos 16 anos, paga parte de um curso a um tatuador para lhe dar um curso de tatuagem, tem o interesse nesta profissão. Porém, foi um golpe porque o tatuador não era comprometido e não aparecia nos horários marcados. «Só joguei dinheiro fora. Muitas vezes o tatuador que deveria ser meu professor nunca aparecia. Ele não falava nada. Simplesmente eu chegava lá e ele não estava».

Depois que terminou o Ensino Médio, iniciou um curso de programas de tratamento de imagens. Julgou que o curso era muito defasado e que já tinha alguns conhecimentos de alguns programas, além disso, as aulas eram gravadas num programa específico do próprio instituto, «não é uma aula». E resolveu sair. Apesar de ter pago todo o curso, pois o contrato não permitia que saísse no meio e pudesse terminar de pagar.

Hoje tem planos de fazer um curso técnico em enfermagem porque entende que leva jeito para isso, tanto com sua experiência de “*freela*” em uma casa geriátrica, quanto de auxiliar pessoas, amigos que, por vezes, passam mal na rua. Mas ainda parece não ter certeza sobre o futuro profissional nesta área da saúde. Argumenta que é uma área com interesse, mas não sabe se seguirá enquanto profissão. Ia começar em 2020, quando a pandemia iniciou. Não deu seguimento porque o curso seria com aulas à distância e pensou que não seria interessante, porque estudar na área da saúde através do celular (telemóvel) ou do computador não faria muito sentido.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Para a mãe de Marina, ela nunca teria começado a trabalhar cedo porque não queria que tivessem que trabalhar como ela de diarista ou esses serviços com vínculos laborais mais frágeis. Conforme nos disse, a mãe «criou uma mentalidade que esses trabalhos são menos que outros», que deveriam ser as últimas opções. Contudo, pondera que todo o trabalho é válido, mantendo na lei tudo certo, diz Marina.

O irmão começou a trabalhar só com 18 anos. Já Marina desde bem cedo, às vezes, acompanhava a mãe nas faxinas para não ficar sozinha em casa e a ajudava. Ajudava a avó a vender lanches em eventos e feiras, dos 10 aos 12 anos. A partir dos 15, tenta vagas como Jovem Aprendiz ou estágio. Consegue uma vaga de estágio apenas no ano seguinte, num *call center*. Diz que foi o pior lugar que já trabalhou na vida. Era obrigada a ter um número x de ligações no dia e, se estivesse abaixo deste padrão, não era permitido a pausa seguidamente. No primeiro mês, foi chamada a atenção porque ia muito no banheiro (casa de banho), começaram a restringir seus intervalos e acabou por ter uma infecção urinária. Também reclamaram que não fazia ligações suficientes, porque era venda-ativa, e fazia cerca de 300 ligações por turno de 6 horas, enquanto a

maioria fazia entre 500 e 600 diariamente. Nesse mesmo estágio, houve uma situação de racismo, na qual a supervisora a chama na sua sala e diz que Marina não poderia usar o cabelo “daquele jeito” porque chamava muito atenção, era muito volume. Na entrevista, fora com o cabelo alisado, e, quando decide ir com ele natural, sofre racismo. Ficou durante 6 meses, até conseguir outro estágio.

Esse novo estágio foi no setor de patrimônio de um órgão público, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Era um estágio que não demandava muitas tarefas, apenas inserir as aquisições (entradas e saídas) e movimentações de patrimônio num sistema. Não ficava além do horário de 6 horas, ninguém lhe pedia nada de absurdo, e podia fazer quantas pausas quisesse. Entrou por pouco tempo num emprego em um estabelecimento que alugava bicicletas, geria os dados das pessoas que faziam cadastro para usar o serviço.

No ano final do ensino médio, fica só estudando e fazendo cursinho pré-vestibular. Depois, no início de 2020, conseguiu uma vaga como Jovem Aprendiz um mês antes da pandemia se intensificar. Diz que «ganhava uma miséria», mas não tinha que fazer nada. Ficou quase um ano em regime de teletrabalho, quando a empresa retorna ainda em meio a pandemia decide sair devido ao irmão com uma doença de risco e autoimune.

Quando o dinheiro em casa começou a ficar apertado, devido ao pai ter saído do emprego, começa a ir para as “teles” (de telentregas), ou seja, estafeta de plataforma digital. Tinha alguns amigos que faziam teles, entrega em aplicativo de bicicleta. Um deles disse para Marina que o trabalho era bom porque recebia muito dinheiro e que era tranquilo, já tinha conseguido fazer a carteira para dirigir moto. Mas, na verdade, pondera que «o primeiro mês é sufoco, passar o dia inteiro na rua, fazer duas ou três entregas... E tu tá gastando mais do que tu tá recebendo porque tu também tem que comer, se manter ali na rua. (...) Mas daí depois tu começa a ver o dinheiro entrando, e tu começa a ver entrar tipo R\$70, R\$80, às vezes R\$100 num dia, às vezes R\$120 e tu mal trabalhou.».

Mandou mensagem para ele perguntando como funcionava, fez seu cadastro e comprou a “bag” (mochila característica destes prestadores de serviço que devem ser utilizadas nas entregas), só que, com a demanda de cadastros no início da pandemia, não conseguiu trabalhar entre março e abril de 2020. Acabou ficando muito mais difícil do que a experiência que seu amigo contou. Além disso, precisava de segurança para começar por ser «um negócio que não tem ninguém que vai segurar tua mão e te ensinar como que é». Começou fazendo entregas por uma empresa onde o tipo de entrega pode ser desde o supermercado, até itens como objetos, documentos. A empresa dá dois cartões, um cartão de crédito e um de débito para poder sacar dinheiro e fazer as compras no mercado ou em farmácia. Mas é complicado, porque as pessoas pedem coisas muito pesadas para se carregar de bicicleta, até de moto. Há também a questão

de que, por vezes, há um tipo de corridas específicas que, se o estafeta aceita, apenas mostram uma estimativa do valor a ser pago. Por exemplo, o aplicativo mostra uma faixa de valores que supostamente pode ganhar ao fazer essa distância, entre R\$6 e R\$15, não confirmam qual o valor exato. O entregador vai até o destino, sendo por vezes mais distante que a estimativa do aplicativo de entrega porque o cálculo da distância não considera as ruas, mas sim uma linha reta. Então, se na linha der 8 km, pode ser, na realidade, 12 km.

Começa a fazer várias empresas, desde entrega só de comida até esta que tinha todo tipo de entrega, inclusive compras. Os dias de chuva são maravilhosos porque toca um pedido atrás de outro e não para em nenhum momento. Há pessoas que colocam meta de valor diário e fazem 12 horas ou mais por dia. Marina ligava a aplicação quando saía de casa, por volta das 10h, e desligava pelas 20h30, 21h. Entretanto, no meio tempo, muitas vezes, ficava numa praça com outros entregadores, não necessariamente de plataformas digitais. Nesse meio tempo, também fez um biscate como cuidadora em uma clínica geriátrica, para cobrir as férias de uma pessoa, foi lá que soube do curso técnico de enfermagem.

Sofreu um acidente recentemente quando estava voltando para casa depois de um dia de trabalho nas teles. Passou um sinal vermelho num cruzamento e uma moto que estava na outra direção avançou o sinal e bateu no fim da bicicleta. Quebrou a clavícula e por isso teve que parar, fez cirurgia para colocar pinos. Está em acompanhamento, pois não pode esforçar-se e nem andar de bicicleta. Por conta do último estágio que fez, teve acesso à licença de saúde pelo INSS<sup>101</sup>, o que considera que foi sorte. Depois que saiu do estágio não pagou os valores referentes ao INSS pelo vínculo MEI do serviço de estafeta, portanto a licença saúde que teve direito diz respeito aos valores pagos pelo promotor do estágio que estava anteriormente. Como ainda não havia passado o ano corrente ao estágio, pôde usufruir deste benefício.

Tem saudade de ser estafeta, porque entende ser um trabalho que tu ganha fazendo pouco. Ressalta que é um «trabalho em que tu te torna vagabundo», no sentido em que é viciante ver o dinheiro aumentando na conta do aplicativo e vai subindo e subindo... Também enfatiza sobre não ter chefe, não ter que repartir com ninguém. O valor que está no aplicativo é porque «tu trabalha e tu ganha». Entende que não uma parte a ser descontada, para o INSS, por exemplo. Não precisa bater ponto e nem tem que ter um patrão. Às vezes atura desaforo de clientes, mas a maioria das vezes é tranquilo.

Quando questionada sobre não ter patrão, diz que isso é ter «muita liberdade». A liberdade de horários, «escolher quando tu trabalha, quando tu não trabalha. Tá ocupado, tenho que estudar para uma prova, tem que fazer outro trabalho, tu tem a liberdade de dizer não posso trabalhar hoje. Hoje eu tenho que ficar em casa». Quando

---

<sup>101</sup> A sigla se refere ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no Brasil.

precisa de mais dinheiro, faz mais horas e aos finais de semana também. Depois que entende os dias que tem mais demanda, na sua opinião, fica mais fácil de jogar com os dias de trabalho. «Tu tem toda essa liberdade, é muito mais fácil tu consegues conciliar um curso, uma faculdade, um negócio assim não tendo de ficar dando satisfação para empregador».

Ao questioná-la sobre o INSS que garantiu sua licença saúde remunerada devido ao acidente e que só foi possível porque esteve num estágio com contrato via CLT, ela argumenta. Conforme Marina, a maioria dos entregadores tem MEI e não paga a contribuição direto para o INSS, pagam a taxa do MEI. Planeja contribuir direto para o INSS quando for liberada para voltar a trabalhar. Diz que cerca de R\$100 garante um salário mínimo por mês, caso seja necessário. Além disso, de bicicleta percebe que é um pessoal mais jovem que trabalha, «a gurizada que recém fez 18 anos, porque é um emprego fácil. Só precisa pegar a bicicleta, resolver quando tu quer sair de casa, sair e trabalhar. E depois, uma vez na semana, recebe o salário». Porém, se preocupa com o fato das pessoas estarem trabalhando nesta área e não conhecerem seus direitos.

Quanto a trabalhos com vínculos mais estáveis, diz que é muito seletiva para vínculos CLT. Não envia o currículo se não gosto da vaga, se é uma vaga que paga um pouco menos que outra, não quer. O mesmo se for mais longe, ou com horário ruim. Diz ser muito chata. O seu emprego ideal seria um que pagasse uma média de R\$1.500 para cima (mais do que um salário mínimo). Poderia ser de segunda a sábado, porque não gosta de trabalhar ao domingo e nem pela manhã.

«Por isso que trabalhar nas teles, para mim, é agradável.... Eu faço meus horários, se eu quiser parar eu paro, se não quiser trabalhar não trabalho.»

Os pais não pedem ajuda para sustentar a casa, mas diz que ela e o irmão tem bom senso e colaboram com alguma conta. Mas nunca foi forçado ou solicitado pelos pais. Para si, o trabalho tem o sentido de independência, que corrobora com a importância que coloca sobre a liberdade que sente no trabalho das teles. Não gosta da ideia de «se matar em um serviço para ganhar pouco, eu não acho justo. Prefiro me matar em uma coisa que eu sei que vou ter dinheiro, do que uma coisa que eu sei que não vou ter dinheiro e vou estar me matando», mesmo que não haja respaldo da plataforma no sentido de direitos e garantias de respaldos legislativos em relação à atividade que exerce. Essas empresas que se dizem startups pregam “nossa empresa é uma família, todo mundo unido, é o colaborador”; isso é mentira porque, a partir do momento em que és empregado, a empresa não liga para ti na mesma.

### **A rede e o arremate — precariedade**

Marina compreende que o serviço de entregas não é tão precarizado.

«É mais uma questão da empresa não ligar para ninguém, para o empregado. Estão nem aí para os entregadores. É uma questão que não tem controle, tu é um ninguém. Se tu se ferrar e sair no prejuízo é tudo contigo, eles não vão fazer nada para te ajudar.»

Entende haver empregos que são muito mais precarizados que esse. Dá como exemplo os estágios. Diz que nesse tipo de emprego «tu é escravo da empresa, eles fazem o que quiser contigo, pedem coisas absurdas, fazem cobranças absurdas e se tu quer manter o teu emprego, quer que o contrato seja renovado, tu tem que só calar a boca e aceitar». Julga que as pessoas num geral pensam que os direitos garantidos por um vínculo pela CLT são vistos como favores da empresa, do empregador, quando, na verdade, são direitos. E estes direitos garantidos pela CLT (que chama de “banais”) e que acarretam muito esforço (acordar cedo, ter um horário determinado de trabalho, tarefas repetitivas, etc.) não compensam, em sua opinião, ao ter uma atividade que lhe dá liberdade, inclusive, para escolher os melhores horários para trabalhar e receber um “bom” valor por isso.

Mas também diz saber que o trabalho por aplicativo é precarizado, «pagam pouco e tu trabalha muito». Não é fácil para tirar um valor considerável e ainda ser xingado no trânsito porque as pessoas não gostam dos ciclistas na cidade. O suporte do aplicativo sempre está do lado do cliente, o que não dá respaldo ao entregador. Conquanto, outros serviços autônomos, como o de cuidadora que já fez numa clínica, por exemplo, tens de trabalhar mais de 12 horas por dia, às vezes 24h para receber R\$1.500, que é só um pouco acima do salário mínimo. «Os turnos de 24h por 48h são muito puxado, cuidando de idoso é muito puxado. Se 12h por 36h já é, imagina 24h por 48h, é absurdo. Muitas vezes os lugares não têm os materiais necessários para o trabalho, não se importam com os idosos, nem com os funcionários». Entre ser autônoma precarizada e ser CLT com direitos, prefere ser autônoma e pagar por fora. Isso porque as vagas estão cada vez piores, na sua opinião. Cada vez pedem mais formação do trabalhador para trabalhar em condições piores.

«Trabalho para viver bem, e não porque gosto de trabalhar na área, na empresa dos sonhos. Trabalho porque gosto de beber, ter coisas boas. Ah, o entregador é a “última opção, não tem formação”... eu não estou nem aí, se está comprando minhas coisas e pagando minhas contas, consigo pagar tudo o que eu quero, comprar tudo o que eu quero, então não importa».

Entretanto, pondera que as teles não são um serviço «que não dá para morrer» nele. Porque além dos gastos com manutenção do veículo de trabalho (seja bicicleta,

moto e por vezes até carro), tem os gastos com a moradia e sobrevivência da pessoa. Para quem tem um ritmo mais devagar, como pessoas mais velhas, principalmente na bicicleta, pode acabar sendo um pouco pesado. Pensa que pode ser uma ótima forma de fazer um dinheiro extra, «para quem não tem todas essas responsabilidades de uma casa nas costas». Como mora com os pais, com esse valor consegue pagar suas contas e ainda guardar um dinheiro. Comprar as coisas que quer já que não precisa se preocupar com as contas da casa.

Marina demonstrou bastante consciência política em relação ao racismo e aos seus direitos. Contudo, diz que a família não teve influência nisso. Começou a estudar mais sobre quando sofreu racismo no estágio e era mais velha do que na escola para compreender de fato o que estava acontecendo. As eleições de 2018 também foram um marco importante para tentar compreender o que estava acontecendo no país e a ascensão da extrema-direita. Se propôs a explicar para amigos e conhecidos que estavam fazendo uma visão distorcida sobre essa ascensão, na sua opinião, conseguindo inclusive virar alguns cotos.

Considera-se como pertencente à classe trabalhadora. «Porque quem é trabalhador está tudo na mesma merda, a gente se entende. A partir do momento que tu é empregado e não empregador, tu é do clube. A empresa não liga para ti também».

### **Tomás — 24 anos — Lisboa, Portugal**

«Ter direitos parece ser visto como privilégio.»

#### **Urdidura**

Tomás nasceu em Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro. Morou na cidade do Rio de Janeiro até aos 3 anos e volta para Teresópolis, onde mora até aos 18 anos. Acaba o ensino médio e se muda para os Estados Unidos onde o pai e o irmão já moravam, lá começa o curso de bioquímica e faz trabalhos informais. Em 2018 se muda para Portugal, para o Porto, onde inicia um percurso precarizados de trabalho. No último ano, viveu como estafeta e atualmente conseguiu um contrato de trabalho sem termo. Se revê enquanto classe trabalhadora e permanece na luta contra a precariedade no serviço dos estafetas, agora como aderente a um partido político.

#### **Trama familiar e sociabilidades**

Tomás tem 24 anos e nasceu em Teresópolis. Logo após os pais se mudam para a cidade do Rio de Janeiro onde fica até aos 3 anos, e depois retornam para Teresópolis onde vive até os 18 anos. Tem um irmão 4 anos mais novo. Teve sempre uma vida confortável. Nunca lhe faltou nada, só a partir dos 15 anos que a família começou a ter um pouco de dificuldade.

A sua mãe era modelo e termina o ensino médio só depois que Tomás nasceu, dado seguimento na graduação em pedagogia. A mãe quase sempre trabalhou informalmente, e às vezes ajudava o pai com as produções artísticas que fazia. O pai cursou técnico em sonoplastia, trabalhou para Globo, uma das maiores empresas de comunicação no Brasil, organizava eventos, trabalhava com artistas e viajava o Brasil inteiro. A família tinha uma condição social confortável, ele e o irmão estudaram num colégio particular. Tomás viajou para os Estados Unidos e para a Europa com o colégio. A separação dos pais não foi tranquila. Eles brigavam e colocavam ele e o irmão um contra o outro. Então, o término do relacionamento dos pais foi um alívio para eles, pois as brigas eram constantes.

A família, tanto paterna, quanto materna tem uma consciência política mais à esquerda. Contudo, não havia debate na família, tinha uma tia que era “petista<sup>102</sup>”. Tomás diz que começou a se dar conta que todas as pessoas que ele admirava tinha uma visão política mais à esquerda, e, por isso, começou assim identificar.

Quando terminou o ensino médio, vai para os Estados Unidos, encontrar o pai e o irmão que já estavam lá, e ficou durante 2 anos e meio, mas não gostava. Enquanto ponderava se voltava para o Brasil, viu que em Portugal seria um pouco mais fácil começar a estudar e era um bom lugar de porta de entrada para a Europa. Ele e a namorada da época se mudam, sempre precisou mudar de casa diversas vezes, morou em Gaia, Custóias, sempre no distrito do Porto.

Desde os EUA, sempre esteve trabalhando e estudando simultaneamente. Separa-se da namorada em 2020, pela dificuldade de achar habitação, ainda tiveram que morar juntos por um tempo. Quando começa a pandemia, vai morar sozinho. O pai e o irmão de Tomás vêm morar em Portugal depois de 1 ano que ele já estava aqui. O irmão era jogador de futebol já no Rio de Janeiro, no Fluminense, em Portugal, participou de dois clubes no Porto, machucou o joelho e acabou por deixar de lado essa atividade. Agora está no Rio de Janeiro, com a mãe, cogita fazer o ENEM e entrar numa universidade.

Tomás agora vive em Almada, e vem para o distrito de Lisboa porque, após um contrato temporário, é efetivado. No momento das entrevistas, estava se organizando na nova cidade e transferindo sua faculdade do Porto para Lisboa.

Sempre teve bastante amigos, no colégio era o palhaço que fazia as pessoas rirem. Quando estava no ensino médio, começou a se incomodar e ficar com medo das pessoas não o levarem a sério e começou a criar um complexo em relação a isso. Hoje pensa que essa visão de si já não existe mais, mas, após os 18 anos, começa a ser um pouco introvertido e diferente do que no colégio. Relaciona esse processo com a mudança de país, pois foi um processo de ter poucos amigos.

---

<sup>102</sup> Chama-se petista quem é aderente ao Partido dos Trabalhadores (PT).

### **Contextura — Percurso formativo**

Seu percurso formativo se deu sempre no mesmo colégio privado, em Teresópolis, fica até os 18 anos, ele e o irmão não tiveram bolsa de estudos. Fazia esportes e atividades de férias escolares, como jiu-jitsu e capoeira. Fazia os dois esportes simultaneamente, e o pessoal do jiu-jitsu «tinha uma pinta mais de masculinidade e implicavam que também fazia capoeira, diziam ser coisa de bailarina».

Ao ir para os Estados Unidos, ficar com o pai, fez faculdade de Bioquímica porque queria aprender a fazer cerveja. No meio do caminho, muda para Ciências Políticas. Após algum tempo, percebe que estava num processo depressivo e começa a não frequentar as aulas e querer mudar de que país.

Em 2018, se muda para Portugal, utiliza a nota do ENEM para se vincular à Universidade, contudo não validou os créditos feitos nos Estados Unidos. Entra no curso de Ciências Políticas numa Universidade do Porto, um trajeto quem está por concluir. Os pais ajudam a pagar as propinas, viabilizando o acesso ao ensino. Agora, em 2021, está com o processo de alteração da universidade para Lisboa. Pondera fazer mestrado depois que terminar a licenciatura, porém prefere esperar um tempo.

Para a sua família, o percurso do ensino superior sempre foi algo muito importante e expresso pelo pai e pela mãe. Num primeiro momento, tinham a expectativa que fizesse um curso mais clássico como engenharia, medicina, advocacia. Mas não houve nenhum comentário quando não escolheu um desses cursos. Os pais também preferiam que ele só estudasse, entretanto, a família não tem condições de bancar por isso.

### **Enfesto — Percurso laboral e o peso do trabalho**

Na sua família, a rotina familiar durante a semana era de os pais trabalharem das 9h às 18h, chegarem em casa e jantarem todos juntos. Essa era a única rotina que tinham, só mudava quando o pai estava viajando, e era com muita frequência. O exemplo que tinha dos pais era de uma diferença de vínculos, a mãe com vínculos informais e o pai com vínculos mais estáveis. Entretanto, nunca o pressionaram para que iniciasse a trabalhar, não teve muita necessidade. Queria iniciar o seu percurso laboral pelos 16 anos, pediu aos pais para poder começar a trabalhar, mas não deixaram. «Diziam ter que ir para a escola e fazer os cursos que gostava, como jiu-jitsu, capoeira e tinha que focar nessas coisas e não no trabalho». Pensa que eles poderiam ter medo de que, quando saísse da escola, ele quisesse continuar no trabalho sem ir para faculdade.

Antes de se mudar para os Estados Unidos, auxilia o pai em produções televisivas quando o trabalho era muito grande. Mas a experiência laboral inicia somente após algum tempo de ter chegado nos EUA. Começou a trabalhar para poder morar com a ex namorada, e, por sair da casa do pai, teria que bancar com as suas despesas. Trabalhou em café, restaurante, distribuição de panfletos, em obras.

Quando vai ao Porto, o primeiro vínculo de trabalho foi num bar sem contrato, por baixo da mesa. Ficava nas Galerias de Paris, mas foi demitido após algum tempo. Começou a trabalhar num restaurante, no qual ficou quase um ano, quando pediu para sair porque as aulas impediam que tivesse uma jornada de trabalho completo. Os horários eram bagunçados e sempre em turno diferente a cada dia. Por causa disso, ponderou começar a vender comida na rua, potinhos de *chili*, e era compartilhado com a ex-namorada. Mas foi chamado para uma vaga de guia turístico, e este foi o trabalho mais longo que teve em Portugal.

O trabalho como guia turístico era feito numa *Segway*<sup>103</sup>, e por causa disso tinha acidentes quase todos os turnos com os turistas. Diz que sempre havia alguém que caía por distração, porque era muito fácil de se desequilibrar, havia também as pessoas «engraçadinhas» que queriam aparecer e andar mais rápido. Então era uma preocupação contínua com a sua integridade e com a dos turistas. Como não tinha contrato, era por baixo dos panos, em todo o caso, a empresa tinha um seguro. O único problema era que «caso algo acontecesse teria que fingir ser um turista».

Em 2020, na primeira abertura da pandemia, ainda chegou a trabalhar como guia, e Tomás avalia que essa experiência de quase um ano o possibilitou ganhar experiência nesta área e de melhorar o espanhol, francês, além de aprofundar a habilidade comunicativa. Mas, com a pandemia, o turismo se tornou uma área instável, e teve que buscar uma alternativa. Mas, até se mudar para Lisboa, o chefe ainda tinha esperanças de que ele assumisse o negócio como gerente, oferecendo contrato a recibos verdes.

Entra em um *call center*, com contrato que durou 3 meses. O problema era que o contrato previa o pagamento só de bônus de vendas de contratos para uma empresa telefônica.

«Se você não vem desse pelo menos 3 contratos por mês, não ganhava nada.»

No último mês que ficou lá, não conseguiu vender os 3 contratos e lhe pagaram apenas 100 €. Tomás reivindica os 300 € previstos e, após algumas discussões com os chefes, chegaram a um acordo de 250 €. Quando saí do *call center*, começa a ser estafeta.

Primeiro iniciou na Glovo e, na sequência, na Uber Eats. Salienta que nessa época não havia tanta gente na lista de espera, como tem acontecido atualmente. Na Glovo, é necessário pagar 30 € pelos equipamentos de trabalho que eram a mochila e o suporte de telefone para bicicleta. Não existe nenhuma pessoa de intermediária. Entrou no site, preencheu as informações solicitadas e depois de uma semana foi chamado para pegar

---

<sup>103</sup> É um diciclo, com duas rodas lado a lado, criado para agilizar o tempo de deslocamento.

os equipamentos de trabalho, esperou uma semana para poder começar a trabalhar. O processo inicial todo durou duas semanas. Comprou uma bicicleta simples por 40 €.

Julga que teve sorte, porque soube de pessoas que compraram seus equipamentos de trabalho e descobriram que teriam que esperar 3 meses para começar a trabalhar, ou sequer iam trabalhar.

«Chamam as pessoas da lista de espera apenas para comprarem os equipamentos, gerando uma expectativa de que as pessoas começariam a trabalhar logo, mas é uma fraude. Induzem as pessoas a comprarem os equipamentos sem garantia de vaga para a execução do trabalho. Eles (Glovo) nunca saem perdendo.»

No início do vínculo com a Glovo, ficou desiludido porque ganhava pouco e era cansativo. Era necessário agendar os horários de trabalho para a semana seguinte, e tinha de o cumprir senão perdia a preferência de horários. Mas, como as distâncias eram grandes e às vezes de difícil acesso, por vezes não compensava. Ainda tem o vínculo com a Glovo, trabalha alguns períodos e para.

Todos os vínculos com plataformas digitais de trabalho são por meio de atividade aberta nas finanças e recibos verdes. Mandam os dados para o recibo por meio de um relatório, há uma taxa de uso do aplicativo e nos grupos de trabalhadores de aplicativos há sempre alguém perguntando sobre algumas taxas e reajustes não previstas e que são descontadas do seu pagamento.

No meio tempo do trabalho na Glovo, um ex colega do *call center* o convida para trabalhar vendendo contas de uma empresa de luz com energia verde, porém já sabia que não era muito bom com vendas. O colega tinha uma equipe para vendas, e as vendas eram feitas de porta em porta. Esse colega vendia muito bem e às vezes enganava as pessoas. Depois percebeu que as coisas não eram como parecia, «a empresa mais verde do mercado só tem energia eólica e hidrelétrica», e não conseguia ter uma boa média de vendas. Após sair, ainda recebia chamada das pessoas reclamando de multas e taxas indevidas, porque tinha que dar o seu contato pessoal nas vendas.

Após sair das vendas, se inscreve para a Uber, além da Glovo com a qual ainda fazia alguns horários. Na Glovo é necessário agendar na semana anterior os horários para a próxima semana, nos quais quer e tem disponibilidade em trabalhar. Contudo, quando começa a faltar esses horários agendados, a nota do estafeta começa a baixar no aplicativo e assim não consegue agendar horários para as próximas semanas. Foi o que aconteceu com Tomás, a sua nota no aplicativo foi baixando porque estava a priorizar as vendas, e depois já não conseguia mais escolher os horários para trabalhar. Diz que a diferença entre as duas aplicações era notável, na Glovo é necessário agendar

o horário para trabalhar na semana seguinte, na Uber Eats é só baixar o aplicativo e já está.

«A Glovo paga 1 € de base, mais 42 centavos por km que você percorre. Então, numa entrega de 5 Km, ganhava 2 € e pouco. Não dava, parei de trabalhar para a Glovo e comecei a Uber Eats que pagava melhor. Era 1,40 € de base que é a taxa de ir buscar, mais a taxa de entrega 1,40 € e 68 centavos por quilômetro rodado. (...) A Glovo paga 24 centavos por km, 24 centavos... Ou seja, se você faz uma entrega de 5 km ganhará 2 € e pouco, 10 km ganhará 4 €, ridículo...».

Durante o percurso de estafeta, para complementar, ia às vezes cobrir folgas de funcionários de um restaurante no qual uma amiga trabalhava. Tentou ainda fazer entregas pela *BoltFood*, mas como não era muito conhecida no Porto, não havia muita demanda de entregas. Quer transferir todos os vínculos das aplicações para Lisboa.

Em 2021, começou a se envolver com o PCP, já tinha leituras e vontade de participar muito antes de firmar a adesão, contudo tinha um pouco de receio. Após o seu envolvimento, depois de um tempo foi convidado a trabalhar na construção da Festa do Avante de 2021. Trabalhou pelo período de 2 a 3 meses na construção e nos dias da Festa no bar do apoio. Depois disso, foi convidado a trabalhar na campanha eleitoral da CDU (Coligação Democrática Unitária<sup>104</sup>) e ficou um mês na comissão de propaganda, com equipamentos, lidando com jornalistas e promovendo as iniciativas da campanha. Após o término da campanha, o convidam para se mudar para cá e acompanhar uma tarefa na Juventude Comunista nos concelhos de Almada. Desde então, é funcionário do PCP e trabalha na Direção Regional de Setúbal.

Permanece inscrito na Glovo e nas demais aplicações, e está regularizando o seu cadastro, mudando o endereço para Lisboa. Sua ideia é continuar a trabalhar em aplicativos para juntar dinheiro. Ressalta que a xenofobia também é algo que tem que se lidar sendo imigrante e trabalhador em Portugal.

### **A rede e o arremate — a precariedade**

Quando começou a trabalhar como estafeta, não tinha noção do quanto eram precárias as condições de trabalho. Pensava e sabia haver um certo aprofundamento de exploração, mas não tinha ideia do quanto. Logo nas primeiras entregas que fez, sente na pele a precariedade desse tipo de vínculo com plataformas digitais de trabalho.

Em Teresópolis, participava de manifestações de rua como as contra as alterações de políticas municipais, ou as ondas de 2013, quando começou tudo contra

---

<sup>104</sup> É uma coligação de esquerda entre o PCP e o Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV) que disputa eleições desde 1987 a 1989 enquanto CDU, e hoje, denomina-se PCP-PEV. Entretanto, popularmente ainda é chamada de CDU.

o aumento de transportes para os estudantes. Gostava de estar ativo, mas não se envolvia, diziam que iria ter manifestação e ia com um amigo da escola e outros amigos. Nas aulas, tinham discussões sobre o golpe parlamentar de 2016 e também sobre questões políticas. Ainda no Brasil, entra na Anistia Internacional, se identificava com as pautas defendidas pela organização, principalmente em relação à maioria penal, violência policial, entre outras. Nos EUA, também se vincula à Anista Internacional e faz um trabalho ativo, até se desvincular após entrar em Ciências Políticas.

O início da militância no Partido Comunista aconteceu quando ainda morava no Porto. Já tinha leituras sobre as questões sociais, inclusive nos estudos da faculdade de Ciência Política começou a refletir cada vez mais que a causa do problema é o capitalismo. Considera que a luta é indissociável para transformar algo, e foi quando começou a se identificar como comunista, ainda nos EUA, e isso foi o que o fez sair da Anistia Internacional. Reconhece o trabalho realizado pela Anistia, contudo, a partir daquele momento, não concorda com os princípios para a realização. Antes de decidir aderir ao Partido Comunista, pensava ser necessário ter muitas leituras de Marx, e por isso sempre adiava a adesão ao partido. Quando inicia a militância, percebeu ainda mais a importância de estar organizado politicamente.

Não acredita que a faculdade de Ciências Políticas tenha alguma contribuição para sua consciência política. Inclusive critica o método de ensino que recebeu, e diz que «a única consciência política da pessoa que sai de lá é de uma linha da direita, porque é um curso burguês de uma universidade privada e os professores são quase todos de direita». E a sua inclinação à esquerda se deu através dos estudos que fez por conta e da consciência política da família.

Antes de um envolvimento no movimento social, teve episódios de reivindicação pelos trabalhos que passou. No bar das Galerias de Paris, uma vez o dinheiro deixado na mesa para pagar a conta sumiu. O chefe os puniu retirando todo o valor das gorjetas que receberiam nas próximas semanas, até fechar o valor furtado. Por duas semanas, os valores recebidos de gorjeta foram descontados para cobrir o valor que era em torno de 300, 400€. Propôs aos colegas uma reivindicação, mas optaram por não se mobilizar. Até tentou achar meios legais, mas nada encontrou em específico. Assim, começou a tirar o dinheiro dos finos (*chopp*) do caixa e colocar na gaveta da gorjeta para alcançar mais rápido no valor.

Quando trabalhou no *call center*, no episódio que Tomás não aceitou receber apenas 100 € pelo mês trabalhado como punição por não ter vendido os três pacotes mensais acordados verbalmente como critério para o recebimento do valor total, contrapõe o chefe usando o argumento do absurdo que era trabalhar 5 horas todos os dias e não receber o valor do contrato. E que, se não houvessem os funcionários indo diariamente, a empresa fecharia, e que se não recebesse o valor que estava pedindo, denunciaria por irregularidade na ACT, afinal o seu contrato era a recibos verdes e

aquelas condições não eram de recibos verdes, pois ia trabalhar todos os dias na propriedade da empresa cumprindo um horário específico. Portanto, eram dois fatores que constituem presunção no contrato de trabalho. O chefe não aceitou esses argumentos, mas acabaram por chegar num acordo de pagamento no valor de 250 €. Mas o fez esperar horas para receber o dinheiro. Os seus colegas não se envolveram, mas vibraram com a atitude que teve. Afinal, haviam várias pessoas que estavam a trabalhar de graça quando não fechavam os três contratos no mês.

A luta no movimento social aconteceu pela organização de um protesto de estafetas no Porto. Mesmo tendo uma adesão significativa na época, ainda assim é difícil a união entre esses trabalhadores.

«Eles têm meio que uma coisa de guerra todos contra todos, uma competição e acabam não vendo o real problema do trabalho por aplicação. Tem uma competição porque há uma escassez de trabalho, um clima de disputa.»

A manifestação aconteceu porque um estafeta teve a conta bloqueada porque um cliente estava pedindo várias entregas e dizia que não as recebeu. Então, para a aplicação o estafeta não entregou, mas na realidade a entrega havia sido feita. Dois estafetas tiveram suas contas bloqueadas, e há uma transferência, incentivada por Tomás, do ódio ao cliente para empresa. Sendo assim, a manifestação ganhou corpo nas redes sociais, entretanto no dia não teve muitos aderentes, Tomás diz que os estafetas não têm muita consciência política, além disso, há o medo de suas contas serem bloqueadas. E, também, o medo da regulamentação dessa atividade com um contrato entre as empresas e os estafetas. Há uma mobilização coletiva pela “liberdade” de permanecer a recibos verdes, mesmo essa atividade caracterizando-se por um vínculo estável e merecedor de um contrato. Esse é o grande paradigma da mobilização dos trabalhadores estafetas no mundo inteiro, porque alguns veem como positiva a “liberdade” de fazer seu próprio horário e não ter descontos que são específicos de empregos com vínculo contratual empresa-trabalhador. Tomás diz que isso dificulta a mobilização coletiva.

Tomás se sente pertencente à classe trabalhadora. Compreende que as condições de trabalho e o ambiente laboral estão cada vez mais casuais. Entende que a classe operária, sim, é pequena, mas a classe trabalhadora é muito ampla, são todas as pessoas que vendem o seu trabalho para sobreviver.

«A gente está ao contrário, com um regresso para as condições daquela classe trabalhadora do final da Revolução Industrial, acha que é isso que tem acontecido. (...) Esse regresso das condições do trabalho vem com todo o aspecto moderno,

tecnológico com aparência de modernidade. Mas a classe trabalhadora tem o mesmo papel no modo de produção que sempre teve.»

Diz que nenhum dos seus amigos, inclusive ele, fica num emprego por mais de um ano. E isso, com as aplicações, se aprofunda. «Não é um direito, nem um dever, é diferente». Alerta que são 70 mil trabalhadores de plataforma em Portugal (em 2021), e tem aparecido novas plataformas de tempos em tempos. Cada vez mais áreas vão virar plataformizadas, ou seja, para trabalhar será necessária a mediação de um aplicativo e não mais de um contrato. É uma tendência.

«No futuro tenho medo e espero que não seja assim, porque não vai ser por pouco tempo.»

Espera que as pessoas se conscientizem que a sua área está sendo “uberizada”, porque quando chegar em áreas que as pessoas já têm uma tendência maior de se organizar, sindicalizar acredita que reforçará essa luta que vem tentando fazer.

## 1.2. PRÓXIMOS CAMINHOS

Os retratos sociológicos aqui apresentados apresentam apenas um resumo dos principais aspectos abordados nas entrevistas de profundidade realizadas. A dinâmica da vida, da reflexividade (Caetano, Nico), das interpretações de suas próprias biografias, dos caminhos escolhidos e das aprendizagens que fizemos juntos neste espaço, certamente ultrapassam o que aqui conseguimos retratar. Nosso sentimento é de que essas trajetórias conseguem exprimir na sua dimensão micro as várias faces da lógica neoliberal no mundo do trabalho, englobando suas contradições expressas pelos próprios atores sociais. No próximo capítulo faremos a discussão sobre estes principais aspectos aqui apresentados.

*Tem que correr, correr  
Tem que se adaptar  
Tem tanta conta e não tem grana pra pagar  
Tem tanta gente sem saber como é que vai  
Priorizar  
Se comportar  
Ter que manter a vida mesmo sem ter um lugar  
Daqui pra frente o tempo vai poder dizer  
Se é na cidade que você tem que viver  
Para inventar família, inventar um lar*

*Ter ou não ter (3x)*  
O tempo todo livre pra você  
O banco, o asfalto, a moto, a britadeira  
Fumaça de carro invade a casa inteira  
Algum jeito leve você vai ter que dar  
Sair pra algum canto, levar na brincadeira  
Se enfia no mato, na cama, na geladeira  
Ter algum motivo para se convencer  
Que o tempo vai levar  
Que o tempo pode te trazer  
Que as coisas vão mudar  
Que as coisas podem se mexer  
Vai ter que se virar para ficar bem mais normal  
Vai ter que se virar para fazer o que já é  
Bem melhor, menos mal, menos mal  
Mais normal  
Tem que correr, correr  
Tem que se adaptar  
Tem tanta conta e não tem grana pra pagar  
Tem tanta gente sem saber como é que vai  
Priorizar  
Se comportar  
Ter que manter a vida mesmo sem ter um lugar  
O banco, o asfalto, a moto, a britadeira  
Fumaça de carro invade a casa inteira  
Algum jeito leve você vai ter que dar  
Sair pra algum canto, levar na brincadeira  
Se enfia no mato, na cama, na geladeira  
Ter algum motivo para se convencer  
Que o tempo vai levar  
Que o tempo pode te trazer  
Que as coisas vão mudar  
Que as coisas podem se mexer  
Vai ter que se virar para ficar bem mais normal  
Vai ter que se virar para fazer o que já é  
Bem melhor, menos mal, menos mal  
Mais normal  
Tulipa Ruiz e LuLu Santos - Dois Cafés

## 1. DISCUSSÃO REFLEXIVA

As entrevistas de profundidade e de caráter narrativo-biográfico possibilitaram emergir reflexividade (Caetano, 2012, 2016; Nico e Caetano, 2017) dos atores sociais acerca da sua trajetória laboral, mas também de vida. O mesmo aconteceu com a pesquisadora que, na reflexividade daquelas trajetórias, reviu a sua própria trajetória. E não diferiria, uma vez que fica expresso nessas biografias que a precariedade está entranhada em todos nós.

*Os processos de reflexividade só podem ser realmente analisados tendo em conta a complexidade interna de cada actor, manifesta no que Lahire designa por pregas singulares do social (2001a: 341). O que implica abordar a singularidade individual sem esquecer que se tratam de sujeitos socializados, que se encontram na intersecção de diferentes esferas e forças sociais (Caetano, 2012:17).*

Alguns dos atores sociais disseram que a experiência das entrevistas foi parecida com uma sessão terapêutica ou de análise, sentindo-a como um processo positivo de se (re)ver na sua trajetória. O destaque foi no sentido de revisitarem suas biografias (o que alguns disseram nunca ter feito), no sentido reflexivo acerca da precariedade e da pertença de classe, ou ainda, enquanto (permitir-se, em alguns casos) se afirmar como uma pessoa que, sim, trabalha, por mais frágil e efêmero que os vínculos que possuiu ou ainda possui seja(m). Estes retornos dos atores sociais afirmam o processo de reflexividade por eles vividos na própria entrevista, inclusive (Caetano, 2016).

A partir dos nossos objetivos de pesquisa, aprofundaremos acerca da significância, para os atores sociais, de ser uma pessoa que trabalha, de pertencer a uma classe trabalhadora, e sobre a precariedade social e laboral eventualmente vivida por estes. Essas temáticas principais desenvolveram reflexões outras como em relação ao tempo, à identidade, ao estereótipo de quem trabalha e em como os próprios atores sociais organizam a sua reflexão sobre as mutações no mundo do trabalho e nas suas vidas.

Em algumas entrevistas, foi necessário recuar a pergunta sobre pertença à classe trabalhadora e perguntar se o ator social sentia-se enquanto uma pessoa trabalhadora,

como nos casos de Gula, Lilith, Fernanda e, de forma mais sutil, Aquilino. Após esse recuo, voltávamos à questão sobre a pertença de classe. Evidenciamos haver uma dificuldade em pensar num futuro ideal diferente de um futuro real, exceto por Maria, que consegue se ver num percurso diferente do que vive atualmente e relacionada com seus desejos e interesses profissionais e de vida. Os demais atores sociais não saem do espectro esperado do mundo do trabalho e do trajeto já vivenciado em seus percursos laborais, são opções que os mantém quase numa mesma posição da atual, entretanto com mais direitos ou com outros vínculos que lhes são mais interessantes. Não há um pensamento acerca das alterações das relações laborais ou uma suposição de como seria um vínculo laboral mais justo e digno fora dos padrões já existentes na sociedade, e em relação à sua própria trajetória.

Quando perguntamos sobre a pertença a uma classe trabalhadora, percebemos três variantes reflexivas:

**1)** Aqueles que, ao se verem trabalhadores, automaticamente se sentem pertencentes à classe trabalhadora (AOC, Leandro, Maria, Marina).

**2)** Aqueles que realizam a reflexão de que são trabalhadores na entrevista, pois ligavam essa identidade a vínculos laborais mais formais e estáveis, como empregos de concurso público, por exemplo (Lilith, Lúcia e Gula).

**3)** Pessoas que até conseguem se ver enquanto trabalhadoras, mas,

**a)** por classe trabalhadora remetem-se a uma classe operária desatualizada com os fenômenos laborais atuais (David, Natália, Tomás); ou, **b)** compreendem que, talvez, a sua atividade não se enquadraria na classe trabalhadora, pois tem condições diferenciadas de trabalhos que caracterizam a classe trabalhadora, somado aos seus privilégios (Aquilino e Fernanda).

A segmentação, sectorização, da classe trabalhadora aparece em algumas reflexões dos atores sociais como uma dificuldade de se sentir parte de uma classe “geral” de trabalhadores, por exemplo, no caso de Lúcia. Isso demonstra que as ferramentas individualistas e, de certa forma, criadoras das microclasses (Wright, 2015)

constituídas por identidade profissional são recorrentes no sentido de responder ao desejo de uma pertença e, simultaneamente, descaracterizar uma união generalista de trabalhadores.

*As identidades “tayloriana”, “de ofício”, “de classe”, “de empresa” são desvalorizadas, desestabilizadas em cris de não-reconhecimento. Todos os “nós” anteriores, marcados pelo “comunitário” e que tinham permitido identificações coletivas, modos de socialização do “eu” pela integração definitiva a esses coletivos, são suspeitos, desvalorizados, desestruturados. A última palavra do modelo da competência supõe um indivíduo racional e autônomo que gera suas formações e seus períodos de trabalho segundo uma lógica empresarial de “maximização de si” (Dubar, 2009: 153).*

Portanto, há um desconhecimento de si enquanto parte do coletivo de trabalhadores. E isso corrobora com a lógica neoliberal e individualizante atual.

Os atores sociais do percurso reparado, onde o capital familiar é elevado, são três pessoas entrevistadas, Aquilino, Fernanda e Lúcia, que titubeiam em afirmar-se enquanto precarizados. Aquilino e Fernanda argumentam que os privilégios que possuem, devido ao capital econômico e cultural da sua família, os dão subsídios para não terem uma vida precarizada. Lúcia percebe a precariedade relacionada às relações laborais com disparidades de direitos, principalmente, e não a personaliza enquanto uma identidade. Diz que, na sua área [antropologia], o principal nem é a precariedade, mas sim a falta de emprego. Ou seja, o emprego nem existe para ser qualificado enquanto tal. Em todo o caso, concebe as experiências de bolsa de pesquisa e estudo e trabalho em projetos enquanto formativas para sua profissionalização, não compreende tais como vínculos precarizados, apesar de compreender as fragilidades que acarretam. Natália não só se sente representada por esse termo, como inclusive exalta de que esta é a sua identidade. Conquanto, o alto capital cultural e econômico seria passível de exoneração de um vínculo laboral precário? Ou a precariedade se definiria pelo vínculo frágil independente da trajetória social e econômica familiar e pessoal do ator social?

Lilith, Lúcia e Gula demonstram certa dúvida em verem-se enquanto trabalhadoras. Lúcia principalmente em relação a uma classe trabalhadora. Para Lilith e Gula, ser da classe trabalhadora suporia ser adulto, ser “adultizado”, conforme Lilith,

condição que, apesar de ter 18 anos, não se revê. Para Gula, o receio paira nos vínculos efêmeros que tem e teve na sua trajetória. E Lúcia parece ter certo receio em relação a se equiparar numa sectorização de profissões por ela evidenciado, mas, simultaneamente, se coloca enquanto trabalhadora igual a sua chefe, com uma posição superior à dela.

David, por mais que pertença ao percurso retalhado, também entende-se como uma pessoa de privilégios, e vê-se como um “estudante que trabalha”, antes de ser um trabalhador; esta identidade supõe que não precisa viver do trabalho e por isso a identificação mais forte com sua formação. Entretanto, estudar também é visto como uma ocupação, uma formação para a atividade de trabalho. A acumulação da formação concomitantemente com vínculos informais seria dispensada de uma relação de precariedade, mesmo que este ator social não trabalhe para sustentar-se?

AOC, Marina, Leandro e Maria evidenciam reflexões anteriores sobre o sentimento de pertença à classe trabalhadora e à precariedade, fomentadas tanto nos locais de trabalho, nos estudos ou ainda na família. Ou seja, se identificam enquanto a “base da pirâmide”, conforme diz AOC. Entretanto, apesar dessas certezas e de uma reflexividade crítica das suas condições, não conseguem se mobilizar coletivamente para reivindicar melhores condições, apesar de um desejo para tal, principalmente por AOC e Leandro. Não há tempo, por mais que haja um certo inclinamento para o querer se organizar ou, pelo menos, o entendimento de que isso é importante e participarem individualmente quando há manifestações.

O tempo é uma característica contraditória da própria precariedade. Por uns, é usado como sinônimo de liberdade no horário de trabalho, relatado, principalmente pelos trabalhadores de plataformas, estafetas, como uma vantagem desse tipo de vínculo. Por outro lado, a falta deste é a causa de uma certa indisponibilidade para mobilização coletiva em combate à precariedade. A contradição do tempo é crucial para determinar o caminho que a precariedade pode embrenhar-se nas trajetórias de vida. Seja a seu favor, seja ao seu rechaço (Soeiro, 2015).

A sorte evidencia-se como uma característica contraditória dos percursos laborais da grande maioria dos atores sociais entrevistados (uns com mais intensidade

e outros com menos). Se acham pessoas de sorte ou porque arranjam um ou mais trabalho durante a sua trajetória (Gula, Maria, Aquilino, Lilith), ou porque ficaram pouco tempo desempregados (Lúcia, Natália, Tomás), por poder cursar o ensino superior e morar com os pais (David), por terem colegas que apoiam no ambiente tóxico de trabalho (Leandro), ou por usufruir de uma licença saúde garantida por um trabalho anterior (Marina). A sorte possui um significado contraditório ao pensarmos nas trajetórias de vida aqui estudadas. Seria a sorte em sempre arranjam trabalhos temporários, com o azar de serem quase sempre temporários? A sorte do presente é a mesma sorte do futuro? Ou ela se transformará em azar quando a reforma não chegar?

A dúvida e, simultaneamente, o receio de ser uma pessoa trabalhadora “precarizada” aparece em algumas dessas trajetórias. Entre as pessoas entrevistadas, temos 3 grupos de relação com a precariedade:

i) as que conheciam o termo e se identificavam (AOC, Lilith, Leandro, Maria, Marina, David, Natália, Tomás);

ii) a que tem contato com o significado da precariedade laboral de forma mais profunda nas entrevistas e se identifica após esse processo (Gula);

e, iii) as que tinham conhecimento do fenômeno, mas sentem uma certa incerteza ou, até mesmo, receio em se autodenominar, ver-se enquanto uma pessoa precarizada (Aquilino, Lúcia e Fernanda).

Gula chama a atenção porque diz que a palavra “precária” é muito vasta de significado. Pergunta porque não usar trabalhadores explorados, já que assim talvez as pessoas entendessem de fato o que está acontecendo. Essa dúvida, as reticências em relação à palavra, também confrontam essa ambiguidade do fenômeno, sei o que é e me oponho, mas não sei se me encaixo e o que é.

Sobre esta dúvida entre pertença de classe e sobre (saber o que é e) ser precarizado ou não, denominamos como um fenômeno de “Estagação”, ou seja, a não certeza de pertença, pertencimento à classe, ao grupo de trabalhadores. A dúvida sobre ser precário recorre ao argumento de que há pessoas mais precarizadas, “não sou

porque há gente que é mais”. Quase uma recusa em ver-se na sua condição, seja ela de maior ou menor intensidade. Há, por um lado, a falta de tempo dos que têm vínculos laborais precarizados mais intensos para conseguir organizar-se, quando assim o desejam, e, por outro, os que têm vínculos laborais precarizados com menos intensidade, mas não se sentem aptos em representar esse segmento da classe trabalhadora. A denominação desse fenômeno, aqui compreendido entre os atores sociais entrevistados, contempla a reunião de todas essas características que perpassam a reflexividade destes em relação à precariedade e a pertença à classe trabalhadora.

*No fundo, os indivíduos podem ter diferentes níveis de reflexividade em contextos sociais diferentes. Alguns contextos podem estimular mais do que outros a aquisição, o desenvolvimento e a activação de competências reflexivas. A noção de pluralidade disposicional desenvolvida por Lahire alerta precisamente para a necessidade de se compreender as dinâmicas de compatibilidade inter (mas também intra) domínios sociais na definição da imagem que os actores têm de si mesmos e na elaboração de projectos individuais (Caetano, 2012:17).*

Em relação às consonâncias e dissonâncias relacionados aos principais questionamentos desta pesquisa, percebe-se que os atores sociais tiveram uma «pluralidade disposicional» que não necessariamente corresponde com o grau do capital cultural, social e econômico da família. As inibições e favorecimentos parecem estar ligados à reflexividade (Caetano, 2012, 2016; Nico e Caetano, 2017) desses atores sociais no que diz respeito aos seus próprios capitais.

Conforme podemos constatar na tabela abaixo, há diferentes disposições conforme o capital econômico e a identificação dos atores sociais. Sendo o “V” equivalente a uma identificação, e o “?” referente a uma inibição total ou parcial de pertencimento. Compreendemos como capitais elevados os atores sociais que começaram a trabalhar após a licenciatura que demonstram, em sua trajetória de vida, elevado estatuto econômico, cultural e social; além da certeza de que, se precisassem, os pais os sustentariam, mesmo que isso não seja um desejo e nem cogitado. O médio capital caracteriza-se por atores sociais que até podem receber algum auxílio dos pais, entretanto não teriam condições de terem acesso a consumos e lazer, por exemplo, se

não tivessem trabalhando. Ou ainda que provém o sustento dos seus familiares com certa tranquilidade financeira. O baixo capital diz respeito aos atores sociais que se autodenominaram enquanto pessoa de uma família pobre, por mais que essa condição tenha se alterado pela sua trajetória individual. Não haveria respaldo familiar para seu sustento, e isso não é uma possibilidade em qualquer eventualidade.

**Tabela 7 - Disposições x capital x identificação**

| Ator social                                 | Identificação enquanto pessoa que trabalha | Identificação à classe trabalhadora | Identificação à precariedade laboral | Nível de capital                                                                  |
|---------------------------------------------|--------------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|
| Aquilino<br>Fernanda<br>Lúcia               | V                                          | ?                                   | ?                                    | alto capital<br>alto capital<br>médio capital                                     |
| Lilith<br>Gula                              | V                                          | ?                                   | V                                    | médio capital<br>baixo capital                                                    |
| David                                       | ?                                          | V                                   | ?                                    | médio capital                                                                     |
| Marina                                      | V                                          | V                                   | ?                                    | médio capital                                                                     |
| Leandro<br>AOC<br>Maria<br>Natália<br>Tomás | V                                          | V                                   | V                                    | médio capital<br>baixo capital<br>baixo capital<br>médio capital<br>médio capital |

Fonte: Elaboração própria.

É notável que o alto capital familiar inibe o sentimento de pertença a uma classe trabalhadora e a uma identificação enquanto pessoa em condição de trabalho precarizado, devido ao apoio, respaldo, capital familiar elevado. A relação precarizada não está sendo relacionado ao vínculo laboral, mas a todo o conjunto social e econômico que o ator social possui. Esse fator corrobora para um não sentimento de pertença, portanto, a uma não mobilização coletiva ativa. E desestimula o desejo de participar ativamente contra as condições frágeis dos vínculos que possuem, porque julgam serem

melhores que muitos outros que existem, além do fato de lhes darem condições de ter uma vida com liberdades e acessos a consumo e lazer.

No caso de Lilith e de Gula, suas inibições em relação a uma identificação enquanto classe dão-se pelo não reconhecimento ao que entendem por classe trabalhadora. Tanto por uma falta de maturidade, identificada por Lilith, quanto por uma visão fechada sobre a pertença à classe estar relacionada a serviços públicos e aderência a sindicatos. Já David, antes de trabalhador, identifica-se enquanto estudante e a sua condição de vida, por ainda morar na casa dos pais, o inibe de sentir-se precarizado, afinal não precisa do ordenado para sobreviver e manter uma casa própria, apesar de dizer ter receio de uma precariedade futura. Marina não compreende que ser estafeta seria um vínculo tão precarizado, pois entende que não deve ser visto como uma renda única, e se o for não deve ser por muito tempo porque é desgastante. Na sua compreensão, como um complemento de renda, é uma ótima oportunidade de ter seus próprios horários e sentir-se livre para quaisquer outras atividades que queira fazer, como estudar, por exemplo. Entretanto, Marina também não precisa dos rendimentos como estafeta para sobreviver ou sustentar uma casa sozinha.

Os demais atores sociais compreendem-se pertencentes a uma classe trabalhadora precarizada, sendo esta, um segmento da classe trabalhadora. Contudo, há ressalvas sobre uma necessidade de se rever a classe trabalhadora não mais como um operariado que remete à revolução industrial, mas sim como uma classe trabalhadora atualizada (Braga, 2017; Soeiro, 2015; Antunes, 2018, Wright, 2015) para os vínculos que existem hoje. Natália, AOC, Tomás, Leandro são mais enfáticos em relação a esta posição, demonstrando a importância de atualizarmos o conceito de classe trabalhadora, um senso popular acerca dessa categoria, uma vez que a identificação ou não afeta o sentimento de pertença e de uma possível união na luta por direitos laborais no espaço social.

*O indivíduo, corpo socializado e socializador, reflecte no seu percurso a arquitectura invisível das forças sociais, desenvolvendo modos de relação consigo próprio e com os contextos e situações onde se move. Essa forma de produção de si incorpora os mais pesados constrangimentos sociais e nada deve às teorias encantadas e ilusórias*

*do livre-arbítrio. Lahire refere-se a este processo como sendo o da constituição das pregas singulares do social, advogando a autonomia e a pertinência complementares de uma escala de observação e de um nível de análise que os sociólogos não podem abandonar, sob pena de se tornarem analiticamente míopes (Lopes, 2012: 88).*

Notamos que os atores sociais também compreendem uma certa hierarquização de precariedades laborais, no sentido de que apenas a característica de fragilidade de um vínculo não seria suficiente para caracterizá-lo. Uma pessoa que é bolseira (bolsista) tem um vínculo menos frágil, menos precarizado do que alguém que é estafeta, por exemplo. Além de corroborar com uma sectarização, corrobora a não pertença, se pensarmos um sentido amplo de classe. As especificidades micros podem atrapalhar uma identificação coletiva, no entanto, corroboram para uma identificação individualista típica do sistema econômico e social hegemônico atualmente. Talvez possamos inferir como mais uma das ferramentas do sistema econômico que influência diretamente no espaço social e na dinâmica e disputa dos capitais e campos, estando envoltos por uma estrutura individualizante (que beneficia o mérito e quem possui capitais econômico, simbólico, cultural e social mais elevados) e que se consolida em todos os aspectos da trajetória de vida.

Remete-nos novamente à identificação de microclasses (Wright, 2015) sobre a contradição de se ver enquanto pessoas trabalhadoras (de algum setor), mas a dificuldade de se ver pertencente ao coletivo genérico de pessoas que trabalham. Há, também, um equívoco de associação da precariedade a segmentos mais estigmatizados da sociedade como estafetas, motoristas de aplicação, etc., quando há, contraditoriamente, notável aprofundamento da precarização de profissões antes estáveis como docentes, funcionários da área da saúde, prestadores de serviços múltiplos, etc.. Conquanto, há a própria identificação enquanto uma pessoa que trabalha, mas, quanto ao fenômeno da precariedade e da identificação ou até do conhecimento sobre os limites e meandros desta, a relação ainda parece ser nebulosa. Nenhum dos atores sociais se associa ou identifica com uma nova classe (Standing, 2014), isto não é cogitado.

A não pertença e segmentação, sectarização, talvez possa ser considerada um mecanismo interessante para a intensificação da precariedade em cada vez mais setores laborais. Conforme Natália diz, “a precariedade isola”. E, quando estamos isolados, não temos o sentimento de pertença ao coletivo, a um grupo, desmobilizando a busca por direitos, devido a uma “pessoalização” de vivências, que muitas vezes podem ser de um coletivo. Conquanto não haja momentos de partilha, não há conhecimento de outras experiências parecidas e isso acarreta num maior isolamento e individualização de problemas que são coletivos. Esse aspecto de reflexividade conjunta que, de certa forma, aconteceu com os atores sociais nas entrevistas acabou por ser expresso como importante para os atores sociais, no sentido de algumas pessoas dizerem que não tinham espaço para pensar sobre isso. E o pensar sobre essas questões laborais tornou-se importante no sentido de se rever como uma pessoa que não vive seus medos, dúvidas e certezas sozinha.

*A crise por que passa hoje o sistema, em diferentes países e continentes, põe à mostra não apenas a perversidade, mas também a fraqueza da respectiva construção. Isso, conforme vimos, já está levando ao descrédito dos discursos dominantes, mesmo que outro discurso, de crítica e de proposição, ainda não haja sido elaborado de modo sistêmico. O processo de tomada de consciência —já o vimos— não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual é, já, um considerável passo à frente, ainda que possa parecer ao seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar. O passo seguinte é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-los como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares. E a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as noções de mundo e de lugar, permitindo entender como cada lugar, mas também cada coisa, cada pessoa, cada relação dependem do mundo (Santos, 2008: 168 e 169).*

Não encontramos diferenças significativas nos principais temas desta pesquisa em relação à origem de cada ator social. Em todo o caso, os atores sociais que mais acumulam vínculos, atual ou anteriormente, são do Brasil (Maria, AOC). Parece haver uma sobreposição mais forte e disseminada nesses percursos. Entretanto, isso não quer dizer não haver nos percursos dos atores de origem portuguesa (Gula). Percebemos que o apoio familiar financeiro é mais recorrente nos percursos das pessoas que vivem em Portugal, quanto as que são do Brasil começam a trabalhar porque querem independência e acabam por não recorrer aos pais para ajudas. Em Portugal, por mais que haja o desejo de independência dos pais, é mais evidente a certeza de um apoio caso necessário, mesmo nas trajetórias mais erráticas de precariedade.

Dois atores sociais de origem brasileira que compõe um estatuto social e econômico baixo. Isso não quer dizer que vivam uma vida com condições mínimas de sobrevivência, entretanto, o esforço dispendido para a manutenção desta vida é custoso. Inibindo uma qualidade de vida expectável socialmente, como no caso de Maria e AOC. Esses dois retratos expõe condições de atividade laboral atípicas, seja pela acumulação (Maria), seja pela acumulação e condições atípicas (AOC). A origem social e familiar destes retratos também é das classes populares, contudo, com evidente mobilidade social por conta da formação e do esforço laboral dispendido nesses percursos. A mobilidade se dá tanto pela própria pessoa entrevistada (Maria), quanto familiar (AOC). Gula, de Portugal, é a única com um estatuto social e econômico mais baixo do país estudado. Atualmente vive com vínculos informais, porém, acabam por ser mais favoráveis dos que tinha antes da pandemia, isso porque demandam menos esforço e pagam melhor. Esta foi uma decisão que tomou na pandemia, de encontrar vínculos laborais, ainda que informais nesse primeiro momento que lhe permitissem uma melhor qualidade de vida.

A participação em movimentos sociais e partidos políticos também é notável enquanto disposições mais evidentes nos atores sociais de Portugal. Tomás, Natália e David participam tanto de movimentos sociais, quanto de partidos políticos. Lúcia é ativista num movimento social feminista. Dos atores sociais entrevistados que residem no Brasil, apenas AOC estava em contato e iniciando sua participação em um movimento

social. Todos os atores sociais disseram participar, mesmo que eventualmente, em manifestações de rua, seja individual ou coletivamente, nos acasos de aderência a partidos ou movimentos sociais.

É interessante pensarmos que, com diferentes percursos históricos-sociais nos dois países aqui estudados, e evidenciado no capítulo tal, não haja significativa diferença entre as perspectivas na dimensão micro acerca de trajetórias de vida e laborais precarizadas entre os atores sociais. Os percursos de vida na dimensão micro correspondem com a lógica hegemônica de sobrevivência, qualidade de vida, acesso a consumo, cultura e lazer. Salvo alguns percursos com um engajamento político mais intenso.

Em geral, há uma homogeneidade de uma «classe para si» (Marx, 2017:31) entre os atores sociais apresentados, corroborando com a ideia de que a posição de classe não supõe uma luta de classes intrínseca ao ator social. A posição no estatuto social também não se torna determinante no pertencimento. Sinuosamente, a precariedade, também globalizada, portanto, espraia-se pelos percursos de vida dos atores sociais ainda como uma “novidade”, por vezes nebulosa, e, também, como uma certeza de não ser bem-vinda. Há um caminho de duas vias, ida e volta, em que não há como escapar dela, mesmo a rechaçando.

A necessidade de uma inteligência coletiva (Rancière, 2012:49) sobre a precariedade é evidente nas biografias aqui retratadas, tanto para uma emancipação compreendida como o embaralhamento da fronteira entre os que agem e os que olham, entre indivíduos e membros de um corpo coletivo (idem, 2012:23), quanto para uma compreensão do que está sendo vivido.

*É nesse poder de associar e dissociar que reside a emancipação do espectador, ou seja, a emancipação de cada um de nós como espectador. Ser espectador não é condição passiva que deveríamos converter em atividade. É nossa situação normal. Aprendemos e ensinamos, agimos e conhecemos também como espectadores que relacionam a todo instante o que veem ao que viram e disseram, fizeram e sonharam. Não há forma privilegiada como não há ponto de partida privilegiado. Há sempre pontos de partida, cruzamentos e nós que nos permitem aprender algo novo caso recusemos, em primeiro lugar, a distância radical; em segundo, a distribuição dos papéis; em terceiro, as fronteiras entre territórios. Não temos de transformar os espectadores em atores e os ignorantes em intelectuais. Temos de*

*reconhecer o saber em ação no ignorante e a atividade própria ao espectador. Todo espectador é já ator de sua história; todo ator, todo homem de ação, espectador da mesma história (Rancière, 2012:21).*

A não disparidade evidente da relação entre as trajetórias de vida aqui apresentadas entre dois países com processos históricos-sociais muito diferentes não retira a importância de evidenciarmos a globalidade da precariedade e a sua influência no percurso laboral e de vida de jovens adultos precarizados. O fato de não conseguirem pensar num futuro diferenciado das relações laborais atuais e já estabelecidas mostra-nos uma vitória das transformações recentes no processo de produção globalizado e refletidos em retratos da dimensão micro. Apesar de os jovens serem os que mais sofrem com a perda de direitos sociais e a flexibilização das relações laborais, a fluidez de identidade, a permanente sensação de “estar de passagem” influencia na compreensão de si no mundo do trabalho, e consequentemente, no campo de luta dos direitos laborais.

*Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade. E assim que iniciativas serão articuladas e obstáculos serão superados, permitindo contrariar a força das estruturas dominantes, sejam elas presentes ou herdadas. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto (Santos, 2008:161).*

Criarmos consciência acerca dessas transformações e seus impactos a longo prazo na vida dos atores sociais e das relações sociais na sociedade são um ponto importante para uma luta por um espaço social menos precarizado.

## 2. NOTAS INCONCLUSIVAS

“NÃO QUEREMOS MOSTRAR SOLUÇÕES, MAS SIM REFLEXÕES”<sup>105</sup>

A frase autoexplicativa que serve de mote na abertura deste capítulo explicita o exercício que nos propusemos. O material empírico recolhido, analisado, refletido e a base teórica histórica-social e do mundo do trabalho representam as elaborações e sínteses possíveis agora. Temos a certeza que muito ainda pode surgir do extenso

---

<sup>105</sup> Essa frase surge no contexto da participação no curso de Teatro do Oprimido realizado no Porto em 2020 e oferecido pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP).

material empírico coletado, e de novos episódios que possam vir a acontecer nesse novo período de crise econômica mundial e energética, principalmente no mundo ocidental.

Por mais que a definição deste capítulo se denomine enquanto inconclusiva, nosso intuito é a elaboração de algumas notas reflexivas a partir do trajeto que nos propusemos percorrer neste estudo. Retomamos, portanto, o nosso objetivo de pesquisa.

Indicamos como o objetivo principal a análise do *entrelaçamento de dimensões societais (macro, meso e micro) na compreensão da precariedade laboral na trajetória de vida de jovens adultos no Brasil e em Portugal*. Isto, considerando as 3 dimensões societais (macro, meso e micro). A partir disso, consideramos os objetivos específicos: 1) Identificar a construção histórico-social, discrepâncias, transformações e mutações da condição precária brasileira e portuguesa, a partir de uma retomada histórica e da elaboração crítica acerca desse fenômeno. 2) Elaborar, através da tipologia dos retratos sociológicos, a caracterização da condição precária entre jovens adultos trabalhadores/as da sociedade brasileira e da sociedade portuguesa, com o intuito de aprofundar a reflexão acerca desse fenômeno e do seu impacto no contexto micro. 3) Compreender como os atores sociais percebem-se no meio social em que estão inseridos como sujeitos políticos ativos ou não, e se se consideram pertencentes à classe trabalhadora.

A construção dos argumentos para a reflexão proposta foi realizada a partir da retomada da trajetória histórico-social do Brasil e de Portugal, trazendo subsídios para compreensão da constituição societária destes, além dos seus anacronismos e sincronismos constitutivos. No mundo do trabalho evidenciamos impactos das mutações no sistema econômico hegemônico (dimensão macrosocial), e, consequentemente, na dimensão microsocial pelos percursos dos atores sociais aqui apresentados.

## **2.1.A CONDIÇÃO PRECÁRIA BRASILEIRA E PORTUGUESA**

A flexibilização econômica e social, que ainda se mostra em mutação e complexificação, rege o ser e estar na nossa sociedade, baseada numa lógica de

efemeridade, fluidez e de individualização. A complexificação das tecnologias (para o trabalho e, inclusive, para as sociabilidades) e os “novos modos de ser” (*self*) no metaverso implicam nestas mutações. As sociabilidades, para além de efêmeras, tem se tornado virtuais, realizadas pelo metaverso e aplicações. O trabalho, também tem, aos poucos, se alterado para teletrabalho, saindo do espaço laboral. A individualização, a empresa de si, tem expandido sua influência dos vínculos laborais, para entrar, também, no “ser” socialmente dos atores sociais.

Há disparidades constitutivas da sociedade brasileira e da sociedade portuguesa. Conquanto, compreendemos haver, também, uma certa aproximação face à dimensão macrossocial apresentada. Podemos, ainda, referir o histórico colonizado e colonizador que caracteriza a relação do passado colonial entre os dois países, que, mesmo não sendo foco desta pesquisa, engloba esses processos históricos-sociais. Enquanto no Brasil a luta dos jovens adultos trabalhadores dá-se pela efetivação de direitos sociais, em Portugal a mobilização se dá pela sua conservação e atualização. Esse movimento pode ser evidenciado

nas propostas de alterações das leis laborais nos dois países. No Brasil, estas alterações propõem uma complexificação e agudização da flexibilização de vínculos laborais, reforçando a disparidade entre empregador x empregado, por meio do pacote das Reformas Trabalhistas. Em Portugal, podemos considerar existir pequenas alterações que fazem jus aos direitos das pessoas que trabalham (estatuto do cuidador informal, por exemplo), ainda que a reviravolta das eleições de 2022 trouxe mudanças significativas na reformulação da Agenda do Trabalho Digno, somada a não finalização do Livro Verde do Futuro do Trabalho.

Os dois países constroem seus sujeitos políticos numa origem histórico-social de golpes à democracia e de manutenção oligárquica e aristocrática, cada um a seu modo. Entretanto, o processo de «contrarrevolução», apesar de cunhado por Florestan Fernandes para a ação direta das elites sob realidade social constitutiva da sociedade brasileira, poderia ser tomado emprestado para caracterizar o processo português. São países que forjam suas histórias no medo de uma revolta popular suficientemente forte que dê uma condição de vida digna à sua população. A «contrarrevolução» entranha-se

tanto nas estruturas destas sociedades com o passar dos anos, que, com o avanço da agenda neoliberal de flexibilização laboral, as mutações do “ser e estar” fluidos e efêmeros com a lógica de «empresárias de si» injetam-se no mundo de trabalho e assentam-se.

O teletrabalho tem sido visto como positivo numa nova organização pós-pandêmica. Assim como a discussão, e em alguns casos já a implementação, da semana de 4 dias de trabalho, principalmente nos setores de tecnologia. Há também a agudização da plataformização, para além da uberização, que tem conquistado novos setores (educação, atendimento ao consumidor, etc.) e está ganhando proporções gigantescas. Isso acarreta a necessidade formativa em novas áreas de tecnologia, podendo, em breve, ser necessária uma formação básica para a entrada no mercado de trabalho. É uma tendência visto que o setor que mais cresce no mercado de trabalho é o da tecnologia.

Vivenciamos, para além do fenómeno da precariedade, a transferência da mão de obra comum para uma mão de obra especializada em tecnologias. Isto já é uma realidade. Colaborando para um deslocamento da dinâmica do mercado de trabalho, agora tecnológico, e com a flexibilização da atividade de trabalho (o teletrabalho, nômades digitais). Nesse processo, uma certa ideia de “gameficação” do trabalho se acentua, introduzida principalmente pelas plataformas de serviços, onde as próprias aplicações remetem a um jogo enquanto funcionam com somas de valores a receber de cada “corrida”, metas a cumprir, prêmios, bônus, períodos de uso da aplicação melhores que outros, etc..

A efemeridade, e a sensação de estar sempre de passagem, vivida principalmente pelos jovens adultos, é característica dessa flexibilização e “gameficação” do trabalho e da vida (com as redes sociais). Entretanto, isso não quer dizer que a leitura dos atores sociais seja de todo negativa a essas relações mais inconstantes e temporárias. Parece-nos haver uma dissonância do suposto de uma classe trabalhadora, do que supõe este novo segmento laboral da classe trabalhadora.

## **2.2.CARACTERIZAÇÃO DOS PERCURSOS PRECARIZADOS DOS JOVENS ADULTOS DO BRASIL E DE PORTUGAL**

A precariedade laboral surge como um fenómeno de aprofundamento e agudização dessas ferramentas neoliberais para a “hiperflexibilização” das relações laborais, que viveu um ápice em 2010, entretanto, até a pandemia e depois dela, têm se intensificado ainda mais. Consideramos o trabalho precarizado como todas as situações laborais que contém vínculos instáveis, frágeis e com margem da cobertura legal e da proteção social. Enquanto a construção do sujeito político do “precariado”, precarizado, precário surge no âmbito da luta social e do combate à precariedade com movimentos sociais de massa, em Portugal e no Brasil, a composição deste se dá segmentada. O sectarismo vivido nas relações laborais, as microclasses, transpõe-se para este ser político precarizado que, no entendimento de alguns dos atores sociais, não se enquadraria na luta da classe trabalhadora.

Apesar da grande maioria dos atores sociais compreenderem-se enquanto trabalhadores e pertencentes à classe trabalhadora, há equívocos e desinformação acerca da pertença e da identidade de classe laboral por alguns. Isso respinga na luta social de combate à precariedade. Há as que pensam ser característica de uma condição estereotipada de alguém que “passa necessidades” e trabalha nas plataformas de serviços, característica da uberização. Outras que avaliam sempre ter alguém mais precarizado que si. Ainda aquelas que acham que ter arranjado qualquer vínculo laboral é uma sorte, mesmo que não goste da função, ou que seja superexplorada. Ronda, inclusive, a ideia de que ser «empresário de si» é uma «não tão precarizada». São pedaços que não se costuram na colcha de retalhos, para utilizarmos a metáfora da construção dos perfis-tipos dos retratos sociológicos apresentados.

Face às transformações do capitalismo avançado, a construção e a constituição de um sujeito político do precariado são desafiadoras, assim como já houve grandes ondas de manifestações de combate aos retrocessos laborais e de combate à precariedade, principalmente em Portugal. A manutenção desta luta para além dos momentos críticos de crises político sociais é escassa. Assim como a segmentação, a sectarização, por profissões ou atividades desempenhadas, que são características

desse fenômeno, também agudizam o espraio de identidades e desunião enquanto coletivo maior.

A partir dos perfis-tipo elaborados, podemos perceber os diversos níveis de intensidade do fenômeno da precariedade diretamente relacionados com a efemeridade, flexibilização e individualismo. Expressamos essas características através do neologismo que chamamos de “estagação” dos atores sociais. A “estagação” aglutina as contradições evidenciadas e as dúvidas expressas em relação ao fenômeno da precariedade e da pertença à classe trabalhadora. Há, de um lado, atores sociais que quase recusam admitir estarem em um vínculo laboral frágil (mesmo que este seja alienado da sua função de origem e/ou ainda dê condições salariais razoáveis), mas que gozam de tempo para usufruir da vida social e de um certo lazer; que poderiam fazer uma luta social e política de combate à precariedade mais ativa, conquanto não se sentem pertencentes. Por outro lado, os atores sociais que se identificam com percursos precarizados e que acumulam muitos vínculos laborais ou vínculos de muita intensidade não usufruem de tempo para uma ação política, social e coletiva de combate ao fenômeno da precariedade, apesar de o quererem.

Entendemos como existente uma necessidade de ressignificar o que é a classe trabalhadora atualmente. No Brasil, a diminuição do papel dos sindicatos por meio das Reformas Trabalhistas, e, em Portugal, pelo seu esvaziamento corroboram com a evaporação do sentimento de coletividade, e conseqüentemente a luta por direitos.

### **2.3.OS ATORES SOCIAIS**

A «reflexividade», a possibilidade de «autoobjetivar» enquanto ator social e expor as suas disposições foi trazida como importante para os atores sociais envolvidos. Além de nos permitir observar o macro no micro do ser no espaço social, promoveu uma interação reflexiva que culminou numa análise das suas próprias biografias. Pudemos perceber que há contradições intrínsecas aos atores sociais que refletem as próprias estruturas do sistema neoliberal impregnadas da precariedade que extrapola a esfera laboral. Essas características são a efemeridade de vínculos laborais, a dimensão do tempo e temporalidade, o reconhecimento de uma «sorte laboral» (mesmo que esta

seja o que deveria ser o “normal”), a mobilização coletiva e a pertença de classe. Dizemos contradições porque estas são ambíguas nos percursos aqui explorados, uma vez que, a partir do neologismo da “estagação”, percebemos como estas operam nas trajetórias dos atores sociais.

A precariedade laboral está a ser confundida com a precariedade social, apesar de estas andarem lado a lado. A luta contra-hegemônica e por direitos laborais é evidente, apesar de não suficiente para o corrente andar a galopes do neoliberalismo.

A dificuldade em brear esses galopes pode ser compreendida pela dimensão microsocial. Há uma relação de não pertencimento coletiva, por parte de alguns atores sociais, que pode acarretar falta de identidade política, social e cultural. Há um “encaixar-se” em caixas profissionais, nas atividades exercidas em dado momento ou nos títulos formativos ao invés de um pertencimento coletivo, enquanto pessoas trabalhadoras e com vínculos laborais precarizados na classe trabalhadora. A influência do capital econômico e cultural familiar, distorce uma visão da precariedade laboral que se dá por vínculos efêmeros e frágeis, e isso envolve em atores sociais não se sentirem nem precarizados (pois usufruem de privilégios familiares — capital econômico e cultural) e nem pertencentes a classe trabalhadora.

O entranhamento das ferramentas do sistema econômico em diversas estruturas sociais corrobora para a desunião, para a meritocracia, individualismo dentro de uma lógica «empresarial de si mesmo». Obviamente, pensar num futuro coletivo que garanta condições para todos nem sequer é suposto, por vezes, pois a lógica é o «si». É uma classe para si, individualmente em suas profissões ou em suas atividades, daquele momento posto e que pode se alterar rapidamente.

Por outro lado, há os atores sociais, que nesta pesquisa, representam a maioria, que se identificam enquanto precarizados. Representam as pessoas que possuem ou acumulam vínculos laborais mais frágeis e efêmeros, temporários, ou que possuem um capital econômico cultural médio ou baixo. Essas pessoas, apesar de uma consciência e vontade de luta coletiva por direitos e pelo combate à precariedade, não dispõem de tempo para organização política coletiva, e a causa é os próprios vínculos laborais.

Outra evidência é o “enquadramento” da classe trabalhadora, que não consegue ultrapassar o “prescrito” comum da definição do termo, mesmo alguns dos atores sociais sendo conscientes que, muitas vezes, a realidade é dialética e dialógica com a teoria. Não há absolutismo numa teoria dialética, ou numa teoria da ação, há movimento. Justamente por isso, identificarmos que a classe trabalhadora pode ter ou ser (material e imaterial), de acordo com Marx. Contudo, os atores sociais entrevistados e com capital econômico e cultural elevado, sentem-se quase que como usurpadoras de uma identificação enquanto trabalhadores e precarizados. São atores sociais que fazem um trabalho intelectual como bolsheiros ou pesquisadores. Conquanto, o trabalho intelectual é trabalho, segundo Marx. Mas, parece que a representação comum do que é classe trabalhadora ou do que é precariado é de que este precisa ser a sua versão mais profunda, extrema e estereotipada.

Percebemos, também, uma linha tênue da perversidade do aprofundamento da precariedade que, no início da sua aplicação mais escancarada, caracterizava-se com relações de vínculos frágeis e salários baixos. O neoliberalismo avança na sua agudização exatamente na sutileza... Ou seja, em sutis alterações de uso para termos contraditórios (colaboradores, micro empreendedor, trabalhador autônomo, por exemplo) relações laborais que permanecem, muitas vezes, com um vínculo usurpado da sua referência primeira. Ou ainda, conforme verificamos, na contradição entre ter um vínculo laboral precarizado que dão condições razoáveis de vida (bolsheiros, terceirizados, pesquisadores de projetos, etc.) e por isso, não terem completamente certeza que fazem parte desse novo segmento da classe trabalhadora. Torna-se mote para a dúvida, a dúvida de não ser vinculada como uma total precariedade. A sutileza corrobora com o objetivo da manutenção do *status quo* e da agudização da exploração.

Podemos considerar, então, que os atores sociais aqui retratados ainda se mantêm em uma lógica de «classe para si», enquanto a sectarização e segmentação da identidade de classe e, em alguns casos, da própria precariedade, corroboram com o caminho que este fenômeno tem rumado. O fenômeno tem crescido, “subido”, para relações laborais que, em sua origem, são estáveis (alguns exemplos como ampliação das terceirizações pelo Estado, plataformização do ensino e dos serviços), mas a

consciência sobre ele não cresce na mesma proporção. A significação dada pelo neoliberalismo ainda é mais hegemônica e sedutora em relação à representatividade e promoção das modificações e mutações no mundo do trabalho.

A não atualização de conceitos, ou ainda, a não consolidação e divulgação do que é a precariedade e de como ela se entranha estruturalmente na sociedade e na vida dos atores sociais colaboram para a falta de adesão às reivindicações de uma classe de pessoas que vivem do trabalho. A lógica mercadológica entra sinuosa e contraditoriamente no âmbito da classe trabalhadora, causando uma inversão de identificação. Há uma maior identificação com a figura do “patrão” que manda e desmanda, faz seu horário, tem “controle” (por mais que simbólico) do que com a realidade de uma «classe em si». Isso colabora para uma acentuação da precariedade e sua aceitação quase que inconsciente pela própria classe trabalhadora.

«Aqui vou eu, como o que sou, com o que é meu, tal como estou, é neste chão que eu assento os pés, e é por seres quem és que eu assim me vou. Eu não tenho a certeza de gritar ou de esconder, fica tanto por fazer, migalhas sobre a mesa, e um vulcão a rebentar assim, vira vento, vira lume contra mim, é tão bom ter a certeza, entre dar e receber, mas mentir-te meu irmão, não, não o farei, não.»

José Mário Branco, Eu não tenho a certeza.

A nossa tese evidencia a volatilidade e o assentamento da precariedade não só nos vínculos laborais, mas já nos dispositivos dos atores sociais. No seu *habitus*, na sua reflexividade de ser no espaço social. Os atores sociais entranham-se da precariedade que ultrapassa os limites dos vínculos laborais e regem um conformismo de sorte ou de que não há alternativa. Essa contradição duplica a caracterização da «classe em si» e «classe para si». Ou seja, o próprio fenômeno da precariedade influencia na identificação enquanto classe trabalhadora ou na possibilidade de ação coletiva enquanto classe trabalhadora. Há muitos desafios em se combater não só a “maximização empresarial de si”, mas da precariedade. E, também, a conscientização do que esse fenômeno representa socialmente.

Enquanto deveríamos nos enxergar porque somos trabalhadores, nos enxergamos enquanto a força de trabalho que vendemos, enquanto as atividades e funções que exercemos, dificultando a união para uma luta conjunta. Talvez isso explique a força da união nos momentos de crise econômica e social, porque estas trazem seu impacto a todos de forma mais explicitada. Corroborando com isso a inércia, a estagação (por falta de pertença, ou por falta de tempo para ação coletiva) não permite que haja uma adesão à luta coletiva daqueles que sofrem com a precariedade mais aguda e profunda. Enquanto não conseguirmos espraiar a percepção de que há, sim, grosseiramente conforme Wright, duas grandes classes na nossa sociedade, a transformação para uma vida digna ainda permanecerá de forma segmentada.

Dispensar as fantasias do verbo feito carne e  
do espectador tornado ativo, saber que as palavras  
são apenas palavras e os espetáculos apenas  
espetáculos pode ajudar-nos a compreender melhor  
como as palavras e as imagens, as histórias e as  
performances podem mudar alguma coisa no mundo  
em que vivemos.  
O espectador emancipado - Jacques Rancière

## Referências Bibliográficas

ANNER, M.; CARAWAY, T. (2010). International institutions and workers' rights: Between labor standards and market flexibility. In: *Studies in Comparative International Development*, 45(2), pp. 151–169, 2010. doi: 10.1007/s12116-010-9064-x.

AKOTIRENE, C. (2019). *INTERSECCIONALIDADE*. Feminismos Plurais. São Paulo: Editora Jandaira.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. (2013) Los días que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 53, p. 9-21, jul.-ago. 2013.

ANTUNES, R. (2009). Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed., 10.reimpr. rev. e ampl. São Paulo, SP : Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Editora Boitempo.

ARUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. (2019). *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Penguin Random House.

BARBOSA, I. (2020). Geração à rasca: crise(s), precariedade e futuro. *Cadernos da Pandemia* do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Volume 4, formato digital.

BARROS, J. D. (2016). *Os conceitos: seus usos nas ciências humanas*. Petrópolis: Vozes.

BAUMAN, Z. (2014). *Modernidade Líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.

BAUDRILLARD, J. (1991 [1981]). *Simulacros e simulação*. Tradutora: Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio D'Água.

BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus.

\_\_\_\_\_. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.

BRAGA, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2014). Precariado e sindicalismo no Sul global. Outubro, v22, p. 35-61.

\_\_\_\_\_. (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. 2019. A return of class struggle without class? Moral economy and popular resistance. In: *Brasil, South Africa and Portugal. Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v.09.02: 469 – 493, may. –

BRYAN, N. A. P. (2015). Marx: produção e difusão do saber. In: BRYAN, N. A. P. *Educação, Trabalho e Tecnologia*. São Paulo: Editoria Alínea, 2015, pag. 50 – 82.

CAETANO, A. (2012). A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista. In: LOPES, João Teixeira (Org.) 2012. *Registos do Actor Plural — Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto, Portugal. Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (2016). *Pensar na Vida. Biografias e Reflexividade Individual*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Campos, A. (2012). *A mão visível, do estado ao trabalho : um estudo sobre o papel do Estado na regulação das relações do trabalho a partir das novas formas de precarização laboral em Portugal*. Tese de mestrado. Universidade do Minho, Braga. In: SOEIRO, J. B. A. M. (2015). *A Formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Universidade de Coimbra. (Tese) Doutoramento em Sociologia.

CARMO, R. M.; MATIAS, A. R. (2019). *Retratos da precariedade: quotidianas e aspirações dos trabalhadores jovens*. Portugal, Lisboa: Tinta da China.

CARVALHO, I. B. (2016). *Crise, austeridade e ação coletiva: experiências de aprendizagem crítica com o Teatro do Oprimido*. Instituto de Educação, Universidade do Minho, Portugal.

CINGOLANI, P. (2005). *La Précarité*. Paris: Presses Universitaires de France. In: SOEIRO, J. B. A. M. (2015). *A Formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Universidade de Coimbra. (Tese) Doutoramento em Sociologia.

DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. In: TORTELLI, Guilherme L. K. 2021. *Influências do neoliberalismo nos discursos dos Diretores-Gerais da Organização Internacional do Trabalho de 1974 a 1976 e de 2007 a 2009*. Dissertação de mestrado. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação Especialização Em Estudos Políticos. Faculdade de Letras. Universidade do Porto - Portugal.

DUBAR, C. (2009). *A Crise das Identidades: A Interpretação de uma Mutação*. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ENGELS, F.; MARX, K. (1978). *Crítica da educação e do ensino*. Tradução do francês Ana Maria Rabaça. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa: Moraes Editores.

FAIRWORK. *Fairwork 2020 — Relatório Anual*. Disponível em: <https://fair.work/en/fw/publications/fairwork-2020-annual-report/>. Acesso em 2 de novembro de 2021.

FAUSTO, B. (2001). *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp.

FELGUEIRAS, V. (2021). *“É tudo novo”, de novo: as narrativas sobre grandes mudanças no mundo do trabalho como ferramenta do capital*. São Paulo: Boitempo.

FERNANDES, F. (2005). *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.

\_\_\_\_\_. (2018). *O Brasil de Florestan*. Fundação Perseu Abramo. Autêntica Editora: São Paulo.

FERREIRA, T.; VIEIRA, M. M. (2018). *Emprego, empregabilidade e empreendedorismo: as políticas públicas para o emprego jovem*. Policy Brief. Observatório Permanente da Juventude.

FREIRE, P. (2000). *Pedagogia da Esperança*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GIDDENS, A. (2005). *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Editorial Presença.

GOHN, M. G. (2011). História dos movimentos e lutas sociais-a construção da cidadania. São Paulo: Loyola. 1995. In: SILVA, S. S. [et all.] (2011). A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, LUTAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Artigo na V jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTADO\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/A\\_FORMACAO\\_SOCIAL\\_BRASILEIRA\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_PARTICIPACAO\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_LUTAS_SOCIAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_FORMACAO_SOCIAL_BRASILEIRA_LUTAS_SOCIAIS_E_PARTICIPACAO_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

HARVEY, David (1989). *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edição Loyola.

\_\_\_\_\_. (2014). *Cidades rebeldes : do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução: Jeferson Camargo. - São Paulo : Martins Fontes.

HIRATA, H. (2009). A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard (UFRGS). *Sociologias*: Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. p. 24-41 - Xle Journées Internationales de Sociologie du Travail (JIST 2007) "Restructurations, précarisation et valeurs", Londres, 21-21-22 junho 2007-05-27.

JOSSO, M-C. (2006). *As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n. 2, maio/ago.

JUNIOR, P. L.; Massi, L. (2015). Retratos sociológicos: uma metodologia de investigação para a pesquisa em educação. *Ciência e Educação*: Bauru, v. 21, n. 3, p. 559-574.

KLEIN, N. (2008). *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. São Paulo: Editora Nova Fronteira. In: TORTELLI, Guilherme L. K. 2021. Influências do neoliberalismo nos discursos dos Diretores-Gerais da Organização Internacional do Trabalho de 1974 a 1976 e de 2007 a 2009. Dissertação de mestrado. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação Especialização Em Estudos Políticos. Faculdade de Letras. Universidade do Porto - Portugal.

LAHIRE, B. (2004). *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre: Artmed.

\_\_\_\_\_. (2016). *En defensa de la sociología: contra el mito de que los sociólogos son unos charlatanes, justifican a los delincuentes y distorsionan la realidad*. Traducción de Georgina Fraser. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

LEBARON, F. Capital. In: CATANI, A. M. [et all.] (Orgs.). (2017). *Vocabulário Bourdieu*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

LOPES, J. T. (1996). *Tristes escolas - Práticas culturais e estudantis no espaço escolar urbano*. Porto: Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (2012). *Subjetividade plural no mundo contemporâneo*. Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v.13, n. 1, p. 81-88, jan./jun. ISSN 1982-5560 81.

\_\_\_\_\_. (Org.). (2012). *Registos do Actor Plural - Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa*. Porto, Portugal. Edições Afrontamento.

\_\_\_\_\_. (2020). Sociedade: um século desigual e de contratempos. In: ROSAS, F. [et all]. *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta da China.

LOPES, J. T.; LOUÇÃ, F.; FERRO, L. (2017). *As classes populares: a produção e a reprodução de desigualdades em Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.

LOUÇÃ, Francisco (2020). A jaula oligárquica: a modernização conservadora ao longo do século XX. In: ROSAS, F. [et all]. *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta da China.

MACHADO, T. F.; TORTELLI, G. L. K. (2018). Apropriação da riqueza do trabalho e da natureza pelo capital no Brasil: reflexões a partir de Karl Marx e Florestan Fernandes. *AMBIENTE & EDUCAÇÃO: REVISTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL*, v. 23, p. 32- 61.

\_\_\_\_\_. (2022). Reforma trabalhista no Brasil: Reflexões a partir de Karl Marx e Florestan Fernandes. In: Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade. [NO PRELO]

MACNAUGHTON, G.; FREY, D. (2018). Challenging Neoliberalism: ILO, Human Rights, and Public Health Frameworks on Decent Work. In: *Human rights and the social determinants of health*, 20 (2), pp. 43–55, 2018. Disponível em: [https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/125/2018/12/Macnaughton\\_SDH.pdf](https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/125/2018/12/Macnaughton_SDH.pdf). Acesso em: 02 de novembro de 2021.

MARX, K. (1998). *O capital – crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro 1 – volume 1.

\_\_\_\_\_. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2013). *O capital: a crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_\_\_. (2017). *Miséria da filosofia*. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo.

MARX, K; ENGELS, F. (2002). *Manifesto do partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM.

MATTOS, M. B. (2019). *A classe trabalhadora - de Marx ao nosso tempo*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.

MILLS, W. (2009). *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

NICO, M.; CAETANO, A. (2017). *Untying Conceptual Knots: The Analytical Limits of the Concepts of De-Standardisation and Reflexivity*. Reino Unido: Sociology, v.51, n.3. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/13302>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

PALUDO, C. (2001). *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

PENICHE, A. (2020). A aventura das mulheres. In: ROSAS, F. [et all]. *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta da China.

PEREIRA, D. (2003). DAS CLASSES À LUTA DE CLASSES. In: BOITO JR, A.; NAVARRO, C. T. (2003). *Marxismo e Ciências Humanas*, São Paulo, Xamã, pp. 227-238.

RANCIÈRE, J. (2012). *O espectador emancipado*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

ROSA, H. (2019). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na Modernidade*. Traduzido por Rafael H. Silveira; revisão técnica por João Lucas Tziminadis. São Paulo: editora Unesp.

ROSAS, F. (2020). Os quatro regimes. In: In: ROSAS, F. [et all]. *O Século XX Português: Política, economia, sociedade, cultura, império*. Lisboa: Tinta da China.

SADER, E. Brasil de Getúlio à Lula. In: SILVA, S. S. [et all.] (2011). A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, LUTAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Artigo na V jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTADO\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/A\\_FORMACAO\\_SOCIAL\\_BRASILEIRA\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_PARTICIPACAO\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_LUTAS_SOCIAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_FORMACAO_SOCIAL_BRASILEIRA_LUTAS_SOCIAIS_E_PARTICIPACAO_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SANTOS, M. (2001). *Território e Sociedade*: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

\_\_\_\_\_. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L (orgs.) (2010). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. Niterói – SP: Editora da Universidade Federal Fluminense – UFF.

SENNET, R. (1999). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, P. (2008) In the name of reason: Technocrats and politics in Chile. *The Pennsylvania State University Press*. In: TORTELLI, Guilherme L. K. 2021. Influências do neoliberalismo nos discursos dos Diretores-Gerais da Organização Internacional do Trabalho de 1974 a 1976 e de 2007 a 2009. Dissertação de mestrado. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação Especialização Em Estudos Políticos. Faculdade de Letras. Universidade do Porto - Portugal.

SILVA, S. S. [et all.] (2011). A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, LUTAS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL. Artigo na V jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTADO\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/A\\_FORMACAO\\_SOCIAL\\_BRASILEIRA\\_LUTAS\\_SOCIAIS\\_E\\_PARTICIPACAO\\_SOCIAL.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_LUTAS_SOCIAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/A_FORMACAO_SOCIAL_BRASILEIRA_LUTAS_SOCIAIS_E_PARTICIPACAO_SOCIAL.pdf)>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

SOBRINHO, J. P. S. S. (2016). O conceito da classe m si da classe para si como uma unidade dialética entre posição de classe e luta de classe. In: *Jornais da Jornada*. I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas Em Antonio Gramsci VII JOREGG – Jornada Regional De Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci: Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação 23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE Anais da Jornada: ISSN 2526-6950.

SOEIRO, J. B. A. M. (2015). *A Formação do precariado: transformações no trabalho e mobilizações de precários em Portugal*. Universidade de Coimbra. (Tese) Doutoramento em Sociologia.

STANDING, G. (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, Maio 2014: 9-24.

SZYMANSKI, H. (Org.). (2002). *A ENTREVISTA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO: a prática reflexiva*. Brasília. Editora Plano.

THERBORN, G. (2012). *Class in the 21st Century* - Inglaterra: New Left Review, nº 78, nov/dez 2012.

TORTELLI, G. L. K. (2021). *Influências do neoliberalismo nos discursos dos Diretores-Gerais da Organização Internacional do Trabalho de 1974 a 1976 e de 2007 a 2009*. Dissertação de mestrado. Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação Especialização Em Estudos Políticos. Faculdade de Letras. Universidade do Porto - Portugal.

VARGAS, F. B. (2016). TRABALHO, EMPREGO, PRECARIIDADE: dimensões conceituais em debate. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, Maio/Ago.

WACQUANT, L. (2014). Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: Uma cartografia analítica. Tradução do inglês de Sergio Lamarão. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2. 2014 - 139-164.

WEBER, M. (1974). *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. Tradução de Carlos Grifo Babo. Lisboa: Editorial presença.

WEBER, M. (2015). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª ed. 4ª reimpressão Brasília: Editora Universidade de Brasília.

WILLIAMS, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo.

WRIGHT, E. O. (2015). *Comprender las clases sociales*. Título original: Understanding class. Tradução de Ramón Cotarelo. Madrid, España: Ediciones Akal.

ZUBOFF, S. (2021). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder*. Traduzido por George Schlesinger. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

